



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXI - Nº 53 - QUINTA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2006 - BRASÍLIA - DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL

1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente
Antero Paes de Barros – PSDB-MT

1º Secretário
Efraim Morais – PFL-PB

2º Secretário
João Alberto Souza – PMDB-MA

3º Secretário
Paulo Octávio – PFL-DF

4º Secretário
Eduardo Siqueira Campos – PSDB-TO

Suplentes de Secretário
1º - Serys Slhessarenko – PT-MT
2º - Papaléo Paes – PSDB-AP
3º - Alvaro Dias – PSDB-PR
4º - Aelton Freitas – PL-MG

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 21	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)- 17	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 31
<p style="text-align: center;">LÍDER Ney Suassuna</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Garibaldi Alves Filho (vago) Gilberto Mestrinho (vago) Amir Lando (vago) ⁽⁵⁾</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PMDB – 21 Ney Suassuna</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (vago) Luiz Otávio Gerson Camata (vago) ⁽⁶⁾ Wellington Salgado de Oliveira Valdir Raupp</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER Delcídio Amaral – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PT – 12 Delcídio Amaral</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino Ana Júlia Carepa Flávio Ams Fátima Cleide</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PL – 3 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSB – 2 Antônio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PSB (vago)</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER José Jorge – PFL</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES Alvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PFL – 16 José Agripino</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro ⁽²⁾</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PSDB – 15 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Flexa Ribeiro Papaléo Paes João Batista Motta</p>
<p style="text-align: center;">LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PDT (vago)</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO PMR – 1 Marcelo Crivella</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO PTB – 4 Mozarildo Cavalcanti</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi</p> <p style="text-align: center;">LÍDER DO P-SOL – 1 Heloísa Helena</p>	<p style="text-align: center;">LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT</p> <p style="text-align: center;">VICE-LÍDERES DO GOVERNO Romero Jucá – PMDB Ideli Salvatti – PT Garibaldi Alves Filho - PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes –PSB ⁽¹⁾</p>
EXPEDIENTE		
<p style="text-align: center;">Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <u>Ronald Cavalcante Gonçalves</u> Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF) 2-12-2005

⁽¹⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

⁽⁵⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽⁶⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 35ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE ABRIL DE 2006

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discurso do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Elogios para os programas do governo federal: Luz para Todos, Bolsa Família e o Seguro da Agricultura Familiar. 11055

1.2.2 – Mensagens do Presidente da República

Nº 116, de 2006 (nº 206/2006, na origem), de 3 do corrente, encaminhando à Comissão de Assuntos Econômicos a programação monetária para o segundo trimestre de 2006. 11056

Nº 115, de 2006 (nº 198/2006, na origem), de 30 de março último, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Victor de Souza Martins para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP. 11076

1.2.3 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes. 11080

1.2.4 – Leitura de requerimentos

Nº 376, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome as informações que menciona. 11080

Nº 377, de 2006, de autoria do Senador Luiz Pontes, solicitando ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão as informações que menciona. 11080

Nº 378, de 2006, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Luiz Carlos Calachi Moraes, ocorrido em 3 de março de 2006. 11081

Nº 379, de 2006, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, solicitando autorização para viajar a Portugal e Espanha, no período de 21 a 30 do corrente, a fim de participar, a convite da Confederação Brasileira das Cooperativas Habitacionais, da

Federação Portuguesa de Cooperativas Habitacionais (FENACHE) e da União de Cooperativas de Habitação da Espanha (UAGACOV), da abertura do Congresso da FENACHE e dos jogos Cooperativos de Portugal. 11081

1.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 80, de 2006, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir ao contribuinte pessoa física deduzir do Imposto de Renda parcela do valor pago no ano-calendário para a aquisição de imóvel residencial mediante financiamento. 11082

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR LEONEL PAVAN – Cumprimentos aos moradores do município de Camboriú, em Santa Catarina, que hoje completa 122 anos. Apelo ao governo no sentido de socorrer o setor de produção de arroz catarinense, que se encontra em situação de descapitalização. 11084

SENADOR JOSÉ JORGE – Comentários sobre a acareação ocorrida ontem, na CPI dos Bingos, entre o Sr. Paulo de Tarso Venceslau e o Sr. Paulo Okamoto. Questionamento sobre a permanência do Sr. Paulo Okamoto dirigindo o Sebrae e se recusando a abrir seu sigilo bancário. 11087

SENADOR CÉSAR BORGES – Término dos trabalhos da CPMI dos Correios. Apelo no sentido da aprovação do seu relatório final. 11092

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – Decepção com a demora na aprovação do Orçamento da União para 2006. 11092

SENADOR GILVAM BORGES – Apelo aos parlamentares no sentido de um esforço para a votação, com urgência, do Orçamento da União para 2006. 11093

SENADOR RAMEZ TEBET – Consternação pelo falecimento da genitora do Senador Arthur Virgílio. O encerramento dos trabalhos da CPMI dos Correios e a ameaça de não se chegar a um acordo sobre a apresentação de um relatório final. 11093

SENADOR JOÃO ALBERTO SOUZA – Luta junto ao governo federal no sentido de intervir na

Baixada Maranhense, rica em história e em mananciais de água doce.....	11098	milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.	
SENADOR ALVARO DIAS, como Líder – Considerações sobre o relatório final da CPMI dos Cordeiros.	11099	Apreciação sobrestada.	11112
SENADOR JOSÉ JORGE – Transcrição do Ofício circular do Diretor da ANP Haroldo Lima. ...	11099	Item 3	
SENADOR MAGUITO VILELA – Homenagem ao jornal O Popular , de Goiás, que completa 68 anos de fundação.	11101	Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências. Apreciação sobrestada.	11112
SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Ação civil pública impetrada pelo Ministério Público Federal, contra o Estado do Piauí, para proibir a exploração de bingo.....	11102	Item 4	
SENADOR TIÃO VIANA – Esclarecimentos sobre o problema da obesidade infantil no Brasil, assunto objeto de projeto de lei da autoria de S. Exa. .	11102	Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005. Apreciação sobrestada.	11112
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Lamento pela demora na aprovação do Orçamento da União e contestação diante das palavras do presidente Lula sobre a questão. Questionamento sobre o projeto do Fundeb.....	11109	Item 5	
SENADORA MARIA DO CARMO ALVES – Registro da participação de V. Exa., no período de 28 a 31 de março, em Valência, Espanha, do 5º Fórum da Aliança Mundial de Cidades contra a Pobreza, patrocinada pelo PNUD.....	11110	Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica. Apreciação sobrestada.	11112
1.3 – ORDEM DO DIA		Item 6	
Item 1		Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa). Apreciação sobrestada.	11113
Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP. Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as lideranças partidárias.	11112	Item 7	
Item 2		Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. Apreciação sobrestada.	11113
Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis		Item 8 (Votação nominal, se não houver emendas)	
		Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao	

Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras. **Apreciação sobrestada.**..... 11113

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Apreciação sobrestada...... 11113

Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.

Apreciação sobrestada...... 11113

Item 11

Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.

Apreciação sobrestada...... 11113

Item 12

Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria. **Apreciação sobrestada.**..... 11113

Item 13

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002. **Apreciação sobrestada.**..... 11114

Item 14

Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.

Apreciação sobrestada...... 11114

Item 15

Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.

Apreciação sobrestada...... 11114

Item 16

Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202,

de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.

Apreciação sobrestada...... 11114

Item 17 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Apreciação sobrestada...... 11114

Item 18

Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005 – Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Apreciação sobrestada...... 11115

Item 19 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro. **Apreciação sobrestada.**..... 11115

Item 20

Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento Beach Park, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Apreciação sobrestada...... 11115

1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR ROMERO JUCÁ, como Líder – Registro de que a Comissão de Direitos Humanos do Senado ouviu ontem, o autor do documentário “Falcão – Os Meninos do Tráfico”, MV Bill, com a intenção de procurar alternativas para solucionar o problema dos jovens e das famílias. O lançamento do Projeto Crescer, pela Prefeitura de Boa Vista,

Roraima, que provocou a queda no índice de violência juvenil. 11124

SENADOR EFRAIM MORAIS – Comentários a respeito do I Censo do Legislativo Brasileiro..... 11126

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Esclarecimentos com relação às palavras proferidas por S. Exa. ontem sobre a apresentação do relatório final da CPMI dos Correios. 11134

SENADOR PAULO PAIM, como Líder – Justificativa a requerimento de voto de pesar pelo falecimento do advogado trabalhista Luiz Carlos Calachi Moraes, ocorrido em 3 de março de 2006. Considerações sobre o reajuste dos salários dos aposentados e pensionistas. 11136

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Mensagem de solidariedade ao Senador Arthur Virgílio, pelo falecimento de sua genitora, Senhora Isabel Victoria, ocorrido ontem no Rio de Janeiro. Registro da crise que vive o homem do campo da região nordestina. 11139

SENADOR JOSÉ MARANHÃO – Felicitações ao Senador Garibaldi Alves Filho pelo discurso abordando o drama vivido pelos agropecuaristas nordestinos. Elogio ao Programa Espacial Brasileiro, iniciado em 1961, considerando-o merecedor de atenção e orgulho do povo brasileiro. 11141

SENADOR ALOIZIO MERCADANTE, como Líder – Registro de perplexidade com rebelião na Fundação Estadual do Bem Estar do Menor - FEBEM, em São Paulo. Situação da segurança pública em São Paulo. Apelo pela aprovação de projeto de lei de autoria de S.Exª, sobre pena aos adultos das quadrilhas que tiverem menor de idade..... 11147

SENADOR SIBÁ MACHADO – Resultado da 8ª Conferência das Partes, da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP-8). 11151

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Enaltece o documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”. Diálogo de S. Exª com movimentos sociais, como o MST..... 11152

SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Críticas ao governo do estado do Tocantins, pelo não cumprimento de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça em favor dos direitos da corporação da Polícia Militar do Estado do Tocantins. .. 11163

1.3.2 – Leitura de requerimento

Nº 380, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Isabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, mãe do Senador Arthur Virgílio. **Usa da palavra** o autor e a Sra. Presidente (Senadora Ana Júlia Carepa) associa-se à homenagem..... 11165

1.3.3 – Discurso após a Ordem do Dia (continuação)

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Críticas ao governo do PSDB no estado do Pará..... 11166

1.3.4 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Registro do artigo intitulado “*Em se plantando dá*”, de autoria de Claudio de Moura e Castro, publicado na revista **Veja**, edição de 29 de março último. Registro do artigo intitulado “*TV digital: europeus entregam oferta*”, publicado no jornal **O Globo**, edição de 25 de março último. 11168

SENADOR LEONEL PAVAN – Comentários sobre as matérias intituladas “*Sou criticado porque gasto com pobres*” e “*ONG pede investigação de cadastros*”, publicadas no jornal **O Globo**, edição de 22 de março último. 11171

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Registro da matéria intitulada “*Quero ir para bem longe do país, afirma Francenildo*”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 26 de março último..... 11172

SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentários sobre o editorial intitulado “*Coisa de gangster*”, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 25 de março último. 11173

SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “*Lula comanda o ataque ao caseiro*”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no **Jornal do Brasil**, edição de 26 de março último. Homenagem ao jornalista Villas-Bôas Corrêa. Risco de redução do fluxo de capitais para a América Latina. Comentários a notícia publicada hoje no blog do jornalista Josias de Souza, a respeito de debate na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) sobre a conveniência de propor um processo de impeachment contra o presidente Lula..... 11174

SENADOR PAPALÉO PAES – Registro do artigo “*Fim de festa*”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, edição de 28 de março último. 11177

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro do artigo intitulado “*E prossegue a orgia dos gastos públicos*”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 23 de março último. 11178

SENADOR LUIZ PONTES – Comentários sobre a matéria intitulada “*Jogo de empurra*”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, edição de 21 de março último. 11179

SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Comentários sobre o artigo intitulado “*A esquerda diante do século 21*”, de autoria do professor Marco Aurélio Nogueira, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 25 de março último. 11180

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários sobre a matéria intitulada “*Saída de Palocci acaba com o núcleo duro do Planalto*”, de autoria do jornalista Diego Escosteguy, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, edição de 29 de março último. 11182

SENADOR ROMERO JUCÁ – Reconhecimento e admiração à Petrobrás pelo desenvolvimento do programa Centros e Redes de Excelência. 11183

1.3.5 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária, amanhã, dia 6, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 11183

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Arthur Virgílio, pronunciado na sessão do dia 21 de março de 2006. 11187

Do Senador Flexa Ribeiro, pronunciado na sessão do dia 4 de março de 2006. 11190

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 5 DE ABRIL DE 2006

4 – PARECER (Publicado em suplementos a este Diário)

Nº 12, de 2006-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 40, de 2005-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 2006. 11194

5 – EMENDAS

Nºs 1 a 30, apresentadas à Medida Provisória nº 287, de 2006. 11197

6 – PORTARIAS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 81 a 83, de 2006. 11227

7 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 566, de 2006 (Republicação). 11230

Nºs 619 a 628, de 2006. 11231

SENADO FEDERAL

8 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

9 – SECRETARIA DE COMISSÕES

10 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

13 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

14 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

15 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

17 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

18 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

19 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

20 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 35ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 5 de abril de 2006

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Efraim Moraes, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Garibaldi Alves Filho, José Maranhão, Paulo Paim e da Srª Ana Júlia Carepa

ÀS 9 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES

AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 09:00 HORAS

Período : 5/4/2006 07:40:57 até 5/4/2006 20:03:35

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PSDB	MT	ANTERO PAES DE BARROS	X	
PFL	BA	ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERPA	X	
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PMDB	AP	GILVANI BORGES	X	
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X	
PFL	PI	HERACITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X	
PDT	AM	JEFFERSON PERES	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PSDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X	
Bloco-FL	TO	JOÃO RIBEIRO	X	
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PFL	SC	JORG E BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSE SARNEY	X	
PSDB	MS	JUVÊNIO DA FONSECA	X	
PCdoB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
PSDB	CE	LUIZ PONTES	X	
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X	
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PSDB	AP	PAPALEO PAES	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PFL	BA	RODOLFO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PFL	SP	ROMEU TUMA	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 70 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 70 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Há oradores inscritos.

Senador Leonel Pavan, consulto se V. Ex^a poderia fazer uma permuta com o Senador Paulo Paim em razão de uma viagem urgente que S. Ex^a tem de realizar. (Pausa.)

Com a concordância do Senador Leonel Pavan, Senador Paulo Paim. V. Ex^a tem a palavra.

Agradeço ao Senador Leonel Pavan.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para falar de três programas que estou acompanhando e cuja repercussão social é muito importante.

Com o objetivo de levar luz para todos, para todas as residências do País até 2008, o Programa Luz para Todos, inegavelmente, é um sucesso, Sr. Presidente. V. Ex^a sabe da minha posição, a de elogiar aquilo que entendo estar dando certo. Em todo o País já foram atendidos 534.535 domicílios rurais, beneficiando mais de 2.650.000 pessoas.

O Programa Luz para Todos emprega – isso é importante destacar – recursos do Governo Federal, dos Estados e também dos Agentes Executores.

Com o Governo Federal já foram contratados mais de R\$2 bilhões, tendo sido liberado mais de 50% desse montante.

Quero falar do meu Estado. No Rio Grande do Sul, a meta é concluir o atendimento em toda a zona rural até o final deste ano.

Até esta semana, o Estado gaúcho já atendeu 17.238 (dezessete mil, duzentos e trinta e oito) domicílios, beneficiando cerca de 86 (oitenta e seis) mil gaúchos. Na conclusão do programa, terão recebido energia mais de 29 mil residências só no Estado do Rio Grande do Sul.

Tenho certeza de que a disponibilidade de energia é de vital importância para o nosso desenvolvimento, para a melhoria da qualidade de vida de toda a população, principalmente a mais pobre, pois o mais

rico tem como levar a energia para a área rural. Trata-se também de meio de inclusão social da população mais carente.

Sr. Presidente, meus pais moravam no interior, em Bom Jesus. Por isso, sei o que é morar num sítio, numa fazenda sem luz. Sei o que representa aquilo que era um sonho agora tornar-se realidade; ou seja, a luz chegar lá no domicílio mais simples da nossa área rural.

Destaco outro programa que, no meu entendimento, tem cumprido a sua função social: o Bolsa-Família, um programa ambicioso – eu sei – que pretende combater a fome e a miséria em nossa sociedade por meio da concessão do benefício mensal em dinheiro para as famílias que possuem renda **per capita** inferior a R\$100,00.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome promoveu, com seus programas, a inclusão de 50 milhões de cidadãos e cidadãs brasileiros, investindo mais de R\$31 bilhões em ações sociais. A estimativa é de que, no presente ano, sejam investidos mais de R\$21 bilhões nos programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O programa Bolsa-Família tem procurado enfrentar um dos maiores desafios da sociedade e do Governo brasileiro, que é combater a miséria e a exclusão social, promovendo a diminuição da desigualdade social. O Bolsa-Família – é bom destacar – unifica todos os benefícios sociais (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás) que vinham do Governo anterior. A medida trouxe mais agilidade na liberação dos recursos, proporcionando um controle mais eficaz e promovendo maior transparência e possibilidade de fiscalização, para que, efetivamente, o programa atenda aos mais pobres.

Sr. Presidente, diante das notícias de que, no Brasil, a área plantada deverá ser reduzida em 10 milhões de hectares devido à crise que afeta a agricultura no País, não posso deixar de trazer a esta tribuna, no dia de hoje, o debate sobre outro tema: o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF). Esse programa, criado em 2004 e implantado na última safra agrícola, revelou-se um importante apoio aos agricultores que registraram prejuízos devido à estiagem.

A última seca – retorno ao Rio Grande do Sul – atingiu 80% dos municípios do meu Estado, 30% de Santa Catarina e 10% do Paraná. O seguro-agrícola pagou um total de R\$673,4 milhões em indenizações, beneficiando 203,7 mil agricultores que tiveram prejuízos com a lavoura de verão. Sem o apoio dado pelo Seguro da Agricultura Familiar, os nossos pequenos produtores estariam em uma situação muito ruim!

Vale lembrar que esse é um programa permanente que cria maior estabilidade e maior segurança para o pequeno agricultor, trazendo tranquilidade ao produtor e a sua família.

Para participar do Seaf, Sr. Presidente, o agricultor deve contribuir com 2% do valor do financiamento, ficando a lavoura com cobertura em caso de seca, granizo, vendavais, geada, chuvas torrenciais, chuvas fora de época, além de pragas e doenças que não tenham métodos difundidos de controle.

O seguro pode ser contratado para as culturas zoneadas (algodão, arroz, feijão, maçã, milho, soja, sorgo e trigo), para banana, caju, mandioca, mamona e uva, e, também, para cobrir prováveis prejuízos nas culturas consideradas consorciadas, como feijão e milho, e milho e soja.

A intenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário é aprimorar cada vez mais o programa, buscando experiências de outros países, como, por exemplo, a bem-sucedida experiência adotada na Espanha, que implantou o seguro-agrícola há 25; agora, estamos com ela aqui no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabemos que os desafios são muitos, e os sonhos maiores ainda, mas não podemos parar de sonhar e acreditar em um Brasil mais justo, mais igual, com menos pobres, naturalmente, e muito mais cidadão.

Por isso, elogio as iniciativas desses programas que, passo a passo, estão redesenhando um novo País para todos os brasileiros.

Ao encerrar este pronunciamento, Sr. Presidente, faço questão de registrar que a minha caminhada aqui no Senado é no sentido de elogiar ações do Governo Federal, Estadual ou Municipal que, no meu entendimento, sejam positivas, como essas que aqui acabei de citar. No entanto, criticarei sempre, de forma firme, construtiva e propositiva as ações das quais discordar.

Quero com isso deixar claro, Sr. Presidente, que pauto a minha caminhada pela coerência. Elogio, sem sombra de dúvida, ações como essas que citava, que são importantes e cumprem a sua função social. Ao mesmo tempo, critico aquelas que, no meu entendimento, não cumprem o seu objetivo.

Concluo com essas palavras, Sr. Presidente, e afirmo que elogiei, sim, os três programas aqui: Luz para Todos, Bolsa-Família e Seguro-Agrícola, que cumprem, efetivamente a sua função social.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Obrigado a V. Ex^a.

Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 116, DE 2006

(Nº 206, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, com vistas ao encaminhamento à Comissão de Assuntos Econômicos dessa Casa do Congresso Nacional, envio a Vossa Excelência a Programação Monetária para o 2º trimestre de 2006.

Brasília, 3 de abril de 2006. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 7/2006-BCB

Brasília, 31 de março de 2006

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Encaminho à consideração de Vossa Excelência, de acordo com o que estabelece o art. 6º, da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, a anexa Programação Monetária para o 2º trimestre de 2006, aprovada pelo Conselho Monetário Nacional em sessão de 31 de março de 2006, para que seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal.

Respeitosamente, – **Henrique Campos Meirelles**, Presidente.

Diretoria Colegiada
Departamento Econômico - DEPEC

Programação Monetária

2006

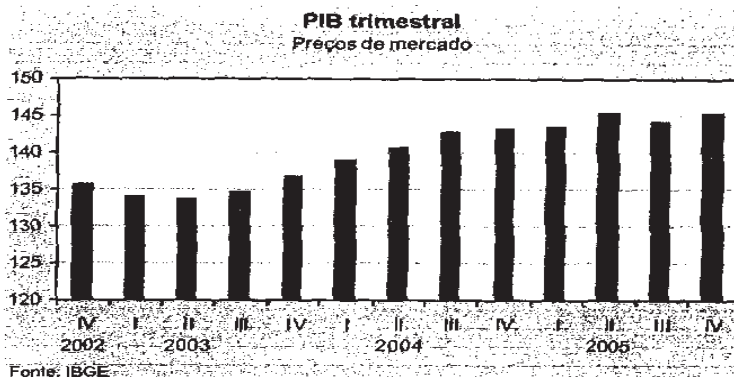
Março - 2006

BANCO CENTRAL DO BRASIL

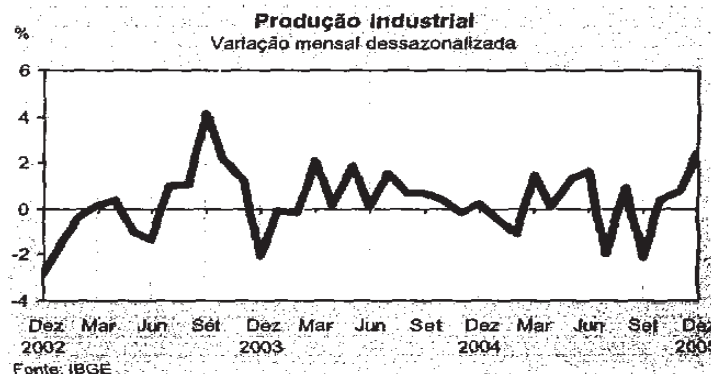
Programação Monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2006

A. A economia brasileira no primeiro trimestre de 2006

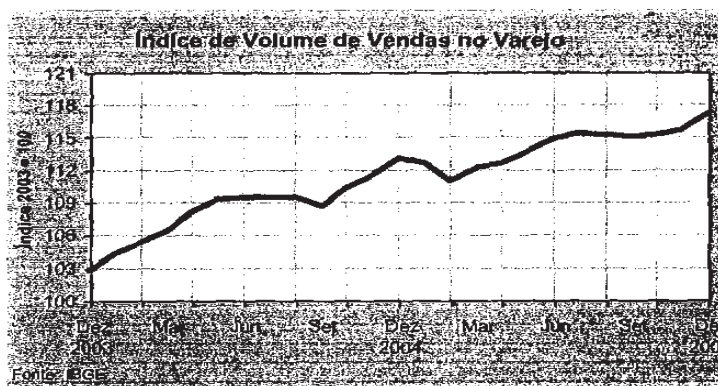
1. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentou elevação de 0,8% no quarto trimestre de 2005, em relação ao anterior, de acordo com dados dessazonalizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A produção agropecuária cresceu 0,8%, enquanto nos setores industrial e de serviços registraram-se aumentos de 1,4% e 0,7%, respectivamente, na mesma base de comparação. A análise pela ótica da demanda indica um quadro mais favorável que o sugerido pela ótica da oferta, registrando-se aumentos trimestrais de 1,3% no consumo das famílias e de 1,7% na formação bruta de capital fixo. Relativamente à demanda externa, as exportações elevaram-se em 0,7% e as importações recuaram 1,3%. O desempenho da demanda, superior ao do produto agregado, mostrou-se consistente com o movimento de ajuste de estoques efetuado nos dois últimos trimestres do ano. O PIB cresceu 2,3% em 2005, refletindo o aumento da demanda interna, em função das melhores condições de crédito e da recuperação gradual dos rendimentos reais e do emprego, e o bom desempenho do comércio exterior. Nesse contexto, o consumo das famílias cresceu 3,1%; as exportações, 11,6%; e as importações, 9,5%, no período. Adicionalmente, a formação bruta de capital e o consumo do governo elevaram-se, igualmente, em 1,6%. Considerando os setores, a taxa de crescimento da agropecuária atingiu 0,8%, enquanto os segmentos industrial e de serviços cresceram 2,5% e 2%, respectivamente, em 2005.



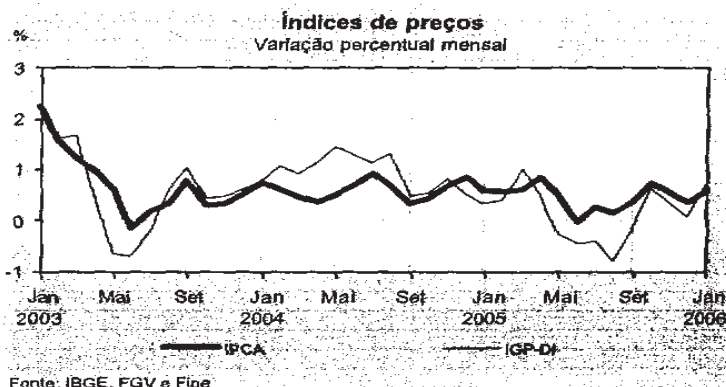
2. O setor industrial retomou trajetória de expansão nos meses finais de 2005, especialmente em dezembro, quando voltou a registrar níveis recordes de produção. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – PIM-PF, do IBGE, a atividade industrial cresceu 0,9% no último trimestre do ano, em relação ao trimestre encerrado em setembro, segundo dados dessazonalizados. No ano, a produção industrial cresceu 3,1%, resultado de aumentos de 10,2% na indústria extrativa e de 2,8% na indústria de transformação. A evolução da indústria ao longo de 2005 esteve condicionada pelo dinamismo da produção de bens de consumo, impulsionada por melhores condições de crédito e de renda. A produção de bens de consumo durável aumentou 11,4% e a de bens de consumo semidurável e não durável, 4,6%, em relação ao ano anterior, superando pela primeira vez, desde 1999, a taxa de crescimento geral da indústria. Adicionalmente, a fabricação de bens de capital cresceu 3,6% e a de bens intermediários, 1%.



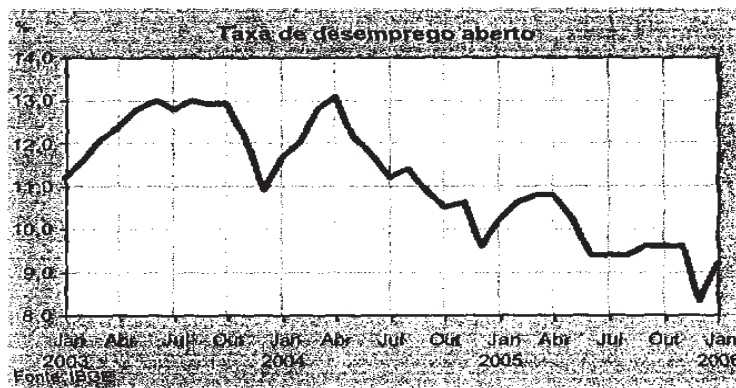
3. Segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as vendas do comércio varejista aumentaram 0,7% no último trimestre de 2005, ante o trimestre encerrado em setembro, de acordo com dados dessazonalizados. Assinalem-se as elevações de 0,8% nas vendas de tecidos, vestuário e calçados e de 0,5% nas relativas a móveis e eletrodomésticos. As vendas de combustíveis e lubrificantes recuaram 0,7% nessa base de comparação, mas apresentaram recuperação nos dois últimos meses de 2005, registrando taxas positivas de 0,4% em novembro e de 1,8% em dezembro, em relação aos meses imediatamente anteriores. O Índice de Volume de Vendas no Varejo cresceu 4,8% em 2005, registrando-se aumento das vendas em todos os segmentos, com exceção de combustíveis e lubrificantes, no qual o recuo de 7,4% esteve associado à elevação dos preços. As vendas do segmento automóveis, motocicletas, partes e peças, que não integram o índice geral, elevaram-se em 1,6% em 2005. Esse resultado evidenciou o aumento de 3,7% ocorrido no último trimestre do ano, em relação ao trimestre encerrado em setembro, segundo dados dessazonalizados. A continuidade de melhoria nas condições de crédito à pessoa física deverá favorecer as vendas deste segmento nos próximos meses.



4. O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) variou 1,22% em 2005, menor resultado anual desde a criação do índice, em 1944. O Índice de Preços por Atacado – Disponibilidade Interna (IPA-DI) recuou 0,97% no ano, refletindo a redução de 6,32% nos preços dos produtos agrícolas e a elevação de 0,88% nos preços dos produtos industriais. O IPA-DI aumentou 0,91% no trimestre encerrado em janeiro, comparativamente ao recuo de 0,54% observado no trimestre agosto a outubro de 2005. Essa aceleração refletiu a reversão na trajetória dos preços dos produtos agropecuários, que após recuarem 4,81% no período agosto a outubro de 2005, elevaram-se 1,88% no trimestre encerrado em janeiro. Na mesma base de comparação, a variação dos preços dos produtos industriais mostrou redução de 0,88% para 0,62%. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo IBGE, aumentou 5,69% em 2005, registrando-se elevações de 8,96% nos preços dos bens e serviços monitorados e de 4,32% nos preços livres. As variações mensais do IPCA, refletindo pressões pontuais, situaram-se em níveis relativamente elevados após setembro de 2005. No trimestre encerrado em janeiro de 2006, o índice acumulou 1,51%, comparativamente a 1,27% no trimestre agosto a outubro. Essa aceleração foi determinada, fundamentalmente, pela elevação de 1,31% nos preços livres, segmento cuja participação na composição do índice é de cerca de 70%, comparativamente à elevação de 0,43% no trimestre encerrado em outubro.

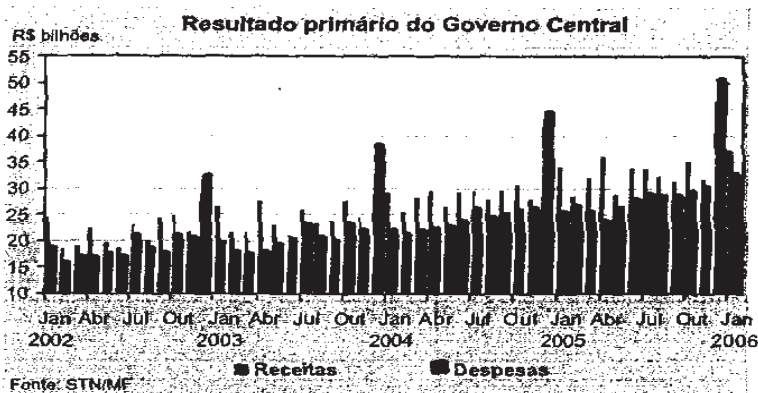


5. Segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE em seis regiões metropolitanas, a taxa de desemprego atingiu 8,3% em dezembro, com recuo de 1,3 p.p. em relação a dezembro de 2004. Essa é a menor taxa registrada desde a introdução da nova série, em outubro de 2001. Em janeiro de 2006, refletindo as influências sazonais do período, a taxa elevou-se para 9,2%, situando-se 1 p.p. abaixo da relativa a janeiro de 2005. A taxa média de desemprego situou-se em 9,8% em 2005, ante 11,5% em 2004. O número de ocupados aumentou, em média, 3% nesse período, registrando-se a criação, em 2005, de 474 mil vagas, comparativamente a 646 mil novos postos de trabalho em 2004. Ressalte-se que, embora a criação de postos

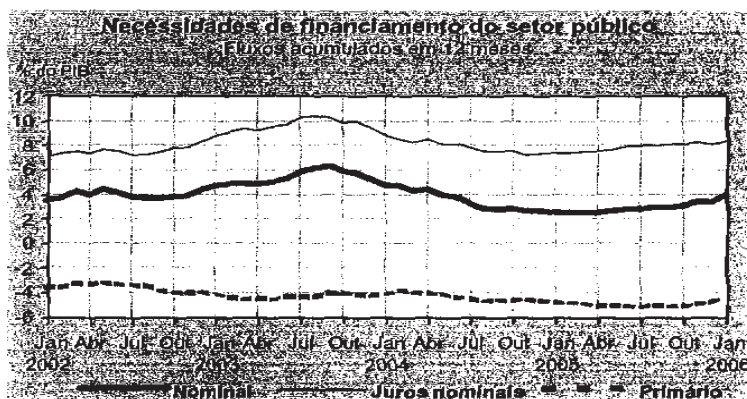


de trabalho em 2005 tenha sido inferior à registrada no ano anterior, ocorreu melhora na qualidade da geração de emprego, na medida em que foram registrados 315 mil novos postos com carteira assinada em 2004 e 466 mil, em 2005, representando aumentos de 4,2% e 6%, respectivamente.

6. Em 2005, o superávit primário do setor público não financeiro alcançou R\$93,5 bilhões, 4,84% do PIB, comparativamente a 4,59% do PIB, em 2004. Os superávits registrados nos governos regionais e nas empresas estatais elevaram-se em 0,11 p.p. e 0,21 p.p. do PIB, respectivamente, enquanto o relativo ao Governo Central recuou 0,08 p.p., refletindo o crescimento do déficit no INSS. O superávit do Governo Central atingiu R\$55,7 bilhões em 2005, resultante de superávit de R\$93,6 bilhões no Governo Federal e de déficits de R\$312 milhões do Banco Central e de R\$37,6 bilhões do INSS. Em janeiro de 2006, o superávit primário do setor público não financeiro atingiu R\$3,1 bilhões, com o governo central e os governos regionais apresentando superávits de R\$3,3 bilhões e R\$2,6 bilhões, respectivamente, e as empresas estatais, déficit de R\$2,9 bilhões. Em janeiro do ano anterior, o superávit primário totalizou R\$11,4 bilhões, resultante de superávits de R\$8,5 bilhões do governo central e de R\$3,3 bilhões dos governos regionais, e de déficit de R\$0,4 bilhão das empresas estatais.

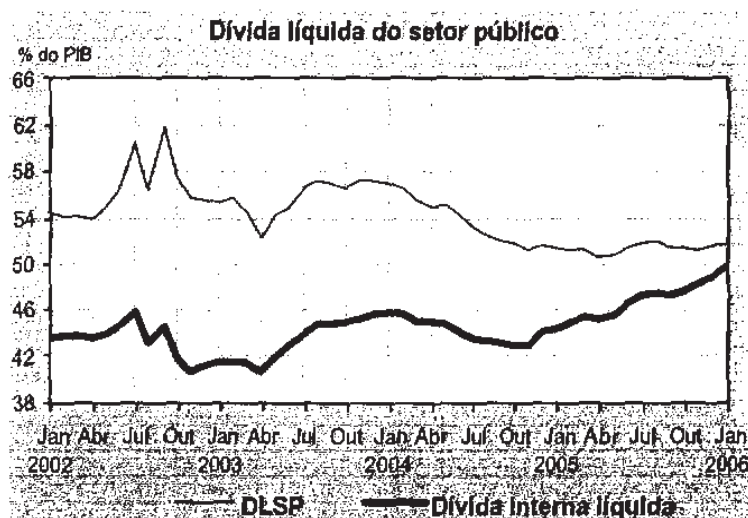


7. Os juros nominais, incorporados pelo critério de competência, totalizaram R\$157,1 bilhões, 8,1% do PIB, em 2005, comparativamente a R\$128,3 bilhões, 7,3% do PIB, no ano anterior. O crescimento da taxa Selic acumulada no ano, que passou de 16,3%, em 2004, para 19,1%, em 2005, constituiu-se no principal determinante do aumento no volume de juros incorporados. O resultado nominal do setor público não financeiro, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R\$63,6 bilhões em 2005, superando o déficit registrado no ano anterior em 0,62 p.p. do PIB. Os juros nominais apropriados por competência alcançaram R\$17,9 bilhões e o déficit nominal do setor público, R\$14,9 bilhões, em janeiro

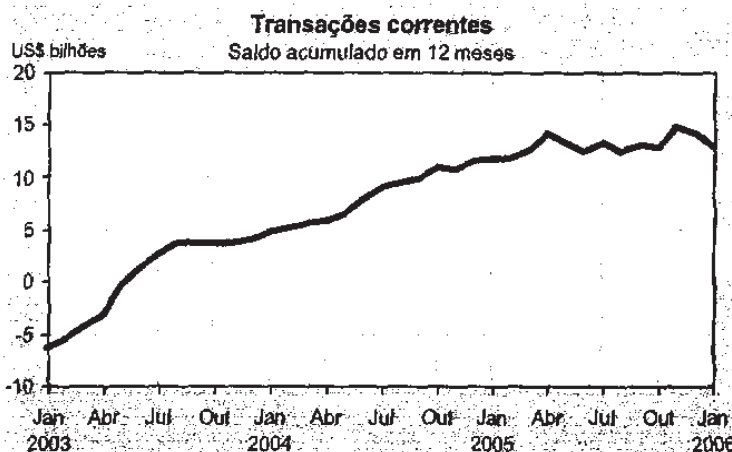


de 2006, comparativamente a R\$0,9 bilhão, em janeiro de 2005. Assinale-se que o crescimento da parcela de juros incorporada em janeiro de 2006 em relação a dezembro de 2005, quando atingiu R\$10,7 bilhões, decorreu, basicamente, da trajetória da taxa de câmbio observada nesses dois meses. Assim, a apreciação de 5,3% apresentada pelo real em janeiro, após a depreciação de 6,1% observada em dezembro, ocasionou a reversão dos ganhos financeiros registrados naquele mês. O comportamento dos juros nominais será favorecido, em 2006, pela continuidade da flexibilização da política monetária, iniciada em setembro de 2005.

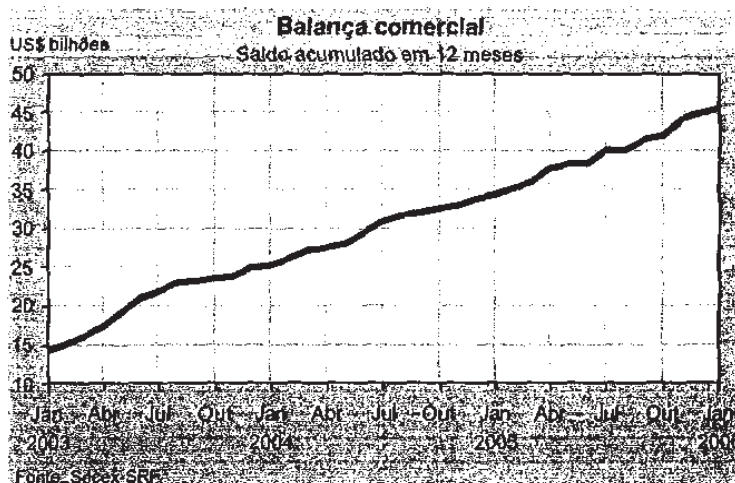
8. A dívida líquida do setor público totalizou R\$1.014,4 bilhões em janeiro, 51,6% do PIB, comparativamente a R\$1.002,5 bilhões, 51,6% do PIB, em dezembro de 2005, e a R\$957 bilhões, 51,7% do PIB, em dezembro de 2004. O resultado alcançado em 2005 refletiu, por um lado, o superávit primário de 4,84% do PIB, assim como o crescimento do PIB valorizado e a apreciação cambial registrados no ano, que contribuíram para a redução da relação com 2,4 p.p. e 0,9 p.p. do PIB, respectivamente. Em sentido contrário, concorreram as apropriações de juros nominais e de dívidas, com impactos de 8,1 p.p. e 0,2 p.p. do PIB, respectivamente. Ao longo do ano, prosseguiu o processo de melhoria no perfil da dívida, com a participação da dívida indexada ao câmbio recuando de 16,8% do total da dívida líquida, em 2004, para 5,6% em 2005, enquanto a representatividade da dívida pré-fixada aumentou de 17% para 27,2%, no mesmo período.



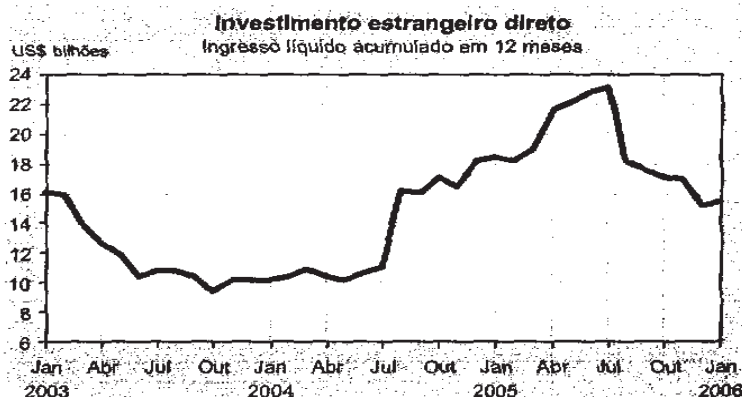
9. O superávit em transações correntes acumulado em doze meses totalizou US\$12,9 bilhões em janeiro de 2006, ante US\$11,8 bilhões no período correspondente do ano anterior, representando 1,62% do PIB. Embora o desempenho em transações correntes permaneça significativo, apresentou relativa desaceleração em relação ao recorde de US\$14,8 bilhões registrado em novembro de 2005. Essa trajetória está associada ao comportamento das remessas líquidas nas contas de serviços e rendas, que se elevaram em 40,3% na mesma base de comparação. Em janeiro, as transações correntes apresentaram déficit de US\$452 milhões.



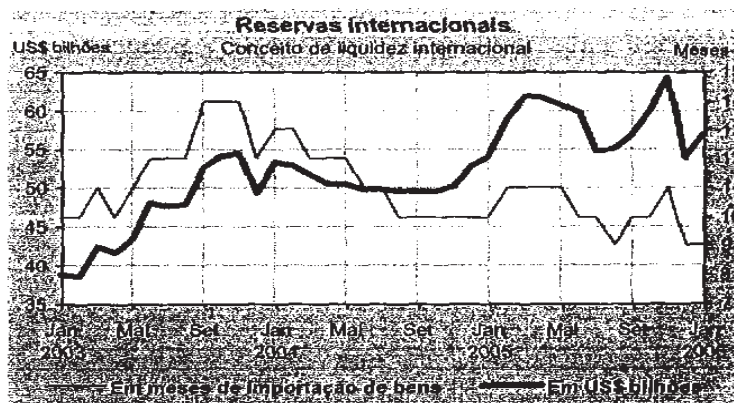
10. Em janeiro, as exportações totalizaram US\$9,3 bilhões e as importações, US\$6,4 bilhões, valores recordes para o mês. A média diária das vendas externas cresceu 18,9% e a das compras, 16,7%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. O superávit atingiu US\$2,8 bilhões, maior valor já registrado para meses de janeiro, situando-se US\$657 milhões acima do valor ocorrido no mesmo mês de 2005. A corrente de comércio cresceu 23,7% nessa base de comparação, somando US\$15,7 bilhões. Segmentando as exportações por fator agregado, as três categorias registraram vendas recordes em janeiro, com ênfase para a média diária das exportações de produtos básicos, com crescimento de 47,8% em relação a janeiro de 2005. As importações também apresentaram aumento generalizado no período, sobressaindo os crescimentos de 32,9% nas compras de bens de consumo e de 23,5% nas relativas a combustíveis e lubrificantes, mesmo com a redução de 18,5% registrada no item petróleo.



11. A conta financeira do balanço de pagamentos apresentou remessas líquidas acumuladas em doze meses de US\$7,8 bilhões, em janeiro de 2006, ante US\$9,9 bilhões no período correspondente em janeiro de 2005. Na mesma base de comparação, os ingressos de investimentos estrangeiros diretos líquidos recuaram 15,8%, para US\$15,5 bilhões, evidenciando a operação de aquisição de empresa vinculada ao setor de produtos alimentícios e bebidas, no valor de US\$4,9 bilhões, ocorrida em agosto de 2005.



12. As reservas internacionais, no conceito de liquidez internacional, totalizaram US\$56,9 bilhões, em janeiro de 2006. As compras líquidas do Banco Central no mercado à vista de câmbio somaram US\$2,4 bilhões no mês. Relativamente às operações externas, destacaram-se as amortizações de US\$3,1 bilhões, sendo US\$2,3 bilhões relativos a bônus soberanos, incluindo US\$774 milhões referentes à operação de recompra de títulos da dívida externa, e US\$815 milhões decorrentes de pagamentos realizados junto ao Clube de Paris. Ocorreram, ainda, lançamento de US\$1 bilhão em bônus da República e despesas líquidas de juros de US\$758 milhões, advindas da receita de US\$167 milhões com a remuneração das reservas e das despesas de US\$866 milhões relativas a bônus e de US\$59 milhões relativos a pagamentos ao Clube de Paris. As liquidações de compras do Tesouro Nacional somaram US\$3,2 bilhões, enquanto as demais operações geraram receita de US\$310 milhões.



B. Política Monetária no quarto trimestre de 2005

13. Os saldos da base monetária restrita, base monetária ampliada e dos meios de pagamentos, nos conceitos M1 e M4, situaram-se nos intervalos estabelecidos pela Programação Monetária para o quarto trimestre de 2005.

14. A base monetária restrita, no conceito de média dos saldos diários, atingiu R\$98,3 bilhões em dezembro, expansão mensal de 15,5% e anual de 12,6%. As reservas bancárias expandiram-se 9,6% em relação ao mês anterior e 11,5% em 12 meses, situando-se em R\$29,2 bilhões. Nas mesmas bases de comparação, o saldo de papel moeda emitido registrou crescimentos de 18,1% e de 13%, respectivamente, atingindo R\$69,1 bilhões.

15. A base monetária ampliada, que inclui a base restrita, os depósitos compulsórios e os títulos públicos federais fora da carteira do Banco Central, expandiu-se 2,3% em dezembro, alcançando R\$1,15 trilhão. A expansão de 17,9%, em 12 meses, refletiu aumentos nos saldos de títulos do Tesouro Nacional, 20%, na base restrita, 14,1%, e nos depósitos compulsórios, 11%, e recuo de 50% no saldo de títulos do Banco Central.

16. Os meios de pagamento (M1), mensurados pela média dos saldos diários, atingiram R\$142,5 bilhões em dezembro, com aumentos de 14,4% no mês e de 12,1% em 12 meses. Consideradas as mesmas bases de comparação, o saldo de papel-moeda em poder do público elevou-se 18,9% e 11,8%, respectivamente, atingindo R\$57,0 bilhões, e os depósitos à vista, 11,6% e 12,2%, alcançando R\$85,4 bilhões.

17. O agregado monetário M4 totalizou R\$1,31 trilhão em dezembro, registrando expansões de 2,5% no mês e de 18,3% em 12 meses.

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no quarto trimestre de 2005 ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	124,4-168,4	15,2	142,5	12,1
Base restrita ^{3/}	86,5-117,1	16,6	98,3	12,6
Base ampliada ^{4/}	970,0-1312,3	16,5	1154,1	17,9
M4 ^{4/}	1103,0-1492,3	17,0	1312,5	18,3

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

18. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, proporcionaram expansão monetária de R\$12,4 bilhões no quarto trimestre. Registraram-se emissão líquida de US\$8,7 bilhões no mercado primário, resultado da colocação líquida de R\$14,1 bilhões em títulos do Tesouro Nacional e do resgate líquido de R\$5,4 bilhões pelo Banco Central, e compra líquida de R\$20,9 bilhões, no mercado secundário.

19. Nas reuniões de outubro, novembro e dezembro, o Comitê de Política Monetária (Copom) avaliou que a elevação da inflação no curto prazo estava sendo determinada, em grande medida, pelos efeitos do reajuste dos preços domésticos dos combustíveis implementado na primeira quinzena de setembro, bem como pela reversão parcial da dinâmica favorável dos preços dos alimentos observada em meses recentes. Tendo em vista a expectativa quanto ao caráter transitório de tais pressões, o Copom considerou que a manutenção da flexibilização da política monetária não iria comprometer as importantes conquistas dos últimos meses no combate à inflação e na preservação do crescimento econômico com geração de empregos e aumento da renda real. Diante disso, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a meta para a taxa Selic para 19% a.a., sem viés, em outubro, e para 18,5% a.a., sem viés, na reunião subsequente. Em dezembro, embora a magnitude da inflação tenha superado as expectativas, o Copom decidiu pela continuidade do processo de flexibilização da política monetária, deliberando a redução da meta para a taxa Selic para 18% a.a., sem viés. Assinalou que permanecerá acompanhando atentamente nos próximos meses a evolução da inflação, as diferentes medidas de núcleo e adequando prontamente a postura da política monetária às circunstâncias.

C. Política monetária no bimestre janeiro-fevereiro de 2006

20. A base monetária restrita, calculada pela média dos saldos diários, somou R\$92,5 bilhões em fevereiro, implicando contração de 4,3% no mês e expansão de 11,5% em 12 meses. As reservas bancárias contraíram 7,1% em relação a janeiro e expandiram 8,0% em 12 meses, situando-se em R\$28,5 bilhões. O saldo de papel-moeda emitido atingiu R\$63,9 bilhões, apresentando recuo mensal de 3% e aumento anual de 13,1%.

21. A base monetária ampliada totalizou R\$1,19 trilhão em fevereiro, com aumentos de 0,5% no mês e de 17,5% em 12 meses. O resultado anual refletiu crescimentos de 11% no saldo de depósitos compulsórios, de 11,5% na base restrita e de 17,8% no saldo de títulos públicos do Tesouro Nacional, paralelamente à redução de 53,6% no saldo de títulos do Banco Central.

22. Os meios de pagamento (M1), avaliados pela média dos saldos diários, alcançaram R\$131,8 bilhões em fevereiro, decrescendo 4,5% no mês e expandindo-se 9,2% em 12 meses. O saldo do papel-moeda em poder do público atingiu R\$52 bilhões, apresentando contração de 4,6% no mês e expansão de 11,2% em 12 meses, e os depósitos à vista totalizaram R\$79,7 bilhões, com redução mensal de 4,4% e crescimento anual de 7,9%.

23. O agregado monetário mais amplo (M4) totalizou R\$1,36 trilhão em fevereiro, registrando aumentos de 2,1% no mês e de 19,7% em 12 meses.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o primeiro trimestre de 2006 e ocorridos no período janeiro/fevereiro^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	111,8-151,3	9,8	131,8	9,2
Base restrita ^{3/}	78,1-105,6	12,8	92,5	11,5
Base ampliada ^{4/}	1090,9-1280,7	14,9	1190,9	17,5
M4 ^{4/}	1138,7-1540,6	16,2	1355,6	19,7

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

24. As operações com títulos públicos federais, incluídas as de ajuste de liquidez realizadas pelo Banco Central, resultaram em contração monetária de R\$23 bilhões no bimestre janeiro-fevereiro. O Tesouro Nacional efetuou colocações líquidas de R\$8,3 bilhões no mercado primário, enquanto, no mercado secundário, as operações com títulos públicos exerceram impacto contracionista de R\$14,8 bilhões.

25. Em janeiro de 2006, o Copom avaliou que o cenário externo permanece favorável, particularmente no que diz respeito às perspectivas de financiamento para a economia brasileira, e que os dados referentes à atividade econômica sugerem a consolidação progressiva de uma trajetória de expansão em ritmo condizente com as condições de oferta, de modo a não resultar em pressões significativas sobre a inflação. Foi considerado, adicionalmente, que a elevação da inflação observada no início de 2006 se deve a fatores de caráter predominantemente sazonal, que deverão apresentar arrefecimento ao longo do tempo. Diante disso, foi decidida, por unanimidade, a redução da meta para a taxa Selic para 17,25% a.a, sem viés. Na reunião realizada em março, o Copom considerou a permanência do cenário benigno que fundamentou a decisão tomada na reunião anterior quanto ao prosseguimento ao processo de flexibilização da política monetária. Nesse contexto, a meta para a taxa SELIC foi fixada em 16,5% ao ano, sem viés.

Reunião da Copam	Aplicação do viés de baixa	Meta para a taxa Selic (% a.a.) ^{1/}
21.01.2004	-	16,50
18.02.2004	-	16,50
17.03.2004	-	16,25
14.04.2004	-	16,00
19.05.2004	-	16,00
16.06.2004	-	16,00
21.07.2004	-	16,00
18.08.2004	-	16,00
15.09.2004	-	16,25
20.10.2004	-	16,75
17.11.2004	-	17,25
15.12.2004	-	17,75
19.01.2005	-	18,25
16.02.2005	-	18,75
16.03.2005	-	19,25
20.04.2005	-	19,50
18.05.2005	-	19,75
15.06.2005	-	19,75
20.07.2005	-	19,75
17.08.2005	-	19,75
14.09.2005	-	19,50
19.10.2005	-	19,00
23.11.2005	-	18,50
14.12.2005	-	18,00
18.01.2006	-	17,25
08.03.2006	-	16,50

1/ Vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à reunião ou à aplicação do viés.

D. Perspectivas para o segundo trimestre e para o ano de 2006

26. A retomada da atividade econômica registrada no quarto trimestre de 2005 ocorreu de forma generalizada e em um cenário de maior solidez dos fundamentos econômicos. Todos os componentes da demanda e os subsetores da atividade registraram expansão, destacando-se o desempenho do consumo das famílias, que cresce de forma sustentada por três trimestres consecutivos, e dos investimentos, favorecendo, em um contexto de continuidade do ajuste fiscal e de consolidação das contas externas, o fortalecimento das condições necessárias para o crescimento sustentado da economia.

27. As expectativas para os primeiros meses de 2006 combinam um movimento residual de ajuste de estoques e uma conjuntura mais favorável para o consumo, sustentada pela consolidação dos aumentos da massa de rendimentos reais, das melhores condições de crédito e do fortalecimento da confiança dos consumidores. Dessa forma, o cenário esperado é de expansão da atividade econômica.

28. A evolução das operações de crédito do sistema financeiro no trimestre encerrado em janeiro refletiu as características sazonais do período. Nos últimos dois meses de 2005, a demanda das empresas registrou crescimento mais acentuado, acompanhando o ciclo de negócios, enquanto as operações contratadas com as famílias sofreram desaceleração,

tendo em vista a complementação de renda determinada pelo recebimento do décimo terceiro salário. No início do ano, por outro lado, a redução dos empréstimos por parte das empresas, associada ao menor volume de negócios, foi acompanhada pela maior contratação nas diversas modalidades de crédito às famílias, tendo em vista a concentração de compromissos financeiros nesse período do ano.

29. A demanda por crédito por parte das famílias tem evidenciado a consolidação do processo de migração para modalidades menos onerosas, com destaque para crédito consignado e financiamento de bens de consumo. Em relação às empresas, o moderado crescimento registrado nas diversas modalidades deve ser associado, em parte, ao acesso a fontes alternativas de crédito não bancário por parte das grandes empresas. As expectativas quanto ao canal de crédito, diante do processo de flexibilização monetária em curso, são de manutenção do patamar de demanda por parte das famílias e aceleração por parte das empresas, em linha com as perspectivas de aceleração do ritmo de atividade da economia.

30. Os resultados registrados na esfera fiscal seguem favorecendo a sustentabilidade da dívida pública, processo que deverá persistir em 2006 com a consecução da meta de superávit primário de 4,25% do PIB, fixada para o ano na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

31. Os resultados expressivos proporcionados pela balança comercial permanecem sustentando os superávits em transações correntes e provendo financiamento estável e de qualidade ao balanço de pagamentos. Ressalte-se que as perspectivas para a economia mundial em 2006 seguem favoráveis, não sendo prevista redução acentuada no resultado da balança comercial, mesmo em um cenário de retomada da atividade econômica doméstica.

32. O desempenho das contas externas em 2005 permitiu não apenas o financiamento do balanço de pagamentos, como a antecipação de pagamentos referentes a 2006 e 2007. O programa de captações via bônus emitidos pela República antecipou, em 2005, a captação de US\$3,5 bilhões referentes às necessidades de 2006. As condições do mercado internacional e da economia brasileira têm possibilitado a antecipação de financiamento, corroborando o cenário positivo projetado para o balanço de pagamentos.

33. A manutenção de condições favoráveis permitiu ao longo dos últimos meses a melhoria expressiva das condições de risco país. Destaque-se a contínua redução do nível de risco Brasil, que atingiu 228 pontos em 14 de fevereiro, o nível mais baixo desde o início da série, em 1994. A adoção de política duradoura e consistente para a administração do passivo externo contribui para o processo estrutural de fortalecimento do balanço de pagamentos brasileiro.

34. Em 2006, permanece em vigor a política de recomposição de reservas, via compras líquidas do Banco Central. Adicionalmente, continuaram a ser implementadas medidas com o objetivo de melhorar o perfil da dívida externa, com destaque para a decisão de efetuar recompras de bônus de vencimentos mais curtos e de antecipar a liquidação dos *bradies*, passivo vinculado à dívida reestruturada.

35. Os indicadores de sustentabilidade das contas externas, influenciados tanto pela elevação das exportações quanto pela expansão do conjunto de ativos externos em poder da Autoridade Monetária, refletem o quadro favorável das contas externas brasileiras, e reforçam a evolução positiva dos níveis de risco Brasil.

36. A inflação ao consumidor situou-se em patamar relativamente elevado desde outubro de 2005, evidenciando a ocorrência de fatores pontuais, que acarretaram maiores riscos em relação à convergência para as metas estabelecidas pelo CMN. A perspectiva para os próximos meses é de manutenção de uma trajetória benigna para a inflação, em um contexto de recuperação da atividade econômica. Essa perspectiva favorável resulta, fundamentalmente, da política monetária implementada ao longo dos últimos anos, que reagiu de forma tempestiva e consistente às pressões inflacionárias existentes, criando as condições necessárias para que a economia mantenha um crescimento sustentado nos próximos anos.

E. Metas indicativas da evolução dos agregados monetários para o segundo trimestre e para o ano de 2006.

37. A programação dos agregados monetários para o segundo trimestre de 2006 considerou o cenário provável para o comportamento do PIB, da inflação, das taxas de juros e do câmbio e outros indicadores pertinentes, além de ser consistente com o atual regime de política monetária, baseado no sistema de metas para a inflação.

Quadro 3. Programação monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2006^{1/}

Discriminação	Segundo Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	112,8-152,7	12,4	135,5-183,4	11,9
Base restrita ^{3/}	76,7-103,7	12,4	93,8-126,9	12,3
Base ampliada ^{4/}	1144,2-1343,2	18,1	1222,3-1434,9	15,1
M4 ^{4/}	1205,7-1631,3	19,8	1291,8-1747,7	15,8

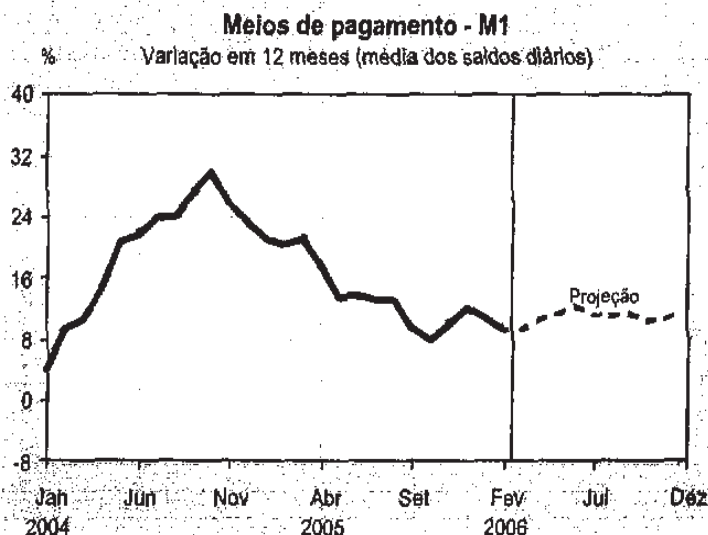
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

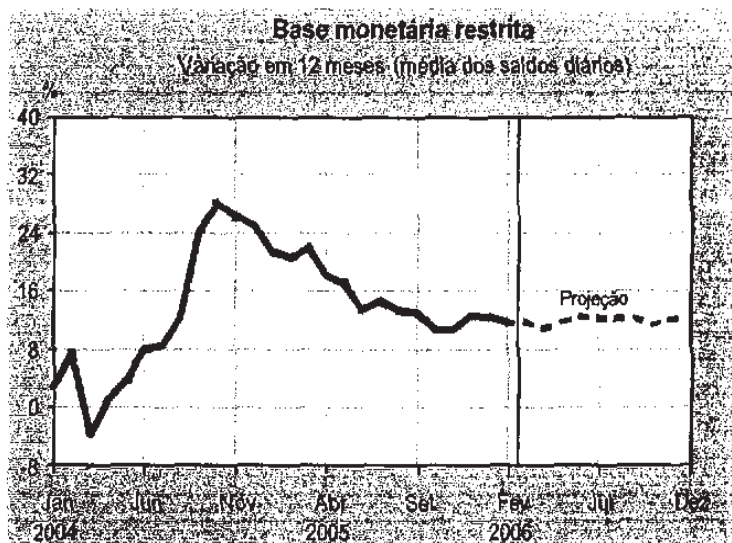
4/ Saldos em fim de período.

38. As projeções dos meios de pagamento foram efetuadas com base em modelos econométricos para a demanda por seus componentes. Considerou-se ainda o crescimento esperado do produto, a trajetória esperada para a taxa Selic e a sazonalidade característica daqueles agregados. Em decorrência, a variação em 12 meses da média dos saldos diários dos meios de pagamento foi estimada em 12,4% para junho e 11,9% para dezembro de 2006.

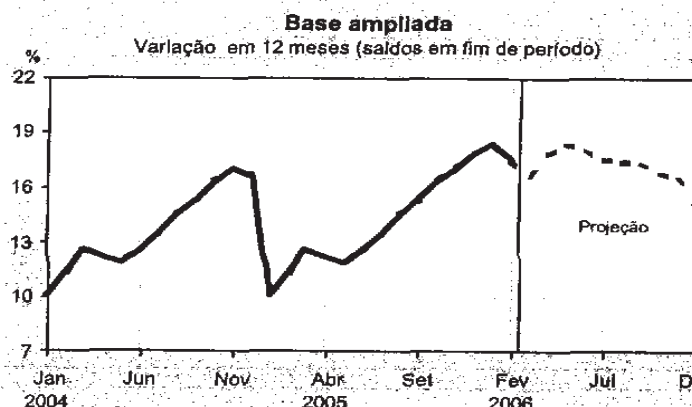


39. Considerou-se ainda, para a projeção dos meios de pagamento, além da expansão das operações de crédito do sistema financeiro, como variáveis exógenas, a elevação do salário mínimo, as restituições do imposto de renda e as liberações do FGTS, ao amparo da Lei Complementar nº 110, de 29.6.2001.

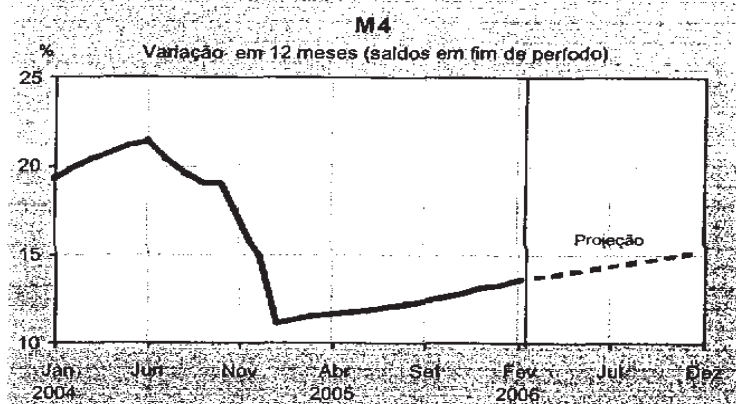
40. Tendo em vista a projeção feita para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, que são relacionadas à demanda por meio circulante e por reservas bancárias, e considerando-se a atual alíquota de recolhimentos compulsórios sobre recursos à vista, projeta-se elevação em 12 meses para o saldo médio da base monetária de 12,4% em junho e 12,3% em dezembro de 2006.



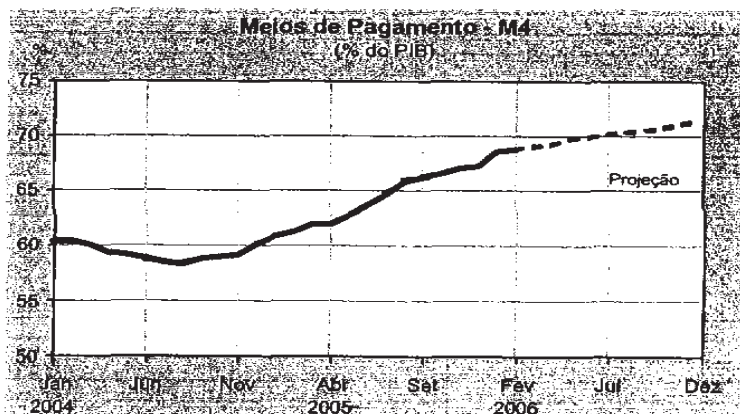
41. As projeções da base monetária ampliada, que consiste de uma medida da dívida monetária e mobiliária federal, foram efetuadas adotando-se cenários para resultados primários do governo central, operações do setor externo e emissões de títulos federais, assim como estimativas de taxas de juros e de câmbio para projetar a capitalização da dívida mobiliária federal. Os resultados indicam variação em 12 meses de 18,1% em junho e 15,1% em dezembro de 2006.



42. Para os meios de pagamento ampliados, as previsões estão baseadas na capitalização de seus componentes e nos fatores condicionantes de seu crescimento primário, que correspondem às operações de crédito do sistema financeiro, aos financiamentos com títulos federais junto ao setor não financeiro e às entradas líquidas de poupança financeira externa. Em decorrência, o crescimento em 12 meses esperado para o M4 corresponde a 19,8% em junho e 15,8% em dezembro de 2006.



43. A proporção entre o M4 e o PIB não deverá apresentar expansão significativa ao longo de 2006, consistente com o comportamento esperado para as respectivas variáveis.



44. A evolução dos agregados monetários é resumida no quadro a seguir, onde são apresentados os valores ocorridos no bimestre janeiro/fevereiro de 2006, bem como os valores previstos para o segundo trimestre e para o final de 2006.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2006		2006 ^{2/}			
	Janeiro - Fevereiro		Segundo Trimestre ^{3/}		Ano ^{3/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	131,8	9,2	132,8	12,4	159,4	11,9
Base restrita ^{4/}	92,5	11,5	90,2	12,4	110,4	12,3
Base ampliada ^{5/}	1190,9	17,5	1243,7	18,1	1328,6	15,1
M4 ^{5/}	1355,6	19,7	1418,5	19,8	1 519,7	15,8

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês

5/ Saldos em fim de período.

45. A evolução dos diversos multiplicadores, implícita na programação monetária, é resumida no quadro a seguir:

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2006		2006 ^{2/}			
	Janeiro - Fevereiro ^{1/}		Segundo Trimestre		Ano	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,425	-2,1	1,472	-0,1	1,445	-0,3
Res.bancárias / dep.vista ^{3/}	0,358	0,0	0,348	0,0	0,341	0,0
Papel-moeda / M1 ^{3/}	0,395	1,8	0,381	-1,3	0,400	0,0
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,138	1,9	1,141	1,5	1,144	0,6

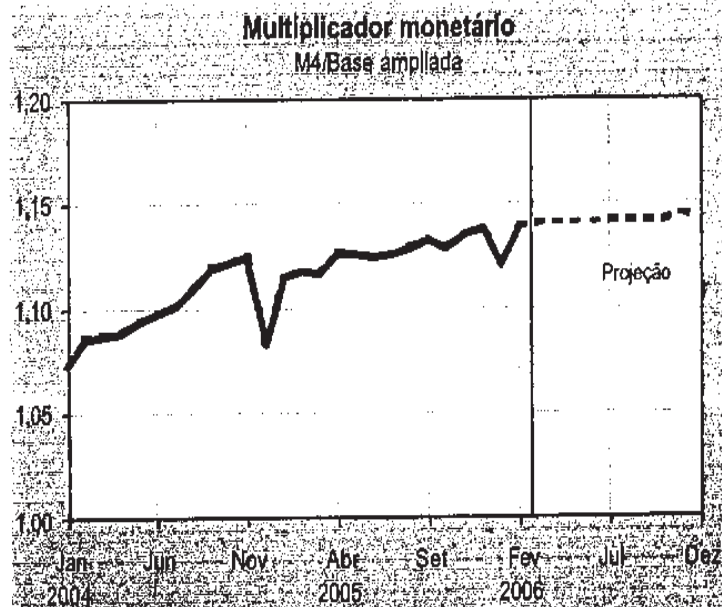
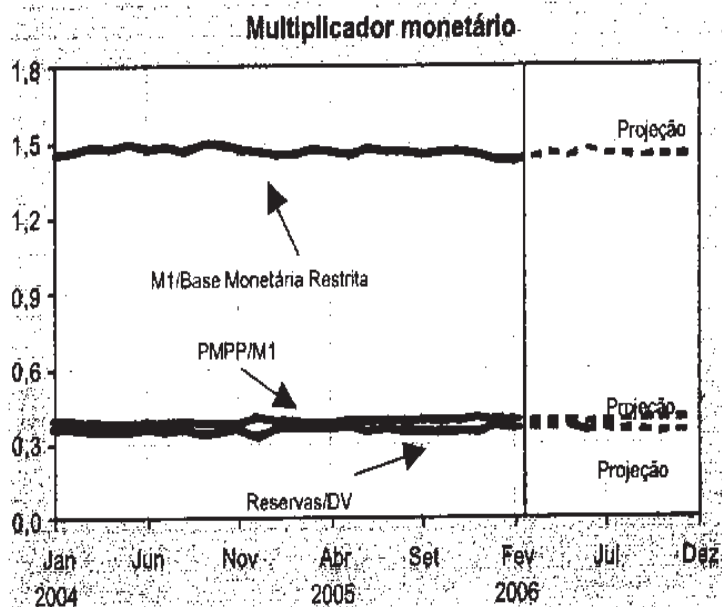
1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

46. Os multiplicadores da base monetária restrita e da base monetária ampliada não deverão apresentar tendência pronunciada em qualquer direção ao longo de 2006.



Resumo das projeções

Quadro 1. Resultados previstos pela programação monetária e ocorridos no quarto trimestre de 2005 ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	124,4-168,4	15,2	142,5	12,1
Base restrita ^{3/}	86,5-117,1	16,6	98,3	12,6
Base ampliada ^{4/}	970,0-1312,3	16,5	1154,1	17,9
M4 ^{4/}	1103,0-1492,3	17,0	1312,5	18,3

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 2. Resultados previstos pela programação monetária para o primeiro trimestre de 2006 e ocorridos no período janeiro/fevereiro ^{1/}

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 ^{3/}	111,8-151,3	9,8	131,8	9,2
Base restrita ^{3/}	78,1-105,6	12,8	92,5	11,5
Base ampliada ^{4/}	1090,9-1280,7	14,9	1190,9	17,5
M4 ^{4/}	1138,7-1540,6	16,2	1355,6	19,7

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 3. Programação monetária para o segundo trimestre e para o ano de 2006^{1/}

Discriminação			R\$ bilhões	
	Segundo Trimestre		Ano	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses ^{2/}
M1 ^{3/}	112,8-152,7	12,4	135,5-183,4	11,9
Base restrita ^{3/}	76,7-103,7	12,4	93,8-126,9	12,3
Base ampliada ^{4/}	1144,2-1343,2	18,1	1222,3-1434,9	15,1
M4 ^{4/}	1205,7-1631,3	19,8	1291,8-1747,7	15,8

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Para o cálculo da variação percentual considera-se o ponto médio das previsões.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

Quadro 4. Evolução dos agregados monetários^{1/}

Discriminação	2006		2006 ^{2/}			
	Janeiro - Fevereiro		Segundo Trimestre ^{3/}		Ano ^{3/}	
	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões	Var. % em 12 meses	R\$ bilhões ^{3/}	Var. % em 12 meses
M1 ^{4/}	131,8	9,2	132,8	12,4	159,4	11,9
Base restrita ^{4/}	32,5	11,5	30,2	12,4	110,4	12,3
Base ampliada ^{5/}	1190,9	17,5	1243,7	18,1	1328,6	15,1
M4 ^{5/}	1355,6	19,7	1418,5	19,8	1 519,7	15,8

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Ponto médio das previsões.

4/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

5/ Saldos em fim de período.

Quadro 5. Multiplicador monetário^{1/}

Discriminação	2006		2006 ^{2/}			
	Janeiro - Fevereiro ^{1/}		Segundo Trimestre		Ano	
	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses	Multiplicador	Var. % em 12 meses
M1 / Base restrita ^{3/}	1,425	-2,1	1,472	-0,1	1,445	-0,3
Res.bancárias / dep.vista ^{4/}	0,358	0,0	0,348	0,0	0,341	0,0
Papel-moeda / M1 ^{2/}	0,395	1,8	0,381	-1,3	0,400	0,0
M4 / Base ampliada ^{4/}	1,138	1,9	1,141	1,5	1,144	0,6

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Projeção.

3/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

4/ Saldos em fim de período.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com referência à **Mensagem nº 116, de 2006**, que acaba de ser lida, a Presidência comunica ao Plenário que a matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos, em regime de urgência, tendo em vista o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 25 de junho de 1995, que preceitua: “O Congresso Nacional poderá, com base em parecer

da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, rejeitar a programação monetária a que se refere o **caput** deste artigo, mediante decreto legislativo, no prazo de dez dias a contar do seu recebimento”.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 115 DE 2006

(Nº 198/2006, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,
De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea
f, da Constituição, combinado com o art. 11 da Lei nº
9.478, de 6 de agosto de 1997, submeto à apreciação

de Vossas Excelências o nome do Senhor Victor de
Souza Martins para ser reconduzido ao cargo de Di-
retor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e
Biocombustíveis – ANP.

Brasília, 30 de março de 2006. – **Luiz Inácio
Lula da Silva.**

VICTOR DE SOUZA MARTINS**DADOS PESSOAIS**

Nome: Victor de Souza Martins

Filiação: Mario de Souza Martins e Dinah Almeida de Souza Martins

Data de nascimento: 01/09/1953

Naturalidade: Rio de Janeiro – RJ

Endereço: Rua Alberto de Campos, nº 101/701 Ipanema
Rio de Janeiro, RJ CEP 22.411-030

C. P. F. : 282.995.667-20

ATIVIDADES ATUAIS

- Diretor Técnico da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, desde 20 de maio de 2005, atualmente respondendo pelas Superintendências de Refino e Processamento de Gás Natural; de Comercialização e Movimentação de Petróleo e seus Derivados e Gás Natural; de Gestão e Obtenção de Dados Técnicos; de Definição de Blocos e pelas Coordenadorias de Defesa da Concorrência; e de Tecnologia e Formação de Recursos Humanos.

FORMAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO

- 1974. Diploma de Administrador de Empresas (Universidade Federal do Espírito Santo).
- 1975. Diploma de Língua e Civilização Francesa (Universidade de Paris, Jussieu).
- 1975/1976. Pós-Graduação em Nutrição e Saúde Pública no Processo do Desenvolvimento Econômico (Universidade de Paris V).
- 1979. Curso de Comunicação Social (Universidade Federal do Espírito Santo, 1979 - incompleto)
- 2000. Pós-Graduação Executiva em Petróleo - MBP (COPPE/UFRJ).

PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Um dos fundadores do PMDB do Estado do Espírito Santo;

Um dos fundadores da Associação Capixaba de Proteção ao Meio-Ambiente;

Membro do Comitê Regional ES do PROMINP - Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural;

Membro do Conselho de Energia, do Conselho de Petróleo e Gás e do Comitê de Infra-Estrutura da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo - FINDES;

Membro do Comitê de Petróleo, Gás, Energia e Química do Movimento Espírito Santo em Ação;

Membro do Comitê Organizador do Congresso Vitória Oil & Gas 2005;

Victor de Souza Martins – Curriculum Vitae

Ex-representante do Estado do Espírito Santo nos Comitês de Assuntos Tributários e de Competitividade Industrial da ONIP;

Ex-membro do Conselho da Autoridade Portuária do Porto de Vitória-ES;

Ex-secretário executivo da Câmara Estadual de Logística e Comércio Exterior;

Ex-membro do Conselho Consultivo da ONIP.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP** Diretor Técnico (maio/2005-presente momento).
- Sócio-Gerente da empresa Análise Consultoria e Desenvolvimento Ltda, atuando na estruturação de políticas de desenvolvimento municipal e regional, na articulação de investimentos públicos e privados, na implantação de mecanismos de controle de recursos de royalties de petróleo e gás natural, e na elaboração de estudos e projetos de desenvolvimento econômico.
- Superintendente da Organização Nacional da Indústria do Petróleo – **ONIP** – no Espírito Santo.
- Representante do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás Natural – **IBP** – no Espírito Santo.
- **Agência de Desenvolvimento em Rede do Estado do Espírito Santo S/A – ADERES** Assessor Especial (1998-2001) e Diretor Técnico (2001-2002) atuando nos setores de turismo, logística, desenvolvimento regional e industrial, com ênfase nas áreas de petróleo e gás natural. Coordenador dos estudos visando ao recálculo da parcela capixaba do Campo de Roncador e à implantação dos mecanismos regulatórios envolvendo a distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo.
- **Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo S/A – BANDES** – (1995 – 1998) Assessor da Presidência e Secretário Executivo da Câmara Estadual do Corredor Centro-Leste, participando da realização de diversos estudos visando à expansão da movimentação de cargas no complexo portuário do Estado do Espírito Santo.
- **Secretaria de Comunicação Social do Estado do Espírito Santo - SECOM** – (1994) – Coordenador de Divulgação e Promoção.

Victor de Souza Martins – Curriculum Vitae

- **Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Espírito Santo – SEDES** – Assessor de Imprensa – (1991-1993).
- **Empresa Capixaba de Turismo S/A - EMCATUR** – Diretor-Presidente (1987-1989).
- **Comissão de Turismo Integrado da Região Sudeste** – Presidente (1988-1989)
- **Banco do Estado do Espírito Santo S/A – BANESTES** – Diretor Vice-Presidente (1985-1986).
- **Empresa de Processamento de Dados do Estado do Espírito Santo S/A – PRODEST** Diretor-Presidente (1983-1985).
- **Associação Brasileira de Empresas Estaduais de Processamento de Dados** – Diretor (1984-1985)
- **Prefeitura Municipal de Vitória – PMV** – Prefeito Interino nomeado (março/1983).
- **Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST** – Adjunto Administrativo na Assessoria de Comunicação (1981-1983).
- **TV Gazeta do Espírito Santo** – Chefe de Reportagem e Editor (1978-1981).
- **Jornal do Brasil S/A no Espírito Santo** – Correspondente (1978-1981).
- **Revista Espírito Santo Agora** – Diretor (1977-1978).
- **A Gazeta S/A** – Redator (1973-1974).
- **Meta Propaganda Ltda** – Redator (1972).
- **O Diário** – Repórter (1971).

PARTICIPAÇÕES EM EMPRESAS

- **Marsanto Imóveis Ltda** – sócio-quotista e diretor.
- **Guaxindiba Empreendimentos Ltda** – sócio-quotista e diretor.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2006.



VICTOR DE SOUZA MARTINS

Aviso nº 299-C.Civil

Brasília, 30 de março de 2006

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Moraes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,
Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual
Excelentíssimo Senhor Presidente da República sub-

mete à consideração dessa Casa o nome do Senhor
Victor de Souza Martins para ser reconduzido ao car-
go de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás
Natural e Biocombustíveis – ANP.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de
Estado chefe da Casa Civil da Presidência da Repú-
blica.



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional

Ano XLVII, Nº 90

Brasília - DF, quinta-feira



Sumário

	PÁGINA
Atos do Poder Executivo	1
Presidência da República	1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	3
Ministério da Ciência e Tecnologia	6
Ministério da Cultura	6
Ministério da Defesa	6
Ministério da Educação	9
Ministério da Fazenda	20
Ministério da Justiça	23
Ministério da Previdência Social	25
Ministério da Saúde	27
Ministério de Minas e Energia	30
Ministério do Desenvolvimento Agrário	30
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	30
Ministério do Meio Ambiente	31
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	32
Ministério do Trabalho e Emprego	33
Ministério do Turismo	34
Ministério dos Transportes	34
Ministério Público da União	35
Tribunal de Contas da União	36
Poder Judiciário	36
Editais e Avisos	39

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA FAZENDA

DECRETO DE 11 DE MAIO DE 2005

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XIV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e nos arts. 2º e 6º do Decreto nº 4.300, de 12 de julho de 2002, resolve

NOMEAR

PEDRO OLIVA MARCILIO DE SOUSA, para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para cumprir mandato até 31 de dezembro de 2009.

Brasília, 11 de maio de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Antônio Palocci Filho

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

DECRETO DE 11 DE MAIO DE 2005

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso XIV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11, §§ 2º e 3º, da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, resolve

NOMEAR

VICTOR DE SOUZA MARTINS, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP.

Brasília, 11 de maio de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Dilma Vana Rousseff

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL

DECRETO DE 11 DE MAIO DE 2005

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, de acordo com os arts. 84, inciso XVI, 107, caput, inciso II, da Constituição, e 3º, § 2º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e tendo em vista o que consta do Processo nº 007691/2004-14, do Ministério da Justiça, resolve

CONCEDER APOSENTADORIA,

a partir de 2 de setembro de 2004, ao Doutor HENRY BIANOR CHALU BARBOSA, no cargo de Juiz do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, incluindo a vantagem do inciso II do art. 184 da Lei nº 1711, de 28 de dezembro de 1952, em razão do direito adquirido consagrado no inciso XXXVI do art. 5º da Lei Fundamental.

Brasília, 11 de maio de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Márcio Thomaz Bastos

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA CULTURA

Exposição de Motivos

Nº 11, de 9 de maio de 2005. Alteração do afastamento do País do Ministro de Estado da Cultura, publicado no Diário Oficial da União de 4 de maio de 2005, com destino a Luanda, Canões, Montpellier e Estocolmo, para fazer constar que a viagem ocorrerá no período de 11 a 19 de maio de 2005, com baixa, e de 20 a 27 de maio de 2005, sem ônus, mantidas as demais condições. Autorizo. Em 11 de maio de 2005.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Processo nº 08650.000056/2005-34. Recurso interposto por CLAUDEMIR DIRVAL JACCOUD, no sentido de que seja anulada a penalidade de demissão que lhe foi imposta aos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 08658.003330/2001-86, efetivada pela Portaria nº 1.074, de 20 de abril de 2004, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União do dia 22 de abril de 2004. Seção 2, página 19. Em face das informações, nego provimento. Em 11 de maio de 2005.

Processo nº 08657.012601/2004. Recurso interposto por MÁRCIO DA SILVA TEIXEIRA, no sentido de que seja anulada a penalidade de demissão que lhe foi imposta nos autos do Processo Administrativo Disciplinar nº 08657.001211/1998-25, efetivada pela Portaria nº 2.699, de 22 de setembro de 2004, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União do dia seguinte, Seção 2. Em face das informações, julgo prejudicado o exame do recurso. Em 11 de maio de 2005.

CASA CIVIL

PORTARIAS DE 11 DE MAIO DE 2005

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL, DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto de 7 de abril de 2005, que institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de acompanhar a execução das ações integrantes do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social, resolve

Nº 346 - DESIGNAR

LEVY LEITE, do Ministério da Previdência Social, para integrar, como membro titular, o referido Grupo de Trabalho Interministerial, em substituição a Liêda Amaral de Souza.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL, DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 1º do Decreto nº 4.734, de 11 de junho de 2003, resolve

Nº 347 - NOMEAR

PUBENZA LÓPEZ CASTELLANOS, para exercer o cargo de Diretor de Programa da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, código DAS 101.5.

JOSÉ DIRCEU DE OLIVEIRA E SILVA

DESPACHOS DO MINISTRO

Processo nº 00150.001247/2005-96. Afastamento do País de ALE- XANDRE ZANANIRI CORDEIRO, Assessor Técnico na Secretaria Especial de Agricultura e Pesca, código DAS 102.3, matrícula SIAPE nº 1365290, no período de 21 de maio a 11 de junho de 2005, inclusive trânsito, com ônus limitado, com destino aos Estados Unidos da América para participar do programa de intercâmbio técnico denominado "International Visitor Program - Part II. Autorizo. Em: 11 de maio de 2005.

Processo nº 00100.000238/2005-20 - Afastamento do País dos servidores RICARDO LUIZ DE MIRANDA VALLE, matrícula SIAPE nº 1235426, Coordenador-Geral de Operações, código DAS 101.4 e MARCELO THOMPSON MELLO GUIMARÃES, matrícula SIAPE nº 1448581, Procurador-Chefe, código DAS 101.4, do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, com ônus, no período de 17 a 21 de maio de 2005, inclusive trânsito, para participar do 2º Seminário Mercosul de Certificação Digital e dar continuidade às atividades relacionadas à elaboração da

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS			
Páginas	Distribuição	Distribuição	Distribuição
	Federal	Estados	Estados
de 04 a 28	R\$ 0,30	R\$ 2,80	
de 32 a 76	R\$ 0,50	R\$ 3,00	
de 80 a 156	R\$ 1,10	R\$ 3,50	
de 160 a 256	R\$ 1,90	R\$ 4,40	
de 264 a 500	R\$ 3,50	R\$ 6,00	
de 504 a 824	R\$ 6,20	R\$ 8,70	

Atenção: Os preços são válidos para a distribuição em papel e não para a distribuição em microfilm.



BAHIA É O QUARTO ESTADO A REVERENDER OS DIÁRIOS OFICIAIS

Depois do Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul, agora a Empresa Gráfica da Bahia também venderá os Diários Oficiais editados pela Imprensa Nacional. Em breve a revenda avulsa dos Diários Oficiais chegará aos estados do Rio de Janeiro e Piauí.

EGBA - Empresa Gráfica da Bahia - Rua Nilo Morais Filho, 189 - Favela Graça do Retiro, Salvador - BA - CEP 40246-900 - www.egba.ba.gov.br

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52 Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

.....
Art. 11. A ANP será dirigida, em regime de colegiado, por uma Diretoria composta de um Diretor-Geral e quatro Diretores.

§ 1º Integrará a estrutura organizacional da ANP um Procurador-Geral.

§ 2º Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, após aprovação dos respectivos nomes pelo Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

§ 3º Os membros da Diretoria cumprirão mandatos de quatro anos, não coincidentes, permitida a recondução, observado o disposto no art. 75 desta lei.

.....
(À Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– A matéria vai à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 126, de 2005**, de autoria do Senador Paulo Paim, que *institui o Programa Nacional de Estímulo ao Emprego de Trabalhadores Experientes*.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)
– Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 376, DE 2006

Requeiro, nos termos do Art. 71, Inciso VII, da Constituição Federal, combinado com o Art. 216, Inciso I, do Regimento Interno, informações Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome sobre o Contrato de locação de imóvel firmado com a empresa imobiliária “Irmãos Sarkis”, para isto solicito resposta aos seguintes questionamentos:

1 – O valor do aluguel do referido imóvel?

2 – Houve estudos para a tomada de decisão na locação do referido imóvel?

3 – Quais foram os procedimentos adotados para a Locação?

4 – Houve oferta de imóveis de outras imobiliárias?

5 – O que Motivou a dispensa do imóvel oferecido no Edifício Toufic no Setor Comercial Sul, onde foram oferecidos os 1º, 2º e 3º andares e o subsolo?

Justificação

O presente requerimento tem por objetivo obter informações, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a respeito do contrato de locação de imóvel firmado com a imobiliária “Irmãos Sarkis”, a fim de dirimir dúvidas levantadas por ocasião da análise do Ofício “S” nº 1 de 2006, de autoria do Senador Demóstenes Torres.

Com base nestas informações poderemos dar melhores encaminhamentos, relativos à Fiscalização e Controle exercidos por esta Casa Legislativa, no caso desta locação imobiliária. Desta forma traremos maiores esclarecimentos ao processo, tão necessários para que a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, possa se pronunciar com total responsabilidade.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2006. – **Serys Slhessarenko**, Senadora da República.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 377, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do § 2º do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam prestadas pelo Senhor Ministro de Estado do Pla-

nejamento, Orçamento e Gestão as seguintes informações:

1) O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES tem sob sua responsabilidade a alocação de recursos a estados e municípios, bem como a entes privados para o desenvolvimento de projetos voltados especialmente para infra-estrutura do País. Solicito o encaminhamento das normas que regulam o aporte dos recursos orçamentários do BNDES e que porventura estabeleçam limites e/ou setores de atuação;

2) Qual o volume de recursos destinados a projetos pelo BNDES nos exercícios de 2000 a 2005 por região e por estado;

3) Do total de volumes destinados à execução de projetos detalhar segmento econômico beneficiado, por estado e esclarecer se o agente beneficiário é público ou privado;

4) Quantos funcionários compõem o quadro do departamento responsável pela análise de projetos, incluindo formação acadêmica, tempo de serviço prestado ao departamento, tempo de serviço no BNDES, quanto tempo até a aposentadoria?

Sala das Sessões, 5 de abril de 2006. — **Luiz Pontes**, Senador.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 378, DE 2006

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata, voto de pesar pelo falecimento de Luiz Carlos Calachi Moraes, ocorrido 3 de março de 2006, Luiz Calachi, nos seus 59 anos de permanência entre nós se tornou notável pelo seu perfil humanitário, afável e solidário. Homem de qualidade ímpar, deu enorme contribuição para a criação e solidificação do Partido dos Trabalhadores no contexto nacional, ofereceu suas qualidades não só ao Brasil mas, também em toda a América Latina e ainda no México e República Tcheca quando lá esteve, líder nato, que se empenhou como poucos para promover a igualdade social. Este voto de pesar deve ser enviado para a Vereadora e esposa Margarete Mo-

raes na Câmara de Vereadores de Porto Alegre/RS sito à Avenida Lourenço da Silva, 255, Cidade Baixa/RS, CEP 90013-901 e sua mãe Alba Calachi Moraes, com endereço sito à Rua João Neves da Fontoura, 1382, Bairro São Miguel, Cidade de São Leopoldo/RS, CEP 93025-650.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2006. — Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O Requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 379, DE 2006

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, solicito a Vossa Excelência autorização para viajar ao exterior, mais precisamente a Portugal e Espanha, no período de 21 de abril a 30 do mesmo mês, a fim de participar, a convite da Confederação Brasileira das Cooperativas Habitacionais, e também da FENACHE (Federação Portuguesa de Cooperativas Habitacionais) e da UAGACOVÍ (União de Cooperativas de Habitação da Espanha), instituições sociais daqueles dois países, de eventos como palestras, visitas, reuniões, e da abertura do Congresso da FENACHE e dos jogos Cooperativos de Portugal, quando terei oportunidade, na condição de representante do Congresso Nacional Brasileiro junto aos Parla-mentos Português e Espanhol, de proferir, palestra a respeito do que o Brasil já fez até agora na área habitacional e na de cooperativismo, e, mais ainda, de conhecer os programas adotados por aqueles dois países europeus para proporcionar moradia própria ao seu povo.

Certo de contar com a costumeira atenção de Vossa Excelência, aguardo uma sua manifestação urgente, para que eu mande providenciar os documentos necessários à viagem.

Com os meus agradecimentos, subscrevo-me,
Atenciosamente,

Sala das Sessões, 5 abril de 2006. — Senador **Jonas Pinheiro**.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 80, DE 2006

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir ao contribuinte pessoa física deduzir do Imposto de Renda parcela do valor pago no ano-calendário para a aquisição de imóvel residencial mediante financiamento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos e parágrafos:

Art. 12.

VIII – até trinta por cento dos valores pagos no ano-calendário, inclusive a título de entrada, para aquisição financiada, em nome do contribuinte, de imóvel residencial, novo ou usado.

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV não poderá reduzir o imposto devido, antes de considerada a dedução do inciso VIII, em mais de doze por cento.

§ 4º A dedução a que se refere o inciso VIII não poderá reduzir o imposto devido, antes de consideradas as deduções dos incisos I a IV, em mais de cinco por cento.

§ 5º Para usufruir a dedução prevista no inciso VIII, o contribuinte deverá comprovar que não foi proprietário de nenhum imóvel urbano, residencial ou comercial, nos últimos dez anos anteriores à data do contrato de aquisição do imóvel residencial mediante financiamento.

§ 6º Para os efeitos do inciso VIII, consideram-se financiamentos os realizados diretamente com as empresas construtoras, os obtidos junto a instituições financeiras, bem como por intermédio do sistema de consórcios de imóveis ou do sistema financeiro de habitação. (NR)

Art. 2º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos sessenta dias da publicação desta lei, bem como fará constar das propostas orçamentárias subsequentes os valores relativos à aludida renúncia.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. O art. 1º desta lei produzirá efeitos a partir de 1º de janeiro do ano subsequente àquele em que for implementado o disposto no art. 2º.

Justificação

A carência de habitações no País e as grandes dificuldades que o brasileiro enfrenta para adquirir um imóvel para abrigar sua família são notórios.

A medida objeto desta proposição tem por fim atender a um dos objetivos da justiça social — o direito à moradia — e amenizar as barreiras que muitos cidadãos de nosso País devem vencer para obter casa própria para si e para os seus. Nosso propósito é auxiliar homens e mulheres, solteiros ou chefes de família, que não possuem nenhum imóvel para morar, garantindo-lhes uma habitação condigna.

Não se trata de dar algo gratuitamente a alguém, muito menos beneficiar quem não precisa. E antes de tudo uma medida de justiça social, como já dissemos. Quem pode comprar imóvel à vista não faz financiamento. O limite para isenção não estimulará a compra financiada do imóvel por quem não precisaria dela. As taxas de juros não compensariam essa opção. Lembremos ainda que, para fazer jus à dedução, o contribuinte não pode ser nem haver sido proprietário de nenhum imóvel, de qualquer espécie, nos últimos dez anos. Os únicos beneficiados com a lei serão aqueles que realmente necessitam de financiamento para conquistar o sonho da casa própria. Ou seja, quem efetivamente necessita de ajuda.

O beneficiário não é somente o mutuário, pois o ganho social com a geração de emprego e renda no setor imobiliário será tão significativo e benéfico como os efeitos da redução de custos tributários decorrentes da “MP do Bem”, dinamizando o mercado imobiliário e estimulando o financiamento de imóveis e a construção de novas unidades.

Ante o exposto, cedo do alcance social da proposição que ora apresento a esta Casa Legislativa, peço o apoio dos ilustres Senadores para sua aprovação.

Sala das Sessões, 5 de abril de 2006. – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais.

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995

Altera a legislação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas e dá outras providências.

Art. 12. Do imposto apurado na forma do artigo anterior, poderão ser deduzidos:

I – as contribuições feitas aos fundos controlados pelos Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II – as contribuições efetivamente realizadas em favor de projetos culturais, aprovados na forma da regulamentação do Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC, instituído pelo art. 1º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991;

III – os investimentos feitos a título de incentivo às atividades audiovisuais, na forma e condições previstas nos arts. 1º e 4º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993;

IV – (VETADO)

V – o imposto retido na fonte ou o pago, inclusive a título de recolhimento complementar, correspondente aos rendimentos incluídos na base de cálculo;

VI – o imposto pago no exterior de acordo com o previsto no art. 5º da Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965.

§ 1º A soma das deduções a que se referem os incisos I a IV não poderá reduzir o imposto devido em mais de doze por cento.

§ 2º (VETADO)

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias, e com as normas desta Lei Complementar:

Art. 12 As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário – financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I – demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II – estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no **caput**, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou condições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o **caput** deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I – às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II – ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos,
em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– O Projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, como orador inscrito, concederei a palavra ao Senador Leonel Pavan.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, sujeito, entretanto, dada a situação criada pela... Se porventura chegar a meu nome na lista normal, eu desistiria da inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador Eduardo Suplicy, V. Exª já está inscrito como o número dois. Tendo em vista que o Senador Paulo Paim já falou, V. Exª passa a ser o primeiro inscrito para uma comunicação inadiável.

Senador Leonel Pavan, V. Exª tem a palavra por dez minutos.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Desculpe-me. Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE.

Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Exª minha inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Exª já está inscrita, Senadora Maria do Carmo.

Senador Leonel Pavan, na prorrogação, farei um desconto do seu tempo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, no dia de hoje, queria cumprimentar os moradores do Município de Camboriú. Em Santa Catarina, existem as cidades de Balneário Camboriú e de Camboriú. Camboriú completa, hoje, 122 anos. Depois, um bairro de Camboriú tornou-se a grande Balneário Camboriú.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– É a vedete do turismo.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – É a vedete do turismo do Brasil.

Camboriú é governada pelo Prefeito Edson Olegário, o Edinho, que, inclusive, está realizando inúmeras obras naquele Município. Então, meus cumprimentos a toda a população de Camboriú pelos 122 anos de emancipação política!

Mas o que eu queria falar hoje aqui segue mais ou menos a linha do discurso do Senador Paulo Paim. Falarei também sobre agricultura.

Ouvimos, todos os dias, o Senador Osmar Dias falar sobre agricultura, o Senador Jonas Pinheiro falar sobre agricultura. Hoje, foi a vez do Senador Paulo Paim. Eu, que sou de uma região turística – resido em um Município voltado para o turismo –, tenho, não obstante, um compromisso, um vínculo muito grande com a agricultura familiar. Vim do oeste do Estado de Santa Catarina, de Ponte Serrada, uma região também agrícola.

Eu queria, Sr. Presidente, falar sobre alguns e-mails que recebemos, sobre ofícios de inúmeras Câmaras de Vereadores de nosso Estado, para os quais chamo a atenção, referentes à produção de arroz em nosso Estado.

A agricultura brasileira sempre desempenhou um papel histórico em nosso processo de desenvolvimento. Houve tempo em que o setor agrícola respondia pela quase totalidade do setor produtivo, mas, ainda agora, em estágio de plena industrialização, os agricultores têm uma função básica e, mais do que isso, estratégica para a economia nacional.

Os elogios à pujança e à competitividade do setor agrícola tornaram-se lugar-comum. De fato, os agricultores brasileiros, embora enfrentando condições adversas, notadamente em relação aos pesados subsídios agrícolas praticados nos países desenvolvidos, logram alcançar invejáveis índices de produtividade, o que contribui decisivamente para o equilíbrio da economia, para a estabilização dos preços, para a geração de empregos e de superávit na balança comercial e, sobretudo, para a garantia da normalidade no abastecimento interno.

Entretanto, o Poder Público, que deveria atuar em conjunto com o setor agrícola nessa caminhada rumo ao desenvolvimento e aos ganhos de produtividade, tem-se revelado um parceiro ingrato. As nossas autoridades festejam, a cada ano, os sucessivos recordes de produção e os recorrentes superávits da balança comercial, a competitividade da agricultura brasileira, mas são incapazes de estabelecer uma política agrícola consistente, com créditos em volume suficiente e

preços mínimos capazes de evitar o prejuízo e o endividamento dos produtores.

Por todos esses motivos, Sr. Presidente Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que endosso integralmente as reivindicações dos agricultores brasileiros que se sentem relegados a segundo plano pelas autoridades federais. É por esses motivos que trago também ao conhecimento deste egrégio Plenário ofícios que recebi recentemente das Câmaras de Vereadores de Itajaí e de Joinville, do meu querido e belo Estado de Santa Catarina. Ambos descrevem as dificuldades enfrentadas pelo setor orizícola de suas respectivas regiões e reivindicam providências para minimizar a dramática situação por que passam aqueles produtores.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Santa Catarina é um dos Estados que mais produz arroz e é um dos grandes responsáveis pela produção e pela exportação desse produto. Itajaí, Joinville, Agrolândia, Corupá, Guaramirim, a região sul, a região do Alto Vale do Itajaí, a região norte do nosso Estado – agrônômica, por sinal – têm um dos produtos de melhor qualidade, reconhecida no mundo inteiro. Mas os Srs. Vereadores de Itajaí e de Joinville dizem que essas dificuldades devem-se principalmente aos baixos preços praticados pelo mercado de arroz, entre R\$15 e R\$17 a saca, “valores estes inferiores aos custos de produção”, conforme relata um dos documentos, com base em estimativas de órgãos oficiais e de entidades representativas do setor.

Os ofícios reportam-se também às medidas emergenciais reivindicadas pelos produtores de arroz catarinenses, assim elencadas: suspensão de todas as dívidas vincendas por meio de moratória de curto prazo, uma vez que, na safra 2004/2005, esses produtores já haviam contabilizado prejuízos e foram obrigados a renegociar seus compromissos financeiros; concessão de uma nova linha de crédito para garantir o plantio da safra 2006/2007; utilização dos mecanismos existentes para garantir que o produto não seja adquirido por valores abaixo do preço mínimo; disponibilização dos recursos da Companhia Brasileira de Abastecimento – Conab – para absorver o estoque de passagem de arroz, como forma de reduzir a pressão de baixa de preço no mercado; garantia, pela Conab, de acesso de todos os produtores aos programas de Aquisições do Governo Federal (AGF) e de Empréstimo do Governo Federal (EGF), os quais, na safra passada, atenderam a um número reduzidíssimo de orizicultores; isenção do ICMS sobre os insumos utilizados, em especial o óleo *diesel*, considerando que esse tributo já é recolhido quando da comercialização do arroz beneficiado pelas indústrias.

O ano de 2005 foi um dos piores das últimas décadas para os agricultores brasileiros. A Companhia

Nacional de Abastecimento estimou a queda real do preço médio do milho em 17,5%; do algodão, em 28%; da soja, em 33%; e, do arroz, em 36%. A comercialização da presente safra vem ocorrendo mediante as mais diversas dificuldades, com destaque justamente para a descapitalização do setor e, como é do conhecimento geral, para os patamares de juros elevadíssimos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao endossar os ofícios que recebo da Câmara Municipal de Itajaí e de Joinville, apelo às nossas autoridades para que atendam às justas reivindicações dos produtores de arroz catarinenses, pois, caso contrário, a descapitalização dos produtores de arroz e a redução da área de plantio, já em curso, podem comprometer o desempenho do setor e, com certeza, prejudicar muito o abastecimento interno.

Sr. Presidente, permita-me apenas utilizar mais dois minutos para dizer que li dados aqui fornecidos por Vereadores de Itajaí e de Joinville, que reivindicam ao Governo Federal que atenda aos produtores de arroz. Isso é importante, porque o arroz é um dos principais pratos na mesa dos brasileiros, nas mesas do mundo – o arroz e o feijão são a comida dos mais pobres. E não há mais condição de os produtores continuarem produzindo dessa forma.

Sabemos que, se subir o preço da saca de arroz, poderá aumentar o preço da comida na mesa do mais pobre. No entanto, se isso não for feito, faltará arroz e a situação piorará, pois o preço aumentará muito no futuro e criaremos mais um foco de pobreza.

Mais uma vez, Sr. Presidente, teremos de procurar o Governo para evitar o êxodo rural, para encontrar alternativas para atender ao homem do campo, ao agricultor, ao produtor. O Governo precisa ter uma política mais séria voltada à agricultura, a grande responsável pelo nosso superávit. Temos um País imenso, é claro que há o turismo litorâneo, mas o dia em que a agricultura parar, o mundo irá parar. É o que fazemos todos os dias: alimentamo-nos daquilo que vem da terra.

Os Senadores Osmar Dias, Paulo Paim, Jonas Pinheiro e tantos outros, diariamente, usam a tribuna do Senado para chamar a atenção do Governo para que crie uma política consistente voltada aos agricultores. Vamos ter sérios problemas, logo, logo, aí à frente, se não olharmos para esse setor!

Permita-me, Sr. Presidente, conceder um aparte a este grande homem público do Estado do Paraná e do nosso Brasil, que defende a agricultura, o Senador Osmar Dias.

O Sr. Osmar Dias (PDT – PR) – É um aparte rápido, Senador Leonel Pavan. Cumprimento V. Ex^a, que representa um Estado que também tem na agricultura uma das principais fontes de renda e de emprego e

sabe da gravidade da situação que o campo vive neste momento. No meu Estado, o Paraná, 42 mil produtores foram chamados recentemente pela Receita Federal, porque as dívidas do Banco do Brasil foram transferidas para o Tesouro Nacional, que subiu os juros, que eram de 3%, para 17,5%, de acordo com a taxa Selic, e está protestando os produtores; mas não há como eles pagarem, a não ser que entreguem suas propriedades à União. O Governo deveria editar uma medida provisória hoje – e aí não tem pressa quando se trata de um assunto urgente como esse –, mas adiou a solução dos problemas dos agricultores. Não só no meu Estado, mas no seu, no Rio Grande do Sul e em todos os Estados brasileiros, os produtores que não conseguiram colher uma safra capaz de pagar o custo de produção estão desesperados. V. Ex^a tem toda razão. Receba os meus cumprimentos pelo discurso que faz nesta manhã.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Senador Osmar Dias, passam dificuldades os produtores de arroz, feijão, milho, soja, alho, cebola, batata. Enfim, todos estão passando dificuldades.

Sei que o tempo se vai, Sr. Presidente, mas, com sua permissão, concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Rodolpho Tourinho, pois o tema é importante.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador Leonel Pavan, é muito próprio o seu discurso, a defesa dos agricultores, dos produtores rurais. Temos viajado por todo o Estado da Bahia e verificado o grande desencanto dos produtores, em função sobretudo daquele ato tão ruim cometido pelo Governo Federal, de vetar o projeto de renegociação que havia sido aprovado no Senado por todos nós, com muita responsabilidade.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O projeto foi aprovado na Câmara, e o Presidente vetou-o.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Foi vetado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Mas estava na Câmara!

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – É veto, é veto mesmo. Então, nesse caso, estão enviando uma medida provisória que, de forma nenhuma, repõe aquelas condições que havíamos aprovado aqui. Além de ser um desrespeito à Casa, é também, não tenho dúvida, um desrespeito ao produtor rural. Hoje, a grande maioria deles não tem a menor condição de pagar aquelas dívidas e, por isso, estão sendo executados. Não é admissível uma coisa dessas! Eles vão perder suas propriedades. Não tem sentido! E, no caso da Bahia, houve períodos de seca que impediram a produção. De forma que louvo V. Ex^a pela posição muito

lúcida em defesa dos agricultores, dos produtores rurais. Quero me associar a V. Ex^a. Muito obrigado.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Presidente Lula dizia em seus pronunciamentos: “Com os agricultores, eu me entendo. É dali que surgiu a minha candidatura. É dali que surgiu minha base de votos. Esses são os meus filhos”. Mas os filhos do Presidente eram os invasores, que continuaram invadindo propriedades pequenas, inclusive. Eu pensava que estivesse se referindo aos agricultores, mas Sua Excelência protege os invasores, que usam as invasões comercialmente. Lamentavelmente, acontece isso.

O Presidente Lula deveria encerrar esse seu mandato pelo menos com um prejuízo menor, criando uma alternativa para atender à agricultura do nosso País.

Espero que o próximo Presidente seja Geraldo Alckmin, até pelas ações que implementou na agricultura de São Paulo, mas que a proposta seja melhorada, ampliada, que atenda a todos os rincões e grotes do nosso Brasil, atingindo todos os agricultores do nosso Brasil.

Espero que o próximo Governo tenha uma política consistente e eficaz para a agricultura brasileira.

Se não investirmos na agricultura, teremos problemas nos centros urbanos, nas metrópoles, porque o agricultor vai embora, abandona a sua terra, em busca de melhores dias, de melhores caminhos, que, por fim, acaba não encontrando, já que o que ele conhece é a terra, o seu ofício, que é agricultura.

(Interrupção do som.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Já encerro.

Sr. Presidente Romeu Tuma, a preocupação básica de V. Ex^a é a segurança, mas a agricultura também representa segurança. Se não investirmos na agricultura, haverá pessoas desassistidas por esse Brasil afora, que acabarão caindo na marginalidade, atingindo exatamente o setor de segurança, que é a sua área. Se não investirmos na agricultura, na produção, no homem da terra, no colono, estaremos criando bolsões de pobreza, de miséria, criando novos marginais. Lamentável e infelizmente, isso ocorre.

Agradeço a todos os Senadores que me apartearam, e, principalmente, ao grande Presidente, homem público de São Paulo, que cuida da segurança, Senador Romeu Tuma.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Osmar Dias, se V. Ex^a permitir, desejo informar ao Senador Leonel Pavan que, no meu primeiro mandato, eu aprendi o que é segurança alimentar com o Senador Osmar Dias, que é autor de um traba-

lho a esse respeito. Então, eu sei que V. Ex^a quis se referir ao fato de que a garantia de alimentação vai melhorar o sistema de segurança pública, mas não podemos deixar de lado a segurança alimentar, pela qual V. Ex^a sempre tem lutado. Então, eu queria deixar registrado isso.

Eu também gostaria de dizer ao Senador Rodolpho Tourinho e aos demais que temos de aprender a devolver o veto e começar a pressionar para que seja colocado em discussão e votação, porque, às vezes, fica semanas sendo discutido aqui e, de repente, é vetado, sem termos meios de trazê-lo de volta para rediscutir se o Governo tem ou não razão em vetar o projeto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Romeu Tuma, V. Ex^a me permite uma questão de ordem em trinta segundos?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Romeu Tuma, eu não estava no plenário ontem à tarde e não pude deixar registrada a minha solidariedade ao Senador Arthur Virgílio. Por isso, quero fazê-lo agora, de forma muito carinhosa e respeitosa, lembrando que foi o Senador Arthur Virgílio, quando faleceu a minha mãe, quem encaminhou à Mesa o voto de pesar enviado a toda a minha família.

Então, eu não poderia, por vários motivos, inclusive pelo respeito e pelo carinho que tenho pelo Senador, deixar de registrar a minha total solidariedade ao nosso colega e amigo, Líder da Oposição, Senador Arthur Virgílio, pelo falecimento da sua mãe.

Era isso, Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Convido V. Ex^a a assinar o requerimento.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Assinarei com muito carinho e muita vontade e agradeço a V. Ex^a o convite.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra ao Senador José Jorge.

V. Ex^a tem a palavra por dez minutos. Se não for suficiente, faremos a prorrogação, mas sei que V. Ex^a é sempre conciso e objetivo nos seus pronunciamentos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, realizamos, na reunião de ontem na CPI dos Bingos, a tão prorrogada acareação envolvendo o ex-Secretário Municipal de Campinas e de São José dos Campos nas administrações petistas Paulo de Tarso Venceslau

e o atual Presidente do Sebrae, Sr. Paulo Okamoto, amigo íntimo do Presidente Lula.

O filiado ao Partido dos Trabalhadores veio protegido por liminares do Supremo – se não me engano, ele já tem três liminares –, que lhe davam a possibilidade de contornar as perguntas que considerasse inconvenientes, mas perguntas astuciosas de diversos Senadores acabaram arrancando informações surpreendentes e contraditórias, como a de que ele não cuidava das contas pessoais do Presidente ou de quaisquer outras pessoas, contrariando o que dissera no depoimento anterior.

Ao ser questionado sobre o pagamento de um empréstimo de R\$29,4 mil de Lula com o PT e de uma dívida de R\$26 mil da filha do Presidente, Lurian Cordeiro Lula da Silva, o acareado recusou-se a responder, sob alegação de que estava protegido por liminar do Supremo Tribunal Federal. E para desautorizar o amigo Okamoto, o novo Ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, veio a público para dizer que o Presidente Lula nunca reconheceu ter qualquer dívida com o PT. “O Presidente Lula jamais reconheceu ter qualquer dívida com o Partido que tivesse que ser paga.” – disse o ex-Presidente o Partido dos Trabalhadores.

Se não há dívida, então por que o amigo Okamoto correu para saudá-la? E o fez em dinheiro vivo, como confessou à CPI em outro depoimento. Há muitas histórias mal contadas e até mentiras que precisam ser apuradas.

Numa declaração contraditória com seus atos anteriores, Okamoto disse que “se tiver alguma acusação grave contra mim, estou disposto [a abrir o meu sigilo].”

Claro que acusações graves existem. Mais do que acusações existe a quebra do sigilo bancário determinada por uma CPI do Senado Federal. Se a disposição de ser transparente fosse verdadeira, o Sr. Okamoto teria autorizado a abertura de suas contas, para o exame responsável da CPI.

Mas essa liberalidade deve ser mais uma das atitudes dúbias do Presidente da Sebrae, como foi o condenável incidente envolvendo o escrivão da Polícia Federal, que o flagrou tentando enganar a CPI do Bingos.

Ao ser confrontado com as afirmativas seguras do ex-Secretário Municipal Paulo de Tarso Venceslau, o amigo de Lula não demonstrou firmeza em sua contestação, tendo por diversas vezes sido confrontado com citações do relatório da Comissão de Sindicância do PT que apurou as denúncias ainda no ano de 1992.

Uma das passagens que demonstram a inconsistência do discurso de Okamoto foi quando foi confrontado por Paulo de Tarso com a afirmativa de que

ele percorria as prefeituras petista pedindo a lista de fornecedores.

V. Ex^a estava lá, Sr. Presidente.

Ao responder, Okamoto confirmou que pediu à então Prefeita de São José dos Campos, a Deputada Ângela Guadagnin, tão famosa hoje como a Deputada da dança da pizza, “uma agenda de apoiadores”. Não foi a lista de fornecedores que ele pediu, mas a agenda de apoiadores – mais ou menos a mesma coisa. Segundo ele “o nosso objetivo era conseguir uma participação maior em setores da sociedade – provavelmente esses setores seriam os fornecedores da Prefeitura – onde o Partido não era muito vigoroso”.

Ele lembrou ainda que o PT já tinha participação forte nos movimentos sociais e sindicais, mas precisava criar sua área de influência em setores da classe média.

Eu, que estava participando da acareação, não consegui entender o que uma coisa tem a ver com a outra. O que têm a ver setores da classe média com a relação das prefeituras? Atingir novas fatias do eleitorado é uma ação eminentemente política, mas uma listagem de fornecedores só pode ter motivação de financiamento partidário.

Uma das afirmativas de Okamoto diante da CPI deverá entrar para o anedotário das Comissões de inquérito. Segundo o petista: “É difícil imaginar alguém pedir uma lista de fornecedores da Prefeitura para obter recursos para um Partido político” – antes de Delúbio, porque depois dele isso ficou claro.

O que será que queria o dirigente petista com uma lista dessa? Uma lista de endereços para mandar santinhos no período eleitoral?

Quando essa denúncia surgiu, no início da década de 90, pode ter soado inconsistente, já que o PT se vangloriava de ser o defensor da moralidade pública, mas, hoje, depois dos “delúbios”, dos “marcos valérios”, dos “mensalões” e de outros neologismos, a acusação de Paulo de Tarso Venceslau parece fazer todo sentido.

Eu gostaria de considerar, ainda, a atitude do Sr. Okamoto de não abrir seu sigilo bancário para exame da CPI dos Bingos. Com essa atitude, o Presidente do Sebrae está deixando o seu amigo, o Presidente Lula, em situação muito desconfortável, pois a desconfiança sobre as origens dos recursos são muitas, e a dúvida deverá ter sérias repercussões na campanha da reeleição do Presidente.

A pergunta que não quer calar é: por que Okamoto não acaba com essas dúvidas e libera o seu sigilo? É lícito pensar que, se está escondendo, é porque há algo de errado com suas finanças pessoais.

Ao fazer opção por ter uma vida pública, a tipo de pessoa deve saber que deverá estar disposta a todo indagação e dúvida. A contabilidade de Okamoto está sob suspeita de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e ele se nega, por meio de manobras no Supremo Tribunal Federal, a abrir suas contas.

Penso que chegou o momento de o Presidente Lula pedir a substituição do seu amigo Okamoto no Sebrae. Como disse Sua Excelência, em passado recente, é preciso “cortar na própria carne”. Se o Presidente do Sebrae não dá sinais da transparência exigida dos agentes públicos, é preciso substituí-lo. Se o Presidente da República não tomar essa providência, competirá ao Conselho Deliberativo do Sebrae fazê-lo.

O Sebrae é uma sociedade civil sem fins lucrativos, mas que sobrevive às custas de recursos paraestatais, que são as contribuições sobre a folha de pagamento das empresas.

A indicação do Presidente do Sebrae é atribuição do Conselho Deliberativo Nacional. Esse Conselho é composto de representantes da iniciativa privada, como: CNI, CNA, CNC, CACB, Anpel, entre outras instituições públicas.

Ao concluir, gostaria de solicitar a essas entidades que, se o Presidente Lula não afastar o Sr. Okamoto, tomem essa iniciativa saneadora, em respeito aos beneficiários finais do Sebrae, que é a população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, como uma pessoa física qualquer, acredito que o Sr. Okamoto possa não querer que a CPI investigue seu sigilo bancário. Ele recorreu ao Supremo Tribunal Federal para conseguir isso e, como pessoa física, ele está no seu direito, apesar de que, pelas dúvidas que se tem hoje...

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – O que acho muito estranho nesse caso todo é que esses conceitos de gravidade acabaram ficando muito flexíveis, porque o Paulo Okamoto diz que não abre o sigilo, mas que o abriria se houvesse uma coisa grave. Coisas graves aconteceram com ele, que pagou a conta do Presidente, pagou a conta da filha do Presidente. Trata-se daquele mesmo conceito que surgiu durante a apuração das CPIs, no sentido de que o caixa dois não era nada de mais, era “dinheiro não-contabilizado”. Creio que isso é para enganar o povo, e V. Ex^a tem muita razão em trazer esse assunto agora para todo o Brasil.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Senador Rodolpho Tourinho.

Inclusive, ontem, na CPI, houve um apelo do próprio Senador Tião Viana, um dos principais Senadores do PT – praticamente o que lidera a representação do PT na CPI dos Bingos –, para que o Sr. Paulo Okamoto abrisse o seu sigilo bancário, a fim de que ele pudesse inclusive ficar livre dessa acusação.

Na realidade, creio que esse é o caminho correto, porque a quebra do sigilo dele já foi aprovada pela CPI. Há até um outro requerimento, de minha autoria, que solicita a quebra do sigilo bancário do Sr. Paulo Okamoto. Creio que deveremos conseguir isso rapidamente.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, as ponderações que V. Ex^a faz me levam, primeiro, a um raciocínio. V. Ex^a observou que, ontem, tanto eu quanto o Senador Tião Viana ponderamos ao Sr. Paulo Okamoto que seria importante a reflexão que ele está fazendo no sentido de tomar a decisão de abrir a informação que está sendo solicitada, inclusive nos termos em que o próprio Líder do PLF, Senador José Agripino, sugeriu. Ou seja, não é que se deseje que ele revele, por um longo tempo, sua movimentação bancária, mas naquele período...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...para se esclarecer a entrada dos recursos que viabilizaram aquela contribuição que ele fez para o Presidente Lula. Isso ficou claro, e é uma demanda que me parece razoável. Quem sabe ele possa, inclusive dialogando com o Presidente, permitir a abertura dessa informação, o que desanuvriaria muito todo esse clima. Eu queria também ponderar uma outra questão, a partir e à luz de tudo o que ocorreu, não apenas com o meu Partido, pois V. Ex^a sabe que fatos relativos...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...à não-contabilização de recursos em campanhas eleitorais é algo que permeia o sistema político brasileiro já há muito tempo.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Acontece que o Partido de V. Ex^a é que está no poder agora. Então, tudo o que ocorre com ele é mais grave.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Mas o PFL também está no poder em diversos Estados e Municípios. E haverá eleições.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Eu até considero importante a iniciativa do PFL – e de todos a aprovarmos unanimemente no Senado –, no sentido de que, a partir de agora, tenhamos o registro completo das receitas e despesas de campanha registradas na rede mundial de computadores, na Internet, para que, em tempo real, possam a Justiça Eleitoral e os eleitores saber como é feita a campanha.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex^a já está há mais de quatro minutos com a palavra, Senador, mais de 20% do tempo do orador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Portanto, Senador José Jorge, ainda que a Câmara não tenha aprovado essa matéria, aprovada pelo Senado, avalio que será próprio que todos os nossos Partidos – e é a sugestão que nós, os doze Senadores fizemos para o PT – venham a adotar esse procedimento, ainda que isso não tenha sido uma exigência legal, aprovada pelo Congresso.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Agradeço ao Senador Suplicy o aparte e vou encerrar, Sr. Presidente.

Em resumo, creio que é incompatível o Sr. Paulo Okamoto se recusar, por meio de medida no Supremo, a abrir seu sigilo bancário, como bem falou o Senador Suplicy e o Senador Tião Viana, e continuar presidindo o Sebrae. Creio que se ele quiser utilizar-se desse artifício jurídico, ele pode, já que é um brasileiro igual a qualquer outro. Mas ele não pode recusar-se a abrir seu sigilo bancário e ocupar um cargo público – quase público, semipúblico –, como é a presidência do Sebrae, com tantos recursos para aplicar e com tantas coisas para fazer.

Portanto, faço um apelo ao Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae para que dê um prazo ao Sr. Paulo Okamoto autorizar a quebra do seu sigilo bancário. Caso contrário, que ele deixe a Presidência do Sebrae.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador José Jorge, uma coisa que me surpreendeu muito ontem, levando-se em conta a inteligência demonstrada por Paulo Okamoto, foi quando Paulo de Tarso leu o depoimento da Deputada Ângela Guadagnin sobre a lista. Paulo Okamoto disse que ela confundiu “lista” com “relação”! Isso realmente me deixou um pouco surpreso. Não consegui saber se essas palavras eram sinônimas ou se cada uma representava algo diferente.

Concedo a palavra ao Senador César Borges, por permuta com o Senador Heráclito Fortes.

Tem S. Ex^a a palavra por dez minutos. Em seguida, eu a concederei ao Senador Gilvam Borges, por cessão do Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, depois de longos meses de muito trabalho, de muita discussão, de muito suspense, inclusive, estamos chegando ao final dos trabalhos da CPMI dos Correios.

Essa Comissão, Sr. Presidente, como todos sabem, nasceu de uma pressão da sociedade brasileira, da opinião pública, diante de denúncias que envolviam funcionários dos Correios e Telégrafos, como o Sr. Marinho.

O Governo, na sua contumácia, simplesmente minimizou o fato, diminuiu a importância daquilo de que toda a Nação tomou conhecimento, por meio da gravação do recebimento de uma propina de R\$3 mil, e pressionou os Srs. Senadores e Deputados, ameaçando aqueles da Base que eventualmente dessem apoio à criação da CPMI dos Correios com a retirada de qualquer possibilidade de liberação de verbas do Orçamento Geral da União. Todo o País viu a pressão que o Presidente da República e as Lideranças do Partido dos Trabalhadores fizeram sobre a Casa, sobre os Parlamentares.

Felizmente, a CPMI foi criada, e veja, Sr. Presidente, de quantas coisas o País tomou conhecimento a partir dela.

Como o Partido dos Trabalhadores e o Governo são contumazes, volto a dizer, em, primeiramente, negar. Disseram que não havia nada, que era invenção da Oposição, a qual queria desgastar o Governo. Aí, os fatos foram se sucedendo e aparecendo paulatinamente.

Depois daquela fita dos Correios, o Deputado Roberto Jefferson resolveu falar e mencionou o mensalão. Aí, apareceu o Marcos Valério, o “carequinha”, que, num primeiro momento, não falou. O Governo disse: “Está vendo? Não há nada”. No entanto, num segundo momento, veio uma versão de que tudo era resultado de um caixa dois. Contudo, a história mostrou que se tratava de um mensalão, efetivamente; um grande esquema de transferência de recursos públicos e privados para a compra de consciências de Parlamentares, a fim de que fossem aprovados, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, projetos em que o Governo tinha interesse, ou seja, o grande beneficiário foi o Governo, o Presidente Lula, sem sombra de dúvida.

As investigações foram se sucedendo, e, muitas vezes, fomos surpreendidos com a presença de pessoas que não foram convocadas, como o publicitário Duda Mendonça, que veio espontaneamente. Pressionado,

talvez, pelos seus familiares e pela opinião pública, ele resolveu falar e disse: “Eu recebi dinheiro de caixa dois, inclusive no exterior”. Isso configurou diversos crimes, como sonegação fiscal e evasão de divisas.

Pois bem, Sr. Presidente, ficou claro que havia caixa dois pagando despesas do Presidente da República da campanha de 2002 e, também, da campanha de 2004.

Sr. Presidente, o mensalão existiu. Isso ficou também claro pela lista de beneficiários, de Deputados e Lideranças dos Partidos da Base do Governo, que receberam, sim, recursos vultosos, que eram redistribuídos. Isso ficou bastante claro! Os membros da CPMI, principalmente o seu Relator, Deputado Osmar Serraglio, começaram a formar uma convicção da existência do mensalão, porque os depoimentos e as provas documentais os levavam a isso.

Avançamos, Sr. Presidente, nas investigações. Foram criadas Sub-relatorias; Deputados e Senadores empenharam-se nelas. O resultado final da CPMI é o relatório que está sendo apresentado pelo Relator Osmar Serraglio.

Quem escolheu o Deputado Osmar Serraglio foi a Oposição? Não. A escolha foi feita por intermédio do Presidente da Comissão, Senador Delcídio Amaral, eleito numa disputa inclusive comigo. Perdemos por um voto, apenas. E quem era Delcídio Amaral, naquele momento? Era o Líder do Partido dos Trabalhadores.

Assim, não houve interferência na escolha do Relator, o Deputado Osmar Serraglio. Foi escolhida uma pessoa que o Governo, o Planalto, considerava como de confiança para conduzir essas investigações. Ele o fez, eu diria, Sr. Presidente, até sob a nossa suspeição de que não iria produzir um relato próximo da realidade. No entanto, para surpresa nossa, que não é de agora, mas já de algum tempo, mostrou o Deputado Osmar Serraglio ter muito mais compromisso com a verdade e com sua história de vida pública do que com o Planalto. S. Ex^a começou a atuar de forma correta, e eu já vim a esta tribuna penitenciar-me por aquela dúvida sobre a sua participação.

Pois bem, o Deputado Osmar Serraglio, agora, apresenta um relato que não é ótimo, pois o ótimo seria se houvesse realmente coragem para nele se colocar a culpa no Presidente Lula, dizendo que ele era o beneficiário que estava por trás de tudo. O ideal seria que S. Ex^a abordasse, em seu relatório, o envolvimento do filho do Presidente Lula com a questão da Gamecorp, pois todo o País sabe que o Lulinha ganhou R\$15 milhões.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador César Borges, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Com muito prazer, Senador José Jorge.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Senador César Borges, V. Ex^a está indo ao centro da questão. Efetivamente, essa operação para transformar em *pizza* a CPMI dos Correios envergonha o Congresso Nacional. Durante meses e meses de trabalho, o Relator, Deputado Osmar Serraglio, sempre se revelou ponderado. S. Ex^a foi escolhido, como disse V. Ex^a, pelo próprio Governo. Foi a Base do Governo que derrotou a candidatura de V. Ex^a, que apoiamos, e colocou o Senador Delcídio, o qual, por escolha da Base do Governo no Congresso, indicou o Deputado Relator. E S. Ex^a foi ponderado, não fez um relatório completo, como V. Ex^a está citando, mas fez um relatório razoável e que mostra aquilo que, efetivamente, aconteceu. Querem derrotar esse relatório por um voto, ou por meio voto, para poderem apresentar um outro que é uma peça de ficção e que a sociedade não vai aceitar. Se eles conseguirem derrotá-lo, vamos, todos juntos, entregar o relatório do Deputado ao Ministério Público; vamos para as ruas; vamos publicá-lo; vamos vendê-lo nas livrarias, para que a população possa saber o que realmente aconteceu. Vamos continuar e terminaremos por aprovar esse relatório. Eles têm muita coragem, mas não sei se a têm para tanto. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Eu agradeço a V. Ex^a, que foi muito preciso.

O relatório do Deputado Osmar Serraglio reflete o que S. Ex^a viu ao longo desse período e está muito próximo de toda a verdade. Não é que lá haja algo que não seja verdadeiro. Tudo é verdadeiro. Poderia, talvez, estar mais próximo ainda daquilo que nós sabemos que é a verdade pura e absoluta, ou seja, que o Governo Federal, por intermédio do seu principal líder, o Presidente da República, está envolvido. No entanto, o relatório é razoável – eu diria bom –, e nós o estamos aprovando, dando apoio ao Deputado Osmar Serraglio.

O Governo, contudo, tenta desmoralizar o Relator Osmar Serraglio ao dizer que não houve mensalão, que não há provas, que ele está fazendo ilações.

Ora, ilações, para um relato sério como exige essa questão desmoraliza quem o está fazendo. E é o que o PT está procurando fazer, Sr. Presidente.

Concedo um aparte ao Senador Rodolpho Tourinho, meu companheiro da Bancada da Bahia, com muita satisfação.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Quero apoiar V. Ex^a, Senador César Borges, pelo pronunciamento lúcido e muito verdadeiro. No caso do relatório, podemos até discordar, digamos assim, de coisas periféricas. Talvez alguma coisa devesse ser acrescentada;

outras, tiradas. Mas o que considero importante é que a espinha dorsal do relatório, como o próprio Deputado Osmar Serraglio assim chama, não seja modificada de forma alguma, porque ela traduz a verdade, ainda que não tenha traduzido tudo e indicado todos os envolvidos, certamente. Mas a questão é que existiu o mensalão, efetivamente. Sabemos que o problema não foi de caixa dois, e mais, que empresas estatais alimentaram esse valerioduto. Essas duas questões são absolutamente essenciais, e nós, da Oposição, não podemos abrir mão de que isso conste efetivamente no relatório. Parabéns a V. Ex^a por sua destacada atuação em todo esse processo. Lamento termos perdido por aquele voto, mas creio que as coisas teriam sido bem diferentes não fosse a atuação de V. Ex^a. Gostaria de dizer também que a sua posição é a correta. Estamos juntos aí!

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Muito obrigado!

Nós, a Oposição desta Casa e os Parlamentares que têm compromisso com a verdade, não vamos tergiversar na votação do relatório, que se deve dar, hoje, às 16 horas. Seremos firmes! Se o Governo quiser, que assuma a responsabilidade de derrotar o relato do Deputado Osmar Serraglio. Não seremos nós. Ouvimos de tudo, Sr. Presidente: que vão tirar o Vice-Presidente, o Deputado Asdrubal Bentes, que vão modificar, tirar ali um membro ou outro. A pressão está vindo de todos os lados para que se aprove um relatório que é história da carochinha, o relatório paralelo do PT, segundo o qual o PT foi iludido, seduzido e envolvido por Marcos Valério.

Ora, Sr. Presidente, ninguém é criança, e o que está em jogo é a respeitabilidade do Congresso Nacional, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados. Nós, que estamos com a figura e a imagem desgastada perante a opinião pública, não podemos dar mais uma demonstração de falta de luta, falta de esforço, falta de perseverança para aprovar um relatório, que é correto. Vamos lutar até o final.

Tenho a certeza de que todos os membros da CPMI que compõem a Oposição nesta Casa estarão presentes. E espero que os partidos da base, como o PMDB, que certamente será fundamental nessa votação, possam, neste momento, cumprir o que a Nação espera dos seus parlamentares que compõem aquela Comissão.

Não vamos ceder a esse tipo de malversação da história e da verdade que o Partido dos Trabalhadores quer fazer, porque o Partido dos Trabalhadores tem efetivamente a culpa de ter trazido à Nação um momento tão triste para as nossas instituições republicanas. Foi o Partido dos Trabalhadores que criou o mensalão e

dele se utilizou para aprovar matérias do interesse do Presidente da República, comprando consciências de parlamentares. Isto tem de ser denunciado, aprovando-se esse relato e fazendo com que aqueles que têm culpa efetivamente e que estão indiciados possam responder na Justiça. Esperamos que o Ministério Público cumpra o seu papel, porque o nosso papel nós cumprimos na CPMI. E não vai ser agora, no final, que o PT vai enlamear um trabalho sério retratado no relatório do Deputado Osmar Serraglio realizado pelos componentes daquela Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador César Borges, ontem, durante os noticiários jornalísticos, um desses analistas políticos equilibrados disse que o Governo tem de ter cautela, porque o povo já aprovou o relatório e tem conhecimento de todos os dados que nele contém. Então, o povo já o aprovou. Se houver rejeição ao relatório, significará rejeição ao povo brasileiro, segundo um analista político. E acredito que ele está correto.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Se me permite V. Ex^a, Sr. Presidente Romeu Tuma, acompanhei esta Comissão com toda a acuidade necessária – talvez mais do que uma novela das oito de grande sucesso – pela TV Senado, que está de parabéns pelo trabalho, pela cobertura; aliás toda a imprensa brasileira mostrou os trabalhos da CPMI à população. E, como V. Ex^a arremata, é a população que julga; ela está vendo e sabe a verdade. Não é o PT que vai impor a verdade ao País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por permuta com o Senador Heráclito Fortes. Em seguida, na intercalação, o Senador Gilvam Borges, como inscrito.

V. Ex^a tem a palavra por cinco minutos, Senador Ney Suassuna.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Vou ser breve, Sr. Presidente. Obrigado pela cessão da palavra. Obrigado, Senador Heráclito Fortes, pela permuta.

Sr. Presidente, cada final de semana que vou ao meu Estado recebo uma enxurrada de perguntas sobre o Orçamento. O Orçamento hoje domina corações e mentes de todos os prefeitos, governadores e, por que não dizer, até mesmo do Governo Federal. O Governo está-se paralisando. E não creio que seja este o interesse da Oposição nem tampouco dos membros do Governo.

Horas há em que o Governo é acusado pela Oposição de estar paralisando o Orçamento; horas há em que o Governo acusa a Oposição de estar paralisando o Orçamento. Ontem, o Presidente Lula, em um de seus discursos, disse: “Votem contra, mas votem. Votem o Orçamento”. Este tem sido o pedido de todos os prefeitos. São muitas as obras em curso, são muitas as obras por iniciar; são investimentos importantes para empresas que estavam trabalhando e contratando pessoas pelo País afora. Enfim, essa é uma engrenagem econômica que, se um paralisa essa catraca tão importante, paralisa muitos setores da economia.

Devíamos ter convocado o Congresso para votação esta semana, mas vários fatos se sucederam e atrapalharam essa convocação: fechamento de CPIs, as famigeradas medidas provisórias que estão bloqueando a nossa pauta, assuntos que, na Câmara dos Deputados, têm criado problemas internos em partidos importantes, como o PMDB; enfim, foram muitos os assuntos. O nosso dever era ter votado o Orçamento até o final de novembro, mas já estamos entrando no mês de maio e, até esta data, não tivemos ainda a finalização dessa votação. Na terça ou na quarta-feira próxima, o Presidente pretende convocar o Congresso para a votação do Orçamento. Não é o Orçamento dos sonhos de ninguém – está muito complicado: faltam verbas para os governadores, para fulano e para sicrano –, mas ele precisa ser votado. E espero que consigamos fazer isso.

Mas não é só esta a decepção que estou vivendo. Também vejo um Senado e uma Câmara onde a política predominou e as obrigações deixaram de ser cumpridas, em que todo dia se sucedem discursos repetitivos e, nesse afã político, nessa guerra política, não conseguimos cumprir as nossas obrigações tradicionais – o Orçamento é uma delas.

E não é só no Congresso que isso está acontecendo; o mesmo está acontecendo na Justiça. Um exemplo triste para nós é que Estados como Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Ceará aguardam o desfecho – sim ou não – da transposição do São Francisco. Está tudo pronto para sair, mas a Justiça paralisou o projeto, porque ainda não saiu a decisão se pode ou não continuar, porque houve vários pedidos de bloqueio pela Justiça que estão lá para serem julgados. Tudo isso faz com que o homem comum, o cidadão que está neste momento no Curimataú, no Cariri, na Paraíba, clamando por água, o Prefeito que está querendo fazer a pavimentação ou o esgotamento sanitário ou querendo concluir uma pequena ponte, com que todos digam: “O Congresso não trabalha? O que aconteceu com o Congresso?”. Nossa visão fora desta Casa está sendo cada vez mais dura; o julga-

mento está sendo cada vez pior. Estou muito preocupado com isso e gostaria muito que conseguíssemos superar essas crises e passar adiante, vencendo esses obstáculos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ney Suassuna, o Presidente Gilberto Mestrinho, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ameaçou abandoná-la pelos conflitos que têm havido dentro da própria Comissão.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB) – Permita-me, Sr. Presidente, dizer que não é só isso. S. Ex^a tem sido um gigante, aturando bloqueios, bloqueios, e bloqueios. Na semana retrasada, o Senador Gilberto Mestrinho já queria entregar a Presidência, e pedimos que não o fizesse, pois a crise seria ainda maior. Nesta semana, estava um pouco mais sorumbático, um pouco mais triste, um pouco mais decepcionado. E, realmente, está sendo difícil. Já fui Presidente daquela Comissão e sei da dificuldade: é do tamanho do Senado, com 81 membros. É muito difícil, e S. Ex^a está coberto de razão. Realmente, é difícil. É difícil para os Líderes, e está faltando motivação da parte de todos. Concorro com V. Ex^a que temos de louvar o papel do Senador Gilberto Mestrinho, que está “comendo um dobrado”, pois está sendo muito complicada a condução de algo que não anda, que emperrou.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Gilvam Borges, V. Ex^a dispõe da palavra por dez minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, enquanto o Senador Gilvam Borges chega à tribuna, peço minha inscrição como Líder do PSDB. Encaminharei já o documento necessário.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a falará após o Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, por dez minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Congresso Nacional tem pautado as discussões de seus Parlamentares, tanto nesta augusta Casa como na Câmara dos Deputados, em dois temas que têm chamado a atenção do País: CPIs e Orçamento Geral da União.

Li pelos jornais que Hugo Chávez, Presidente da Venezuela, país vizinho da América do Sul, em uma ação totalitária, resolveu exonerar todos os juizes de 1º grau e contratar juizes **pro tempore**. A América do Sul já viveu turbulências de regimes autoritários. Agora, há um novo tom, em que a lei, em que o Congresso Nacional, representação maior do povo brasileiro, dá o pilar e a garantia do funcionamento das instituições.

Nas CPIs, observamos as acareações, os apartes feitos por Parlamentares de Situação e de Oposição. Então, marchamos, por acreditar em um País de dimensões continentais, de cultura heterogênea, de criatividade fabulosa. Acredito no meu País. Creio que falta muito pouco. É muito importante tirar o lixo que estava debaixo do tapete, para que possamos trabalhar e para que o Brasil encontre sua verdadeira vocação: o desenvolvimento, a dança, o carnaval, o trabalho de nossas indústrias, a produção de nossos cientistas, a pesquisa de nossas universidades. Este País tem um futuro garantido e promissor. Não é uma catástrofe, uma visão apocalíptica em que mergulhamos. É preciso levantar o ânimo!

Sr. Presidente, a história está aí: a presença de Pol Pot na Ásia; a presença de Mao Tse-tung, queimando livros; a quebra da nova ordem; a busca pela ideologia de um novo mundo. Agora, o mundo vive uma nova realidade. Experiências foram vivenciadas, o Muro de Berlim foi quebrado, a União Soviética está em processo de reavaliação, a China comunista é mais capitalista do que a própria América do Norte, do que os Estados Unidos, e o Brasil marcha em grande velocidade, apesar da aparente turbulência, apesar das dificuldades que vivemos, pela grave crise moral.

Mas, Sr. Presidente, vim aqui também para comunicar ao meu querido Município de Mazagão que liberamos R\$72 mil para a estruturação de unidades de saúde. É pouco dinheiro, mas penso que o Congresso e os Parlamentares têm essa obrigação de caminhar para os Ministérios e não só de compor o Orçamento da União, colocando recursos orçamentários. Creio que essa é outra etapa complexa.

O Brasil não imagina, quando seus Parlamentares aqui chegam, a concorrência e as dificuldades que enfrentamos. São várias Bancadas aqui defendendo os interesses regionais e do País, de um modo geral. Grande parte fica aqui, dia e noite, de plantão nessas cadeiras, discursando, defendendo idéias, e parte considerável – esta é outra etapa da ação parlamentar – está batendo na porta dos Ministros, visitando técnicos, ligando para os Prefeitos e buscando a elaboração dos projetos. Assim, na cidadezinha lá na ponta, poderá ocorrer o progresso, com a chegada do posto

médico, do hospital, da escola, da pavimentação, do saneamento básico.

Eu me entusiasmo sempre, apesar de ver um estado de apreensão, um estado letárgico, em grande parte dos colegas, que têm pautado a grande discussão nessas CPIs, para dizer que este País precisa levantar-se, que esta crise moral precisa ser debelada. No entanto, ainda acredito que, com pequenos passos, com gestos de trabalho, possamos contribuir definitivamente para este País.

Orgulho para nós foi quando nosso astronauta estava naquela tripulação mostrando a Bandeira brasileira. Aquilo nos emociona! Há quantos anos não esperávamos por isso?!

Portanto, conclamo os colegas, para que possamos objetivar, com urgência, a aprovação do Orçamento, uma colcha de retalhos de interesses completamente divergentes. Os Líderes precisam mobilizar-se e dar suporte para o Presidente viabilizar e aprovar, com urgência, o Orçamento. As Forças Armadas, os Ministérios, todas as Pastas, as Prefeituras e os Governos estaduais dependem da aprovação do Orçamento. Acredito que será possível aprová-lo na próxima semana.

Entendo que o Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, muito competente, e o Presidente da Câmara dos Deputados têm a condição de se juntar com o Presidente da Comissão de Orçamento, se reunir com os Líderes, aparar, ou pelo menos amaciar, as divergências e partirmos para a aprovação do Orçamento.

Vejo, Sr. Presidente, que o nosso País está marchando muito bem, apesar dos pesares. Acredito que todos nós, trabalhando para o desenvolvimento da Pátria, temos condições de fazer um País cada vez melhor. Temos problemas gravíssimos nas áreas sociais, problemas de segurança – estamos beirando 200 mil presidiários –, problemas seriíssimos na área educacional. Lembro que o Japão, depois da Segunda Guerra Mundial, fez um plano estratégico e investiu maciçamente na educação; e ele, detentor de uma cultura milenar, conseguiu se levantar de uma forma tal que hoje é uma das maiores potências do mundo.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Eu gostaria de um aparte, Senador Gilvam Borges.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Concedo um aparte a V. Ex^a, com o maior prazer.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento. V. Ex^a está certo. Temos que nos reunir e termos a responsabilidade, como Congresso, de aprovarmos este Orçamento. Já estamos no mês de abril e tudo depende do Orçamento. Entendo que nós, do Congresso Na-

cional, Senadores e Deputados Federais, temos que dar velocidade a este País, temos que ajudar a implementar as ações necessárias e importantes. E, sem Orçamento, tudo fica mais difícil. Acho que poderíamos nos debruçar na questão do Orçamento, aprová-lo o quanto antes, demonstrar a nossa parceria com o Brasil ajudando este País a se desenvolver em todos os sentidos. Portanto, o pronunciamento de V. Ex^a é oportuno e acho que todos temos que nos preocupar com a velocidade com que anda este País e com a velocidade em que ele deveria estar andando para responder às grandes demandas do povo brasileiro. Meus cumprimentos!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço o aparte, Senador Maguito Vilela.

Já para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que nós, do Amapá, estamos convictos do desenvolvimento. A ponte sobre o rio Jari já começa, já se inicia; o nosso aeroporto está em plena construção; recentemente, estivemos inaugurando um trecho de quase 200 quilômetros da BR-156; a nossa ponte sobre o rio Oiapoque, em relação à parte da burocracia pelo Brasil, já foi aprovada por esta Casa e brevemente será iniciada. A idéia do Portal da Amazônia, para encurtar a distância até Belém e diminuir o custo operacional do transporte das mercadorias que chegam ao Brasil via Amapá, também já está lançada. Portanto, o Amapá se mobiliza e acredita.

Quero, pois, levar uma mensagem a todos os Colegas do Congresso Nacional: é preciso revitalizar. É verdade que estamos dormindo cansados, mas, quando amanhece o dia, a energia vem e retomamos a disposição. Apelo ao Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, e ao Presidente da Câmara dos Deputados, junto com o próprio Presidente da República; Lideranças do Governo e da Oposição: o Orçamento precisa ser aprovado.

Um grande abraço a todos os brasileiros. Estamos trabalhando firme. Não se impressionem com os discursos que ocupam a maior parte do tempo nesta Casa, sobre CPIs, sobre corrupção, sobre escândalos. Faz parte! Mas o País está com suas fábricas funcionando; as universidades, com as próprias dificuldades, também funcionando; o Poder Judiciário funcionando; as instituições estão sólidas. Agora, é preciso avançar! Que as lições das CPIs instaladas neste período sirvam de exemplo para a Nação! E que a lei funcione, prevaleça. Somente ela dá o equilíbrio e a segurança da democracia. E é neste País revitalizado, disposto, alvissareiro que acreditamos. Vamos para frente! Vamos enfrentar agora a Copa! Vamos ser campeões! Acredito muito que iremos realmente ter, nesta próxima década, um País que irá surpreender o mundo por sua

capacidade produtiva. Vamos investir maciçamente na educação; somente ela poderá fazer a grande revolução que todos esperamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, meus queridos Colegas Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Muito obrigado a V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Ramez Tebet, por dez minutos. Em seguida, como Líder, o Senador Alvaro Dias.

Senador Heráclito Fortes, no momento em que V. Ex^a achar conveniente, por favor, peça a palavra.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de abordar o assunto que me incentivou a comparecer a esta tribuna, quero juntar a minha voz de consternação a todas as vozes desta Casa, da Câmara dos Deputados, da classe dirigente do País pelo falecimento da progenitora do Senador Arthur Virgílio.

Sr. Presidente, o Senador Arthur Virgílio e eu nos tornamos amigos porque, no passado, trabalhávamos juntos – ele era Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso na Câmara dos Deputados e eu era o Presidente do Congresso Nacional. Mantivemos uma relação de tamanha proximidade em que eu pude constatar o que todo o Brasil sabe: Arthur Virgílio é um homem público de acendrado amor cívico. É um homem devotado, é um homem franco, é um homem leal, é um homem aberto, um homem que fala imediatamente aquilo que está pensando. Muitos desta Casa irão ao Rio de Janeiro hoje. Infelizmente, não poderei comparecer para lá abraçar o meu amigo, mas, aqui, desta tribuna, empresto-lhe a minha comovida solidariedade.

Sr. Presidente, estamos vivendo os últimos capítulos, vamos assim dizer, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada para investigar os atos de corrupção nos Correios, e tamanhos foram os atos subsequentes relacionados uns aos outros que estamos há longos meses a trabalhar – Deputados, Senadores, componentes ou não das Comissões Parlamentares de Inquérito e, especificamente, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. Agora, quase ao término dos nossos trabalhos, cumpre fazer um apelo, Sr. Presidente, pois é impossível ficar contido: parece inacreditável que paire no ar a ameaça de não termos um relatório, que os partidos políticos não se entendam para fazer aquilo que é fundamental nas Comissões Parlamentares de Inquérito: ouvir testemunhas, ouvir investigados, quebrar sigilos bancários, telefônicos, fiscais, exercitar todos os atos de investigação. Ao final, elabora-se um relatório, que muitos pensam ser de condenação, mas é um relato

dos acontecimentos verificados durante os trabalhos, que deve ser remetido ao Ministério Público. É esta a missão das Comissões Parlamentares de Inquérito: elas não julgam; elas apuram.

E, nesse poder de apuração, é verdade, o seu poder é mais amplo que o do Ministério Público, para quem as comissões terão de enviar as suas conclusões, o seu relatório. É essa, portanto, a finalidade da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Neste momento, mais do que em qualquer outro da história republicana, acredito eu, a sociedade brasileira está estarelecida, indignada e, em determinados instantes, parece paralisada, inebriada, diante de tantos acontecimentos inacreditáveis, com sucessão de fatos que arrepiam o mais frio dos brasileiros.

Sr. Presidente, não vamos admitir essa situação. Quem pode imaginar que um homem público se negue a abrir suas contas para a população? Muitos se negam a fazê-lo. Muitos vão ao Poder Judiciário – uns ganham a causa, outros não – por se negarem a mostrar sua conta bancária, um dever indeclinável do homem público, a ser transparente e a ter uma vida conhecida de todos. Infelizmente, esse fato ocorre.

Numa democracia, o direito de mentir foi sustentado e eu diria até que foi praticamente garantido pelo Poder Judiciário. Muitos vieram aqui e zombaram das Comissões Parlamentares de Inquérito. Riram sarcasticamente diante das indagações dos Srs. Senadores e Deputados. Zombaram da boa-fé da sociedade brasileira, sim, Sr. Presidente. Por que não confessar a verdade? Zombaram da boa-fé da sociedade brasileira. Pareciam viver em outro mundo, quando estavam diante dos holofotes de uma sociedade que outra atitude não quer senão a verdade.

Então, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que não há razão. Os partidos políticos, Senador Tião Viana, devem ter um momento de grandeza e deixar de lado essas questões partidárias, porque sem o pensamento da sociedade não existe partido político forte.

O Congresso Nacional precisa sair desse embate fortalecido, engrandecido. É preciso que se diga que o Congresso Nacional, tão aviltado diante de todos e recebedor de severas críticas da sociedade, cumpriu o seu dever. Há em seus quadros homens que trabalharam dia e noite em favor da ética, da moralidade pública, da transparência. Não se pode, ao apagar das luzes, deixar um ponto de interrogação na sociedade. Não se pode brigar por questões de detalhes do relatório final, quando tudo é aberto e sabemos qual é a conclusão de todas as CPIs: remeter não só o relatório que condensa os acontecimentos, mas todas as peças colhidas ao Ministério Público.

E aí eu lembrei que não adianta brigar. Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a tem sido um combatente altivo nas comissões parlamentares de inquérito e neste plenário. Presidi comissão parlamentar de inquérito. A primeira delas, para apurar irregularidades do Poder Judiciário. Havia até a ameaça de uma briga institucional, o que acabou não ocorrendo. E a Comissão apontou responsáveis e indicou soluções para uma reforma do Poder Judiciário, das quais algumas foram acatadas posteriormente na reforma que fizemos na nossa Casa e que ainda está em andamento.

Com base nessa modesta experiência e em outras, como o cargo de Presidente do Conselho de Ética do Senado, questioneei o que adianta tudo isto: o Congresso Nacional trabalha, trabalha, quebra sigilos bancários, telefônicos, promove acareações, remete os dados ao Ministério Público, e o que acontece?

Senador Paulo Paim, tive a oportunidade de apresentar um projeto de lei que ajudará a resolver esse problema. Se os partidos políticos atentarem para o fato de que um projeto de lei de minha autoria foi aprovado no Senado da República, na Câmara dos Deputados e sancionado pelo Presidente da República, com um substitutivo do Senador Pedro Simon que diz que as conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito serão remetidas imediatamente ao Ministério Público – e até aqui não há novidade alguma, pois se repetiu o que estava na legislação – mas lá terão um andamento preferencial... Nenhum processo poderá tomar a frente dos relatórios, das conclusões de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, salvo, evidentemente, aqueles processos que dizem respeito às garantias individuais. E foi aí que entrou a grande contribuição do Senador Pedro Simon ao meu projeto: “Ressalvados os **habeas corpus**, os mandados de segurança e os **habeas data**”.

Dessa forma, não haverá mais esta interrogação: será aprovado o relatório de um Relator que foi fiscalizado pela sociedade, trabalhou arduamente, com humildade, característica da sua personalidade, como o Senador Osmar Serraglio? A Comissão foi presidida por um conterrâneo,...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Ramez Tebet?

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – ...o Senador Delcídio Amaral, que trabalhou muito. E a pior coisa que pode acontecer é não ser apresentado o relatório, ou ele não ser aprovado, ou ser aprovado depois de muito enxugamento. O que a sociedade vai dizer?

O nosso projeto de lei facilitará o entendimento entre os membros da Comissão para a apresentação do relatório.

Não vou encerrar, Senador Paulo Paim, sem antes conceder-lhe um aparte que muito me honra.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, farei um rápido aparte. Primeiramente, cumprimento V. Ex^a pelo projeto que considero relevante, importante e que tenho certeza será aprovado por unanimidade por esta Casa. Aproveito a oportunidade de dizer que recebi, com muita alegria, em meu gabinete, o convite para a homenagem em que V. Ex^a recebeu o título de Cidadão Brasileiro. Poucos são os brasileiros não nascidos aqui em Brasília que recebem esse título pelo relevante trabalho prestado ao País. Como não tive a oportunidade de estar lá, faço, aqui, da tribuna do Senado, a homenagem que V. Ex^a merece, pelo seu passado, pelo seu presente, pela história, pelo futuro e pelo homem público que V. Ex^a é. Parabéns, Senador Ramez Tebet, cidadão brasileiro!

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, recolho, com muita emoção, o seu aparte. O dia de anteontem foi um dia rico de emoção para mim e para minha família.

Costumo dizer que sorte existe, porque uns não fazem nada e recebem; outros fazem muito e não recebem nada; e outros fazem pouco e recebem muito. Eu prefiro ficar no meio. E devo isso à generosidade da Câmara Distrital e, em especial, à Deputada Eliana Pedrosa.

Agradeço a V. Ex^a o aparte. Essa homenagem me envia, mas também me enche de responsabilidade e faz com que eu continue no mesmo lugar, pode V. Ex^a ter a certeza. É um título altamente honroso, eu não tenho a menor dúvida, por querer honrar e por ser um cidadão de Brasília, um cidadão do Brasil. Todos nós somos um cidadão do Brasil. A Pátria começa no torrão natal e se prolonga e se esvai. A Pátria, para mim, é o meu torrão natal e depois vai por esse Brasil afora.

E olhando e contemplando esse Brasil todo, a nossa sociedade, a sua população e a sua gente, retomo o meu discurso. Se os Líderes pensarem que existe um projeto de lei desses, mandem logo tudo. Não conversem, mandem logo a papelada para o Ministério Público, porque este, Senador Heráclito Fortes – a quem já concederei um aparte –, terá a obrigação de dar preferência e apontar os indiciados, apresentando denúncias contra aqueles que entender existam indícios de terem atentado contra a ética, contra a moral, contra a dignidade e, por que não dizer, contra o sofrido povo brasileiro, porque dinheiro de corrupção é dinheiro surrupiado das necessidades maiores da nossa gente, do nosso povo.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Ramez Tebet, parabênizo a Câmara Distrital de Brasília

por ter-lhe concedido essa honraria. E parabeno-a exatamente porque, ao conceder a V. Ex^a esse título que tantos méritos possui para tal, mostra que não quer vulgarizar homenagens dessa natureza. Vemos pelo País afora alguns casos em que títulos são dados a pessoas que pouco ou nada fizeram. Neste caso, a Câmara faz justiça, e V. Ex^a pode colocar no rol dos seus troféus e das suas comendas que é cidadão de Brasília, portanto, um cidadão do Brasil. Congratulo-me com V. Ex^a e com a sua família por essa merecida homenagem.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Agradeço de coração a V. Ex^a, que sabe o apreço...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – ...e a amizade que nos une, pelos cumprimentos de V. Ex^a.

Vou encerrar, Sr. Presidente, na firme convicção de que o resultado dessas Comissões Parlamentares de Inquérito, auxiliadas por essa lei, e com a vontade que o Ministério Público naturalmente está demonstrando de zelar pelos interesses da sociedade brasileira, tenho certeza...

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – ...de que, em breve, essa sociedade vai verificar, Senador Antonio Carlos Valadares, que o Congresso Nacional não trabalhou em vão.

Tem V. Ex^a o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ramez Tebet, peço licença a V. Ex^a para informar que prorrogarei tantas vezes quantas V. Ex^a necessitar, mas eu pediria que os apartes fossem breves para darmos a vez aos outros. V. Ex^a continua com a palavra.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Ramez Tebet, em primeiro lugar, congratulo-me com a Câmara Distrital de Brasília, o Poder Legislativo de Brasília, pelo fato de conceder, com muita justiça, o título de cidadania a V. Ex^a pelos relevantes serviços prestados a Brasília e, notadamente, ao Brasil nos cargos que ocupou com muita lisura, muita competência e muito brilhantismo por V. Ex^a ao longo de sua carreira política. E posso dar o meu testemunho, para mim muito honroso, por ter participado – como participei – ativamente do processo legislativo na legislatura passada. V. Ex^a, como Presidente do Congresso Nacional, eleito pelos Senadores como Presidente desta Casa, demonstrou, no exercício de função tão relevante para a vida de um parlamentar, acendrado amor ao Brasil, engajamento com a ética, com a honestidade, com a honradez. Não se ouviu falar um milímetro que pudesse atingir a administração de V. Ex^a, na coordenação dos

trabalhos desta Casa, seja na parte administrativa, seja na parte legislativa e política, V. Ex^a agiu como verdadeiro magistrado. Também pude acompanhar de perto a sua atuação como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, depois como Ministro de Estado. V. Ex^a é um espelho, é um padrão que deve ser seguido pelos jovens do Brasil. Por isso, não só pela forma como agiu como Presidente e nas demais funções, mas também como legislador, sempre atuante nas Comissões – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e demais Comissões –, congratulo-me e felicito V. Ex^a por essa homenagem que, acima de tudo, é uma homenagem ao Senado Federal e ao Brasil que a Câmara Distrital fez com muita justiça.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Senador Antonio Carlos Valadares, sou profundamente agradecido a V. Ex^a pela sua manifestação. V. Ex^a sabe o quanto estamos unidos por laços fraternos, de verdade, e pela compreensão que temos dos problemas desta Casa e do Brasil.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, Senador Ramez Tebet, eu não me demorarei nada no aparte que farei, porque os que me antecederam já foram claríssimos. A autoridade dos argumentos usados por V. Ex^a no que diz respeito à CPI, a responsabilidade partidária, a responsabilidade política com o País, afeta a todos os que estão ouvindo-o neste momento. Isso porque é com absoluta autoridade e boa intenção que aborda um tema dessa natureza. Trata-se de chamar à responsabilidade o representante público, o agente político. Por isso, associo-me inteiramente às suas palavras. A única ponderação que gostaria de fazer para ouvi-lo por alguns segundos é sobre a ação que deve estar indissociável, sempre, de tudo que disse, do nosso apreço e obediência à Constituição Federal e ao Regimento da Casa. Assim, seremos completos no que diz respeito à responsabilidade, à ação política e à defesa de um novo País. Muito obrigado e minha admiração absoluta a V. Ex^a pela autoridade dos seus argumentos.

O SR. RAMEZTEBET (PMDB – MS) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Marcelo Crivella (PRB – RJ) – Senador Ramez Tebet, se V. Ex^a me permitir, eu não poderia, estando presente neste plenário, deixar de homenagear V. Ex^a, que é um vitorioso, um homem que luta na vida pessoal com problemas de saúde. Esses problemas de saúde são oriundos da sua preocupação diária e constante com os problemas nacionais. Cada vez que podemos vê-lo na tribuna, nos enche o coração de alegria. É a certeza de que Deus cuida da saúde dos homens bons. Parabéns pelo título que V. Ex^a recebeu de Brasília e que representa o amor,

o carinho e a admiração que todos temos por V. Ex^a. Deus o abençoe, Senador!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Crivella, agradeço a V. Ex^a de coração, volto a dizer.

Ouçõ o aparte do Senador Antonio Carlos Magalhães

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Esse esforço que V. Ex^a faz pelo Senado e a sua atuação são dignos realmente do aplauso do País, traduzido pela Câmara Distrital. Seus colegas ficam muito felizes por vê-lo em forma, lutando contra tudo e contra todos. Assim vivem os homens que querem vencer. V. Ex^a está vencendo com o seu esforço, com a vontade de viver; e viver para seus conterrâneos do Mato Grosso e também para os brasileiros. Quero juntar-me aos colegas no aplauso a V. Ex^a por sua luta vencedora.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Obrigado, Sr. Presidente.

Senador Romeu Tuma, encerro meu pronunciamento dizendo o seguinte: Senador Antonio Carlos Magalhães, um dos momentos gratificantes para mim foi ouvi-lo ontem, da minha casa, quando ocorria a acareação na CPI dos Bingos. V. Ex^a disse a um dos acareados: “Eu abro o meu sigilo. V. Ex^a abre o seu?” Com isso, V. Ex^a dizia ao País que quem ocupa função pública realmente tem de ter uma vida transparente e aberta. V. Ex^a, ali, em poucas palavras, retratou aquilo que a sociedade brasileira está esperando de nós. No mais, Sr. Presidente, é aguardar, com ansiedade mesmo, que as Comissões Parlamentares de Inquérito, ao encerrarem os seus trabalhos, façam-no realmente dentro do Regimento, dentro da Constituição, porque – volto a repetir, para lembrar a lei de minha autoria, em parceria com o Senador Pedro Simon – o Ministério Público tem de dar preferência às conclusões das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Ramez Tebet, com certeza, até do fundo da alma, eu jamais poderia deixar de prorrogar o tempo de V. Ex^a, até porque as homenagens que os colegas lhe prestam são justas, corretas, honestas e, com certeza, vêm do fundo da alma de cada um de nós.

Quero me incorporar a essa homenagem que, com tanta justiça, V. Ex^a recebeu do povo de Brasília e, acredito, como disse Paulo Paim, de todo o Brasil. Que Deus abençoe a sua luta!

Concedo a palavra ao Senador João Alberto Souza, por dez minutos. Em seguida, ao Senador Alvaro Dias – espero que não haja mais trocas.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Baixada Ma-

ranhense é uma região de características inigualáveis. É rica de história e riquíssima no que diz respeito aos mananciais de água doce. Do ponto de vista histórico, a baixada foi palco das primeiras tentativas de colonização dos portugueses do norte do Brasil. Ali, foram implantadas fazendas pelos padres jesuítas, onde, além da criação de gado, produzia-se farinha de mandioca; sedentarizavam-se os índios, que perambulavam nessa área, e fundavam-se povoações, onde os índios eram iniciados em trabalhos artísticos e recebiam os rudimentos da indústria de transformação dos produtos das matas, da terra, dos rios e dos lagos.

Infelizmente, a expulsão dos jesuítas interrompeu o processo de desenvolvimento iniciado pelos missionários, e as populações ficaram entregues a si mesmas e a todo tipo de exploração, sem perspectiva de crescimento e de aperfeiçoamento, particularmente no que se refere à aprendizagem para ultrapassar a fase de caça e de coleta da economia.

Ainda hoje, percorrendo o interior, é comum ver as mulheres “quebradeiras” – mulheres pobres que se dedicam à quebra do coco de babaçu, uma atividade extremamente desconfortável, perigosa e de baixíssima remuneração. Mas é a atividade disponível. Dela, a mulheres tiram a sua subsistência e a da própria família.

O Município de Viana, cuja sede surgiu em 1709, por ação de jesuítas e de índios Guajajaras, com a denominação de aldeia Maracu, tem em seu território cinco lagos: Viana, Itans, Aquiri, Maracassumé e Cajari. O território é também banhado por três rios: Mearim, Pindaré e Maracu, este tem origem dentro do Município, no lago Aquiri.

Os lagos sempre foram muito fartos de peixes, principal fonte de alimento da população local. Hoje, no entanto, todos esses mananciais encontraram-se ameaçados por sérios problemas de assoreamento. Recentemente estive em Viana e vi a preocupação do Prefeito Rivas, do ex-prefeito e ex-deputado Djalma Campos, do ex-prefeito e Deputado Walber Duailibe.

Há necessidade urgente de ação governamental para se evitar o crescimento do problema, com sérias conseqüências para a população ribeirinha de lagos e rios, que depende dos recursos lacustres e fluviais para sua sobrevivência e sobrevivência do próprio rebanho pecuário, razoavelmente abundante na região.

As intervenções consistiriam basicamente da construção de barragens para disciplinar a vazão das enchentes dos rios e outras ações voltadas para a defesa do solo e a preservação do meio ambiente.

O lago de Viana é muito bonito; e Viana, uma cidade centenária, está destinada a ser um bom programa turístico.

Faço este pronunciamento em tom de alerta para os graves problemas que advirão para a Baixada Maranhense caso as autoridades governamentais não realizem adequadas intervenções preventivas contra o agravamento do problema da Baixada Maranhense.

O Governo do Estado está consciente do problema, mas pedimos a intervenção do Governo Federal, porque, se formos esperar pelo Governo Estadual do Maranhão, nada se fará para beneficiar a Baixada Maranhense.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador João Alberto?

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Senador Lobão, concedo-lhe um aparte, com muito prazer.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Desde logo, cumprimento V. Ex^a pela iniciativa que adota de trazer ao Plenário do Senado, a mais alta Casa do Congresso Nacional, um assunto que, para alguns Senadores, até pode parecer menor, mas não é. Trata-se de uma região de fundamental importância para o Estado do Maranhão. A Baixada Maranhense constitui-se num território de grandes dimensões e de grande tradição política no Estado. V. Ex^a se refere mais especificamente a Viana, um dos mais importantes Municípios da região. O lago de Viana constitui-se numa das maiores belezas de todo o Estado do Maranhão. Na medida em que os governos se sensibilizassem, formariam ali um núcleo turístico de grande envergadura, porque belezas exuberantes existem para isso. Os ex-prefeitos – V. Ex^a citou dois, mas há muitos – lutaram pela transformação desse lago, realmente, nesse ponto turístico que todos desejamos. Quero-me juntar a V. Ex^a nessa luta que propõe, junto ao Governo Federal, no sentido de ajudar a Baixada Maranhense. Essa é uma obra que, de fato, transcende a ação e a responsabilidade do Governo do Estado, que deve cuidar dela, sim, mas com a ajuda do Governo Federal. V. Ex^a tem minha solidariedade no sentido de ajudar toda a Baixada e, basicamente, o Município mencionado.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Sr. Presidente, agradecendo o aparte do ilustre Senador Edison Lobão, que conhece muito bem o problema da Baixada Maranhense, quero que determine a sua incorporação em meu pronunciamento. Espero, um dia, ver o Governo Federal fazer uma intervenção na Baixada Maranhense, para minorar as dificuldades daquele povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias, como Líder, por cinco minutos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Muito bem, Senador.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar 30 segundos para pedir a V. Ex^a a transcrição de um ofício circular do Diretor-Geral da ANP, nosso ex-companheiro, Deputado Haroldo Lima, em relação à diretoria daquele órgão.

A Diretoria da ANP deve ser composta por cinco diretores e apenas pode tomar decisões com três deles. Havia somente três diretores, porque o Governo ainda não encaminhou ao Senado o nome dos outros dois. Agora, descobriram algo que já vínhamos dizendo: um dos diretores está sem mandato. Portanto, o número de diretores baixou para dois, o que significa que a Agência não pode decidir coisa alguma; a Agência Nacional de Petróleo, com o petróleo a US\$60, não pode decidir coisa alguma.

O que o Presidente da Agência fez? Expediu uma circular para todos os funcionários, dizendo que eles deveriam continuar fazendo seu trabalho, menos aqueles que dependessem da aprovação da Diretoria Colegiada – o que, praticamente, na ANP, são todas as decisões.

Então, é aquilo que venho dizendo há muito tempo: o Governo não indica os membros das Agências. A Aneel está com três diretores apenas, como também a Anatel. Agora, a ANP também está com dois diretores. Isso significa que, na prática, a ANP fechou. A ANP está fechada.

Sr. Presidente, quero pedir a transcrição deste documento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ JORGE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Asunto: EMI/FA 800; Haroldo B. B. Lima

... e Serviços da ANP,

O Diário Oficial da União do dia 31/3/2006 publicou a Mensagem número 108, assinada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhando ao Senado Federal o nome do Dr. Victor Martins para ser reconduzindo à Diretoria da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Isto significa, inclusive de acordo com o parecer da Proge dessa Agência, que "o mandato atual que cumpria o Dr. Victor Martins está terminado".

Enquanto o encaminhamento da recondução do Dr. Victor está em processamento, a Diretoria da Agência conta efetivamente com dois membros, o que não lhe permite a tomada de decisões que dependam do Colegiado.

Sendo assim, tendo escutado apreciações da Proge, recomendo a todos os superintendentes, todos os chefes de escritórios e todos os funcionários dessa Casa que mantenham o funcionamento regular da Agência, praticando todos os atos necessários que lhes couber, salvo apenas aqueles que dependam de aprovação da Diretoria Colegiada. Ainda assim, Propostas de Ação podem ser encaminhadas à Diretoria Geral, desde que refiram-se a necessidades inadiáveis e previnam prejuízos insanáveis, caso em que devem ser suficientemente bem justificadas, e em que o Diretor Geral poderá despacha-la "ad referendum" de próxima reunião da Direção Colegiada.

Por último, transmito informações que tenho de que será rápida a tramitação em Brasília da recondução aludida do Dr. Victor Martins, restabelecendo-se então a plenitude da normalidade da ANP.

Com saudações de
Haroldo Lima
Diretor-Geral

[Handwritten signature]

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Senador José Jorge, V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Hoje, lemos aqui já a comunicação da indicação de um membro da ANP.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Mas, assim mesmo, isso não resolve.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Não preenche aquilo que V. Ex^a está reclamando. Está havendo dificuldade de quadros.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela, para uma comunicação inadiável. Por cinco minutos, S. Ex^a poderá usar da tribuna.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o jornal **O Popular**, diário de maior circulação do meu Estado, Goiás, completa esta semana 68 anos de fundação. O que é hoje um dos mais importantes jornais regionais do País nasceu do sonho de três irmãos: Jaime Câmara, Joaquim Câmara e Vicente Rebouças Câmara. Em 3 de abril de 1938, apostando no progresso da nova Capital em construção, Goiânia, os irmãos lançaram o jornal **O Popular**.

Inicialmente, **O Popular** era um jornal bissemanário, com tiragem de três mil exemplares. Hoje, a tiragem diária é mais de vinte vezes maior. **O Popular** é lido e respeitado em Goiás, em Tocantins, no Distrito Federal e em vários outros Estados e faz parte de um grande conglomerado de comunicação, a Organização Jaime Câmara, presidida pelo competente jornalista Jaime Câmara Júnior.

Da Organização Jaime Câmara, além do jornal **O Popular**, faz parte mais de uma dezena de emissoras de televisão, retransmissoras da Rede Globo em Goiás e em Tocantins. Dela fazem parte também o **Jornal do Tocantins**, o maior e mais importante jornal naquele Estado, e diversas emissoras de rádio.

Antes de essa Organização se transformar nessa grande potência de comunicação, os irmãos Câmara cumpriram uma longa e heróica jornada. Oriundos do Rio Grande do Norte, chegaram a Goiás nos anos 20. Foram verdadeiros empreendedores que acreditaram na interiorização do desenvolvimento; foram e são vencedores.

O crescimento vertiginoso de **O Popular** e, depois, de toda a empresa que geraria outros veículos de comunicação se confunde com o crescimento de Goiânia e de Goiás. Os grandes avanços do Estado ao longo das últimas décadas foram acompanhados e retratados com clareza e precisão pelo Jornal.

Mas a participação de **O Popular** e da família Câmara no desenvolvimento de Goiás vai além: é marcada tanto pelo empreendedorismo empresarial, como pela participação política. O crescimento notável que o Estado alcançou nas últimas décadas, certamente, teve uma participação destacada dessa família que honra e dignifica os goianos.

A preocupação da Organização Jaime Câmara com os problemas e com o progresso de Goiás é notada a cada dia. Ao longo de todo o ano passado, por exemplo, o jornal **O Popular** desenvolveu o projeto Agenda Goiás, que discutiu os problemas e que apresentou soluções para demandas em cada região do Estado.

O projeto do Jornal acabou configurando um perfeito e completo raio X da situação econômica e social do Estado, que, certamente, irá contribuir para a elaboração e para a implementação de projetos de desenvolvimento.

A mesma brilhante idéia, agora, foi transposta para a Capital. O Agenda Goiânia está traçando uma radiografia completa dos problemas da Capital. É um trabalho de fôlego, que irá embasar projetos para o desenvolvimento sustentado da Cidade de Goiânia.

Nesta semana importantíssima, quero cumprimentar toda a Organização Jaime Câmara, especialmente seus comandantes Jaime Câmara Júnior, Tadeu Câmara e Tasso Câmara. Cumprimento também todos os diretores, jornalistas e demais funcionários daquela importantíssima empresa de comunicação.

O Estado de Goiás e o Centro-Oeste se orgulham do trabalho competente realizado pelo jornal **O Popular**. E todos nós, goianos, renovamos nossos votos de que o Jornal continue contribuindo com a democracia e com o progresso de Goiás e do Brasil, fazendo um jornalismo sério, independente, honesto e comprometido com a sociedade goiana.

Parabéns ao jornal **O Popular**!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado, Senador Maguito Vilela.

Pela Liderança da Minoria, concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, por cinco minutos, de acordo com o art. 14, inciso II, aliena **a**, do Regimento Interno. Em seguida, farão seus pronunciamentos o Senador Tião Viana e o Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, espero que este meu pronunciamento agrade em cheio ao Senador Tião Viana, que marca sua atuação política pela coerência e que vem reclamando muito de que a CPI dos Bingos foge ao seu objeto. Mas trago um assunto para o qual peço a S. Ex^a, de imediato, apoio: uma investigação que está exatamente dentro do âmbito da CPI dos Bingos.

Ministério Público Federal entra com ação para proibir Tenta Ganha.

O Procurador da República Tranvanvan Feitosa ingressou com Ação Civil Pública contra o Estado do Piauí, a Loteria do Estado do Piauí – LOTEPI – e a empresa Tenta Ganha Ltda., para cessar imediatamente com o bingo Tenta Ganha. Segundo o Procurador, a concessão dada à empresa Tenta Ganha Ltda. para a exploração dos serviços de “loteria de bilhete tradicional” é ilegal. O Decreto Estadual nº 11.435/2004, que autoriza a exploração do jogo no Estado, afronta a Constituição Federal, pois os estados federados não possuem competência para legislar sobre “sorteios”, sendo esta uma atribuição privativa da União.

Aqui está todo o arrazoado que levou o Sr. Tranvanvan Feitosa a tomar essa atitude.

E há mais:

O Ministério Público objetiva o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade e ilegalidade do Decreto Estadual nº 11.435/2004 e de toda a legislação que rege a Loteria do Estado do Piauí – Lotepi – e, conseqüentemente, a invalidade e a decretação da nulidade dos credenciamen-

tos, permissões, concessões, autorizações, contratações e demais atos efetivados em matéria de sorteios, na modalidade de bingos e lotéricas, com base naquele decreto ou em qualquer outra legislação no âmbito estadual.

Sr. Presidente, tive o cuidado de recorrer aos arquivos e vi, por meio de um *site* do dia 9/8/2005, uma matéria que traz declarações do diretor da Loteria, com a seguinte afirmação: “O contrato de concessão seguiu um rigoroso processo legal, sendo aprovado inicialmente pela Procuradoria-Geral do Estado, lançado em edital, licitado através da Central de Licitações do Estado, que adotou um sistema de concorrência pública para o caso”.

É exatamente isso que o Sr. Tranvanvan quer saber, até porque a empresa Tenta Ganha é privada e o negócio foi terceirizado.

Aliás, não quero fazer nenhuma ilação, mas o período em que esse assunto foi tratado é muito próximo ao do sucesso que o Waldomiro fazia no Brasil com o instituto do jogo: aquela recreação, com Parlamentares amigos nossos, tentando inclusive apresentar projeto para a discussão do jogo no Brasil. Penso que a CPI tem de esclarecer isso.

O Ministério Público do Piauí, ao tomar essa atitude, avaliou exatamente as conseqüências desse ato, necessário até para preservar o Governador, que é um homem da legalidade. O Governador Wellington Dias é um homem que está sempre ao lado da lei.

Para tanto, estou apresentando um requerimento, e quero contar com o seu apoio, para convocar à CPI dos Bingos o Procurador, para dar as explicações do seu ato, bem como o presidente da Loteria. Estou tentando conseguir saber quem são os sócios ou quem faz parte da sociedade desse Tenta Ganha, para que possamos também convidá-los e, evidentemente, poupar o Governador, pois não fica bem trazê-lo para um caso desses, pelo menos nessa primeira fase.

Ouçó o aparte do Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Meu caro Senador Heráclito Fortes, V. Ex^a cumpre de maneira notável essa função de agente fiscalizador da vida pública brasileira, que é função do nosso mandato.

É um Senador da maior qualidade e traz um tema do interesse público, sem dúvida alguma, que diz respeito à loteria estadual no Estado do Piauí. Portanto, estaria, sim, vinculado ao objeto formal da CPI dos Bingos e ao fato determinado. Então, ninguém em sã consciência e em coerência poderia deixar de concordar com a manifestação de V. Ex^a. É fato que existem problemas sérios em loterias no Rio de Janeiro – e alguns já vieram depor –, em São Paulo, em Goiás, em Minas Gerais, no Paraná e em outros Estados, mas não tenho nenhuma dificuldade em assinar com V. Ex^a, porque considero uma atitude completamente adequada à função fiscalizadora do mandato. Então, da minha parte, absoluta concordância com o que V. Ex^a está propondo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex^a. Para mim, foi surpresa tomar conhecimento pela imprensa do meu Estado de que o Procurador da República estava tomando essa atitude. Temos de apurar, porque, na realidade, é preciso que se saiba para que serve essa loteria ou essa modalidade de jogo em se tratando de benefício social: quem atende, como atende e quais os percentuais. Só quero clareza, e tenho certeza de que o Governador concordará com isso e será a primeira pessoa a abrir as contas da Loteria – pelo menos é essa a minha expectativa. O Sr. Tranvanvan é tido como um Procurador duro, e tenho certeza de que não tomaria essa atitude, porque aqui, Senador Tião Viana, inclusive impõe multas para o não-cumprimento da sua decisão; é uma liminar, mas impõe penalidades duríssimas.

Cabe-nos a preocupação com os empregados, que poderão ser penalizados sem ter nada a ver com o processo. Então, temos que ver isso. O Governador é sempre exagerado na questão de números. No lançamento, anunciou que empregaria quatro mil pessoas, de acordo com o jornal que tenho aqui. Depois, há outro pronunciamento em que fala em duas mil pessoas. Assim, importa analisar realmente quantas pessoas estão sendo empregadas. Preocupam-me muito os números que o Governador lança, porque, em 2003, S. Ex^a disse que, em 2005, 20 mil pessoas estariam sendo empregadas no Piauí, na região de Capitão Gervásio Oliveira, pela Vale do Rio Doce. Trata-se de uma mina desativada que a Vale do Rio Doce tem lá. Essa mina seria ativada e 20 mil pessoas

seriam empregadas. E lançou *outdoors* bonitos, parecidos com os de Santa Catarina, que cobrem todo o Estado: “O Piauí agora vale”. Não sei quanto custou. Não me interessa. Só sei que, por esse *outdoor*, o Piauí não está valendo nada, porque a Vale do Rio Doce não moveu uma palha, Sr^{as} e Srs. Senadores. Ela mantém a sua lavra, como reserva de mercado, mas é uma empresa privada e só vai se instalar lá se tiver vantagens.

O Governador quer comer o ovo antes de criar a galinha.

O que seria necessário? Trabalhar pela Transnordestina para possibilitar o escoamento da nossa produção. Querer que a Vale do Rio Doce se instale no Estado sem ter como escoar a riqueza que ali poderá ser produzida é um sonho das mil e uma noites.

Tenho certeza de que S. Ex^a, que é muito cuidadoso com as questões sociais, irá facilitar a vida – digo facilitar no sentido de antecipar, para que ocorra o mais rápido possível, já que se trata de uma convocação, se aprovada for, com o seu apoio – para que esse caso seja esclarecido.

Há cerca de 20 dias, foi recebido no Palácio, com tapete vermelho – aquele mesmo tapete que recebeu Delúbio naquela visita em que ele prometeu recursos para uma estrada no Piauí, não sei se falando em nome do Governo ou de empreiteiras –, o Presidente da Associação Nacional de Loterias, que se ufanava, por ser paraibano – aí não discuto, é a Constituição da Paraíba –, de que o seu Estado também tinha jogo do bicho. Felizmente, o Governador não está defendendo a tese da instalação do jogo do bicho no Piauí, embora lá funcione, como no resto do Brasil, de maneira ilegal. Como tenho certeza de que é um homem que gosta das coisas claras, gostaríamos de que esse assunto não ficasse debaixo do tapete.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Tenta Ganha realiza a primeira extração da Lotepi

Contribuir com o desenvolvimento do Piauí, proporcionando a geração de mais emprego e renda. Esse é o objetivo do *Tenta Ganha*, um projeto que incorpora, através de uma concessão, a Loteria do Estado do Piauí (Lotepi), que depois de anos com suas atividades paralisadas, voltou a funcionar, neste último domingo (31), com o sorteio de cinco televisores de 14 polegadas com controle remoto.

A primeira extração do jogo foi considerada um sucesso pelo grupo *Tenta Ganha*, representantes da Lotepi e convidados que puderam comprovar a segurança que dispõe o sistema. É o caso do perito Vital Araújo que foi convidado para conferir em detalhes todas as bolas, globo e sistema de informática que garante o sorteio. "É uma aposta de sucesso. Realizamos todos os procedimentos periciais no globo, nas bolas, em todo o sistema de mecanismo que garante o sorteio. Com detalhes no peso da bola e a pressão do ar. Não detectamos nada que pudesse atrapalhar o sorteio. Além disso, já contávamos com a aprovação do Instituto de Meteorologia do Estado do Piauí (Imepi)", garantiu o perito Vital Araújo.

O primeiro sorteio atraiu a atenção do público. Foram 100 mil "tirinhas" distribuídas, através dos postos de vendas e dos caminhões do Tenta Ganha. Cinco televisores foram devidamente sorteados, através de cinco números, cada. Todo o sistema de sorteio foi acompanhado por um representante da Lotepi, Ubirajara de Almeida, que fez o serviço de fiscalização. "A cada sorteio estaremos presentes para verificar a segurança e a credibilidade do mesmo", ressaltou Ubirajara.

O programa de informática feito exclusivamente para o Tenta Ganha possibilita de imediato saber se o número da "tirinha" foi vendido, caso contrário, um novo sorteio de imediato é realizado. Quem explica é o especialista em informática, Esio Cordeiro. Segundo ele, a cada sorteio o programa aponta se existe ganhador para aquele número. "É importante frisar que o sistema não possibilita haver dois ganhadores para um só prêmio. Todos os bilhetes vendidos são conferidos até a meia noite de sábado, logo após o recolhimento dos postos de vendas. Assim, todas as informações são repassadas para o programa e de imediato, a cada sorteio, temos a numeração conferida. Já para os próximos sorteios, teremos a garantia de um controle ainda maior. Digitado o número sorteado, já teremos o nome da área e posto de venda onde o bilhete foi comercializado", garante Esio Cordeiro. Nesta primeira extração foram sorteados os seguintes números, seguindo a ordem: **Primeiro prêmio nº 74742, segundo prêmio nº 60549, terceiro prêmio nº 87357, quarto prêmio nº 19902 e quinto prêmio nº 84394.**

O diretor geral da Lotepi, Marcos Amorim, participou do primeiro sorteio e confirmou a satisfação em ter a loteria estadual de volta. "Todas as nossas expectativas foram confirmadas. Garantimos uma boa recepção do povo piauiense que aposta no sucesso do bilhete lotérico. É importante enfatizar que a Lotepi foi fundada em 1959 e que durante muitos anos, premiou das mais diferentes formas milhares de piauienses, quando repetia pelas ondas do rádio de então o seu slogan inesquecível: *Insista, Persista, não Desista - o Seu Dia Chegará*. Estamos resgatando essa história de sucesso com a credibilidade do povo do Piauí", enfatiza Marcos Amorim.

Através do *Tenta Ganha*, agora a Lotepi volta com força total. O *Tenta Ganha* não é um bingo. É um bilhete tradicional de loteria, regulamentado pelos Decretos-Leis Federais 6.259/44 e 204/67 com as alterações posteriores; pela Lei Estadual nº 1.825/59; e pela Resolução nº 001/2005. É autorizado pelo Contrato de Concessão nº 001/2005, publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí nº 121, de 29/06/2005.

Prêmio de R\$ 15 mil

O sorteio do *Tenta Ganha* é semanal, aos domingos. No próximo dia 7 de agosto, a segunda extração do *Tenta Ganha* vai sortear R\$ 20 mil. Os três primeiros prêmios darão direito a R\$ 1 mil cada, o quarto prêmio R\$ 2 mil e

Lotepi aposta no bilhete Tenta Ganha

O primeiro sorteio, de caráter promocional, ocorreu no dia 31 de julho deste ano, transmitido ao vivo pelas emissoras de TV Meio Norte e Antena 10 e por uma rede de rádios espalhadas pela capital e interior. Trata-se do bilhete lotérico *Tenta Ganha*, que começa a ser explorado pela Lotepi (Loteria do Estado do Piauí), através de um contrato de concessão à empresa Tenta Ganha Ltda., que explorará o bilhete por 60 meses.

Segundo o diretor geral da Lotepi, Marcos Amorim, o Governo do Piauí está muito otimista quanto à exploração do produto lotérico *Tenta Ganha*, considerando o respectivo aspecto da geração de oportunidades de trabalho e de tributos estaduais. Marcos Amorim disse que a aceitação da população quanto ao lançamento do novo produto lotérico está superando as expectativas. "A aceitação está sendo a melhor possível", avalia.

O diretor geral da Lotepi acrescenta que a satisfação do Governo do Piauí é baseada não apenas na boa aceitação popular, mas também no caráter de legalidade no qual está envolvido todo o processo de exploração desse serviço. O *Tenta Ganha* é uma atividade na modalidade de loteria de bilhete tradicional, regulamentada pelos decretos leis federais nº 6.259/44 e 204/67, pela Lei Estadual Nº 1.825/59 e ainda pela Resolução Nº 001/05 da Lotepi.

O contrato de concessão seguiu um rigoroso processo legal, sendo aprovado inicialmente pela Procuradoria Geral do Estado, lançado em edital, licitado através da Central de Licitação do Estado (CEL), que adotou o sistema de concorrência pública para o caso. A empresa vencedora do processo licitatório, portanto, a *Tenta Ganha*, estabelecida em Teresina, está operando de forma totalmente regular e já prestando bons serviços por meio da exploração do produto lotérico.

A estimativa da Lotepi é que o bilhete lotérico *Tenta Ganha* deverá gerar cerca de 4.500 oportunidades de trabalho, incluindo pontos cadastrados, ambulantes, revendedores regionais etc. Também haverá incremento na arrecadação do Estado através da geração do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). De acordo com Marcos Amorim, 70% da arrecadação do *Tenta Ganha*, através da comercialização dos bilhetes, serão destinados ao custeio da premiação.

Os 30% restantes do arrecadado serão revertidos ao custeio da empresa Tenta Ganha Ltda., incluindo a remuneração dos postos de trabalho proporcionados. O *Tenta Ganha* consiste no sorteio semanal de bilhetes premiados, fracionados em seis partes destacáveis, que custam R\$ 3,00 cada. O bilhete completo custa R\$ 18,00. Para cada fração comprada o apostador concorre a cinco prêmios semanais. Quem compra o bilhete inteiro tem seis vezes mais chance de concorrer aos prêmios.

As extrações acontecem sempre aos domingos, às 9h30, sendo transmitidos, além das duas emissoras da capital, por uma emissora local que opera em Parnaíba e por uma rede de 30 rádios. Os prêmios podem ser conferidos em dinheiro ou em bens duráveis. Os prêmios em dinheiro podem acumular de uma semana para outra, o que já ocorreu no primeiro sorteio comercial do *Tenta Ganha*. No próximo domingo, o acumulado chegará aos R\$ 35 mil.

Os resultados são igualmente divulgados nos três principais jornais do Estado e no site www.tentaganha.com.br. Todas as semanas serão emitidos 16.667 bilhetes.

O procurador da República Tranvanha Feitosa ingressou com Ação Civil Pública contra o Estado do Piauí, a Loteria do Estado do Piauí - LOTEPI, e a empresa Tenta Ganha LTDA, para cessar imediatamente com o bingo Tenta Ganha. Segundo o procurador, a concessão dada à empresa Tenta Ganha Ltda para a exploração dos serviços de "loteria de bilhete tradicional" é ilegal. O Decreto Estadual nº 11.435/2004 que autoriza a exploração do jogo no Estado afronta a Constituição Federal, pois os Estados Federados não possuem competência para legislar sobre "sorteios", sendo esta atribuição privativa da União.

Para o MPF o Estado do Piauí exerceu indevidamente competência legislativa privativa da União ao legislar sobre "sorteios", causando prejuízos à moralidade, à impessoalidade, à legalidade e à coletividade consumidora dos serviços de "jogos de bingo", com violação das normas de direito federal e em desprestígio da empresa pública federal responsável pela fiscalização e concessão de autorizações, a Caixa Econômica Federal.

Segundo Tranvanha Feitosa, qualquer espécie de sorteio apenas poderá ser oferecida ao público consumidor com base em legislação federal, sendo inconstitucional lei ou ato administrativo estadual ou municipal, que disponha sobre o assunto. No caso, não houve a autorização da Caixa Econômica Federal para a realização de jogos de bingo através da LOTEPI ou da empresa Tenta Ganha Ltda. O funcionamento do Tenta Ganha é, portanto, ilegal, já que baseada em autorização concedida por órgão da administração pública estadual, em flagrante usurpação de atribuições da União Federal.

O MPF objetiva o reconhecimento judicial da inconstitucionalidade e ilegalidade do Decreto Estadual nº 11.435/2004 e de toda a legislação que rege a Loteria do Estado do Piauí-LOTEPI e, conseqüentemente, a invalidade e a decretação da nulidade dos credenciamentos, permissões, concessões, autorizações, contratações e demais atos efetivados em matéria de sorteios, na modalidade de bingos e lotéricas, com base naquele decreto ou em qualquer outra legislação no âmbito estadual.

Na ação é pedida liminar para determinar: 1) que o Estado do Piauí e a Loteria do Estado do Piauí-LOTEPI, se abstenham imediatamente de renovar a autorização de qualquer espécie de sorteio, na modalidade de bingos e lotéricas, com base no Decreto Estadual mencionado ou em qualquer outra legislação estadual, bem como revogue e anule a autorização já efetivada; 2) que a empresa TENTA GANHA LTDA cesse, imediatamente, a distribuição e comercialização de todos os bilhetes existentes e estocados nas suas sedes e nos distribuidores, proibindo-se a realização dos sorteios de bingo, eletrônico ou não; 3) suspendam imediatamente os eventuais anúncios publicitários e a divulgação dos jogos de bingos, nos veículos de comunicação, em todas as suas formas (jornal, rádio, televisão etc.), enquanto perdurarem os efeitos da liminar; 4) a restituição aos adquirentes dos valores dos bilhetes comercializados, cujo sorteio se encontrar pendente de realização, mediante devolução dos mesmos pelos consumidores; 5) a fixação de multa diária de R\$ 10.000,00 em caso de deferimento da liminar e descumprimento da decisão.

No mérito, pediu a procedência dos pedidos formulados na presente ação, tornando-se definitiva a liminar concedida, reconhecendo a invalidade e decretando a nulidade dos credenciamentos, o reconhecimento da invalidade e a decretação da nulidade dos credenciamentos, permissões, concessões, autorizações, contratações e demais atos efetivados em matéria de sorteios, na modalidade de bingos e lotéricas, com base no Decreto Estadual nº 11.435/2004 e demais atos dele decorrente ou em qualquer outra legislação no âmbito estadual, bem como revogue e anule todos os credenciamentos, permissões, concessões, autorizações já efetivadas pelo primeiro réu ao outros réus, para explorarem jogo de bingo (ou loteria de bingo), qualquer que seja a definição ou nomenclatura conferida à atividade, condenando o Estado do Piauí e a Loteria do Estado do Piauí-LOTEPI na proibição de todo e qualquer novo credenciamento, permissão, concessão ou autorização em matéria de bingos, no âmbito da competência da Justiça Federal, com base em legislação estadual que não esteja de acordo com a Constituição nem encontre amparo na legislação federal, bem como condenando a empresa Tenta Ganha Ltda a abster-se da exploração de toda e qualquer atividade de sorteios, na modalidade de bingos e lotéricas ou outra denominação similar;

O procurador pediu ainda ao Juiz Federal que julgar a ação, a dissolução da sociedade TENTA GANHA LTDA, porque constituída para a prática de atos não sendo autorizada por lei, determinando a baixa de seus atos constituintes e o encerramento, em definitivo, de suas atividades. Bem como ainda seja fixada multa diária de R\$ 20.000,00 pelo descumprimento de cada uma das sentenças, tendo em vista os prejuízos causados aos usuários e consumidores do serviço de loteria e o poder econômico dos requeridos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Heráclito Fortes, apenas para ficar claro, V. Ex^a se referiu a comer o ovo antes de a galinha botar?

O SR. HERÁCLITO FORTES (PFL – PI) – Antes de criar a galinha.

O SR. PRESIDENTE (Senador Romeu Tuma. PFL – SP) – Era a galinha dos ovos de ouro.

Concedo a palavra ao Senador Tião Viana. Em seguida, falará o Senador Cristovam Buarque.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pela ordem, Senador.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas para dizer da minha alegria de passar o tempo da Liderança do PDT para o Senador Cristovam Buarque, que falará, então, em nome do PDT. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Pensei que já estava autorizado, mas agradeço o cuidado de V. Ex^a para que a Mesa não cometa nenhum erro. Obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Romeu Tuma, Sr^{as} e Srs. Senadores, trago ao plenário do Senado Federal um tema atual, que diz respeito ao grave problema da obesidade infantil no Brasil, um problema mundial que a sociedade enfrenta e que julgo ser muito importante...

O SR. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Tião Viana, vou sair do plenário por dois motivos: primeiro, pelo tema que V. Ex^a vai abordar, que não é apropriado para mim; segundo, penitencio-me aqui com o Senador Sibá Machado, que é piauiense e é da Comissão, pois esqueci de pedir-lhe que também seja signatário desse requerimento. Muito obrigado.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a contará com o apoio unânime da Bancada.

O Sr. José Jorge (PFL – PE) – Gostaria de um aparte, Senador, para perguntar se o Senador já era gordinho desde pequeno, porque V. Ex^a vai falar sobre gordura de criança, não é?

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Hoje, a imprensa se ocupou muito desse tema, a manhã inteira.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – É verdade. Então, Senador Romeu Tuma, apresentei, no ano de 2003, uma matéria, um projeto de lei estabelecendo regras e demonstrando os fatores que agravam, expõem e tornam muito vulnerável a criança brasileira a desenvolver a obesidade, que são exatamente a propaganda e a alimentação inadequada. Foi um projeto

devidamente estudado, em profundidade. Procurei ouvir especialistas das associações brasileiras especializadas em obesidade, de Endocrinologia e outras entidades ligadas ao tema, e elaborei o projeto de lei que está tramitando no Senado e já tem Relator designado. E as emissoras de comunicação – estou relatando porque julgo importante – me procuraram e fizeram a ponderação de que é um movimento econômico da ordem de 2,5 bilhões com tal atividade, portanto deveríamos tentar um entendimento. Eu disse que o papel do Parlamento era estar maduro a respeito da decisão da sociedade. Se a sociedade já estivesse completamente preparada para esse tema, eu não teria qualquer dificuldade em aprovar o projeto, mas, infelizmente, a sociedade ainda não tem um nível de percepção e interação com o Parlamento que assegure a aprovação de uma matéria desta natureza por pressão, por solicitação, por uma busca positiva de sensibilidade dos Senadores, e entendo também o lado econômico das emissoras de comunicação.

Então, que resposta podemos estabelecer? Eles apresentaram como contrapartida propagandas que pudessem ser educativas, preventivas para desvios de conduta na hora da alimentação da criança, na hora da venda e da escolha do produto.

Estamos vendo que a Rede Globo, notadamente, está fazendo uma belíssima campanha em horário nobre, uma propaganda voluntária, que diz respeito à educação e cuidado com a obesidade infantil. E mais, conversando com setores da comunicação, eles me disseram que estão muito preocupados – repito, notadamente a Rede Globo – e querendo estender para todas as escolas brasileiras o que já é feito hoje, por exemplo, em Florianópolis, para que as crianças possam ter acesso, na hora da merenda escolar, a uma alimentação saudável, natural, sem guloseimas, sem óleo e açúcares em excesso, sem componentes que são efetivamente nocivos à saúde.

Acredito que esse tipo de entendimento deve nortear sempre o Parlamento, a capacidade de dialogar, de ouvir, de não ter um projeto acabado e ser ético. Se a sociedade está madura, vamos de maneira intransigente naquilo que é uma convicção. Mas se a sociedade ainda não entende, não se apropria da tese e leva adiante, vamos negociar no campo ético. E o resultado é bom para a sociedade.

Assim, não tenho dúvida que, se na consequência desse projeto tivermos uma campanha massificada de orientação e educação para a prevenção da obesidade infantil nos meios de comunicação e a certeza de que, no Brasil, as escolas não terão mais alimentos incorretos colocados na merenda escolar das crianças, o avanço foi extraordinário para a criança brasileira.

Estou relatando isso como um preâmbulo daquilo que pretendo falar no tema da obesidade infantil.

Cresce, de forma acentuada, no Brasil, o número de pessoas que sofrem de obesidade – distúrbio do metabolismo energético que leva a um ganho excessivo de gordura corporal. Desde os anos 80, as estatísticas indicam que o contingente de obesos supera o de desnutridos no País. A obesidade, por sua velocidade de expansão em nossa sociedade, já é considerada um sério problema de saúde pública. A sociedade moderna, cada dia mais automatizada, criou um ambiente particularmente propício à geração de indivíduos obesos, pois é grande tanto a oferta de alimentos hipercalóricos quanto o incentivo ao sedentarismo.

Temos que ter a compreensão de que a prevenção e tratamento precoces são imperativos, vez que cerca de 70% das crianças obesas se transformarão em adultos obesos. O risco da obesidade é tanto maior quanto mais velha for a criança, mais intensa for a doença e quando seus pais também são obesos. Além disso, o adulto cuja obesidade iniciou-se na infância apresenta maior dificuldade em relação à perda de peso.

Os fatores genéticos são os grandes determinantes da doença, mas ela pode ser decorrente também de fatores culturais e psicossociais.

Os crescentes índices de obesidade têm sido motivo de muita preocupação entre os médicos, face às graves consequências sociais, psicológicas e orgânicas que ela engendra. Na vida adulta, ela se traduz em males como a hipertensão arterial, diabetes, doenças cardiovasculares e, ainda, a apnéia do sono, alterações ortopédicas e dermatológicas e, como corolário, um quadro psicológico conturbado com a diminuição da auto-estima.

Estudos realizados nos Estados Unidos demonstram uma prevalência entre 10 e 30% de obesidade infantil, com um aumento de 50% nos últimos 20 anos, enquanto que no mesmo período, no Brasil, o número de crianças obesas cresceu cinco vezes. Mais de 15% de nossas crianças já são obesas e 50% estão acima do peso ideal. Menos de 3% dessas crianças apresentam alguma alteração endócrina ou metabólica, sendo que mais de 95% sofrem com a obesidade devido a causas exógenas, como o excesso de alimentação e/ou falta de atividade física.

Entre julho de 2003 e junho de 2004, os pesquisadores do IBGE estiveram em 48.470 domicílios, um em cada mil, de todas as regiões do País. A pesquisa colheu dados sobre gastos do orçamento doméstico, peso e altura dos entrevistados. O tal levantamento antropométrico foi o primeiro a ser realizado no Brasil

e permitiu o cálculo do Índice de Massa Corporal das pessoas pesquisadas. Os pesquisadores do IBGE concluíram que o Brasil vive atualmente a mesma situação que países desenvolvidos, onde o ganho de peso da população está fortemente ligado ao crescente processo de urbanização.

No mundo, as estimativas são alarmantes: um terço das crianças enfrenta problemas com obesidade, algo em torno de 700 milhões de crianças. A vida nas cidades trouxe novos hábitos, nem sempre saudáveis, como as refeições altamente calóricas e feitas de forma rápida; e a troca das brincadeiras tradicionais, como o pique e a queimada, por jogos de computador ou programas de televisão.

Como médico, reitero: prevenir a obesidade é de suma importância para o desenvolvimento da criança. Caso chegue à fase adulta com excesso de peso, ela tenderá a permanecer nessa condição e apresentará propensão a uma série de outras doenças.

Existem vários índices para avaliar a obesidade infantil, mas durante uma simples consulta de rotina pode-se estimar uma tendência precoce à doença e iniciar condutas de prevenção, que se baseiam, sobretudo, na conscientização de todos os membros da família sobre a necessidade de mudanças no estilo de vida e apoio solidário àqueles que estão sob dieta.

Registro com muita satisfação duas boas notícias: o Governo de São Paulo sancionou, em 22 de fevereiro último, a Lei 12.283/2006, que institui a Política de Combate à Obesidade e ao Sobrepeso, denominada “São Paulo Mais Leve”, originada do Projeto de Lei 312/2004, do Deputado Simão Pedro, do PT, que determina, entre outras, o combate à obesidade infantil na rede escolar e a adoção de medidas no sentido de disciplinar a publicidade de produtos alimentícios infantis, em parceria com entidades da área da propaganda, empresas de comunicação, representantes da sociedade civil e do setor produtivo. A lei dispõe, ainda, que as comunidades de menor desenvolvimento econômico e social devem ser priorizadas.

A outra boa nova foi a campanha lançada pela Rede Globo de Televisão dedicada ao combate da obesidade infantil, nos intervalos da programação. O filme chama a atenção para os riscos associados à obesidade na infância e estimula a adoção de hábitos saudáveis, tais como a alimentação à base de frutas, verduras, legumes e carnes magras e a prática de atividades físicas, lembrando que comer bem não é comer muito. É louvável a decisão dessa importante emissora, de vir se associar a entidades, como, por exemplo, a Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade

(ABESO) e a Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia (SBEM), que têm uma história de luta no sentido de reverter os índices da obesidade no Brasil. Felicito a Rede Globo pela bonita campanha.

Minha satisfação é ainda maior pelo fato de que, em ambos os casos, vejo ecoar projetos de minha autoria que tramitam na Casa.

Um é o projeto a que já me havia referido – o de nº 25, de 2003 – que *dispõe sobre a propaganda comercial de alimentos*, que propus para sanar uma lacuna. O Brasil não possui uma legislação específica de regulamentação de propaganda comercial de alimentos, como já se faz em muitos outros países. Segundo especialistas em alimentação e nutrição, as indústrias do ramo, aproveitando-se da frequência e do tempo excessivo que as crianças gastam diante da TV, investem pesado na veiculação de propagandas de alimentos para sugerir e incentivar o consumo de seus produtos, muitas vezes de valor nutritivo reduzido e alta concentração calórica, devido a grandes quantidades de gordura saturada, colesterol e açúcar.

Sr. Presidente, já estou concluindo. Peço a V. Ex^a um minuto a mais.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Sem problema. Espero que as escolas estejam ouvindo V. Ex^a.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Agradeço muito a sensibilidade de V. Ex^a.

Sabemos que a formação dos hábitos alimentares tem início na infância. Os costumes, bons ou ruins, adquiridos nesta fase, tendem a ser mantidos ao longo de toda a vida. O objetivo é não apenas o sobrepeso nessa faixa etária, como também a prevalência da obesidade na população brasileira adulta.

O outro projeto de lei de minha autoria, a qual me refiro, é o de nº 26, de 2003, que altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, para proibir atribuição de destaque às declarações de qualidade e de característica nutritivas, tanto nas embalagens quanto na publicidade de alimentos, segue na mesma direção.

Os últimos acontecimentos nos animam, afinal podemos dizer, contrariando Erich Maria Remarque*, que há algo de novo no horizonte.

Sr. Presidente, quero agradecer a V. Ex^a e espero que haja o reconhecimento dessa sensibilidade das emissoras de comunicação social, notadamente a Rede Globo, e que outras possam fazer o mesmo pelo bem do futuro da saúde das crianças do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Tião Viana, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT, por cinco minutos.

Em seguida, terá a palavra a Senadora Maria do Carmo.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para falar pela Liderança do Governo assim que for possível.

O SR. PRESIDENTE (Efraim Moraes. PFL – PB) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses últimos dias, o Presidente Lula tem dito que, por causa da não-aprovação do Orçamento pelo Congresso Nacional, está impedido de fazer gastos e tem citado, inclusive, o problema da educação.

Em primeiro lugar, é lamentável que nós, Parlamentares, não tenhamos conseguido aprovar o Orçamento no prazo correto. Mas o que o Presidente está falando não é a verdade. É preciso lembrar que não é a primeira vez que o Congresso Nacional demora a aprovar o Orçamento. Em 1996, o Orçamento só foi aprovado no dia 9 de maio; em 2000, no dia 11 de maio; em 1994 – a gente esquece as coisas rapidamente –, pasmem, em novembro.

É um fato que o Congresso Nacional deveria ter cumprido a sua função de aprovar o Orçamento até o final do ano passado. Mas não é fato que a não-aprovação seja culpa dos Parlamentares que aqui estão, porque isso já ocorreu no passado, nem é isso que está impedindo o Governo de cumprir suas funções.

A prova, Senador Augusto Botelho, é que, em 1995, no primeiro trimestre, o Governo tinha gasto R\$1,028 bilhão com investimentos. Um bilhão! Este ano, mesmo sem Orçamento, já gastou R\$1,5 bilhão. Então, não é a falta de aprovação do Orçamento que está impedindo o Governo de gastar os seus recursos. O Governo tem a possibilidade de gastar até 92% sem necessidade do Orçamento.

Para se ter uma idéia, no caso da educação, que tem cerca de R\$21 bilhões, é possível gastar R\$16 bilhões sem o Orçamento. É claro que algumas rubricas ficam prejudicadas, mas são menores. Não é a merenda, não é o salário dos professores das universidades, não são os investimentos.

Há uma coisa mais grave na fala do Presidente: está colocando a culpa no Congresso pelo fato de o

Fundeb não estar sendo aprovado na velocidade que Sua Excelência queria.

Primeiro, devo dizer que, se o Governo queria aprovar a matéria com pressa, deveria tê-la mandado para esta Casa no começo de 2004, porque o projeto Fundeb já estava pronto em dezembro de 2003, entregue à Casa Civil. Por que esperou dois anos?

Segundo, o Fundeb não salvará a educação brasileira – precisamos fazer este alerta – como o Fundeb não salvou. É claro que é melhor com o Fundeb do que sem ele, mas não são esses R\$1,9 bilhão que vão mudar o Brasil.

Se chover dinheiro no terreno da escola, o dinheiro vira lama. O dinheiro apenas se transforma em educação, se definirmos os canais para isso, como salário de professor vinculado à formação; definição de padrões mínimos para todas as escolas brasileiras. Entretanto, isso o Governo não quer fazer e mantém a municipalização, apenas dando um pouco mais de recursos.

O Governo e o Presidente não estão dizendo ao povo brasileiro a verdade de que o Fundeb vai trazer apenas R\$1,9 bilhão e não R\$4,5 bilhões como têm dito. Serão R\$4,5 bilhões daqui a quatro anos. Apenas em 2010 serão R\$4,5 bilhões, como diz a propaganda pela televisão e como o Presidente está dizendo e repetindo, Senador Osmar Dias, quase todos os dias. Alguém precisa dizer a Sua Excelência que isso não é verdade, porque eu não acredito que o Presidente, sabendo que não é verdade, diria algo assim, apesar de que muitos fatos ocorreram sigilosamente no Palácio, e ninguém sabe o que é verdade ou não.

Finalmente, dentro dos meus cinco minutos, quero dizer que o Fundeb, aprovado como está, vai trazer ameaça e até retrocesso a alguns assuntos, como os gastos com ensino fundamental. Ao se unificarem os ensinos pré-escolar, fundamental e médio, não há dúvida de que o médio terá mais força. Felizmente, os nossos jovens do ensino médio já se mobilizam e cobram. Os pais dos jovens que estão no ensino médio já têm mais força. Os professores são mais ativos e poderão facilmente pressionar por mais recursos para o ensino médio de que o Brasil precisa, mas que não pode tirar do ensino fundamental.

Por isso, há uma emenda para se constituírem três fundos e trazer os R\$4,5 bilhões para este ano e não para daqui a quatro anos. Essas medidas, ainda que demorem alguns meses – e não impedem que sejam aplicados os recursos de que a educação precisa –, irão melhorar o projeto que chegou aqui.

Então, Sr. Presidente, vim aqui dizer que lamento muito que façam parte do discurso do Presidente afir-

mações que estão tentando manipular o povo contra o Congresso, dizendo – vou cuidar da palavra e do adjetivo – não verdades plenas.

E concluo dizendo que, na segunda-feira, vim aqui falar que estamos banalizando tudo o que há de perverso neste País, inclusive mentiras. Quando o Presidente da Caixa abre um inquérito e dá 15 dias para apurar quem foi que vazou o extrato de contas de um cliente, sendo que tinha sido ele, fica clara para a opinião pública a mentira. E essas mentiras criam uma perversão na imaginação de nossos jovens, nossas crianças e nossa população. Se os que estão lá em cima mentem, por que os outros não vão mentir também?

O Presidente precisa tomar cuidado com as suas afirmações e não dizer coisas que não correspondam exatamente à verdade, como essa que denunciei aqui.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra à Senadora Maria do Carmo para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, estou encaminhando à Mesa ofício para falar pelo horário da Liderança do PT.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Paulo Paim, com a aquiescência da Senadora Maria do Carmo, recebo o expediente de V. Ex^a.

Com a palavra a Senadora Maria do Carmo.

A SRA. MARIA DO CARMO ALVES (PFL – SE. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dos dias 28 a 31 de março, tive a honra de participar, designada por esta Casa, em Valência, na Espanha, do 5º Fórum da Aliança Mundial de Cidades contra a Pobreza, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas.

Essa Aliança surgiu em 1997, ano em que também foi proclamada, pelas Nações Unidas, a Década Internacional de Erradicação à Pobreza (1997-2006).

O ano de 2006 foi então escolhido para reunir representantes de governos, ONGs e outras entidades da sociedade civil envolvidos no combate à pobreza, em nível municipal e estadual.

No que diz respeito às intervenções municipais, ouvimos as experiências de representantes da Eu-

ropa (Roma, Genebra e Lisboa); da África; da Ásia; da América Latina (Bogotá, Cidade de Guatemala e Montevideo); e do Brasil. Deste último, foram convidados o Governador de Sergipe, João Alves, e o ex-Prefeito de Curitiba, Cássio Tanigushi, para falar sobre a implementação, em nível local, dos objetivos de desenvolvimento estabelecidos pela ONU, no ano de 2000.

Na oportunidade, também foi assinado um Acordo de Cooperação entre o Pnud e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional.

Sr. Presidente, foram vários os eventos e os painéis que compuseram o Fórum. Para não me estender muito, quero apenas citar alguns, que foram amplamente discutidos, como por exemplo: parcerias entre as Nações Unidas e as cidades no combate à Aids; adesão a redes regionais e Internacionais de cooperação em gestão de catástrofes; formação e desenvolvimento de recursos locais para reforçar a capacidade de gestão; e acesso da população aos serviços essenciais.

Contudo, o evento que mais me chamou a atenção foi a Mesa Redonda da Organização Mundial da Família, que mostrou com clareza e precisão a importância da família não apenas como um catalisador para o fortalecimento do desenvolvimento social, mas, sobretudo, como um dos principais instrumentos no combate à pobreza.

Como se vê, Sr. Presidente, já há uma mobilização mundial no combate à pobreza. Os exemplos são vários, dos mais simples aos mais complexos. Os organismos de financiamento estão sensíveis ao problema, que já é mundial. Precisamos, pois, urgentemente multiplicar os programas de sucesso. Os programas de sucesso em todo o mundo. Os programas de sucesso aqui no Brasil. Programas, como, por exemplo, o que temos em Sergipe, coordenado pela Secretaria Estadual de Combate à Pobreza, o Pró-Mulher/Pró-Família, onde levamos aos povoados mais longínquos do Estado estrutura para exames e consultas ginecológicas, oftalmológicas e odontológicas e do câncer de próstata, atendendo às famílias carentes. Esse programa, até 2005, atendeu a cerca de duzentas mil pessoas, e teve presente em todos os setenta e cinco municípios do Estado.

Por conta desses resultados, a Organização Mundial da Família, entidade vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), reconheceu o mérito e a importância dessa iniciativa para melhoria da qualidade de vida da população sergipana, denominada o programa como “Uma história de sucesso”.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, exemplos como o deste fórum fortalecem os nossos conceitos,

edificam a nossa conduta, corrigem os nossos erros, apontam novos caminhos e, o que é mais importante, nos dá a certeza de que, assim, estaremos caminhando para um mundo melhor.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Comunico à Casa que ainda perdura o impasse, não havendo, portanto, acordo com relação à Medida Provisória sobre a Geap.

Tenho envidado esforços para que possamos desobstruir a pauta sobrestada. Seis medidas provisórias estão trancando a pauta, e ainda há outras matérias igualmente importantes.

Ontem, tive a oportunidade de conversar pessoalmente com alguns dos Srs. Líderes, ainda porque, lamentavelmente, tivemos que conviver com o falecimento da mãe do Senador Arthur Virgílio, e não foi possível avançarmos rumo a um consenso para a votação das matérias constantes da nossa Ordem do Dia.

Para tanto, já convoquei sessões deliberativas para segunda-feira, às 18 horas, para terça-feira e para quarta-feira, tendo em vista que, na próxima semana, teremos os feriados de Páscoa.

Voltarei a conversar com os Srs. Líderes, pois é importantíssimo resolver esse impasse. Há pouco eu conversava com servidores públicos, beneficiários da Geap, e essa é uma questão que precisa ser resolvida pelo Senado Federal.

Ainda ontem, também, tive a oportunidade de dizer às televisões que, sem dúvida, nós vivemos, no Brasil, uma crise política, mas não uma crise institucional. As instituições continuam tendo uma relação intocada. Na democracia, os Poderes, como todos sabem, se completam. Cada Poder tem o direito de reclamar quando entende que a sua demanda não está tendo a suficiente celeridade. Isso é natural. Tenho feito isso todos os dias. Ontem mesmo, na Ordem dos Advogados do Brasil, cobre o abuso de edição de medidas provisórias pelo Governo Federal.

Lembro que votamos, aqui no Congresso Nacional, uma proposta que modifica o rito, a edição e a tramitação das medidas provisórias.

O importante é que mantenhamos a harmonia e a independência dos Poderes. Ninguém, absolutamente ninguém, vai abalar a solidez que esta Casa deseja para o Poder Legislativo. Este, o compromisso que tenho cumprido e faço questão de cumprir até o fim.

São as seguintes as matérias sobrestadas:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26-4-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.
Prazo final: 28-4-2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres.

Prazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos

Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aelton Freitas.

Prazo final: 1º-5-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica.* (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor: Senador Osmar Dias.

Prazo final: 18-5-2006

7

SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 66, DE 2005

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar*

membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 30, DE 2002

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos das Chefias do Poder Executivo nos 6 meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

12

EMENDAS DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado

nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria*.

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

13**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO****Nº 31, DE 2006**

(Discussão adiada para esta data, em virtude de Requerimento de adiamento aprovado em 21-2-2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº 2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília em 07 de março de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

14**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002*.

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

15**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação*

Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator **ad hoc**: Senador Marco Maciel.

16**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005**

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que es-*

17**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000**

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

18

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005
– COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

19

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum.)**

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro*.

20

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tião Viana, V. Exª tem a palavra.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, concordo integralmente com o que diz V. Exª, que tem firmado – e esta é a sua maior característica à frente desta Casa – posicionamento quanto à autoridade que o Parlamento deve ter perante a Nação, a responsabilidade com a implementação de políticas públicas e o respeito pelas instituições.

No que diz respeito às medidas provisórias, V. Exª tem sido completamente transparente, defendendo que cada instituição exerça o seu papel, reduzindo com isso o impulso no sentido da edição de medidas provisórias por quem quer que seja.

Sou testemunha do esforço de V. Exª para que a pauta seja desobstruída e as matérias sejam votadas. E, nesse sentido, alertaria para a importância dessa matéria sobre a Geap, a Fundação de Seguridade Social. Essa matéria é da maior relevância, porque encontrou um impasse no Tribunal de Contas da União; impõe-se a ela, como saída, um Projeto de Lei de Conversão. Senão, haverá um grave prejuízo em um dos mais belos exemplos de seguro saúde a servidor público da história do Brasil. É uma entidade da maior respeitabilidade, da maior admiração por parte de todos os seus usuários, de toda a comunidade médica, e só uma disputa de mercado poderia prejudicar a Geap e milhares de brasileiros que têm nesse modelo um exemplo a ser seguido, inclusive por outras instituições privadas.

Então, o apelo que faço aos Líderes, por intermédio de V. Exª, é que possamos votar essa matéria porque ela tem prazo. Temos poucos dias para que haja a solução definitiva. Meu apelo é, pois, no sentido de que possamos entender a dimensão que essa matéria tem como modelo de seguro saúde, nos moldes em que o Brasil pode ter entre a sociedade e o Sistema Único de Saúde.

Agradeço o empenho de V. Exª no mesmo sentido.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço eu a V. Exª.

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão e, em seguida, ao Senador Osmar Dias.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho acompanhado com todo interesse o posicionamento de V. Exª no que diz respeito ao Congresso Nacional, em defesa da instituição.

Ontem mesmo, numa declaração, o Presidente da República criticava o Congresso pela lentidão

nas suas decisões, notadamente no que diz respeito ao Orçamento da República. V. Ex^a reconheceu que o Presidente, de algum modo, tinha certa razão, e acrescentou que o Governo Federal é também responsável por essa lentidão nas decisões, na medida em que nos envia tantas e tantas medidas provisórias, que acabam por obstruir a pauta de votação do Congresso Nacional.

Estamos votando, no Poder Legislativo, uma Proposta de Emenda à Constituição que altera o rito das medidas provisórias. Trata-se de proposição de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, da qual fui relator aqui no Senado, pondo cobro a essa situação. Mas, até que se vote em caráter final na Câmara dos Deputados e seja essa PEC promulgada, teremos de amargar esses dias de pouca ação do Congresso Nacional – ação no sentido legislativo –, em virtude exatamente da presença abusiva das medidas provisórias.

Portanto, compreendo a posição e a angústia de V. Ex^a no sentido de votar projetos em andamento e até mensagens do próprio Governo; porém, não podemos ir muito longe enquanto não alterarmos o rito de tramitação das medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço muito a V. Ex^a, Senador Lobão.

Senador Osmar Dias, Líder do PDT.

O SR. OSMAR DIAS (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de testemunhar o esforço que V. Ex^a tem feito para colocar o Senado em pleno funcionamento, votando matérias importantes. As dificuldades têm sido impostas principalmente pelo número exagerado de medidas provisórias. E é exatamente pelo fato de termos tantas medidas provisórias que não conseguimos votar ainda a PEC que estabelecerá novas regras e, dessa forma, tornará mais dinâmico o trabalho do Congresso Nacional.

Apóio integralmente a decisão de V. Ex^a no que se refere à pauta da próxima semana, possibilitando, assim, que tenhamos sessões deliberativas na segunda-feira, na terça-feira e na quarta-feira, em função dos feriados, e aproveitemos, então, esses três dias para votarmos.

Há, inclusive, uma PEC de minha autoria, que já foi votada em primeiro turno e aprovada por unanimidade, que é da maior importância, pois ela regulamenta, na Constituição, os serviços de água, meteorologia e climatologia no País. Isso é importante para que todos os cidadãos brasileiros possam usufruir, de uma forma mais direta, desses importantes serviços, tanto para a defesa civil quanto para a agricultura, enfim, para a proteção do próprio cidadão.

Há também uma promessa do Governo de que haveria hoje a edição de uma medida provisória. Este Governo, que edita tantas medidas provisórias, não editou uma que é urgente, sobre a solução para os problemas da agricultura. Só no meu Estado, 42 mil produtores estão sendo protestados pelo Governo e poderão perder suas propriedades, caso o Governo não reveja sua posição. Havia a promessa de que hoje seria editada uma medida provisória, e essa promessa não foi cumprida.

Sr. Presidente, o PDT apóia a decisão de V. Ex^a e diz mais: em relação ao Orçamento – o Senador Cristovam Buarque mostrou isto hoje, da tribuna –, é possível o Presidente da República liberar recursos para áreas importantes sem depender da votação do Orçamento no Congresso Nacional, embora o Congresso já devesse ter votado, sim, a matéria. Mas não é culpa do Congresso o fato de ele não estar investindo em setores fundamentais, como o da educação, da saúde e, agora, para socorrer a agricultura brasileira.

Apóio a decisão de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço-lhe muito a intervenção, Senador Osmar Dias.

Senador José Sarney, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apóio V. Ex^a e estou de acordo com as palavras que proferiu aqui, no sentido de que a luta política não deve, de maneira alguma, prejudicar as instituições nem o trabalho do Senado.

V. Ex^a tem sido um Presidente exemplar para esta Casa. Está fazendo um trabalho extraordinário, louvado por todos os seus colegas, por todas as correntes políticas desta Casa. Compreendo a angústia de V. Ex^a neste momento em que nossos trabalhos encontram-se totalmente paralisados.

Aproveito este instante para juntar-me a V. Ex^a no apelo que faz a todas as forças políticas, no sentido de que, acima dos Partidos e das nossas divergências, tenhamos condições de atender, comparecer e votar as questões importantes.

Agora, por exemplo, há um caso concreto na Casa: a medida provisória que trata da Geap. Já tive oportunidade de falar aqui sobre essa instituição, que data de 1945 e que tem prestado, ao longo do tempo, tão grandes serviços, sobretudo àqueles que mais necessitam. São os funcionários os que mais precisam de seguro de saúde barato, são os trabalhadores associados. Com essa política do mercado soberano, a Geap está ameaçada de ser submetida a um truncamento que a deixa imobilizada, não podendo mais ter segurados senão por meio de leilões.

Realmente não podemos aceitar isso. Esse impasse, criado pelo Tribunal de Contas, a medida provisória resolve. E estamos aqui paralisados! Os funcionários da Geap, os segurados da Geap estão todos perplexos no Brasil inteiro, esperando uma solução da nossa Casa. Portanto, aproximando-nos do fim da validade da medida provisória, não podemos deixar que eles sejam frustrados e que não tenhamos condições de resolver esse problema. Essa é uma questão que transcende a luta política. Não podemos prejudicar, por meio da luta política, as instituições e o andamento da Casa, sobretudo prejudicando os que mais necessitam.

V. Ex^a tem o apoio de todos nós. Acredito que o apelo de V. Ex^a vai sensibilizar as Lideranças da Casa, de modo que possamos, antes de expirar o prazo, votar essa medida provisória que diz respeito à Geap.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Sarney, V. Ex^a tem absoluta razão. O pior de tudo é o que V. Ex^a disse, que o prazo da medida provisória expira no dia 25. E ainda haverá a Semana Santa. Estamos fazendo um esforço para votar na segunda, na terça e na quarta-feira. Esse é um preço que, sinceramente, o Senado não deveria pagar – pelo menos, no que depender de mim, ele não pagará.

Senador Efraim Moraes, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. EFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Renan Calheiros, pelo mesmo motivo, sou solidário a V. Ex^a pela forma como conduziu a situação do Congresso Nacional, instituição da qual V. Ex^a é Presidente. Para mim, é uma honra trabalhar com V. Ex^a, com a Mesa comandada por V. Ex^a. Na condição de 1º Secretário, sei da forma democrática com que V. Ex^a trabalha com todos os membros da Mesa.

Quero dizer a V. Ex^a que estranho as declarações do Presidente da República de que a culpa é do Congresso. A culpa sempre é do Congresso! Será que o Presidente Lula também não sabe que a Base do seu Governo é maioria na Comissão Mista de Orçamento? Será que o Presidente da República também não sabe que a maioria da Câmara e do Senado é da Base do Governo, conseqüentemente do Congresso? E tenta responsabilizar o Congresso? É como se dissesse: “Façam as acusações!” Estamos fazendo o nosso papel institucional, na condição de Oposição. E é tão nobre ser Oposição como ser Governo, desde que se trabalhe com seriedade, transparência e honestidade.

O Presidente Lula tem problemas de corrupção dentro do seu Governo. Ontem, o todo-poderoso ex-

Ministro Palocci fugia da imprensa, enganou até a imprensa. Para quê? Para ter privilégio?

Senador Renan, somos do Nordeste, sabemos das dificuldades do nosso Nordeste, e o Brasil inteiro não admite esse tipo de privilégio. Parece-me que o próprio delegado da Polícia Federal foi enganado pelo Sr. Palocci, para que ele pudesse ir à sua residência prestar um depoimento VIP, diferentemente do que aconteceu com o caseiro, que é um cidadão do povo, um cidadão comum, o Francenildo, que foi à Polícia Federal se identificar como testemunha e saiu de lá investigado.

Não! Sinceramente, o Presidente Lula deve estar com a cabeça em outro lugar. Ele que responsabilize a incompetência do seu Governo, ele que responsabilize a falta de quem comande aqui os seus aliados e que não venha tentar jogar para o Congresso Nacional a responsabilidade de não votar o Orçamento. E V. Ex^a tem razão: se o Presidente Lula enviasse menos medidas provisórias para este plenário, votaríamos mais matérias.

O Senador e Presidente Gilberto Mestrinho – e S. Ex^a tem condições de continuar na Presidência – dedicou-se todos os dias àquela Comissão para tentar votar o Orçamento. Sou testemunha disso, como membro da Comissão, mas o que faltava era vontade do próprio Governo de votar o Orçamento.

Deixo este registro de solidariedade a V. Ex^a e digo que V. Ex^a nos comanda com sabedoria, com competência e com transparência.

O Governo que cuide de resolver seus problemas internos para ter condições de responsabilizar o Congresso Nacional. Essa desculpa do Governo já existe há muito tempo. Quando ele começa a cair, quando ele começa a despencar por causa da corrupção do seu Governo, ele costuma responsabilizar o Congresso Nacional.

Mais uma vez, estão mentindo para a sociedade brasileira; mais uma vez, o Presidente Lula, com a incompetência que é característica do seu Governo, está mentindo para a sociedade brasileira, quando responsabiliza o Congresso Nacional.

Espero que o Presidente saiba, pelo menos desta vez, que ele tem maioria. Ou será que perdeu a memória? Num passado recente, as votações aconteciam com tanta tranquilidade! Não sei, mas descobriram o tal do mensalão, lamentavelmente para o Governo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Eu, inclusive, cheguei a dizer, no momento em que parabenizo o Senador Mestrinho pelo grande trabalho que faz à frente da Comissão Mista de Orçamento. Cheguei a lamentar a morosidade do Con-

gresso na aprovação da peça orçamentária. Hoje, eu soube do Senador Mestrinho que há uma preliminar que precisa ser resolvida: o PPA. Não há como se votar o Orçamento sem se votar, primeiramente, o PPA. Além da publicação necessária para a convocação do Congresso Nacional – e só posso convocá-lo para votar o Orçamento depois de este ser publicado –, devemos votar, primeiramente, o PPA. Ainda há esse entrave, porque, na verdade, o Orçamento não pode ser votado sem o PPA. Seria uma votação desautorizada pelo próprio PPA.

O Presidente tem o direito de fazer críticas. Eu mesmo as faço ao Executivo, com independência, toda semana, todos os dias, quando entendo ser necessário, mas considero injusto, muito injusto – V. Ex^a tem razão –, acusar o Congresso Nacional num momento como este, em que ele está fazendo sua parte.

O Congresso não deixou que a crise política se transformasse em crise institucional. Fizemos, durante todo o ano que passou, co-existir o funcionamento normal da Casa até com três investigações parlamentares de inquérito. A sociedade toda acompanhou esse processo.

Ontem, fiz questão de reunir os Líderes para dizer que pode acontecer tudo, menos a CPMI dos Correios não apresentar um relatório. Não vamos repetir o que aconteceu com a CPI do Banestado. Não vou discutir o mérito, não quero fazê-lo. Toda vez em que intervimos nos trabalhos da Comissão foi para ajudar na investigação, no seu aprofundamento – todas as vezes, sem exceção –, mas não vamos, neste caso, deixar de produzir um relatório. Vamos ter um relatório! Não vamos repetir a CPI do Banestado, porque isso desgastará muito a instituição, o Congresso Nacional.

Acertamos um procedimento: começamos a discutir ontem, discutimos até meia-noite, vamos continuar a fazê-lo hoje durante todo o dia e, impreterivelmente, a partir das 17 horas, vamos votar o relatório, ou os relatórios, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

A expectativa da sociedade, todos sabem, é a de que o relatório pelo menos reflita os fatos, o que aconteceu, o que se investigou, o que foi apurado. É o mínimo que o Congresso pode fazer. A única maneira de o Congresso retomar a credibilidade, a confiança, a legitimidade é fazendo exatamente isto: investigando, esclarecendo e punindo. Eu, desde o primeiro momento, tenho procurado me pautar por essa independência, por essa isenção, e vou, como todos sabem, continuar agindo dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Sibá Machado. Em seguida, falarão o Senador Romeu Tuma e o Senador Romero Jucá. É rápido.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obrigado. Primeiramente, quero falar a V. Ex^a da admiração que transmite a todos nós na condução dos trabalhos, que dispensa maiores comentários. Tenho a certeza de que as negociações são feitas, as votações acontecem e assim por diante.

Nessa matéria sobre o Orçamento, fui incumbido de relatar a revisão do PPA.

Na vez passada, tínhamos uma peça pormenorizada em seu debate, cujo Relator era o Senador Saturnino Braga, e o ponto que fez com que o relatório fosse derrotado imputava apenas uma pequena mudança. Eu, digamos assim, tive um trabalho muito curto naquele momento, mas, agora, neste processo de revisão, o procedimento adotado foi o de que aguardaríamos as mudanças que caberiam dentro da peça orçamentária e o de que, tão logo se concluísse o processo de votação do Orçamento, faríamos essa adaptação e a projeção para o próximo ano.

Sr. Presidente, o que me deixou surpreso foi que o programa que utilizamos para procedermos à confecção do relatório está sendo utilizado pela primeira vez. Então, até desconheço a probabilidade de erro. Não sei se a probabilidade é maior ou menor e confesso a V. Ex^a que, de ontem para hoje, tomei a atitude de fazer o trabalho praticamente à mão. Assim, nossa equipe está trabalhando artesanalmente.

Meu esforço é para que entreguemos hoje esse relatório do PPA, a fim de que corra o tempo necessário e de que, na próxima terça-feira, ele seja apreciado no âmbito da Comissão Mista de Orçamento. Quero apresentar um relatório o mais próximo possível da realidade, para que evitemos qualquer tipo de erro.

Tomo, aqui, diante de V. Ex^a, a seguinte decisão: apresento o relatório em qualquer circunstância; caso se detecte alguma nova alteração, teremos tempo daqui para segunda-feira...

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Senador, não vou culpar V. Ex^a, apenas vou repetir ao Presidente da República, que não está sabendo: um dos motivos pelos quais o Orçamento não foi votado é que o PPA também não foi votado. Quero comunicar ao Presidente da República que o Relator é V. Ex^a, que é do Partido dele e que não apresentou o relatório. Então, esse é mais um motivo para que o Presidente não reclame do Congresso Nacional.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Não posso aceitar. Acabei de fazer minha explicação, Sr. Presidente, e espero que ela seja justa.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – V. Ex^a recebeu orientação do Palácio para isso?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Recebi orientação de aguardar as modificações do Orçamento dentro da minha Bancada.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Ah, então, a culpa é do PT!

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Dentro da minha Bancada. Aguardamos a votação do Orçamento, que era a parte de maior interesse também dos Congressistas, e apresento esse relatório hoje à tarde, Sr. Presidente. Espero que, na próxima terça-feira, tenhamos chegado a um acordo de votação e que seja, ainda no mesmo dia, possível uma reunião do Congresso, para votação das duas matérias.

Quanto aos outros fatos, também concordamos com V. Ex^a, que tem feito esforço para que possamos trabalhar em maior velocidade, desobstruindo a pauta e assim por diante. É claro que, se desobstruirmos a pauta até a próxima quarta-feira, será melhor para todos nós – Governo, Congresso e toda a sociedade.

Então, também me congratulo com V. Ex^a.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Sr. Presidente, desculpe-me, mas esse é um assunto que deve ser esclarecido. Parabenizo o Senador Sibá, que assume que não concluiu o relatório do PPA – sem sua votação, não se pode votar o Orçamento – porque recebeu determinação da sua Bancada para que aguardasse. Isso é o que foi dito. Então, a responsabilidade é do PT! V. Ex^a acabou de dizer que não votou o PPA porque recebeu determinação para que não apresentasse o relatório. Perguntei: “De quem?”. E V. Ex^a disse: “Da minha Bancada”. E o Presidente da República vem, agora, reclamar do Congresso? Devia estar reclamando da Bancada do seu Partido, o PT, que escolheu V. Ex^a – que, com competência, está fazendo seu trabalho, pois disse V. Ex^a que o relatório está pronto e será entregue hoje –, mas lhe pediu que não apresentasse o relatório. Então, mais uma vez, o Presidente não sabia que sua Bancada, do seu Partido, determinou que não apresentasse o PPA. V. Ex^a acaba de dizê-lo. Então, reitero que o Presidente deve colocar a cabeça no lugar, apresentar os fatos verdadeiros à nossa sociedade e não sair atirando contra o Congresso Nacional. Não há responsabilidade do Congresso Nacional. Está tecnicamente justificado por que não se votou o Orçamento. Aqui está o Presidente da Comissão Mista de Orçamento, que foi claro: não se pode votar o Orçamento sem se votar o PPA. O Relator do PPA, que é do PT e que está aqui, é o Senador Sibá, que tem trabalhado

com competência e com transparência, conversando com todos. O Relator do Orçamento também é do PT e está aqui, por coincidência: o nosso querido Deputado Carlito Merss, que tem feito sua parte. Mas não me venha dizer o Presidente da República que somos os culpados porque não votamos! Há uma determinação, segundo o próprio Relator do PPA, para que aguarde para apresentar seu relatório. Conseqüentemente, não podemos votar o Orçamento. Lamento dizer que o Governo atirou errado mais uma vez. Devia cuidar da corrupção do seu Governo em vez de atirar pedras contra o Congresso Nacional.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Senador Sibá, eu queria um aparte para esclarecer essa questão.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Pois não.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Penso que podemos esclarecer e acabar com essa celeuma, porque o que interessa mesmo é a votação do Orçamento. É claro que é importante votarmos o PPA. Em um nível de precedência, normalmente, ter-se-ia o PPA para, depois, ter-se o Orçamento, porque o PPA são as diretrizes que precisam nortear todo o trabalho a ser feito no Orçamento, mas quero registrar que, necessariamente, não se precisa aprovar o PPA para se votar o Orçamento. Isso não é preciso. No ano passado, fui Relator e coloquei, no Orçamento, um dispositivo.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB) – Mas está errado! Está errado, sim.

O Sr. Romero Jucá (PMDB – RR) – Isso foi aprovado. Incluí um dispositivo estabelecendo que todos os investimentos previstos no Orçamento fariam parte do PPA. Essa foi a forma que encontramos para votar rapidamente o Orçamento.

Então, se houver decisão política, se houver uma construção e um interesse comum, pode-se, independentemente da votação do PPA, votar o Orçamento com esse dispositivo votado no ano passado. Temos defendido isso para que, efetivamente, se vote o Orçamento com urgência. O PPA é uma discussão de diretrizes e precisa ser compatibilizado com o Orçamento, porque, se não o for, muitas emendas de Parlamentares incluídas no Orçamento serão invalidadas por conta de um PPA malfeito.

O Sr. Efraim Moraes (PFL – PB.) – Não há problema. Quero deixar registrado, Sr. Presidente, que quem vem pedindo verificação de **quorum** é a base do Governo. Foi o Deputado João Leão, que representa o Governo na Câmara, quem pediu verificação de quórum. Não foi a Oposição, não. Não se votou o Orçamento porque o Governo não quis. O Deputado João Leão, na última reunião, pediu verificação de quórum e não deixou que se votasse o Orçamento. É

bom que se registre isso, para não fazerem o que querem fazer com os Ministros, que estão caindo dia-a-dia neste Governo, ou seja, tentar enganar a sociedade. Vamos contar a verdade. O fato verdadeiro é esse e deve ser esclarecido. Nós não queremos aqui nada mais que a verdade.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Sibá Machado, antes de conceder a palavra a V. Ex^a, vamos ouvir o Senador Romeu Tuma, a quem peço que seja sucinto, porque todos estão falando pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, depois eu gostaria de falar, pela Liderança do PSB, sobre esse assunto.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – A palavra está comigo ou com o Senador Romeu Tuma?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A palavra foi dada ao Senador Romero Jucá e agora ao Senador Romeu Tuma. Depois, voltarei a V. Ex^a. Todos estão falando pela ordem, não é possível conceder apartes.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero testemunhar dois fatos neste Senado, no Congresso. Primeiramente, a elegância, a lhanza de V. Ex^a ao conduzir os trabalhos deste Senado. É claro que temos desespero para aprovar o Geap, porque policiais federais, gente que recebe salário básico, praticamente, estão sofrendo sem assistência médica. Então, é importantíssimo para aqueles que tiverem problema de saúde ter alguma coisa que lhes dê a confiança de que vão ser cuidados. Isso é importante, e V. Ex^a tem conduzido exemplarmente os trabalhos.

Sobre as CPIs, quero dizer que V. Ex^a é o ponto de equilíbrio, é o ponto da balança. Quando há constrangimentos, lutas quase que inexplicáveis, trazendo tumultos violentos às CPIs, V. Ex^a interfere na hora certa para manter o equilíbrio, sem intervir no processo. Eu queria ser testemunha disso perante a sociedade brasileira.

Sobre o Orçamento, quero informar que sou membro da Comissão de Orçamento. É claro que não me dão o relatório. Já reclamei ao Presidente, mas estou presente e vejo o esforço, a angústia do Presidente Mestrinho para tentar aprovar, chegando ao ponto de dizer que ia entregar a Presidência. O Carlito Merss está lá lutando para tirar verba daqui e pôr ali, para tentar atender a todo mundo. Algumas coisas realmente têm impedido a votação.

O Presidente Lula pode reclamar, mas deve identificar quem são os responsáveis pela falta de votação

do Orçamento. O País não pode ser gerenciado por medidas provisórias para alocação de verbas em razão da falta do Orçamento.

E, quanto ao PPA, se V. Ex^a entregar hoje, Senador Sibá Machado, vamos, na Semana Santa, à igreja acender uma vela para que possa ser votado o Orçamento.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Eu gostaria de destacar a presença neste debate do Deputado Carlito Merss, Relator do Orçamento, que muito nos honra.

Vou ouvir o Senador Antonio Carlos Valadares e o Senador Sibá Machado, mas, antes, pela precedência, eu gostaria de ouvir o Senador Gilberto Mestrinho, que é o Presidente da Comissão.

Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, efetivamente, nós que pertencemos à base do Governo temos acompanhado vários fatos, vários pronunciamentos e várias declarações que mostram que o Presidente da República, muitas vezes, é muito mal informado por seus Ministros, que chegam até a mentir para Sua Excelência. Sei de casos assim. Não vou citá-los, porque não é elegante, mas sei que Ministros mentem para o Presidente, que fica certo de que as coisas foram feitas, e não foram. Essa é a realidade!

Na questão do Orçamento, este foi para o Congresso com um determinado valor, mas não previu medidas que seriam tomadas depois, pelo Governo, de benefícios, de benesses, de coisas novas da sociedade. Então, foi previsto um salário mínimo de R\$321,00 (trezentos e vinte e um reais) e se aumentou para R\$350,00 (trezentos e cinquenta reais). Foram alguns bilhões nisso, que o Congresso teria de encontrar meios para cobrir.

A Lei Kandir é uma obrigação do Estado, porque a União não pode fazer saudação e conceder benefícios aos outros com o chapéu alheio. Isso porque os Estados abrem mão do ICMS, deixam de arrecadar esse imposto para dar divisas à União, e a União não quer ressarcir os Estados – isso não é de agora, já é uma luta de dez anos, mas o Governo este ano não previu nada da Lei Kandir. Sou testemunha do esforço, da luta terrível do Deputado Carlito Merss na busca de encontrar meios para atender a essa reivindicação. Foram mais R\$3,4 bilhões alocados, quando, no ano passado, foram pagos aos Estados R\$5,2 bilhões.

Veio mais a questão da indenização dos anistiados, que não constava nada no Orçamento; e víamos

no auditório a quantidade grande de pessoas, já visivelmente vencidas na vida, querendo alguma coisa com essa anistia. O Deputado Carlito Merss conseguiu colocar no Orçamento um recurso para isso.

E por aí foi. No total, foram mais de R\$14 bilhões que o Deputado teve que inventar, corrigir, com muita responsabilidade, para compor o Orçamento.

Enquanto isso, sentíamos – e várias vezes denunciei isso na Comissão mesmo – e cheguei a declarar que, se até o dia 30 de março a Comissão não aprovasse o Orçamento, eu renunciaria à Presidência, porque não era possível! Chegou a ponto de a base do Governo – repito, à qual pertencço e tenho sido leal – pedir verificação de quórum para não se votar. Isso é a coisa pior que pode acontecer. O máximo que pode acontecer de ilegalidade partidária, vamos dizer, de ilegalidade política.

Até que enfim conseguimos votar. Com muito trabalho, com muita luta do Relator Carlito Merss, dos assessores, para que se pudesse ter um Orçamento, foi votado, então, na semana passada. Mas precisava do PPA. Por que precisa, efetivamente, do PPA? Porque aquilo que não constar no PPA não pode ser objeto de atenção na execução do Orçamento. Pode-se votar depois quando é dentro do mesmo exercício; nesta altura, já não se pode mais. Então, o Orçamento tem que ser votado, mas o PPA também.

O Relator do PPA é o Senador Sibá Machado, que recebeu essa instrução de aguardar. S. Ex^a, que é leal ao seu Partido, à sua base, à sua Liderança, tem feito isso. S. Ex^a tinha me prometido que, hoje, à tarde, terminaria esse relatório. Se S. Ex^a apresentar hoje à tarde, vai à publicação, e é possível que, na terça-feira, dados os prazos regimentais, proceda-se à votação. Do contrário, não se poderá votá-lo efetivamente, passando para a outra semana, porque é regimental. Temos de obedecer ao Regimento.

Então, Sr. Presidente, a realidade é esta: informam mal ao Presidente da República. Essa é a realidade.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Nunca é demais lembrar que precisamos mudar o Orçamento. O Orçamento no Brasil é uma peça de ficção porque é meramente autorizativo. Para se ter uma idéia, no ano passado, somente 30% dos investimentos previstos no Orçamento foram liberados, num ano em que houve elevação da receita, além da prevista no Orçamento, de mais de R\$20 bilhões.

Isso não pode continuar. Precisamos de um planejamento óbvio, e o Orçamento tem que ser consequência desse planejamento. Necessitamos de alguns programas estruturantes, que podem vir por emenda coletiva ou individual, não importa. O que importa é que

esses programas estruturantes fiquem fora da regra do contingenciamento.

O que acontece na verdade? O Congresso recebe o Orçamento no dia 31, passa dois, três meses elucidando a peça orçamentária, porque não sabe o que vem, diferentemente do que acontece no mundo, em que os Congressos participam da formulação do Orçamento. Aqui é diferente: há um prazo exíguo para apreciação do Orçamento e vota-se paralelamente o PPA. Depois desse esforço todo, o Governo contingencia tudo e fica com arbítrio de liberar o que entende ser necessário liberar.

Sinceramente, isso não pode acontecer, pois ocorre em detrimento da competência do Poder Legislativo. Tomamos várias medidas, fizemos o dever de casa, cortamos despesas, pagamos o reajuste dos servidores com o remanejamento dos nossos recursos orçamentários, não houve a utilização da medida provisória que o Governo editou. Fizemos a nossa parte, dando qualidade e transparência ao gasto público, e isso precisa ser feito em todos os lugares.

Vou continuar dizendo isso e pedindo aos Líderes que, a exemplo do que fizemos com as medidas provisórias, priorizemos também as mudanças no Orçamento, que, como sabe o Senador Gilberto Mestrinho, precisam ser feitas urgentemente. Votar o Orçamento não basta. É preciso que tenhamos programas estruturantes fora da regra do contingenciamento; do contrário, o Governo sempre terá o arbítrio de liberar o que quiser, segundo o critério que quiser, e isso não é bom para a relação que deve ser harmônica e independente entre os dois Poderes.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, ainda...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Gilberto Mestrinho, V. Ex^a dispõe da palavra para complementar o seu pronunciamento.

O SR. GILBERTO MESTRINHO (PMDB – AM) – Sr. Presidente, V. Ex^a colocou bem o problema que existe em relação ao Orçamento da República, que não é de hoje; é antigo. A elaboração orçamentária é feita de maneira, vamos dizer, desatualizada pelo Ministério do Planejamento. Então, o Orçamento chega aqui no Congresso totalmente desatualizado, e os Ministros ficam pressionando os Relatores da Comissão para suprirem as deficiências do Executivo, querendo mais dinheiro; pressionam o Relator e os Relatores setoriais. Esse passou a ser o papel da Comissão.

Em segundo lugar, a Comissão tem 84 membros – é maior do que o Senado. Então, é difícil trabalhar com tanta gente assim. É difícil.

Em terceiro lugar, fala-se muito em Orçamento impositivo e em Orçamento não impositivo, autorizativo

somente. Enquanto não tivermos uma economia estabilizada – não está estabilizada nossa economia, há muita conversa fiada –, é impossível o Orçamento impositivo total. O Orçamento deve ser misto: 80% impositivo e 20% dependendo do comportamento da receita. O Congresso precisa ter um órgão, uma comissão, o Senado e a Câmara, de acompanhamento da elaboração do Orçamento, com poderes para verificar a execução e o comportamento. Também há outro defeito: os créditos são insuficientes. O Governo pede crédito a menos na proposta e, quando chega o dia 15 de novembro, entope a Comissão com pedidos de créditos suplementares, e a Comissão, na época em que tem de votar o Orçamento, vai cuidar dos créditos suplementares.

Neste ano, muita coisa foi votada pela comissão final do Senado; não foi votada pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, porque não houve tempo.

Assim, todas essas medidas têm de ser tomadas, mas é preciso discuti-las efetivamente, no interesse de se fazer o melhor e não de beneficiar grupos, partidos e Governo. É preciso fazer uma resolução que atenda o Orçamento da República e não o orçamento de “a”, “b” ou “c”.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Gilberto Mes-trinho, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Garibaldi Alves Filho.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pela ordem. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, aqui já foi enfatizada por diversos Senadores a relevância da aprovação da Lei de Meios e do nosso Orçamento. Apesar de ser uma peça meramente autorizativa, e até ser considerada uma peça de ficção, o Orçamento Federal, no entanto, faz previsões que, se concretizadas, poderão mudar a face da infra-estrutura do nosso País. São as emendas coletivas ou de bancadas, as emendas individuais e os programas de Governo fixados nessa peça que vão determinar a direção de nosso País em relação aos investimentos e às aplicações na área social.

Portanto, Sr. Presidente, é fundamental que aprovemos o Orçamento. Corroboro essa preocupação do Presidente do Senado, que é de todos nós, evidenciando-se não apenas pelos pronunciamentos que aqui são feitos. O próprio Poder Executivo demonstra essa preocupação, e a comunidade sabe que o Orçamento é im-

portante. De nada adianta minimizar a importância do Orçamento, porque a sociedade brasileira tem, no seu consciente e no seu subconsciente, que o Orçamento, que traz as receitas e despesas da Nação, tem de ser aprovado. E é com base nele que o Governo vai agir.

Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá, Relator-Geral do Orçamento do ano passado, apresentou uma saída inteligente...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, estou encerrando. Outros tiveram direito de falar sem previsão de tempo, mas serei breve e obedecerei à determinação de V. Ex^a e do Regimento. Estou encerrando.

O Senador Romero Jucá encontrou uma saída brilhante: incluir na lei do Orçamento um artigo que disponha que todos os programas previstos na Lei Orçamentária serão obrigatoriamente, religiosamente, cumpridos e fixados no PPA. Ora, se o Orçamento, por meio de um dispositivo do próprio Congresso Nacional, prevê que os programas são aprovados automaticamente, pode-se esperar um pouco que o PPA seja aprovado, mas, na realidade, a Lei do Orçamento já prevê e salva todos os programas do Governo.

Há um outro assunto, Sr. Presidente, que não pode deixar de ser levado em consideração neste debate: as medidas provisórias, que realmente atravancam e quebram a normalidade do funcionamento do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, sem dúvida alguma. Agora mesmo estamos com algumas medidas provisórias trancando a pauta.

Eu apresentei, por ocasião da PEC do Senador Antonio Carlos Magalhães, Sr. Presidente, nobre Relator da Comissão dos Bingos, homem eficiente, trabalhador e moderado, que já foi também Relator do Orçamento, também já foi Presidente da Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Fui Relator das Diretrizes Orçamentárias.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Das Diretrizes Orçamentárias, portanto, V. Ex^a conhece, mais do que ninguém, como funciona o Orçamento Federal. Apresentei uma saída. Qual era? Que em três dias o Congresso Nacional passaria com a sua pauta trancada, aguardando os acordos para votação das medidas provisórias. Se esse acordo não se efetivasse, passaríamos os três dias subseqüentes votando as matérias próprias do Congresso Nacional, do Senado e da Câmara. A nossa emenda, infelizmente, foi rejeitada. Isso, sem dúvida alguma, resolveria essa paradeira provocada pelas medidas provisórias.

E, por último, ninguém pode esconder e afirmar que a crise política também não esteja incidindo nessa

paradeira do Congresso Nacional. É um outro fator que está contribuindo, sem dúvida alguma, para a quebra da normalidade. Claro que é uma crise avassaladora, que abarca não só o Executivo, mas também o Poder Legislativo. E afirmar que a crise política não está interferindo, é não querer dizer a verdade. Está interferindo. Não quero dizer com isso que os partidos políticos estejam se reunindo nos gabinetes para colocar barreiras intransponíveis à votação do Orçamento. Não! É que a própria crise se encarrega disso, de parar a votação normal do Orçamento.

Sr. Presidente, agradeço a sua bondade. Quero afirmar que o Orçamento tem que ser aprovado e que existe uma saída, mesmo que o nosso Senador Sibá Machado não possa apresentar daqui para terça-feira o seu relatório, ou que ele apresente e não seja votado. A saída é o artigo apresentado, no ano passado, pelo Senador Romero Jucá, porque, mesmo que V. Ex^a e o Presidente queiram, muitas vezes a Comissão de Orçamento não encontra **quorum**, principalmente na Semana Santa. Mas podemos reunir o Plenário do Congresso Nacional e aprovarmos o Orçamento, na próxima semana, independentemente desses ajustes que serão feitos pelo Senador Sibá Machado.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Vou conceder a palavra ao Senador Sibá Machado e, com a sua fala, encerrar o debate sobre o Orçamento.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, às vezes as coisas são colocadas sem nenhuma preocupação de separar o que é político do que é meramente técnico. Eu me senti ofendido pela forma com que fui tratado aqui hoje.

Quero dizer a V. Ex^a que a minha Bancada orientou o “sim”, mas tive autorização formal da Comissão de Orçamento, porque apresentei a tese no Colégio de Líderes dizendo que eu não poderia fazer um PPA à revelia do que estava sendo debatido no Orçamento, porque não teria compatibilidade.

Em segundo lugar, apresentei a tese na plenária da comissão. Apresentei, por escrito, a norma regimental que deveria preceder o debate sobre PPA. E ficou entendido que eu só poderia tratar deste assunto depois de o Orçamento ser discutido e deliberado. E o tempo que me foi dado, tem um problema técnico, porque eu não posso em 24 horas fazer um relatório. Estou utilizando um programa, Sr. Presidente, pela primeira vez. Não sabemos a margem de erro que tem,

tanto é que as informações não estão batendo, e estão fazendo um trabalho artesanal.

Acertei com o Presidente da Comissão que vou entregar um relatório hoje, embora passível de erros, para que possamos na terça-feira votar um relatório, mesmo que eu tenha que apresentar uma série de adendos de correção ao texto que vai ser apresentado.

Por último, temos aqui uma nota técnica, que pedi ao Consultor, que eu gostaria de ler, para dar como encerrado definitivamente este episódio.

Citei a seguinte nota técnica:

1. a lei orçamentária deve ser compatível com o Plano Plurianual;

2. a Resolução nº 1/2001 estabelece prazos para apresentação de emendas, pareceres, entrega e publicação dos relatórios, etc., de forma que o PPA seja aprovado antes da LOA, buscando, desse modo, garantir a compatibilidade prevista na Lei Maior;

3. o Regimento, todavia, não garante a compatibilidade, uma vez que duas leis tramitando, paralelamente, recebendo emendas que, não necessariamente, estejam visando a compatibilidade entre elas, dificilmente estariam ainda compatíveis ao final do processo, que é o que está ocorrendo;

Veja o salário mínimo, a discussão que foi feita sobre a Lei Kandir e tantas outras novidades que surgiram no processo;

4. a CMO, para contornar essa dificuldade, tem aprovado normas de tramitação do PPA e suas revisões, cujo objetivo seria o de garantir a compatibilidade entre o PPA e LOA, ao final do processo. Entre essas normas está a de que o Relator-Geral do Orçamento e o Relator do PPA trabalhariam em consonância para garantir essa compatibilidade ao final;

Sabe o que ocorreu, Sr. Presidente? Ninguém deu a menor atenção ao PPA, porque os olhos estavam voltados para a peça que é mais fácil de ser levada a cabo.

5. a emissão do relatório final do PPA exigiria que as decisões da CMO, relativamente ao PLOA, fossem implementadas no SELOR para que, então, a equipe responsável pelo PPA pudesse incorporar as mudanças introduzidas pela LOA, analisar seus reflexos no exercício seguinte [que é o ano de 2007] e, finalmente, emitir e conferir os relatórios do PPA;

6. o prazo inicialmente proposto no dia 30/03 para a emissão do relatório do PPA, de

24 horas, era absolutamente impensável, tanto porque as decisões da CMO com relação ao PLOA ainda nem estavam implementadas no sistema, quanto porque as análises de seus impactos no exercício subsequente ainda não haviam sido elaboradas. As decisões da CMO com relação ao relatório final da LOA somente foram implementadas no sistema no dia 02/04, mas o relatório final também sofreu um processo normal e previsível de conferência, de modo que ainda não havia sido divulgado até 4-4;

7. a Lei de Diretrizes Orçamentárias veda a execução de ações orçamentárias que não estejam contempladas no PPA, o que permite entender que pode haver a aprovação da LOA antes do PPA, mas a execução ficaria suspensa exclusivamente nessas ações. A aprovação do PLOA antes do PPA, portanto, é uma questão política, que pode ser viabilizada. [Que pode ser votada sim, na terça-feira, sem meu relatório – mas espero que o meu relatório seja aceito, Sr. Presidente.] O que não poderia ocorrer é a incompatibilidade entre essas duas leis, o que inviabilizaria sua execução.

Desse modo, o prazo utilizado pelo relator da revisão do PPA [que sou eu], para a entrega de seu relatório final está absolutamente compatível com a complexidade da tarefa e com a tramitação pela qual optaram os membros da CMO.

Assim sendo, Sr. Presidente, eu gostaria que esta nota fosse dada como uma resposta que entendendo possa tirar as dúvidas apresentadas aqui pelos demais Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá, na qualidade de Líder do Governo; em seguida, pela ordem, à Senadora Heloísa Helena e depois, já como orador inscrito, ao Senador Efraim Morais.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Pela Liderança do Governo. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei rápido, mas gostaria de fazer nesta manhã um registro e uma sugestão ao Senado: semana passada, não estive presente ao Senado, e é por isso que faço esta manifestação somente esta semana. Há dias, o País todo tomou conhecimento e discutiu bastante o documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”, que foi apresentado no Fantástico, da Rede Globo e, em decorrência dessa exposição e dessa colocação, muito se debateu e muito está se debatendo no País sobre a situação dos jovens vítimas de ambientes de delinquência, vítimas de falta de oportunidade e vítimas de muita dificuldade no encaminhamento de seu futuro.

Ontem, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, por intermédio do Senador Cristovam Buarque, ouviu MV Bill, autor do documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”, para se discutir formas de se buscar soluções para a questão.

Paralelamente, a Secretaria-Geral da Presidência da República, orientada pelo Presidente Lula, também começa a discutir quais ações complementares ao Projovem podem ser feitas para que se enfrente esse que é um dos maiores desafios do País.

Efetivamente, dar opção, visualizar um futuro, criar condições para que os jovens brasileiros possam ter esperança e possam sonhar são uns dos grandes desafios do País para hoje e para o futuro.

Temos uma grande experiência – e é por isto que trato deste assunto – na cidade de Boa Vista. Quando a Prefeita Teresa Jucá assumiu a Prefeitura há cinco anos, existiam mais de 35 “galeras” na cidade, Senador Paulo Paim, espalhadas nos bairros. Cada bairro tinha a sua galera, o seu grupo de jovens violentos, e esses jovens se matavam. Então, todos os finais de semana morriam de dois a três jovens esfaqueados, baleados, enfim, no confronto dessas galeras.

Nós nos debruçamos sobre essa questão, porque amamos Boa Vista e temos consciência de que esse era um grande desafio da cidade. Fez-se um censo desses jovens e analisou-se o que os levava a formar as galeras. Na verdade, era a desestruturação do lar, da família, a falta de referência dos jovens, a falta de oportunidade. Querendo fazer parte de alguma coisa, eles se juntavam a um grupo que os levava e os estimulava à prática da violência, porque, na regra da galera, o mais violento é o chefe. Então, na verdade, eles seguem uma escalada de violência para ver quem vai mais além, como se isso fosse prova de coragem.

A Prefeitura de Boa Vista buscou uma solução e enfrentou esse desafio. Quatro anos depois, podemos apresentar números. A Prefeitura lançou o Projeto Crescer, um modelo para o Brasil hoje. O número de galeras caiu de 35 para 5, e a violência juvenil em Boa Vista, atestada pela Polícia do Governo do Estado, que é adversário político da Prefeitura, caiu em 72%. Tanto que a cidade, em pesquisa feita pelo IBGE dias atrás, foi apontada como a segunda cidade mais tranquila do País, perdendo apenas para Brasília.

Então, essa questão é extremamente importante. Nós vivemos a experiência. O que vai resolver o problema da violência juvenil, da falta de oportunidade aos jovens, não é a construção de Febem, não é prender o jovem, nem construir escolas convencionais.

Em Boa Vista, Teresa construiu uma escola aberta, com outro tipo de currículo, com outro tipo de atrativo, com outro tipo de condição, deu carinho, deu atenção e,

efetivamente, recuperamos centenas de jovens. Jovens que eram delinqüentes, acusados de duas ou três mortes, hoje são instrutores, trabalham ajudando a cidade. Enfim, os jovens foram ressocializados de forma criativa.

Tivemos de discutir no Ministério da Educação até o funcionamento da escola, porque como ela era diferente, em tese, não queriam reconhecê-la como uma instituição de ensino formal. E hoje ela é um exemplo. A Escola Frei Agostinho é uma escola aberta que tem várias atividades. Aprende-se português, fazendo um jornalzinho da escola; há capoeiras e lutas de boxe. Quer dizer: direciona-se e traz-se para dentro de uma sala de aula diferente o jovem que, hoje, está perdido.

Registro a importância da discussão feita pela Comissão dos Direitos Humanos e ressalto que tínhamos de nos debruçar sobre essa questão, Senadora Heloisa Helena. Não tenho dúvida de que o grande desafio das médias e grandes cidades hoje é criar uma alternativa, criar programas que envolvam os jovens, que lhes dê esperança, que lhes dê outro tipo de referencial, para que não fiquem à mercê das galeras ou de traficantes. Eles estão buscando algum tipo de identidade, querem participar de alguma coisa. Que lhes proporcionemos participar da construção de alguma coisa boa.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Romero Jucá, faço um aparte muito rápido para não diminuir o tempo do seu pronunciamento. Assinei com o Senador Cristovam Buarque o pedido de realização da audiência pública ocorrida ontem. Devido à Comissão Mista do Salário Mínimo reunir-se no mesmo horário, não pude ficar lá todo o tempo. Mas por que o aparte? Para dizer a V. Ex^a que estamos promovendo, apoiados pelo Senador Renan Calheiros, um seminário internacional visando debater esse tema. Enquanto V. Ex^a falava, eu pensava que temos de procurar alguns exemplos lá fora e, é claro, aqui dentro. E gostaríamos de conhecer melhor o exemplo do trabalho realizado por sua esposa, Teresa Jucá, à frente da Prefeitura de Boa Vista. Quero, de público, pedir a V. Ex^a que possamos assegurar, como uma das painelistas desse seminário internacional, a presença da Sr^a Teresa Jucá, para que nos fale dessa experiência tão importante, porque, evidentemente, a preocupação de todos nós é tirar a nossa juventude dessa situação de desespero que o Senador Romero Jucá descreve com muita precisão. É o desespero que faz com que eles entrem nessa luta fratricida, causando uma morte após a outra na nossa juventude e atingindo principalmente a comunidade negra. V. Ex^a sabe da minha luta. Por isso, cumprimento V. Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Agradeço ao Senador Paulo Paim. Tenho certeza de que

Teresa ficará extremamente honrada em participar desse debate. É muito importante a interação de experiências nacionais e internacionais, porque, no caso de Boa Vista, não se deu apenas a educação. Há um processo de construção de entrada e de saída, porque a porta de saída da recuperação é o grande desafio na questão dos jovens.

Na Prefeitura de Boa Vista, há três tipos de tratamento: primeiro, a questão de produção e de convivência, porque os jovens precisam conviver; segundo, a questão pedagógica e educacional; e, terceiro, o núcleo de geração de renda com a cooperativa, que cria uma série de atividades para esses jovens começarem a obter renda e encaminhamento para o restante de suas vidas, porque também não podem ficar dependendo de programas públicos. Eles devem ser redirecionados, socializados e incluídos no mercado de trabalho.

Sem dúvida alguma, ficamos muito felizes com a iniciativa de V. Ex^a, do Senador Cristovam Buarque e do Presidente Renan Calheiros de discutir essa questão em um seminário. A experiência de Boa Vista está à disposição, e temos o maior interesse em demonstrá-la.

Senador Paulo Paim, é emocionante ver a mudança na maioria dos jovens. Não vou dizer que se recuperam 100% dos jovens – não se recuperam 100%. Mas que se recuperem 70%, 80%, que se recupere uma vida, já se ganhou muito. E a recuperação é muito grande.

Vemos crianças e jovens dizendo que, se não estivessem no Projeto Crescer, estariam mortos. Pessoas dizem isso, reconhecem o trabalho feito e ajudando os jovens que estão chegando. É uma roda; é uma engrenagem que não pára. Todo dia há mais crianças nas ruas; todo dia há mais crianças à mercê do tráfico. Quer dizer, os 17 meninos que participaram do documentário Falcão, que morreram, foram substituídos por outras crianças, que estão lá também.

Esse é um desafio muito grande, que, sem dúvida nenhuma, temos que enfrentar.

Concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Romero Jucá, como o Senador Paulo Paim, saúdo V. Ex^a pelo pronunciamento. Sei que o problema da criança e do jovem no Brasil é muito grande, porque temos, como o Senador Paim disse, uma hierarquia perversa em relação aos negros, uma hierarquia maldita e perversa entre ricos e pobres, entre brancos e negros, homens e mulheres. A situação das nossas meninas, Senador Garibaldi, é gravíssima, porque são elas que vão para a prostituição, são as nossas meninas que perdem a adolescência e a juventude em função da gravidez. Os meninos estão sendo arrastados para a marginalidade e para o narcotráfico como

último refúgio. E muitas vezes aqui, trocando idéias com o Senador Cristovam Buarque, dizemos da necessidade do Estado brasileiro, porque a pobreza, a miséria, o desemprego e o sofrimento desagregam as relações familiares, provocam a perda de laços familiares tão importantes. Muitos dos meninos que estão nas ruas não têm referência familiar, mas muitos têm. Entretanto, quando ele volta para casa, sente a falta de expectativa por sua volta, por causa da miséria, das pessoas alcoolizadas e drogadas. É uma situação tão difícil que o Estado tem de adotar essas crianças antes que o crime organizado, a prostituição e a marginalidade as adotem. O Estado brasileiro tem de estar presente. Como V. Ex^a disse em relação à Prefeitura ou no acesso à cultura, à educação formal, ao lazer, ao esporte, tem-se realmente de preencher a vida da criança, porque uma criança ou um jovem tão esvaziados de amor, de sentimento, de compreensão, de acesso à dignidade acaba preenchendo sua vida com o mundo fácil; um mundo doloroso, maldito e sofrido, mas fácil, porque é o único que ele tem à sua porta. Saúdo o pronunciamento de V. Ex^a e espero que possamos discutir alternativas concretas e eficazes para minimizar o risco. Como bem disse V. Ex^a, a cada dia, uma criança está indo para a rua, por causa da família desestruturada, da ausência do Estado, porque não há ninguém para estabelecer e recompor os laços. Então, as crianças e os jovens vão mesmo para a marginalidade. Saúdo V. Ex^a e espero que possamos construir alternativas concretas e eficazes para, ao menos, minimizar os riscos de que as nossas crianças e jovens sejam arrastados para o narcotráfico e para a marginalidade como último recurso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR) – Senadora Heloísa Helena, agradeço as palavras de V. Ex^a, que tocou em uma questão que é o desafio dentro do desafio: a questão das meninas e da gravidez na adolescência, de toda a desconstrução da condição de vida.

Resumindo, o Poder Público, o País tem de se importar, tem de olhar na direção de enfrentar, e não é fácil. Lembro-me de que, quando Teresa começou a fazer esse trabalho, ela passou a ser discriminada. Havia parlamentares que diziam: “A Prefeitura está trabalhando com bandido. A Prefeitura está dando a mão a bandidos”. E, na verdade, esse trabalho era realizado em nome da sociedade, das pessoas, mas havia todo um ranço da sociedade ou de parte dela, porque se estava olhando em direção dessas pessoas mais pobres, mais necessitadas e desestruturadas.

Para encerrar, Sr. Presidente, é importante que o País, que o Governo como um todo e a sociedade olhem em direção desses jovens e se importem com eles, que lhes dêem atenção e criem uma referência

para eles. É isso que procuramos fazer em Boa Vista, e tenho muito orgulho em dizer que lá conseguimos avançar bastante nessa questão. E coloco à disposição esse trabalho para ser visitado, porque, sem dúvida nenhuma, merece. É emocionante, volto a dizer. É emocionante ver o depoimento, ver as condições e ver a luta diária desses jovens em busca de uma oportunidade para resgatar a sua cidadania e a sua vida.

Muito obrigado.

O SR. EFFRAIM MORAIS (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais, pela ordem.

O SR. EFFRAIM MORAIS (PFL – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encontrava-me inscrito para fazer um pronunciamento sobre o primeiro censo do Legislativo brasileiro e pediria a V. Ex^a que considerasse como lido na íntegra esse estudo inédito que, sem dúvida, ajudará a traçar uma radiografia completa sobre o trabalho e o perfil das Assembléias Legislativas.

Eu gostaria de me solidarizar com os cerca de 200 recenseadores que percorreram todas as Câmaras de Vereadores do País. Hoje, a partir das 19 horas, no Auditório Petrônio Portella do Senado Federal, terá início a Conferência Internacional do I Censo Legislativo Brasileiro, que contará com a presença de grandes estudiosos tanto de universidades brasileiras quanto de universidades estrangeiras.

Então, deixo aqui o convite a todos os Srs. Senadores e aos funcionários para que venham participar desse grande evento, que é, sem dúvida, o resultado de um trabalho do Interlegis, do qual tenho a honra de ser o Presidente Nacional, ao tempo em que parabeno toda a equipe do Interlegis, todos os nossos recenseadores por esse extraordinário trabalho.

Solicito a V. Ex^a que seja dado como lido este nosso pronunciamento, reiterando que a abertura será hoje, às 19 horas, no Auditório Petrônio Portella, e que haverá mesas-redondas nos dias 6 e 7 com professores tanto de universidades nacionais quanto de universidades internacionais.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EFFRAIM MORAIS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Interlegis realiza estudo inédito sobre o Poder Legislativo

Um estudo inédito vai ajudar a traçar uma radiografia completa sobre o trabalho e o perfil das assembleias legislativas, câmaras municipais de todo o país e a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Trata-se do I Censo do Legislativo Brasileiro, a pesquisa mais completa sobre a atividade legislativa já feita no Brasil. Para a coleta dos dados, 180 recenseadores percorreram, em média, cinco mil quilômetros cada um, ao longo de três meses. Visitaram todos os 5.564 municípios brasileiros, utilizando automóveis, ônibus, aviões, motos, barcos e até em lombo de burro nos seus deslocamentos. Os resultados serão divulgados durante a Conferência Internacional do I Censo do Legislativo Brasileiro. O evento acontece em Brasília, entre os dias 5 e 7 de abril, no Auditório Petrônio Portela do Senado Federal, e reunirá grandes estudiosos de Ciência Política do Brasil e exterior.

O principal objetivo do I Censo do Legislativo – realizado em parceria do Senado Federal com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), como parte de execução do Programa Interlegis – foi fazer um levantamento das qualidades, carências e deficiências do Poder Legislativo. O Censo servirá como ferramenta de grande valor para a definição de estratégias que possam contribuir para a melhoria do sistema legislativo, incrementando ações de qualidade, capacitando e modernizando as Casas, principalmente aquelas localizadas no interior brasileiro.

Dessa forma, assembleias e câmaras poderão cumprir seu papel constitucional de forma mais eficiente e adequada, desempenhando sua função de representar os interesses dos cidadãos brasileiros, fiscalizando os atos do Poder Executivo de forma mais consistente. Os dados do Censo também serão colocados à disposição de professores e estudiosos, que poderão, a partir das informações, conhecer melhor e buscar explicações para a realidade brasileira.

“A expectativa é de que, a partir desses estudos, surjam propostas de mudanças de procedimentos, posturas e até alterações legais mais coerentes com o processo de construção democrática”, explica o senador Efraim Morais, diretor nacional do Programa Interlegis. “O Censo servirá também como prestação de contas à sociedade brasileira, ao Legislativo brasileiro e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento das ações e resultados alcançados pelo Programa Interlegis.”

Metodologia – Em 2004 foi realizado um pré-teste – pesquisa de campo para auxiliar na elaboração do questionário que serviu como instrumento de coleta de dados para a realização do I Censo do Legislativo Brasileiro. Mais tarde, por meio de entrevistas com presidentes ou funcionários de assembleias e câmaras, os recenseadores do I Censo Legislativo reuniram informações fundamentais sobre infra-estrutura física e tecnológica das Casas Legislativas, quadro humano e parlamentar, migração partidária, produção legislativa (levando em conta grau de organização, mensuração e transparência do processo legislativo), características das Casas, capacidade financeira, perfil dos legisladores e suas relações interpessoais, e a abordagem sistêmica do desenvolvimento humano do ponto de vista da vereança.

Conferência Internacional – Está disponível na página do Interlegis (www.interlegis.gov.br) a ficha de inscrição para os interessados em participar da Conferência Internacional I Censo Legislativo Brasileiro. No dia 5 será feito o credenciamento dos participantes e abertura do evento. Nos dias 6 e 7, serão promovidas quatro mesas redondas, durante as quais serão divulgados os resultados do Censo Legislativo. Aqueles que não puderem viajar a Brasília poderão acompanhar as discussões por videoconferência, nas assembleias legislativas. Basta procurar os representantes do Interlegis em cada estado e fazer sua inscrição, que dará direito ao recebimento de certificado.

Para os dois dias de debates, o Programa Interlegis convidou especialistas em Ciência Política, de maior renome do País e exterior. A ocasião é única, afinal, houve poucas oportunidades no Brasil de reunir um grupo de notáveis como este para discutir questões relacionadas ao Legislativo.

Entre os que já confirmaram presença estão Argelina Cheibub (CEBRAP/IUPERJ - Rio de Janeiro), David Altman (Universidade do Chile), David Verge Fleischer, Henrique Carlos de Castro e Paulo Roberto da Costa Kramer (UnB - Brasília), José Francisco Sánchez López (Universidad de Salamanca - Espanha), Hélio Jaguaribe (IESPS - Rio de Janeiro), Louis Sandy Maisel (Colby College - Oakland, Estados Unidos), Maria de Fátima Junho Anastásia, Carlos Raulfo Félix de Melo e Fábio Wanderley Reis (UFMG - Belo Horizonte), Stephane Monclair (Universidade de Paris - Sorbonne), Timothy Joseph Power (Universidade de Oxford - Inglaterra), Wanderley Guilherme dos Santos (Universidade Cândido Mendes - Rio de Janeiro), Jens Borchert (Universidade de Berlim - Alemanha), Luis Gustavo Mello Ghohmann e Marcello Baquero (UFRGS - Porto Alegre), Ricardo Martins (Câmara dos Deputados), Alexandre Barros (Unieuro), Fabiano Guilherme Mendes Santos (IUPERJ), entre outros.

Conferência Internacional I Censo Legislativo Brasileiro

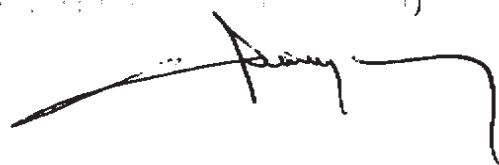
Data: 5, 6 e 7 de abril

Local: Auditório Petrônio Portela – Senado Federal, Brasília

Informações para a Imprensa: Mayla Largura (maria.largura@senado.gov.br)

Adeline Delgado (adeline.delgado@senado.gov.br)

Telefone: (61) 3311-4722



Expoentes da Ciência Política discutem resultados do I Censo do Legislativo, em Brasília, no começo de abril

Alguns dos mais renomados estudiosos em Ciência Política do Brasil e exterior estarão em Brasília, nos dias 6 e 7 de abril, numa conferência internacional, para discutir resultados apurados pelo I Censo do Legislativo Brasileiro. Realizado pelo Programa Interlegis (parceria entre o Senado Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID), o estudo é inédito no país. Apurou informações completas, aprofundadas e sem máscaras sobre o perfil dos legisladores e dados sobre as condições de funcionamento das Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas.

Pela importância e abrangência da pesquisa, a Conferência Internacional I Censo do Legislativo Brasileiro reunirá pesquisadores tão importantes quanto Argelina Cheibub (CEBRAP/IUPERJ – Rio de Janeiro), David Altman (Universidade do Chile), David Verge Fleischer, Henrique Carlos de Castro e Paulo Roberto da Costa Kramer (UnB – Brasília) e José Francisco Sánchez López (Universidade de Salamanca – Espanha). Também já confirmaram presença Hélio Jaguaribe (IESPS – Rio de Janeiro), Louis Sandy Maisel (Colby College – Oakland, Estados Unidos), Stephane Monclair (Universidade de Paris – Sorbonne), Timothy Joseph Power (Universidade de Oxford – Inglaterra), Wanderley Guilherme dos Santos (Universidade Cândido Mendes – Rio de Janeiro), Jens Borchert (Universidade de Berlim – Alemanha), entre muitos outros (*confira a programação abaixo*).

A entrada para a Conferência Internacional I Censo do Legislativo Brasileiro, que acontece no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, é gratuita. Os que não estiverem em Brasília poderão acompanhar as discussões por videoconferência, em espaços montados especialmente para isso nas assembléias estaduais. Em ambos os casos, os participantes que fizeram suas

inscrições pelo site do Interlegis (www.interlegis.sp.gov.br) receberão certificados. Outra opção é acessar o site do Interlegis pela Internet, para assistir às discussões, em qualquer lugar do Brasil.

O público-alvo da conferência são, além de autoridades e políticos, estudiosos, professores e alunos das áreas de Ciência Política, História, Sociologia, Direito, Antropologia, e outros da área de Ciências Humanas.

Censo – O principal objetivo do I Censo do Legislativo foi fazer um levantamento das qualidades, carências e deficiências do Poder Legislativo. O estudo servirá como ferramenta de grande valor para a definição de estratégias que possam contribuir para a melhoria do sistema legislativo, incrementando ações de qualidade, capacitando e modernizando as Casas, principalmente aquelas localizadas no interior brasileiro.

Dessa forma, assembléias e câmaras poderão cumprir seu papel constitucional de forma mais eficiente e adequada, desempenhando sua função de representar os interesses dos cidadãos brasileiros, fiscalizando os atos do Poder Executivo de forma mais consistente. Os dados do Censo também serão colocados à disposição de professores e estudiosos, que poderão, a partir das informações, conhecer melhor e buscar explicações para a realidade brasileira. Para a coleta dos dados, 180 recenseadores percorreram, em média, cinco mil quilômetros cada um, ao longo de três meses. Visitaram todos os 5.564 municípios brasileiros, utilizando automóveis, ônibus, aviões, motos, barcos e até em lombo de burro nos seus deslocamentos.

Foram aplicados questionários que abordaram questões como infra-estrutura física e tecnológica das Casas Legislativas, quadro humano e parlamentar, migração partidária, produção legislativa (levando em conta grau de organização, mensuração e transparência do processo legislativo), características das Casas, capacidade financeira, perfil dos legisladores e suas relações interpessoais, e a abordagem sistêmica do desenvolvimento humano do ponto de vista da vereança.

Programação do I Censo do Legislativo Brasileiro

05 de Abril - Quarta-Feira

17h – Credenciamento

19h - Abertura Oficial

- Hino Nacional - Apresentação do Coral do Senado Federal

06 de Abril - Quinta-Feira

9h - Mesa de Abertura - “Apresentação da Metodologia de Coleta e Explicações sobre as Perspectivas das Análises”

- Márcio Sampaio (Diretor da Secretaria Especial do Interlegis)
- Telma Venturelli (Interlegis)

9:45h - Mesa 1 - Independência Entre os Poderes

Moderador: Jales Ramos Marques (Interlegis)

- Argelina Cheibub (CEBRAP/IUPERJ)
- David Altman (Universidade do Chile)
- David Verge Fleischer (UnB)
- José Francisco Sánchez López (Universidad de Salamanca)
- Hélio Jaguaribe (IESPS)
- Louis Sandy Maisel (Colby College)
- Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)
- Stephane Monclair (Universidade de Paris - Sorbone)
- Timothy Joseph Power (Universidade de Oxford)
- Wanderley Guilherme dos Santos (Universidade Cândido Mendes)

12h – Intervalo

14h - Mesa 2 - Capital Humano das Casas

Moderadora: Eleida Ribas Dutra – Interlegis

- Carlos Ranufo Félix de Melo (UFMG)
- Henrique Carlos de Castro (UnB)
- Jens Borchert (Universidade de Berlim)
- Luis Gustavo Mello Grohmann (UFRGS)
- Marcello Baquero (UFRGS)
- Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)
- Ricardo Martins (Câmara dos Deputados)

18h - Encerramento das atividades diárias

07 de Abril - Sexta-Feira**9h - Mesa 3 - Produção Legislativa****Moderadora: Débora Mescenberg Guimarães (UNB)**

- Alexandre Barros (UNIEURO)
- Argelina Cheibub (CEBRAP/IUPERJ)
- David Altman (Universidade do Chile)
- Fabiano Guilherme Mendes Santos (IUPERJ)
- Jens Borchert (Universidade de Berlim)
- Maria de Fátima Junho Anastasia (UFMG)
- Paulo Roberto da Costa Kramer (UnB)
- Stephane Monclair (Universidade de Paris I–Sorbone)
- Wanderley Guilherme dos Santos (Universidade Cândido Mendes)

12h – Intervalo**14h - Mesa 4 - Partidos Políticos****Moderador: Paulo Roberto da Costa Kramer (UNB)**

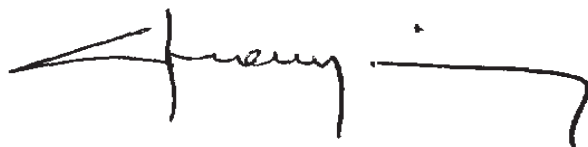
- David Verge Fleischer (UnB)
- Fabiano Guilherme Mendes Santos (IUPERJ)
- Fábio Wanderley Reis (UFMG)
- José Francisco Sánchez López (Universidad de Salamanca)
- Louis Sandy Maisel (Colby College)
- Luis Gustavo Mello Grohmann (UFRGS)
- Timothy Joseph Power (Universidade de Oxford)

17h - Mesa Especial - Constituição da Comissão de Técnicos e entidades que elaborarão o edital de acesso aos dados do Censo

- José Dantas Filho (Interlegis)
- Sergio Pires de Oliveira Penna (Senado Federal)
- Ricardo José P. Rodrigues (Câmara dos Deputados)

18h – Encerramento**Assessoria de Imprensa do Interlegis****Contatos:**Mayla Largura - maylalargura@interlegis.gov.brAdeline Delgado - adelinedelgado@interlegis.gov.br

Telefone: (61) 3311-4722



O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento Interno.

Cumprimento V. Ex^a pelo trabalho desenvolvido pelo Interlegis.

Concedo a palavra, como Líder do Partido da Frente Liberal, ao Senador José Agripino.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Tem a palavra V. Ex^a pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para que eu possa me orientar aqui no plenário, gostaria de um esclarecimento.

Quando o Senador Renan Calheiros estava presidindo os trabalhos, eu solicitei a palavra pela liderança do Partido dos Trabalhadores e S. Ex^a me disse que me daria logo em seguida à Ordem do Dia. Isso faz mais ou menos umas duas horas. Claro eu vou esperar o Líder José Agripino falar, que, como sempre será uma alegria. Porém só quero me orientar e saber a que horas poderei falar.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, há uma precedência dada aos Líderes titulares. No caso, falará agora o Senador José Agripino, depois, a Senadora Heloísa Helena e, em seguida, V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Estou contemplado. Só queria me orientar aqui. Muito obrigado.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Fora do microfone.) – O Senador Paulo Paim pode falar antes de mim.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – A Senadora Heloísa Helena está pedindo para que V. Ex^a se antecipe a ela.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei muito breve.

Preciso fazer um esclarecimento até em adendo às palavras que proferi ontem em relação à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que deverá votar hoje, no final da tarde, o seu relatório, até porque na segunda-feira encerra-se o prazo de vigência de seus trabalhos.

Faço esse esclarecimento, até porque as Bancadas do PFL e do PSDB na Câmara e no Senado se reuniram ontem no gabinete da Liderança do PFL no Senado e tomaram uma deliberação em conjunto. O Senador Efraim Moraes estava lá presente, provavelmente votará hoje. E a deliberação tomada em conjunto é de prestigiar o relatório do Deputado Osmar Serraglio.

Ontem à noite, foi feito um entendimento, no gabinete do Presidente do Senado, Senador Renan Calheiros, criando uma espécie de comissão de sistematização, encarregada de buscar algum entendimento ou o entendimento possível. Isso gerou algum **frisson**, alguma inquietação nas Bancadas do PFL e do próprio PSDB.

E quero deixar claro, Sr. Presidente, que a presença do Deputado ACM Neto ou de quaisquer dos membros do PFL e do PSDB nessa comissão de sistematização é uma pura manifestação de disposição ou diálogo, não de transigência com o que decidimos ontem. Não vamos confundir disposição ou diálogo com transigência com o que está deliberado de forma conjunta.

Sr. Presidente Garibaldi Alves Filho, veja o destino como é. Nós, do PFL, apresentamos a candidatura do Senador César Borges para a Presidência da CPMI e perdemos por um voto para o Senador Delcídio Amaral, que assumiu a Presidência e escolheu o Deputado Osmar Serraglio como Relator. Os trabalhos da CPMI dos Correios foram iniciados sob a nossa desconfiança. Eu não tinha nenhuma razão, de sã consciência, para confiar, porque ambos são da Base do Governo, que eles fariam um relatório absolutamente isento. **Mea culpa, mea culpa**, fizeram sim. O Relator Osmar Serraglio fez, sim, um relatório absolutamente isento e corajoso. Ele não tinha razão alguma, de ordem partidária, a não ser de ordem de compromisso com a sociedade e com a verdade, para, no seu relatório, escrever que houve, sim, mensalão. Não é que houve caixa dois, houve mensalão.

Foi instituída a prática da obtenção de dinheiro público – e aí entra o dinheiro do Visanet – para subsidiar um hábito mensal para a compra de consciência ou de partidos políticos. Quem diz isso é um membro de um partido da Base aliada. Eu não tinha razão nenhuma para acreditar que isso fosse capaz de acontecer, e aconteceu. Eu não tinha razão para confiar que o Deputado Osmar Serraglio, além de constatar a veracidade dos fatos, pelos argumentos que S. Ex^a expõe, fosse capaz de escrever que houve o mensalão e que o mensalão foi suprido por recursos públicos de fundos de pensão, de Correios, de Visanet, de Caixa Econômica, de lavagem de dinheiro em contrato de publicidade. Eu não tinha nenhuma razão para entender que S. Ex^a seria capaz de, em função da evidência dos fatos, escrever no seu relatório que houve corrupção ativa, sim, por parte do Sr. Delúbio Soares, do Sr. Luiz Gushiken, do Sr. José Dirceu. S. Ex^a disse isso tudo.

Então, os votos que foram negados ao Senador Delcídio, que escolheu o Deputado Osmar Serraglio,

os votos do PFL e do PSDB que foram direcionados para o Senador César Borges irão, todos eles, para o relatório do Deputado Osmar Serraglio.

A presença de companheiros nossos na Comissão de Sistematização pode envolver tudo, menos o compromisso de que esses três pontos, que são a coluna vertebral do Deputado Osmar Serraglio, sejam modificados. Não há nenhuma hipótese que leve nossos membros a votar contra o relatório do Deputado Osmar Serraglio, corajoso e verdadeiro como é.

Venho aqui afirmar a V. Ex^{as} que a presença do PFL na Comissão de Sistematização tem a clara intenção da disposição ao diálogo, mas não nos vergaremos, até em homenagem e em respeito à verdade e à coragem política do Deputado Osmar Serraglio, que é encampada pelo Senador Delcídio, que está ajudando no sentido de fazer aquilo que é nossa obrigação: apresentar e votar o relatório compreendido. Se não é perfeito e acabado, é pelo menos um relatório que se impõe à sociedade. Esse relatório merece o respeito da sociedade, porque mostra a verdade. Alguns até podem pensar que a verdade inteira não está nele, mas a essência da verdade está nesse relatório, que vai contar com nosso voto.

Senador Augusto Botelho e Senadora Heloísa Helena, estou intrigado, deveras intrigado! Há pouco, li na Internet uma notícia de última hora, em que se diz que o jornalista Marcelo Neto foi à sede da Polícia Federal prestar um depoimento. Ele foi à sede da Polícia Federal. Todos os “grandões”, ultimamente implicados em questões que mereçam explicações na Polícia Federal, vão à sede da Polícia Federal. Não sei se V. Ex^a leu a notícia de que o Ministro Palocci foi ouvido em casa pela Polícia Federal. Não entendo, não compreendo o porquê desse privilégio! Não é que eu queira mal ao Ministro, mas é que a sociedade é composta por iguais; perante a lei, todos são iguais. Por que esse privilégio de o ex-Ministro Palocci ser ouvido em casa?

Não compreendo isso e aqui protesto, em nome do direito dos cidadãos ricos, pobres, brancos, pretos, amarelos, sejam quais forem, porque são todos iguais perante a lei. Ainda bem que, no depoimento que o ex-Ministro Palocci prestou em casa, num privilégio descabido, ele não foi convincente! E ele vai ser indiciado pelos atos cometidos.

Ouçó, com prazer, a Senadora Heloísa Helena e já me despeço. (Pausa.)

Senador Eduardo Suplicy, eu pediria apenas a V. Ex^a que fosse rápido, porque tenho de me deslocar para o Rio de Janeiro, para participar das exéquias de Dona Izabel, mãe do Senador Arthur Virgílio.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Falarei rapidamente, até porque eu também queria estar lá com o nosso querido Senador Arthur Virgílio, mas, infelizmente, a votação do relatório final da CPMI dos Correios não permitirá que estejamos com S. Ex^a neste momento de tanta dor. Quero apenas compartilhar com V. Ex^a da preocupação que tenho com relação à Polícia Federal. Sempre defendi que houvesse flexibilidade no aparato de segurança pública, seja federal, seja da Polícia Militar ou da Polícia Civil. Em qualquer inquérito que fosse realizado, poderia até haver flexibilidade. Por exemplo: se a pessoa está doente, se está em situação física gravíssima, se está passando por uma doença crônico-degenerativa, se está em casa tomando soro ou se tem algum problema grave, penso que não haveria empecilho para que essa pessoa pudesse ser ouvida em sua casa. Entretanto, o que não é justo, o que não é ético, o que não é legal, o que não respeita a legislação em vigor no País é uma personalidade, pela condição de ex-Ministro, seja ouvida em casa. Não há justificativa para isso. Além do mais, parece que o advogado disse, para burlar a imprensa – não sei se é verdade –, que ele iria à Polícia, mas não foi; a Polícia o ouviu em casa. Não vejo nenhuma justificativa para isso. Essa atitude não é republicana, não é ética, não é constitucional, não é legal. É injusta, porque gera revolta na mãe de família pobre, no pai de família pobre, que, às vezes, vê seu filho encarcerado numa cela imunda, apanhando no presídio, dias, noites e anos, sem contar com um advogado, sem conseguir o respeito da legislação, vendo a lei e a jurisprudência serem rasgadas. Isso não é justo. O Ministro pode estar passando por um momento de dor e de sofrimento. Não há problema. Mas, infelizmente, não é ético, não é moral, não é legal, não é constitucional e não é respeitoso aos pobres e à legislação em vigor no País o que aconteceu.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sr. Presidente, para encerrar, vou pedir a V. Ex^a e aos apartes antes que me compreendam, porque tenho de pegar agora uma carona, um vôo para ir ao Rio de Janeiro. Porém, quero apenas dizer em 30 segundos: os simbolismos têm de ser respeitados.

Quem não se lembra? A dona da Daslu foi à sede da Polícia Federal; o empresário da Schincariol foi à sede da Polícia Federal; os implicados “a”, “b” e “c”, por mais “grandões” que fossem, foram à sede da Polícia Federal. O ex-Ministro não vai à sede da Polícia Federal. São simbolismos. A sociedade não aceita isso.

Esse fato ocorreu dentro do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está, aos quatro ventos, declarando que a Polícia Federal é republicana – é e tem de ser, é respeitável, de minha parte.

Mas, na minha opinião, a Polícia Federal não fez uma coisa certa.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador? Serei muito breve.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Digo uma última palavra: eu pediria aos que compõem a base do Governo que não abandonem o Deputado Serraglio. Vamos votar com o relatório de S. Ex^a! Não vamos abandonar aquele que foi, pelo voto, escolhido para fazer um trabalho à altura da expectativa da sociedade brasileira!

Ouçó, em 30 segundos, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Dou uma sugestão que poderá ser objeto, inclusive, de diálogo com os demais Senadores. V. Ex^a está se dirigindo ao Rio de Janeiro, e tenho um compromisso urgente agora à tarde. Portanto, não poderei participar do enterro da Sr^a Izabel, mãe do prezado Senador Arthur Virgílio. Eu gostaria que V. Ex^a, juntamente com os demais, ponderassem sobre uma iniciativa do próprio Senador Arthur Virgílio, de pedir que aqui fosse aprovado requerimento de sua autoria com respeito à vinda do Ministro Márcio Thomaz Bastos a esta Casa. Avalio que é bastante adequado aguardarmos a conclusão, que está bastante avançada, inclusive com respeito à notícia para a qual V. Ex^a nos chama a atenção: o depoimento do Sr. Marcelo Neto e dos demais, que já houve, como o do Jorge Mattoso e o do Palocci, ontem. Tenho confiança no Ministro Márcio Thomaz Bastos, no sentido de que, na condição de Ministro da Justiça, como responsável pela Polícia Federal, S. Ex^a está avançando de forma célere. Acredito que haverá oportunidade de ele próprio, espontaneamente, comparecer ao Senado, na forma de convite – quem sabe –, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ou algo assim. Quero apenas informar que confio no esclarecimento completo que obviamente S. Ex^a dará a V. Ex^a e aos demais Senadores.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Agradeço-lhe, Senador Suplicy, e darei seu recado ao Senador Arthur Virgílio.

Estou me deslocando neste momento para o aeroporto, vou pegar uma carona para participar das exéquias de Dona Izabel, falecida ontem, mãe do Senador Arthur Virgílio.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, pela Liderança do PT.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, eu poderia ter assoma-

do à tribuna para falar “pela ordem” – e tenho a certeza de que V. Ex^a atenderia ao meu pedido, devido ao documento que vou encaminhar à Mesa –, mas fiz questão de pedir a palavra pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

Leio rapidamente, Sr. Presidente, o requerimento que está, creio eu, sobre a mesa e a que V. Ex^a, com certeza, dará o encaminhamento devido.

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, do Regimento Interno, que seja inserido em ata voto de pesar pelo falecimento de Luiz Carlos Calachi Moraes, ocorrido em 03 de março de 2006. Luiz Calachi, nos seus 59 anos de permanência entre nós, se tornou notável pelo seu perfil humanitário, afável e solidário. Homem de qualidade ímpar, deu enorme contribuição para a criação do Partido dos Trabalhadores no contexto nacional e ofereceu suas qualidades [de pensador] não só ao Brasil, mas também em toda América Latina e ainda no México e República Tcheca, quando lá esteve, líder nato, que se empenhou como poucos para promover a igualdade social. Este voto de pesar deve ser enviado para a Vereadora e esposa Margarete Moraes, na Câmara de Vereadores de Porto Alegre (...), e sua mãe, Alba Calachi Moraes... [que reside em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul].

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, quero informar a V. Ex^a que o seu requerimento já está tramitando sob o nº 378/2006. Também quero me associar a esse requerimento de pesar e aos pêsames, pelo fato de se tratar de um homem, como diz V. Ex^a, de qualidade ímpar, que deu enorme contribuição para a criação e a solidificação do Partido dos Trabalhadores no contexto nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi.

Fiz questão de vir à tribuna no horário da Liderança do PT. Se me permitir, Sr. Presidente, gostaria de dizer que eu era metalúrgico numa fábrica do grupo Tramontina, em Canoas – até hoje, tenho a minha carteira assinada –, e, um belo dia, na porta da fábrica, depois de participar de umas duas reuniões do sindicato, apareceram por lá o meu querido amigo Moraes, que era do PT e havia se tornado um advogado conceituado, Carlos Araújo, um outro advogado pertencente ao PDT na época, e Adair, um professor. Esses três, Sr. Presidente, convenceram-me de que eu devia concorrer à presidência dos metalúrgicos de Canoas. Assim, iniciei a minha vida pública como presidente da Cipa naquela empresa, depois fui para o sindicato e, hoje, estou no Senado Federal, depois de 16 anos como Deputado Federal.

Faço esta homenagem ao Moraes, Sr. Presidente, porque ele era um companheiro. Ele foi fundamental para organizar os trabalhadores em todo o Vale dos Sinos, no nosso Rio Grande do Sul. Ele era daqueles advogados que diziam o seguinte: “Eu tenho um lado. Defendo os trabalhadores da área pública e da área privada”. Assim ele escreveu a sua história, que é muito bonita, não só como advogado, mas também trabalhando muito na multiplicação de líderes, numa organização chamada Fase, juntamente com Adair, buscando fazer com que essa juventude, hoje tão perdida, começasse a ver luzes em seu caminho, para que houvesse um encontro na formação daqueles que poderiam, com certeza, conforme ele dizia, dirigir este País no futuro.

Por isso, Sr. Presidente, faço esta homenagem ao nosso Moraes, infelizmente falecido. Deixo um abraço carinhoso e respeitoso e minha total solidariedade a sua esposa, Margarete Moraes, e a sua mãe, Alba Moraes, que reside em São Leopoldo.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Paulo Paim?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Também quero expressar o sentimento, solidário a V. Ex^a, de pesar pelo falecimento do companheiro Moraes, enaltecendo a contribuição que deu para o fortalecimento do Partido dos Trabalhadores e todas as ações solidárias que empreendeu ao longo de sua vida. Prezado Senador, eu gostaria de também falar de outro assunto de iniciativa de V. Ex^a, do Senador Pedro Simon e de mim mesmo, como solidário à causa, diante do que estava para acontecer com a Petrobras, a Braskem/Odebrecht e a Petroquímica Triunfo, empresa do Pólo Petroquímico do Estado do Rio Grande do Sul, em que poderia haver uma modificação do controle acionário por iniciativa da Petroquisa. Quero informar que, hoje, recebi um telefonema da Sr^a Elizabeth Bhom, assessora da Presidente da Petroquisa, Sr^a Maria das Graças Silva Foster, perguntando se iríamos dar continuidade ao requerimento que nós três apresentamos na Comissão de Assuntos Econômicos, para que sejam convidados para audiência os presidentes da Petrobras, da Petroquisa, do Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico do Rio Grande do Sul, e os representantes da Braskem, da Ipiranga Petroquímica e da Confederação Nacional dos Químicos, da CUT, para debaterem esse assunto, em virtude de que a Petrobras e a Petroquisa avaliaram que não irão mais realizar aquela operação. O prazo para opção que tinham era até o dia 31. Informou-me ela que, inclusive, já houve a audiência, promovida por V. Ex^a na Comissão

de Assuntos Sociais no dia 24, que em grande parte atendeu aos objetivos que eu, V. Ex^a e o Senador Pedro Simon havíamos colocado. Tendo isso em conta, eu gostaria de, depois de dialogarmos, hoje, com o Senador Pedro Simon, informar oficialmente ao Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Luiz Otávio, que, tendo em vista essas informações, não mais iremos insistir nesse requerimento. Ou seja, ele está atendido, inclusive pelas decisões que foram tomadas a partir da iniciativa de V. Ex^a na Comissão de Assuntos Sociais. Cumprimento-o pelo seu trabalho, mais uma vez olhando de perto os interesses do Rio Grande do Sul e dos trabalhadores que nos pediram que fosse tomada essa iniciativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, agradeço a solidariedade de V. Ex^a.

Após ouvir seu aparte, poder-se-ia perguntar: “Que relação tem o Moraes com o pólo petroquímico?” Tem tudo a ver. Veja bem a coincidência do aparte de V. Ex^a: o advogado Moraes foi um incentivador da criação dos sindicatos. Foi dele, inclusive, na época em que estávamos no movimento sindical, o incentivo para que fosse criado o Sindicato dos Trabalhadores do Pólo Petroquímico de Triunfo.

V. Ex^a nos traz a notícia, que a mim também havia chegado, de que não vai haver mais a operação, porque ela traria um prejuízo enorme para o Pólo Petroquímico de Triunfo, no Rio Grande do Sul. Para se ter uma idéia, a planta para o mercado interno sairia do Rio Grande do Sul e só ficaria aquela destinada ao mercado exportador. Sabemos que, devido à Lei Kandir, a arrecadação do Rio Grande do Sul despencaria e haveria desemprego. Assim, houve uma grande movimentação por parte dos trabalhadores e da sociedade organizada do Estado, que evitaram que isso acontecesse.

O SR. PRESIDENTE (Garibaldi Alves Filho. PMDB – RN) – Senador Paulo Paim, peço permissão a V. Ex^a para interrompê-lo a fim de prorrogar a nossa sessão por mais 40 minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, termino esse breve raciocínio, até porque já falei sobre esse tema. Quero dizer, Senador Eduardo Suplicy, que foi muito interessante e muito importante a iniciativa de V. Ex^a, pois, quando houve a audiência, naquela sexta-feira à tarde – a Senadora Heloisa Helena, eu já registrei outro dia, ajudou a articular mas depois, por motivo de doença, não pode participar – eu já alertava que aquela não seria única reunião; terá outra, na semana que vem, capitaneada pelo Senador Eduardo Suplicy, que aprofundará esse debate.

A iniciativa de V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy, na Comissão de Assuntos Econômicos, foi importante, como foi o apoio que V. Ex^a deu, assim como o Senador Pedro Simon e outros Senadores, para que a audiência ocorresse na Comissão de Assuntos Sociais. Felizmente, deu certo. Não estou fazendo crítica nenhuma àqueles que estavam nessa enorme discussão. O importante é que o assunto foi zerado e o pólo continua como estava no nosso Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, para concluir, tenho vindo todos os dias à tribuna falar sobre a importância do reajuste dos aposentados e pensionistas que ganham pouco mais que o salário mínimo e que não sabem, ainda, de quanto será o seu reajuste a partir de 1º de abril.

Recebi da Liderança do Bloco de apoio ao Governo uma notícia, para mim, importante. Haverá uma reunião, hoje, do Presidente Lula com os Ministros das áreas correspondentes, ou seja, saúde, previdência, trabalho e fazenda, para discutir como fica a situação dos aposentados e pensionistas.

A segunda notícia, para mim da mesma importância, é que, amanhã, haverá uma reunião com o Presidente da Cobap, o ex-Deputado Federal Marcílio, com o Presidente da Entidade dos Aposentados da CUT da Força Sindical, da CGT e de outras Lideranças para se discutir o reajuste dos aposentados e pensionistas.

Na próxima sexta-feira, dia 7, haverá também um ato público na Bahia em defesa dos reajustes dos aposentados e pensionistas, em que esperamos obter uma boa notícia para dizer que os nove milhões de aposentados e pensionistas que ganham mais de um salário mínimo, mas não mais de seis ou sete salários mínimos, receberão um reajuste acima da inflação. Além desse evento, na próxima segunda-feira, em Curitiba, haverá um debate que também trata da política permanente de recuperação do salário mínimo e dos benefícios de aposentados e pensionistas, e talvez possamos dizer que obtivemos uma boa notícia.

Senador Eduardo Suplicy, também realizaremos, no dia 24, um grande evento na mesma linha: política permanente de recuperação do salário mínimo e dos benefícios de aposentados e pensionistas.

Estou esperançoso de que esse movimento que está ocorrendo em todo o País sensibilize o Governo, para que haja o reajuste desejado. Não digo que ele atenda plenamente aos aposentados e pensionistas, mas que aponte uma política de recuperação gradual da perda acumulada dos aposentados e pensionistas, que é muito grande, Sr. Presidente.

Concluo dizendo que na reunião de amanhã com as lideranças dos aposentados estarão o Ministro da Previdência Social, Nelson Machado, do Trabalho e

Emprego, Luiz Marinho, da Saúde, Agenor Álvares, e ainda representantes dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, da Cobap, como eu dizia antes, e representantes das centrais sindicais na área dos aposentados e pensionistas. A reunião ocorrerá no Ministério da Previdência, aqui em Brasília. A expectativa é grande.

Eu dizia, e agora concluo, Sr. Presidente, que estou muito bem impressionado com o povo francês. Quero voltar ao tema do povo francês. Não tem nada a ver com algumas pessoas que se infiltram no movimento e querem criar confusão para desqualificá-lo. Na França, três milhões de pessoas estão indo às ruas para protestar contra a possibilidade de aprovação de uma lei, pelo Congresso francês, encaminhada pelo Executivo, que diminui a força daqueles que estão trabalhando, ou seja, a política do primeiro emprego. Isso é muito bom.

A mobilização, para mim, é um instrumento que fortalece a própria democracia. Sempre digo que a mobilização não é contra ninguém. Ela é a favor de alguém. E é nesse sentido que os aposentados e pensionistas estão se mobilizando, e os idosos, em todo o País, buscando fazer com que as autoridades do País sejam sensíveis aos idosos.

Sr. Presidente, V. Ex^a sabe muito mais do que eu que a inflação para o idoso é muito maior do que para aqueles chamados mais jovens, porque na hora em que ele mais precisa de um salário decente para enfrentar as dificuldades naturais da velhice, o custo do remédio, planos de saúde, custo hospitalar e até de alguém que o acompanhe em alguns momentos, porque, infelizmente, como diz a música, “começa a caminhar mais lento”, que diz “velho, meu querido velho, já caminha lento o meu velho; eu sou o teu sangue, meu velho”, quando digo isso, que a juventude tem esse compromisso de levar essa caminhada de mãos dadas, abraçada com os mais velhos, é porque a causa é mais do que justa. O jovem de hoje com certeza, e se Deus quiser, é o idoso de amanhã, e o idoso de amanhã, com certeza, Sr. Presidente, é o jovem de hoje.

É nessa visão e nesse caminho que estamos, de público, mais uma vez, fazendo o apelo ao Presidente Lula que aponte para os seus Ministros uma política de recuperação dos benefícios dos nossos idosos. Era isso. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Garibaldi Alves Filho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Maranhão.

O SR. PRESIDENTE (José Maranhão. PMDB – PB) – Com a palavra o Senador Garibaldi Alves Filho, previamente inscrito.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero deixar a minha mensagem de pesar pelo falecimento da genitora do Senador Arthur Virgílio, D. Izabel. Não foi possível integrar a grande comitiva de Senadores que se deslocou de Brasília para o Rio de Janeiro a fim de assistir ao sepultamento daquela senhora.

Quero, portanto, levar a minha mensagem de solidariedade ao Líder do PSDB nesta Casa, ao combativo, ao bravo, ao competente Senador Arthur Virgílio, que vive um momento difícil na sua vida pela perda de sua mãe.

Em seguida, quero enfocar rapidamente a crise profunda que vive o homem do campo do Nordeste. O agricultor, o produtor do Nordeste nunca passou, Sr. Presidente, Senador José Maranhão que conhece tão bem essa realidade, por uma situação tão difícil como agora. Uma crise sobretudo que pune aquelas jovens gerações, aquelas novas gerações que vivem no campo, Senador Augusto Botelho, sem perspectiva.

Eu gostaria até de não dizer isso que vou dizer agora, mas, no campo, inverteu-se toda uma equação de vida: os jovens são sustentados hoje pelos velhos. Os benefícios pagos pela Previdência Social sustentam as famílias, porque os produtores das novas gerações não têm do que viver, pois não têm o que produzir; faltam-lhes condições de produção.

Há pouco, o Senador Paulo Paim falava aqui sobre os idosos e pedia, com muita justiça, o reajuste do que ganham os idosos. Nada mais justo, principalmente para o que representam para o campo no Nordeste, a zona rural, a área rural, esses benefícios pagos aos idosos.

Para que V. Ex^{as} tenham uma idéia, fui à inauguração, no Município de João Câmara, no Rio Grande do Norte, o meu Estado, nesse último fim de semana, de uma agência do INSS, a convite do Secretário Executivo do Ministério da Previdência Social, Dr. Carlos Eduardo Gabas. Foi dito, na inauguração, que os benefícios pagos, em nove Municípios da região do Mato Grande, representam quatro vezes o que os Municípios recebem do FPM. Quer dizer, isso mostra que a economia estagnou e que os próprios Municípios recebem muito menos. Ai se não fossem esses benefícios da Previdência Social!

Então, digo tudo isso desta tribuna sobre a economia rural do Nordeste. Sei que temos um permanente problema no que toca ao regime de chuvas, Senador Paulo Paim. O Rio Grande do Sul teve agora uma seca, que foi motivo de registro de calamidade. Temos falta de chuva permanentemente. Agora mesmo, as chuvas estão ocorrendo de forma esparsa. Não está chovendo neste período considerado de inverno. Não

há um regime de chuvas que leve o nosso agricultor a ter um certo alento.

Então, Sr. Presidente, é preciso se voltar para essa região. Há outra economia do Nordeste, muito mais dinâmica, sustentada hoje pelo turismo, pelo pólo de petróleo, em nosso Estado. Há uma economia, eu diria, até invejável. No entanto, há um contraponto de tudo isso, infelizmente, que é essa região que representa 90% do nosso território, que está inserido no semi-árido, onde se vive de uma agricultura de subsistência e, sobretudo, da Previdência Social. Senador Paulo Paim, V. Ex^a não sabe, não tem idéia – penso – da repercussão da luta de V. Ex^a junto ao homem do campo lá no Nordeste, que vive esse drama.

Portanto, vim aqui dizer essas palavras e, ao mesmo tempo, associar-me ao emergencial. Temos um problema emergencial que a Senadora Heloísa Helena conhece muito de perto, muito bem, que são as dívidas dos produtores do Nordeste, principalmente dos pequenos e médios produtores que estão sendo executados. Eles convivem com secas permanentemente – anos ruins, anos secos –, porque verdadeiramente se contam nos dedos os anos de inverno.

Concedo o aparte a V. Ex^a com todo o prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Garibaldi Alves Filho, faço esse aparte por uma questão de justiça. Fui a Natal, e quem me recebeu lá, Sr. Presidente, foi o Senador Garibaldi Alves Filho, que me mostrou a cidade e as praias, mas me mostrou também, efetivamente, a realidade daquele Estado. O meu testemunho do carinho e do apreço que o povo daquele Estado tem por V. Ex^a, o que é justo. V. Ex^a – e aqui vou terminar já – inaugurou na peça orçamentária a questão do PIB e do salário mínimo. Quando falou comigo sobre a proposta, V. Ex^a não queria o PIB **per capita**; queria muito mais, mas V. Ex^a deu a linha. Se, neste ano e no ano passado, já podemos dizer que o salário mínimo foi reajustado conforme a inflação e mais do que o dobro do PIB, V. Ex^a apontou o caminho. E é pelo caminho que V. Ex^a apontou que a Comissão Mista está também vendo que poderemos construir uma política definitiva para o reajuste do salário mínimo. Ninguém está lá discordando da tese primeira de V. Ex^a, que é o PIB; estamos discutindo o que poderia ser dado a mais: é um percentual, é o PIB em dobro, não é. A Senadora Heloísa Helena sabe, porque está lá acompanhando esse debate. Então, fiz o aparte por uma questão de justiça. V. Ex^a elogiou o meu trabalho. Não é “rasgação de seda”, mas sei o quanto V. Ex^a lutou para que, na peça orçamentária, comessem a pensar não só na inflação e assim também no PIB como instrumento de recomposição de perdas para o mínimo e para os aposentados e pensionistas. Por

isso, meus cumprimentos a V. Ex^a. Dou o testemunho porque estive no seu Estado e conheço o trabalho de V. Ex^a Parabéns, Senador Garibaldi.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. O seu depoimento é muito valioso para mim. O testemunho de V. Ex^a me dá uma satisfação muito grande, porque vi de perto tudo o que foi feito, o que pude fazer como Governador e como Parlamentar até agora. Peço desculpas a V. Ex^a, porque gostaria de estar presente a essa comissão que estuda uma política permanente para o salário mínimo, já que dei essa contribuição pequena, modesta, como Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias. No entanto, como sabe, a Relatoria da CPI dos Bingos tem tomado muito o meu tempo e não me tem deixado realmente participar como gostaria dessa Comissão, tão bem-inspirada por V. Ex^a.

Para encerrar minhas palavras, associo-me ao pronunciamento do Senador Ney Suassuna, que aqui defendeu justamente uma revisão ou uma paralisação dessas execuções que estão acontecendo. Elas estão acontecendo justamente numa hora em que se discute, aqui no Congresso Nacional, a recomposição desses débitos. Não se trata de dar com uma mão e tirar com a outra, porque o Governo não está dando nada; é uma questão de respeito ao Congresso Nacional, porque, como se está discutindo aqui uma política de recomposição, penso que se deveria aguardar um pouco e não desencadear as execuções.

Com a compreensão do Presidente, concedo um aparte à Senadora Heloísa Helena.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Senador Garibaldi Alves Filho, quero me solidarizar com V. Ex^a. Tenho acompanhado os debates feitos por V. Ex^a e por vários outros Parlamentares como os Senadores José Maranhão, Osmar Dias, Jonas Pinheiro, Ramez Tebet, Paulo Paim e César Borges, que têm projetos que tratam tanto da correção das distorções do saldo devedor acumulado como de propostas alternativas, que vão desde a anulação da dívida dos produtores dos locais onde houve perda climática até o alongamento do perfil da dívida, comprometendo um percentual menor da produção a fim de que as pessoas possam pagar. Várias medidas provisórias passaram, vários debates foram feitos, e agora fiz como V. Ex^a e o Senador Ney Suassuna alertaram. Em Alagoas ocorre o mesmo. Houve um compromisso do Governo, inclusive com Parlamentares da sua própria Base na Casa, de que iria suspender a execução, mas não suspendeu. O pior é que, quando o Governo e suas instituições de crédito identificaram que havia força política no Congresso Nacional para aprovar alterações ou derrubar o veto, começaram a, de uma forma infame, com requinte de perversidade, colocan-

do os oficiais de Justiça – e o problema não é do oficial de Justiça, o problema não é do juiz, o problema é do banco, que está mandando fazer a execução – correndo atrás de pequenos e médios produtores rurais, tentando achar, de qualquer jeito, pequenos e médios produtores rurais em Alagoas, no Estado de V. Ex^a, em vários outros Estados, para fazer a execução. Agora, um País que não faz reforma agrária nem tem política agrícola para o pequeno e médio produtor, porque hoje, como é de conhecimento de todos, o último censo agropecuário mostrou uma situação gravíssima, em que o número de famílias assentadas consegue ser menor do que o número de pequenos proprietários que perderam suas terras. E, no Nordeste, isso é um problema gravíssimo: se, de um lado, não há reforma agrária, porque não há assistência técnica, infra-estrutura, crédito, não tem nada; é uma verdadeira favelização rural – só vai atrás de uma desapropriação quando já tem violência no campo, com mata-mata de todo lado –, de outro lado, não existe política agrícola. Então isso é um absurdo; é uma reação autoritária e infame do Governo de patrocinar, por meio de suas instituições de crédito, essas execuções, para amedrontar o proprietário e para amedrontar o Congresso Nacional, para não derrubar o veto, para não alterar a medida provisória. Isso realmente é um absurdo. Portanto, quero me solidarizar com V. Ex^a. E espero que o Congresso Nacional tenha vergonha na cara, tenha sensibilidade para derrubar o veto, para alterar a medida provisória, porque o que não pode é o agricultor familiar, o pequeno e médio produtor... E não é só ele e sua família que sofrem quando ele perde a sua propriedade, quando ele não planta nada, porque não tem crédito, não tem assistência técnica, mas também os trabalhadores que estão em torno, a própria família que está trabalhando na terra, sofre a cidade, porque a dinamização da economia local é vinculada ao pequeno e médio produtor. Realmente isso é um escândalo; é uma atitude desrespeitosa do Governo agilizar as execuções como um mecanismo de punição aos Parlamentares envolvidos nesse debate que querem derrubar o veto ou alterar a medida provisória. Portanto, quero saudar o pronunciamento de V. Ex^a.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Agradeço a Senadora Heloísa Helena, que, usando tintas fortes, mas reais, pintou o quadro desse Nordeste sofrido e esquecido, que é o Nordeste do Semi-árido, que nos faz pensar que precisávamos urgentemente de uma política revolucionária no sentido de dar melhores dias ao homem do campo.

Agradeço a V. Ex^a e a tolerância do Presidente, e deixo a tribuna certo de que, como disse a Senadora Heloísa Helena, vamos votar contra o veto.

Durante o discurso do Sr. Garibaldi Alves Filho, o Sr. José Maranhão, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Consulto a Senadora Heloísa Helena se deseja fazer uma permuta com o Senador José Maranhão.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – V. Ex^a pode fazer a permuta, Sr. Presidente.

Como vamos ficar direto para acompanhar a discussão e aprovação da CPI, outros Parlamentares podem falar na minha frente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos então a palavra ao Senador José Maranhão.

Em seguida falará o Senador Sibá Machado, a Senadora Heloísa Helena e o Senador Eduardo Suplicy, que está inscrito como orador.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador José Maranhão.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tudo, quero felicitar ao Senador Garibaldi Alves Filho por trazer hoje, como um dos temas principais do seu discurso, o drama que estão vivendo os agropecuaristas nordestinos, sobretudo aquelas da área do Semi-árido, impedidos de acessar os financiamentos para tocarem as suas lavouras, em virtude do impasse gerado entre o Congresso Nacional e o Executivo em relação à lei aprovada aqui, que abria uma pequena janela para a sobrevivência desse segmento tão importante para a vida econômica e, sobretudo, para a vida social do Nordeste brasileiro.

Na verdade, a situação dos agricultores e dos pequenos pecuaristas – pecuaristas das chamadas miunças, aqueles que se dedicam à pecuária de pequeno porte, a única adotada na região do Semi-árido, os caprinos e os ovinos – é dramática, porque, por um lado, se vê às voltas com as dificuldades inerentes a um setor permanentemente castigado pelos fatores climáticos, as secas que ocorrem com uma periodicidade inexorável no Nordeste, e, por outro lado, impedidos de acessar as linhas de crédito, que já são escassas e pouco eficientes, do Sistema Financeiro Nacional, especialmente dos bancos oficiais que operam na região – Banco do Nordeste e Banco do Brasil –, agora agravado por essa situação de impasse, lamentavelmente, agravada pela morosidade com que Governo e Congresso Nacional têm tratado dessa questão.

Então, quero felicitar ao Senador Garibaldi Alves Filho por mais uma intervenção sua, somando-se aos esforços da Senadora Heloísa Helena, do Senador Ney Suassuna, deste modesto orador que está aqui

e de tantos outros que, em nome da economia regional, em defesa da economia regional, têm clamado às autoridades do Executivo no sentido de abrir as suas mentes para discutir o problema com a grandeza e com a visão de estadista com que ele merece ser efetivamente discutido. Privar o setor agropecuário, especialmente os pequenos e médios proprietários, que, no Semi-árido, é a grande maioria – eu diria que 80% dos agropecuaristas do Nordeste estão na região do Semi-árido e são pequenos e médios –, de qualquer acesso aos meios bancários de financiamento é, sobretudo, uma atitude burra, uma atitude não-inteligente do Governo, porque, com isso, sacrifica a economia da região, leva-a a uma verdadeira falência – aliás, já está vivendo essa falência – e conseqüentemente diminui as possibilidades de arrecadação nessa área tão sofrida, que é o semi-árido nordestino.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador José Maranhão, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Com todo o prazer, Senador Garibaldi Alves Filho.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Agradeço a V. Ex^a as palavras que acaba de proferir. Já que somos pertencentes a Estados vizinhos, nossa realidade é semelhante, e V. Ex^a descreveu muito bem essa situação. Muito obrigado a V. Ex^a, que foi muito generoso comigo. Eu não mereço.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Fui apenas justo com V. Ex^a.

Quero, nesta sessão, dedicar algumas considerações ao Programa Espacial Brasileiro, iniciado em 1961, agora atingindo um dos tempos mais frutuosos de sua existência. Esse Programa merece todo o apoio da população brasileira e da classe política. A viagem, iniciada no último dia 31 pelo Tenente-Coronel da Aeronáutica Marcos César Pontes, a partir do Cosmódromo de Baikonur, no deserto do Cazaquistão, em direção à Estação Espacial Internacional, é não somente motivo de orgulho para os brasileiros, mas um tributo à perseverança e ao desafio daqueles que se dedicam a desbravar o espaço.

Participa o Brasil da vanguarda de um segmento tecnológico de ponta, resultado do avanço científico e tecnológico na área espacial. Fomos pioneiros no domínio da técnica da aviação, fruto da criatividade e do espírito desbravador de Santos-Dumont, inventor, construtor e piloto de provas que, há quase cem anos, conquistou os céus com o 14-Bis, no primeiro vôo tripulado de um “aparelho mais pesado que o ar”, percorrendo pequenos 60 metros, a quase 3 metros de altura, mas dominando, definitivamente, a técnica do vôo com um aparelho mais pesado que o ar. Até então, eram freqüentes, inclusive pelo próprio San-

tos-Dumont, os vôos em balões – primeiro os balões loucos e, depois, os balões dirigíveis.

A façanha do mineiro em céus europeus é comprovadamente legado pioneiro para a história e destronou a experiência dos irmãos Wright. Sabe-se que a tentativa de reprodução do chamado vôo pioneiro daqueles irmãos americanos não obteve êxito, mesmo sendo testado com a avançada tecnologia e conhecimento americano. Para não dizer trágica, foi ridícula a tentativa de reeditar o vôo do Flyer, o aparelho que teria sido usado pelos irmãos Wright, em nome do qual eles tentam usurpar a glória da conquista do mais pesado que é o ar.

No aniversário, para eles, da descoberta do princípio do vôo do mais pesado que o ar, o governo americano patrocinou a reconstrução de um aparelho igual em todos os aspectos: materiais, motor, técnicas. E, numa solenidade anunciada ao mundo inteiro, eles iam reeditar o que eles chamariam primeiro vôo do mais pesado que o ar. Foi um fiasco total. O Flyer deslizou em cima de uma plataforma de madeira e não levantou um milímetro do chão. O curioso é que esse experimento, ao contrário de servir para reforçar a pretensão americana de ter chegado primeiro nessa conquista que o brasileiro Santos-Dumont, serviu apenas para mostrar que aquele vôo, feito sem segredo há época, que não tem nenhum registro histórico, era impossível, porque aquela geringonça apresentada às próprias autoridades, inclusive ao Presidente americano, não voaria de forma nenhuma.

Não é por acaso que a expedição 13 foi denominada de Missão Centenário. A viagem espacial do astronauta brasileiro na nave russa (ex-soviética) Soyuz TMA-8, compartilhada com outros dois astronautas, o russo Pavel Vinogradov e o norte-americano Jeffrey Williams, deve nos encher de júbilo.

Rendemos nossa homenagem ao astronauta brasileiro e a todos que acreditam na indústria aeronáutica e na qualidade do pessoal dedicado à causa.

Os avanços tecnológicos no século XX, notadamente no segmento de pesquisa do espaço sideral que legaram ao mundo os lançamentos espaciais, não teriam sido possíveis sem a realização do sonho do nosso compatriota, Santos– Dumont.

A façanha hoje experimentada por mais um brasileiro, decorridos cem anos da nossa primeira incursão no domínio do espaço, são fruto de pesados investimentos na formação de recursos humanos e na geração de novas tecnologias pelos Estados Unidos, pela União Soviética, pelo Canadá, pelo Japão e países da Europa.

Concedo um aparte ao Senador Sibá Machado, que está disposto a contribuir com este discurso.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador José Maranhão, antes de mais nada, quero dizer que a Senadora Heloísa Helena estava admirada de saber

que V. Ex^a é piloto de aeronaves. Eu estava contando para S. Ex^a que estivemos juntos na Embraer, visitando a instalação de uma das mais belas indústrias brasileiras. S. Ex^a deixou um abraço e depois quer que V. Ex^a lhe conte como é o prazer de pilotar uma aeronave.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Por favor, transmita à Senadora Heloísa Helena o convite para fazermos um vôo panorâmico, de preferência sobre as praias de Alagoas, que são muito belas.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Com certeza. Ouvi o pronunciamento de V. Ex^a. A atual missão espacial conta com a presença de um brasileiro, o Tenente-Coronel Pontes. Algumas pessoas, de forma meramente provocativa, disseram que ele tem um papel secundário nessa missão, mas seja qual for o papel que o Tenente-Coronel estiver cumprindo na missão, para nós é um prêmio. É a participação oficial do País nessa missão. Acredito que hoje ele é para nós brasileiros o que Yuri Gagarin foi para os russos em 1960, se não me engano, quando, pela primeira vez, orbitou o nosso Planeta. Penso que realmente abresse um novo cenário para esse tipo de investimento. O nosso País, daqui para frente, indiscutivelmente, deve avançar cada vez mais em investimentos nessa área do conhecimento humano que é a tecnologia aeroespacial. Aproveito o momento para dizer que ninguém melhor que V. Ex^a para tratar do assunto, pois, entre nós, é um dos profundos conhecedores dessa matéria. Manifesto aqui, em nome desta Casa e por meio de V. Ex^a, a nossa alegria, o nosso abraço e a nossa admiração por esse novo Yuri Gagarin, o Tenente-Coronel Marcos Pontes. Se V. Ex^a tiver oportunidade, um dia, dê um abraço nele em nome de todos nós, Senador.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a generosidade de V. Ex^a. Na realidade, sou um entusiasta não apenas da aviação, como de todos os segmentos que têm peso, que têm importância para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Sou daqueles que acham que o Brasil, lamentavelmente, em outros setores, sobretudo no setor de Ciência e Tecnologia, não ocupa ainda o espaço que, pela importância da sua economia, pela sua população, pelo seu território imenso, já devia estar ocupando.

Sinto-me realmente triste quando, comparando o Brasil, nesse campo da Ciência e Tecnologia, a pequenos países da Ásia, como Coreia do Sul e Taiwan, percebemos que o Brasil está atrasado pelo menos 30 anos. Por isso, vejo com entusiasmo iniciativas como esta do Governo de mandar um astronauta para participar de uma missão que não é, como muitos querem dizer, uma excursão, um passeio no espaço sideral. Sobretudo, essa é a ocupação de um espaço que é

importante para as definições e para o domínio dos conhecimentos técnicos e científicos.

O aperfeiçoamento da navegação aérea e da aviação para fins bélicos e também para fins civis, a geração de satélites armados com precisão e de engenhos aéreos não tripulados, o programa GPS – apelidado inapropriadamente de Guerra nas Estrelas – e as armas de energia dirigida são alguns dos avanços no último século. Não fossem todos os avanços obtidos, a contribuição da pesquisa espacial às áreas médicas, às telecomunicações, à eletrônica e à informática na vida das populações já seria suficiente para compensar os investimentos realizados.

Sr. Presidente, somos partícipes de um consórcio de 16 nações que desenvolvem programas espaciais, somos pioneiros no domínio da aviação, temos uma reputação solidificada pelo aperfeiçoamento tecnológico representado pela Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer, além de contarmos com elevado e reconhecido padrão de serviços de transporte aéreo civil e militar. Agora, ingressamos no *ranking* dos países que enviaram astronautas ou cosmonautas ao espaço.

Tenho, em diversas ocasiões, deste plenário, requerido a atenção do Governo brasileiro para a questão dos investimentos em educação, em treinamento, em desenvolvimento científico e tecnológico. Reporta a edição de ontem do **Correio Braziliense** que o meio acadêmico questiona as aplicações de recursos financeiros da atual administração na área de pesquisa e inovação tecnológica, principalmente para a corrida espacial.

A proposta de alocação de recursos orçamentários para 2006, que era de R\$2 bilhões, foi reduzida para R\$800 milhões, e, além de tudo, não existem parâmetros aceitos para a mensuração dos gastos em Ciência e Tecnologia no País. Há divergência entre estudiosos e governo quanto à participação das despesas em Ciência e Tecnologia no Produto Interno Bruto. Para uns, trata-se de 1,4%; para outros, de 1%. Seja qual for o número, 1,4% ou 1%, estamos, na realidade, muito distantes, tanto em relações proporcionais, como em número absoluto, ao que se investe em Ciência e Tecnologia nos países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Alemanha, que têm um índice superior a 3,5% dos seus orçamentos colossais.

É como se o Brasil já tivesse caminhado tanto na direção do domínio da Ciência e da Tecnologia que não pudesse investir mais. Isso é lamentável, é triste, porque sabemos que a nossa realidade é outra, inteiramente diferente. Não importa quem está com a razão, o fato é que estamos a anos-luz de distância de outros países, sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento.

A participação do setor privado nos investimentos em Ciência e Tecnologia também deve ser estimulada.

Aqui, geralmente, procura-se exaltar a participação da iniciativa privada em países desenvolvidos no mundo, especialmente nos Estados Unidos, nessa área de Ciência e Tecnologia. E chama-se como exemplo o caso dos Estados Unidos, onde as grandes corporações industriais e comerciais dispõem de fundações educacionais que utilizam as tecnologias mais avançadas, que têm laboratórios para realização de experimentos, que têm centros de produção científica e tecnológica que mantêm universidades. Ignora-se, no entanto, que as empresas americanas estão fazendo isso por duas razões: em primeiro lugar, pelo interesse de dominar essas tecnologias e, em segundo lugar, pelo fato de receberem incentivos fiscais para investir em fundações dedicadas ao ensino de Ciência e Tecnologia. Esse é o caso de todos os países desenvolvidos do mundo.

Aqui, não somente não existe uma política de incentivos fiscais para o investimento do setor privado nessa área, mas, sobretudo, faltam às universidades públicas ou privadas recursos orçamentários necessários para avançar no sentido da produção científica e tecnológica.

É preciso dizer que o Brasil poderia ser muito maior do que seu próprio território, do que sua própria população, do que seus recursos naturais mal utilizados – e, quando utilizados, eles o são de forma errada, pois o País funciona como mero exportador de matéria-prima, sem agregar mão-de-obra ou utilização industrial –, do que seus recursos materiais, se estivesse pensando como as demais nações.

Hoje, o poder econômico já não está centrado unicamente nos grandes ativos imobilizados em grandes fábricas.

Vale a pena lembrar o exemplo de um empresário americano, inteligente, que começou sua indústria fazendo-a funcionar na garagem da casa da família. Hoje, é uma das maiores fortunas do mundo e inunda mercados mundiais com equipamentos que estão sempre na ponta dos avanços tecnológicos. É um bom exemplo a ser seguido pelo Governo brasileiro. Aquela inteligência de Bill Gates, a quem me estou referindo, não teria despontado se ele não fosse a boa semente, mas, sobretudo, se o país não fosse terra fértil que estimulasse as inteligências e investisse nos cérebros humanos.

As universidades federais e órgãos governamentais ainda são o berço das principais linhas de pesquisa e inovações tecnológicas.

No âmbito da corrida espacial, o atual Centro Técnico Aeroespacial (CTA), criado há 60 anos, em 1946, vem seguindo os avanços internacionais no setor aeroespacial.

Sou um homem que tenho profundas restrições ao que chamo de militarismo, porque ele é responsável

pelo sofrimento da humanidade em todos os tempos da história universal.

Mas é preciso reconhecer aqui que essa iniciativa resultou da visão avançada da Aeronáutica brasileira, que foi, na realidade, o berço...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Maranhão, o pronunciamento de V. Ex^a está muito interessante, sem sombra de dúvida. É uma aula para todos nós. Mas esta Presidência lhe concedeu vinte e cinco minutos. Por mim, eu lhe concedo mais vinte minutos, desde que haja tolerância por parte dos outros oradores que estão inscritos. A orientação são dez minutos, mas eu lhe concedi vinte e cinco. Portanto, vou lhe conceder mais dois minutos para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Faltou o poder da síntese, diante da magnitude do problema.

No âmbito da corrida espacial, o atual Governo realmente vem contemplando, com visão de futuro, um programa que é importante e que não resultou de um improviso de última hora. Há 60 anos, o Brasil se aplica nessa direção.

A criação do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), onde o nosso Tenente-Coronel foi inicialmente treinado, garante a capacitação e a formação de recursos humanos em áreas de tecnologia de ponta. O CTA, por meio do ITA e do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), exercem uma função indispensável à consolidação do programa espacial brasileiro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Tenho lido na imprensa críticas ferrenhas ao dispêndio com a missão e com o treinamento do nosso representante. Esquecem os críticos que essa missão não é uma aventura, não é um passeio espacial ou um desperdício de recursos. Ao contrário, representa um investimento na escalada do conhecimento científico e tecnológico, no despertar de uma nova era.

O lançamento oficial pela Agência Espacial Brasileira de dois itens comemorativos à viagem espacial do primeiro astronauta brasileiro, um selo criado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e uma medalha de prata produzida pela Casa da Moeda, gera mais publicidade em torno do voo. Tenho certeza de que, a partir dessas iniciativas, muitas mentes de jovens foram aguçadas e mais tarde decidirão trilhar pelo mesmo caminho, a se candidatar ao desenvolvimento da engenharia aeronáutica.

Estávamos, há dez anos – para este ponto que vou abordar, Sr. Presidente, V. Ex^a que tem sido um estudioso de questões sérias como essa, peço sua aten-

ção especial –, no mesmo patamar de conhecimento espacial dos chineses, para citar apenas um dos exemplos do que a falta de investimentos e de determinação de Governo no alcance de objetivos nos tem levado a estacionar nessa área. Os chineses enviaram, em 2003, uma missão tripulada e já se posicionam como o terceiro país em desenvolvimento espacial.

A viagem por si só seria relevante. Alegam os críticos que os experimentos realizados pelo...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador José Maranhão, só mais um minuto para V. Ex^a concluir, porque há ainda quatro oradores. A sessão deveria ter terminado às 14 horas, mas V. Ex^a tem mais um minuto para concluir.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Alegam os críticos que os experimentos realizados pelo astronauta brasileiro não agregam muito. Esquecem os detratores que muitos dos oito experimentos associados a universidades no País e à Embrapa resultarão em maior compreensão dos fenômenos enzimáticos e dos seus efeitos no organismo com repercussões positivas para o tratamento da diabetes. Outros permitirão o aprimoramento de técnicas de preservação ambiental, de medicamentos de ação mais rápida, de controle de circuitos eletrônicos que apurem o controle térmico dos satélites, área que daria ao Brasil autonomia no setor e abertura de mercado de alta tecnologia.

Sr. Presidente, vou pular alguns tópicos, com a tolerância de V. Ex^a e dos companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a já está há trinta minutos na tribuna. Os oradores já estão impacientes, e vai sobrar para esta Presidência!

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Vejo que, agora, o Plenário se enriqueceu mais ainda, pois, além dos luminares aqui presentes, chegou o Líder da base do Governo, Aloizio Mercadante, que é um estudioso de todos esses problemas. Eu gostaria de fazer aqui uma ligeira abordagem e contar com o contributo do Senador Aloizio Mercadante, que poderá acrescentar suas luzes a este modesto discurso.

Segundo informa o Ministério da Aeronáutica, o programa espacial, que, em 2005, teve um orçamento equivalente a US\$100 milhões, tem sofrido com a falta de verbas e foi quase abolido em anos anteriores. Chegou, em alguns anos, a contar com apenas US\$15 milhões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a falta de visão dos nossos dirigentes contrasta com as excelentes condições geográficas do País para o lançamento de satélites e com a importância da indústria espacial, que mobiliza mundialmente mais de US\$20 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. *Fazendo soar a campainha.*) – Concedo-lhe mais um minuto e faço-lhe o apelo derradeiro para que conclua.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Agradeço a generosidade de V. Ex^a, mais uma vez.

A base de Alcântara, no Estado do Maranhão, palco de uma das mais sérias tragédias ocorridas no País, em 22 de agosto de 2003, apresenta a melhor localização comparativa para a colocação de um satélite em órbita geoestacionária. A sua proximidade da linha do Equador é que nos dá essa vantagem.

O acidente, ocorrido momentos antes do lançamento do veículo espacial VLS-1 VO3, causou a morte de 21 técnicos de alta capacitação e contribuiu para a morosidade no desenvolvimento de novas tecnologias. Há menos de três anos do ocorrido, observa-se total omissão sobre o assunto – como se todos estivessem intimidados com aquele insucesso.

Acidentes dessa natureza já aconteceram nos Estados Unidos e na Rússia, na antiga União Soviética. Não obstante, os programas espaciais daqueles países não foram abandonados.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Sr. Presidente, vou concluir agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Se V. Ex^a assim entender, pode dar como lido o restante do seu pronunciamento, que o publicaremos na íntegra.

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Farei isso, seguindo a diretiva de V. Ex^a. Permita-me apenas alinhar alguns argumentos para não perder o embalo da palavra e, sobretudo, presenças tão ilustres em nosso plenário.

Dominamos a tecnologia de foguetes de sondagem utilizados para estudos, mas é primordial que desenvolvamos lançadores de satélites, inclusive porque essa atividade é, economicamente, de alta rentabilidade e ela financia as pesquisas em todo o mundo. É assim que se faz. Temos o exemplo de todos os países em que se aplicaram essas tecnologias.

Sabe-se que o primeiro satélite foi lançado em órbita pelos russos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Os russos deram o primeiro passo no domínio das tecnologias aeroespaciais com o Sputnik, primeiro satélite em órbita. Ganharam o segundo *round*, colocando um ser vivo, um animal, a cadela Laika, no espaço; ganharam o terceiro *round*, apesar de toda a potência industrial americana, de todo o peso político

americano, colocando um homem em órbita no espaço, o astronauta Yuri Gagarin, que Deus já levou. Depois, houve o pouso de um aparato aeroespacial no nosso satélite natural, a lua, cuja conquista tinha pouco interesse naquela época. Mas, logo em seguida, outra vitória da tecnologia, da ciência, da determinação do governo russo de investir na inteligência: conseguem montar a primeira estação aeroespacial internacional, a MIR, que foi projetada para durar cinco anos e terminou, pela sua grande eficiência, ultrapassando esse limite que os próprios fabricantes estabeleceram.

Esses exemplos de persistência são realmente edificantes e, neste momento, devemos dar parabéns ao astronauta brasileiro, por ter feito essa viagem, ao Ministério da Aeronáutica, que soube conduzir historicamente, com competência e determinação, o domínio dessas tecnologias, mas, sobretudo, ao Governo brasileiro, ao Presidente Lula, que pela sua vontade e determinação política garantiram a realização desse feito, sem dúvida nenhuma, de grande significação para a ciência brasileira.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JOSÉ MARANHÃO

O SR. JOSÉ MARANHÃO (PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Programa Espacial Brasileiro iniciado em 1961 merece todo o apoio desta casa e da população brasileira. A viagem iniciada no último dia 31 pelo Tenente-Coronel da Aeronáutica, Marcos César Pontes, a partir do Cosmódromo de Baikonur, no deserto de Cazaquistão em direção à Estação Espacial Internacional é não somente motivo de orgulho para os brasileiros, mas um tributo à perseverança e ao desafio daqueles que se dedicam a desbravar o espaço.

Participa o Brasil da vanguarda de um segmento tecnológico de ponta, resultado do avanço científico e tecnológico na área espacial. Fomos pioneiros no domínio da técnica da aviação, fruto da criatividade e do espírito desbravador de Alberto Santos-Dumont, inventor, construtor e aviador, quem há quase 100 anos, conquistou os céus com o 14 Bis, no primeiro vôo tripulado de um “aparelho mais pesado que o ar”, percorrendo 60 metros, a quase 3 metros de altura.

A façanha do mineiro em céus europeus é, comprovadamente, legado pioneiro para a história, e destronou a experiência dos irmãos Wright. Sabe-se que a tentativa de reprodução do chamado vôo pioneiro daqueles irmãos americanos não obteve êxito, mesmo sendo testado com a avançada tecnologia e conhecimento americanos.

Não é por acaso que a expedição 13 tenha sido denominada de “Missão Centenário”. A viagem espacial do astronauta brasileiro na nave russa (ex-soviética)

Soyuz TMA-8, compartilhada com outros dois astronautas, o russo Pavel Vinogradov e o norte-americano Jeffrey Williams deve nos encher de júbilo.

Rendemos nossa homenagem ao astronauta brasileiro e a todos que acreditam na indústria aeronáutica e na qualidade do pessoal dedicado à causa. Os avanços tecnológicos no Século XX, notadamente no segmento de pesquisa do espaço sideral que legaram ao mundo os lançamentos espaciais não teriam sido possíveis sem a realização do sonho do nosso compatriota, Santos-Dumont. A façanha hoje experimentada por mais um brasileiro, decorridos cem anos da nossa primeira incursão no domínio do espaço são fruto de pesados investimentos na formação de recursos humanos e na geração de novas tecnologias pela União Soviética, pelos Estados Unidos, Canadá, Japão e países de Europa.

O aperfeiçoamento do tráfego aéreo e da aviação para fins bélicos, da geração de satélites armados com precisão e de engenhos aéreos não tripulados, do programa guerra nas estrelas e das armas de energia dirigida, são alguns dos avanços no último século. Não fossem todos os avanços obtidos, a contribuição da pesquisa espacial às áreas médicas, às telecomunicações, à eletrônica e à informática na vida das populações já seria suficiente para compensar os investimentos realizados.

Sr. Presidente, somos partícipes de um consórcio de 16 nações que desenvolvem programas espaciais, somos pioneiros no domínio da aviação, temos uma reputação solidificada pelo aperfeiçoamento tecnológico representado pela Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER, além de contarmos com elevado e reconhecido padrão de serviços de transporte aéreo civil e militar. Agora, ingressamos no ranking dos países que enviaram astronautas ou cosmonautas ao espaço.

Tenho, em diversas ocasiões, deste Plenário requerido a atenção do Governo brasileiro para a questão dos investimentos em educação, em treinamento, em desenvolvimento científico e tecnológico. Reporta a edição de ontem do Correio Braziliense que o meio acadêmico questiona as aplicações de recursos financeiros da atual administração na área de pesquisa e inovação tecnológica, particularmente para a corrida espacial.

A proposta de alocação de recursos orçamentários para 2006 que era de 2 bilhões de reais foi reduzida para 800 milhões e além de tudo não existem parâmetros aceitos para a mensuração dos gastos em ciência e tecnologia no País. Há divergência entre estudiosos e governo quanto à participação das despesas em ciência e tecnologia no produto interno bruto. Para uns trata-se de 1,4 por cento, para outros, 1 por cento. Não importa quem está com a razão, o fato é

que estamos a anos-luz de distância de outros países, sejam desenvolvidos ou em desenvolvimento.

A participação do setor privado nos investimentos em ciência e tecnologia também deve ser estimulada. As universidades federais e órgãos governamentais ainda são o berço das principais linhas de pesquisa e inovações tecnológicas.

No âmbito da corrida espacial, o atual Centro Técnico Aeroespacial (CTA), criado há 60 anos, em 1946, vem seguindo os avanços internacionais no setor aeroespacial. A criação do (ITA), onde o nosso Tenente-Coronel foi inicialmente treinado, garante a capacitação e formação de recursos humanos em áreas de tecnologia de ponta. O CTA, por meio do ITA e do (IAE), exercem uma função indispensável à consolidação do programa espacial brasileiro.

Tenho lido na imprensa críticas ferrenhas ao dispêndio com a missão e com o treinamento do nosso representante. Esquecem os críticos que esta missão não é uma aventura, não é um passeio espacial ou desperdício de recursos. Ao contrário, representa um investimento na escalada do conhecimento científico e tecnológico, no despertar de uma nova era.

O lançamento oficial pela Agência Espacial Brasileira de dois itens comemorativos à viagem espacial do primeiro astronauta brasileiro, um selo criado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e uma medalha de prata produzida pela Casa da Moeda gera mais publicidade em torno do voo. Tenho certeza que muitas mentes jovens foram aguçadas e mais tarde decidirão a trilhar pelo mesmo caminho, a se candidatar ao desenvolvimento da engenharia aeronáutica, da ciência geodésica, dos estudos prospectivos na área espacial.

Estávamos há dez anos, no mesmo patamar de conhecimento espacial dos chineses, para citar apenas um dos exemplos do que a falta de investimentos e de determinação no alcance de objetivos nos tem levado a estacionar nesta área. Os chineses, enviaram em 2003, uma missão tripulada e já se posicionam como o terceiro país em desenvolvimento tecnológico espacial.

A viagem por si só já seria relevante. Alegam os críticos que os experimentos realizados pelo astronauta brasileiro não agregam muito. Esquecem os detratores que muitos dos oito experimentos associados a universidades no País e à Embrapa resultarão em maior compreensão dos fenômenos enzimáticos e dos seus efeitos no organismo com repercussões positivas para o tratamento da diabetes. Outros permitirão o aprimoramento de técnicas de preservação ambiental, de medicamentos de ação mais rápida, de controle de circuitos eletrônicos que apurem o controle térmico dos satélites, área que daria ao Brasil autonomia no setor e abertura de mercado de alta tecnologia.

Segundo informa o Ministério da Aeronáutica, o programa espacial, que em 2005 teve um orçamento equivalente a US\$ 100 milhões, tem sofrido com a falta de verbas e foi quase abolido em anos anteriores. Chegou em alguns anos, a contar com apenas US\$ 15 milhões.

Sr^{as} e Srs. Senadores, a falta de visão dos nossos dirigentes contrasta com as excelentes condições geográficas do País para o lançamento de satélites e com a importância da indústria espacial que mobiliza mundialmente mais de 20 bilhões de dólares. A base de Alcântara, no Estado do Maranhão, palco de uma das mais sérias tragédias ocorridas no País, em 22 de agosto de 2003, apresenta a melhor localização comparativa para a colocação de um satélite em órbita geoestacionária. A sua proximidade da linha do Equador propicia economia de combustível em até 30 por cento quando se compara os custos de lançamento em bases situadas em latitudes mais altas.

O acidente ocorrido momentos antes do lançamento do veículo espacial VLS-1 VO3 causou a morte de 21 técnicos de alta capacitação e contribuiu para a morosidade no desenvolvimento de novas tecnologias. Há menos de 3 anos do ocorrido observa-se total omissão sobre o assunto. A opinião pública foi, à época, bombardeada com notícias desencontradas, com especulações sobre possível boicote internacional ao programa, ou sobre a qualidade do combustível sólido usado. Entretanto, até o presente, muitas questões não foram esclarecidas. Urge que o Centro Espacial de Alcântara seja plenamente recuperado e entre em funcionamento, pelo menos até o final de 2006.

Esperemos que os próximos passos do programa espacial brasileiro sejam mais largos. Há notícias alvissareiras. O CTA e a Agência Espacial Brasileira (AEB) comunicaram, há poucos meses, o desenvolvimento de novos veículos lançadores com capacidade para transportar satélites e plataformas espaciais de pequeno, médio e grande porte a órbitas baixas, médias e de transferência geoestacionária.

O Programa denominado “Cruzeiro do Sul”, com custo estimado em US\$ 700 milhões e prazo de execução para 17 anos (2022), atenderá as missões espaciais propostas no Programa Nacional de Atividades Espaciais (Pnae) da AEB, além de missões de clientes internacionais. Congratulo-me com este Programa que propiciará ao País a independência no transporte espacial de satélites de vários portes.

Os ganhos de soberania nacional e de capacitação industrial com o desenvolvimento de satélites de veículos de lançamento ao espaço revestem-se de valor estratégico para qualquer país. Saliente-se que uma das grandes metas do país é o desenvolvimento de um satélite geoestacionário, que gira na mesma

velocidade da Terra, gerando imagens detalhadas sobre determinado ponto, facilitando o monitoramento de grandes áreas. Dominamos a tecnologia de foguetes de sondagem utilizados para estudos, mas é primordial que desenvolvamos lançadores de satélites.

Historicamente, a exploração espacial começou com o lançamento do satélite artificial pela União Soviética, no (base de lançamento de foguetes da), em Tyuratam, no Cazaquistão. Este acontecimento provocou uma corrida espacial pela conquista do espaço entre a União Soviética e os Estados Unidos que culminou com a chegada do homem à Lua. O primeiro ser vivo no espaço foi a cadela russa da raça laika, Kudriavka, em 1957, a bordo da nave espacial Sputnik 2. Em 12 de abril de 1961, o russo Yuri Gagarin realizou o primeiro voo orbital de 48 minutos, a bordo da nave Vostok 1.

Mais uma vez congratulo-me com o astronauta brasileiro Marcos Pontes. Espero que o esforço e o sacrifício necessários à inclusão do Brasil no rol dos países dotados de conhecimentos aeroespaciais sejam reconhecidos e redundem em maiores avanços para a toda a sociedade brasileira. Parabéns a todos os colegas da aeronáutica, aos cientistas brasileiros e às suas famílias. O sonho de voar e de conquistar o espaço está vivo e deve ser perseguido pelas novas gerações.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Concedo a palavra, como Líder, ao Senador Aloizio Mercadante, antes registrando a presença entre nós do Deputado Federal Philemon Rodrigues, da Paraíba, do qual eu tive a alegria de ser parceiro, por mais de uma década, na Câmara dos Deputados.

Senador Aloizio Mercadante, vou conceder a palavra por cinco minutos aos últimos três oradores – V. Ex^a, o Senador Sibá Machado e o Senador Eduardo Suplicy -, já que, conforme a assessoria da Mesa me informa, a sessão deveria ter sido encerrada às 13 horas e 30 minutos.

Portanto, prorrogo a sessão por mais meia hora.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero-me associar ao Senador José Maranhão e parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, porque vivemos, nesses últimos dias, um marco histórico para a sociedade brasileira, particularmente por esse imenso desafio que é a disputa do espaço.

O fato de ter um conterrâneo, paulista de Bauru, torcedor do time do Santos, que espero venha a ser campeão neste final de semana, no domingo próximo, presente nessa astronave e, agora, na estação orbital, e a homenagem que ele fez, hoje, a Santos Dumont, merecem todo esse destaque.

O Senador também fez o alerta de que o mercado de satélites e telecomunicações é da ordem de US\$32 bilhões e o Brasil tem um imenso potencial devido à localização da base de Alcântara. Temos uma economia de cerca de 30% no lançamento de foguetes dessa base. Portanto, temos uma plataforma moderna, eficiente, e o projeto do VLS (Veículo Lançador de Satélite) é estratégico para o Brasil. Devemos investir, pesquisar e superar as limitações que as experiências anteriores demonstraram, para podermos, de fato, dar esse grande salto tecnológico num mercado tão importante quanto é o desse segmento.

Eu queria, por outro lado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, registrar a minha perplexidade, e acredito que de todos os paulistas, com as cenas a que assistimos, hoje pela manhã, de mais uma rebelião na Febem, onde houve, ao longo do ano passado, 35 rebeliões. Nada menos que 1.229 jovens fugiram, em massa, nessas rebeliões.

Essa é uma instituição que tem apenas 6.500 jovens reclusos e cerca de 16 mil em liberdade assistida. A Febem consome, hoje, meio bilhão de reais do orçamento do Estado de São Paulo. Cada jovem custa ao Erário do Estado, aos contribuintes, nada menos do que R\$22 mil por ano, na política absolutamente fracassada que foi essa instituição. Há 12 anos o Governo do Estado, do PSDB e do PFL, promete reformá-la, alterá-la e revertê-la, mas absolutamente nada ocorreu de substantivo. O mais grave é que nessas rebeliões sempre há vítimas machucadas e, algumas vezes, fatais. Hoje, houve mais de 41 feridos.

Pergunto-me como continuar assistindo, com essa passividade que temos visto por parte do Governo do Estado, à deterioração dessa instituição, cuja função essencial seria exatamente a de buscar recuperar jovens que estiveram envolvidos em situações de risco, de delito, numa política de medidas sócio-educativas para que pudessem retornar à sociedade na condição de cidadania plena.

Não há solução com a política atual do PSDB e do PFL. A solução para a Febem é, primeiro, ser desmembrada em duas instituições, como fez o Governo do PT no Rio Grande do Sul, uma para tratar do jovem recluso e outra para acompanhar a liberdade assistida. Há experiências, no Estado de São Paulo, absolutamente exitosas. Por exemplo, na cidade de São Carlos, governada pelo Prefeito Nilton Lima Neto, do PT, há uma parceria entre o NAI, a Igreja, a Prefeitura e a comunidade local, que cuida de jovens que precisam de acompanhamento na liberdade assistida por meio de uma política sócio-educativa. O nível de reincidência na experiência do NAI em São Carlos é inferior a 4%.

Portanto, os jovens são de fato recuperados, têm um processo de educação de qualidade, uma política de formação profissional, de reinserção produtiva na sociedade, com excelentes resultados, enquanto na Febem, volto a dizer, há rebeliões atrás de rebeliões e o crime organizado está infiltrado na instituição. Mais de 1.200 funcionários foram demitidos sem justa causa. Houve uma derrota por unanimidade no TRT e espero que o TST julgue esses funcionários. Aqueles que têm denúncias de maus-tratos devem ser definitivamente afastados e punidos, como exige a Constituição, mas os demais deveriam estar trabalhando, porque foi uma retaliação de natureza trabalhista, que trouxe grandes prejuízos, eu diria, à instituição.

Além disso, eu queria registrar também que a Bancada da Oposição na Assembléia Legislativa está fazendo, hoje, mais um ato para instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Quero advertir que, no caso de São Paulo, Senador Paulo Paim, Presidente desta sessão, houve 69 CPIs engavetadas ao longo do Governo do PSDB. São muito graves as denúncias sobre a Nossa Caixa. O Ministério Público já abriu inquérito e várias irregularidades já foram identificadas.

Senador Sibá, veja que os contratos de publicidade são da ordem de mais de R\$44,8 milhões, sendo que R\$5 milhões não foram sequer documentados, portanto é um desvio de finalidade; Deputados dizem que lhes foram oferecidos recursos, o que é uma denúncia muito grave, além de ter ocorrido a compra de centenas de fogões sem também os procedimentos necessários.

O que me deixou mais estarecido, hoje, foi a quebra do sigilo bancários de funcionários da Caixa Econômica pela própria instituição.

Estamos discutindo aqui um problema de quebra de sigilo que jamais poderia ter acontecido e vemos hoje a quebra de sigilo de funcionários da Caixa, alguns inclusive com movimentações financeiras incompatíveis com o exercício da função, os quais não foram demitidos e cujo inquérito não foi iniciado.

Portanto, trata-se de um conjunto de irregularidades que não satisfaz a opinião pública e não é correto, com todo esse processo que estamos vivendo de apuração, de punição e de busca de ir até o fim nas investigações, que nenhuma CPI tenha sido instalada na Assembléia Legislativa ao longo do Governo do PSDB. Sessenta e nove CPIs foram engavetadas e essa me parece muito grave, pelo conjunto de denúncias que se estão avolumando a cada dia, que mostram que não basta um secretário ou um diretor da Caixa pedirem demissão. As coisas devem ser apuradas com rigor.

Quero parabenizar o Ministério Público por estar abrindo o inquérito. Essa investigação deve ser feita no

âmbito do Ministério Público, mas não pode ser exclusivamente nesse nível. Os Deputados estão indignados com essa situação de sempre se obstruir, de sempre se jogar para baixo do tapete e nada ser apurado. É uma proposta com fato determinado, bastante objetivo, como exige a Constituição, e não se está propondo uma investigação sobre tantas e tantas denúncias que existem acumuladas na Assembleia Legislativa, mas uma denúncia bastante precisa e rigorosa sobre a Nossa Caixa, com todos esses indícios que estão surgindo a cada momento.

Ouç o Senador Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Aloizio Mercadante, V. Ex^a registra um fato importante ocorrido em São Paulo que, infelizmente, tem-se repetido inúmeras vezes; uma outra rebelião da Febem que aconteceu na madrugada de hoje e novamente com pessoas que ali podem ter sido feridas. Mais uma vez, trata-se de uma situação muito grave para os adolescentes, rapazes de 14 a 20 anos, que muitas vezes, por falta de alternativas adequadas à sua própria sobrevivência, acabam seguindo o caminho da criminalidade e, na Febem, não encontram o devido ambiente para a sua recuperação, para estudar. Tenho visitado, de quando em quando, unidades da Febem, inclusive aquelas de atendimento inicial, onde percebo as pessoas ali, simplesmente, muitas vezes em ambientes superlotados, sem alternativa do que fazer durante o dia. Então, não é à toa, que as rebeliões se sucedem, se repetem. Considero muito importante que inclusive V. Ex^a, assim como a Sr^a Marta Suplicy, ambos disputando, num exemplo de prática democrática, qual vai ser aquela pessoa indicada para o Governo do Estado de São Paulo, que certamente ambos estão tendo que se debruçar sobre o tema para resolvê-lo, e todos nós do Partido dos Trabalhadores. Gostaria apenas de transmitir a V. Ex^a que três dias antes de o Governador Geraldo Alckmin ter deixado o seu Governo, tive oportunidade de ter um diálogo com ele por telefone, em razão de inúmeros pontos que, por vezes, sejam os movimentos sociais, sejam outros, me têm solicitado para dialogar com o Governador. Mas, nessa oportunidade, agradei a atenção que ele teve para comigo, enquanto Governador de São Paulo, mas que eu queria registrar que considerava importante o que estávamos notando, que, enquanto aqui, no nível do Governo Federal e do Congresso Nacional, há um enorme empenho da Oposição em realizar comissões parlamentares de inquérito e apurar todos os fatos, ali, na Assembleia Legislativa, sempre se procurou evitar a possibilidade de apuração dos fatos, a realização de CPIs. O Governador Alckmin disse que as decisões, na Assembleia, dependiam da própria Assembleia, não

tanto dele. E ilustrou isso com o fato de o seu candidato ter perdido a eleição última para a Presidência da Assembleia. Mas avaliei que era importante fazer esse registro, como Senador, para ele próprio.

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)
– Agradeço a V. Ex^a.

Eu queria concluir dizendo que a situação da segurança pública no Estado de São Paulo é muito grave. A Febem é apenas parte do exemplo do fracasso da política de assistência à juventude. Repito, meio bilhão de reais. São injustificáveis rebeliões sucessivas em uma instituição que trata apenas de 6.500 jovens reclusos e de 16 mil a 18 mil jovens – as estatísticas variam – em liberdade assistida. Não é possível que, com um custo de R\$22 mil por jovem em São Paulo, nós assistamos a rebeliões e rebeliões, violência atrás de violência, e 67% desses jovens voltem a praticar crimes quando saem da instituição. Após doze anos de experiência, esse é o mais completo fracasso!

Qual é a solução? Vou repetir. Primeiro, repartir em duas instituições, fazendo parceria com os Municípios, com as comunidades locais, com as igrejas, para realizar medidas socioeducativas para os jovens em liberdade assistida. E segundo, para os jovens reclusos, construir pequenas unidades que comportem de 40 a 45 pessoas, como exige o Estatuto da Criança e do Adolescente, porque, dessa forma, há o controle da instituição. Não é possível agrupar 1.200 jovens, como ocorria nessa unidade de Tatuapé. Estamos assistindo recorrentemente a essa situação de desmando e de descontrole. Por sinal, descontrole de todo o sistema prisional!

Senador Sibá Machado, existem 138 presídios em São Paulo e mais de 138 mil presidiários. Há um déficit de vagas de 30%. Entram três mil presos por mês no sistema e saem apenas 1.500. Portanto, o sistema está totalmente superlotado. Existem organizações criminosas, como o PCC, que quebraram a disciplina prisional e controlam parte da estrutura do regime prisional do Estado. Só esse mês tivemos, na semana passada, rebelião em sete presídios. Essa situação vem ocorrendo ao longo de todo o Governo do PSDB, por não ter firmeza no combate à criminalidade. O custo dos presídios de segurança máxima é de R\$40 mil por vaga, ou seja, é bastante caro. Porém, esses presídios são essenciais para quebrar essas organizações criminosas e introduzir, nos demais presídios, a idéia do presídio industrial, onde os presos trabalham; ao trabalhar, podem construir uma poupança. Uma parte vai para a sua família, a outra parte vai para uma caderneta de poupança, para que ele, aprendendo uma profissão e com a caderneta de poupança, possa sair do presídio e ser re-inserido na sociedade.

Por último, Sr. Presidente, eu pediria a tolerância da Mesa para dizer que não vejo, por parte do Governo do PSDB e, particularmente, do Governador Alckmin, uma solução para o problema da Febem, não só pela experiência de 12 anos, mas também pela concepção que ele apresentou quando era Deputado, comigo, na Câmara dos Deputados.

Qual foi o projeto de lei do então Deputado Geraldo Alckmin para resolver essa questão? Reduzir a maioria penal. Então vamos estabelecer que a partir dos 16 anos os jovens já podem ser presos no presídio comum, e vamos jogar esses jovens nesse sistema prisional colapsado, infiltrado e coordenado pelo crime organizado, como se isso viesse a resolver o problema.

O que o crime organizado vai fazer, se isso acontecer, se o projeto do Governador Alckmin for aprovado pela Câmara, é pegar os jovens com menos de 16 anos – e, recentemente, aquele vídeo do Falcão, debatido ontem na Comissão de Relações Exteriores, mostra que há jovens de 13, 14, 15 anos envolvidos com o narcotráfico. Por que a quadrilha quer o menor de idade? Porque quando a quadrilha é presa, o menor é o laranja, na gíria policial, e ele assume a responsabilidade pelo crime, para proteger os adultos.

Ora, se simplesmente reduzirmos a maioria penal, não vamos resolver esse problema. Vamos jogar nos presídios os maiores de 16 anos e vamos trazer mais jovens para a Febem e continuar assistindo esse quadro lamentável e inaceitável no Estado mais rico da Federação.

Qual foi a alternativa que ofereci e aprovei, por unanimidade, neste Senado Federal e agradeço a todos os Senadores, de todos os Partidos; espero que a Câmara agora conclua e aprove o projeto? Que em toda quadrilha que tiver menores de idade envolvidos os adultos paguem. Quem tem que ter o agravo da pena é o adulto que envolve o menor de idade no crime. Se é assalto, roubo, narcotráfico, a pena pode ser dobrada ou até triplicada para os adultos. Com isso, as quadrilhas não vão querer mais os envolvimento dos menores de idade e vamos começar a proteger aqueles que estão expostos, hoje, especialmente frente ao narcotráfico. Com uma política preventiva como essa, vamos diminuir os problemas com a juventude, vamos proteger uma parte da juventude contra o crime organizado, para que, com isso, possamos reestruturar a Febem e criar, portanto, duas instituições, sendo uma delas voltada para a liberdade assistida, em parceria com as prefeituras, com as igrejas, com as entidades não-governamentais, que é muito mais eficiente – e temos excelentes experiências nessa direção – e com os reclusos em pequenas unidades.

Portanto, temos alternativas para o Estado, alternativas consistentes que já poderiam estar sendo implementadas, para que deixemos de assistir, todas as semanas, a rebeliões nos presídios, como na semana passada, e a rebeliões com tropas de choque invadindo, com jovens todos desnudos, sentados no cimento frio, no início da manhã, com helicópteros e bombas, como assistimos esta semana.

Que juventude estamos criando com esse tipo de política? Onde vamos recuperar esses jovens para serem cidadãos plenos, ingressarem no mercado de trabalho e poderem ter uma formação? Até quando vamos assistir a filmes como o que o Fantástico apresentou sobre o narcotráfico aliciando a juventude ou a instituições fracassadas pela omissão dos homens públicos que governam o meu Estado há tantos anos? Por isso, creio que seja possível reverter esse quadro. Acredito nisso!

Quero, sim, Senador Eduardo Suplicy, disputar no partido a minha pré-candidatura. Nunca disputei um cargo executivo; nunca disputei, Senador Sibá Machado! Pelo PT, só disputei cargo legislativo, mas, em 1990, nas eleições para Deputado Federal, fui o Deputado mais votado do PT; em 1994, deixei meu mandato para ser candidato a Vice-Presidente da República com o Presidente Lula; em 1998, fui o terceiro Deputado Federal mais votado no Brasil; e, como Senador da República, fui o mais votado da história do Brasil e tive, no meu Estado, 3 milhões de votos a mais do que o Governador Alckmin nas últimas eleições.

Com essa votação, com a minha história e com propostas concretas, espero poder trabalhar pelo meu Estado, não mais como Senador, como tenho feito nesta Casa, mas como Governador, no futuro.

Independente disso, sendo ou não candidato, creio que tinha a obrigação, como Senador pelo meu Estado, de vir a esta tribuna e protestar contra essa cena estarrecedora para qualquer cidadão que tenha sensibilidade. Imagino para as mães, para os pais, para os irmãos, assistirem às cenas que viram hoje: os jovens quebrando a instituição, os funcionários reféns, a polícia entrando de helicóptero, tropas de choque, fuzis sendo atirados para assustar 41 feridos! Isso não pode acontecer! Isso não pode se repetir! Não vamos recuperar esta Nação, se não olharmos para a educação como a política mais importante de Estado e se não protegemos a nossa juventude contra o crime organizado, particularmente contra o narcotráfico.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)

– Concluo, Sr. Presidente.

Em cima desse alerta, que se vem repetindo com vídeos e com cenas como as de hoje, faço um apelo à

Câmara dos Deputados, para que aprove o meu projeto. Quando discutimos o Estatuto do Desarmamento, muitos diziam que não teria eficácia, que não resolveria o problema dos homicídios. Pois bem, os homicídios à mão armada no Brasil caíram em todos os Estados da Federação, e de forma expressiva, porque o Estatuto do Desarmamento foi uma política de prevenção, aliada à recuperação do emprego, do Bolsa Família, com outras políticas do Governo. Sobre o Estatuto do Desarmamento trouxe uma grande resposta à violência na juventude.

Portanto, se o projeto que apresentei for aprovado, e, em toda quadrilha onde houver um menor de idade, os adultos tiverem a pena duplicada ou triplicada, seguramente, estaremos dando um passo definitivo para proteger e, depois, recuperar, isto sim, os jovens que não podem estar expostos, como estão, às cenas que todos vimos, hoje, nas televisões de todo o Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Sibá Machado.

V. Ex^a dispõe de até cinco minutos.

A Presidência prorroga esta sessão para que possam fazer uso da palavra os demais Senadores inscritos: o nobre Senador Eduardo Suplicy e este Presidente, Eduardo Siqueira Campos.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei um breve registro aqui, resultado da COP-8. Estava em dívida com esta Casa e pretendo fazê-lo por escrito para não deixar de mencionar os principais pontos do que foi um dos eventos mais importantes para os acordos multilaterais entre os países signatários de tão relevante tema mundial, que é o meio ambiente.

A COP-8, VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidades Biológicas, terminou no dia 31 passado com uma série de avanços em temas considerados relevantes para o Brasil e também para o mundo. O primeiro deles é a construção do regime internacional de acesso e repartição de benefícios. Os delegados decidiram, em Curitiba, adotar o texto apresentado pelo grupo de trabalho permanente sobre o tema na cidade espanhola de Granada, em fevereiro passado, como parte das negociações e estabeleceram o ano de 2010 como teto para a conclusão desses trabalhos.

Para continuar as negociações foram estabelecidos dois presidentes para o GT, um, de um país em desenvolvimento; o outro, de um país já desenvolvido. Também ficou decidido que serão realizadas duas reuniões antes da próxima conferência, que é a COP-9. Será criado, ainda, um grupo, composto de 25 especialistas e sete observadores, para elaborar opções para certificados de origem e procedência legal relacionados aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados. A idéia é que esse certificado seja emitido pelo país de origem e garanta o respeito às leis nacionais.

Os países foram convidados a aumentar o número de representantes de comunidades indígenas e locais em suas delegações oficiais, e a encontrar fórmulas de efetiva participação desses povos nas decisões da Convenção sobre Diversidades Biológicas. Os delegados decidiram criar um Fundo Voluntário para garantir essa participação, não apenas na construção do regime, mas em todas as discussões relacionadas ao conhecimento tradicional.

Nesse item, importantíssimo para nós da Amazônia e em especial para nossas populações da floresta, foram definidas diretrizes para orientar o desenvolvimento de um sistema **sui generis** de proteção ao conhecimento tradicional, bem como linhas para um código de conduta, que assegure o respeito à herança cultural e intelectual desses povos.

Na área de biodiversidade agrícola, o principal ponto positivo foi a manutenção da moratória imposta às sementes com Tecnologias Genéticas de Restrição de Uso, também conhecidas como estéreis. Os delegados decidiram que prevalece o texto original da Convenção sobre Diversidades Biológicas, que banuiu experimentos em campo e comercialização desses produtos. Eles optaram por promover e disseminar pesquisas sobre o impacto das sementes e reafirmaram a decisão de respeitar o conhecimento e as práticas tradicionais dos agricultores.

Também merece destaque a criação de uma iniciativa que norteará os países na implementação de ações transversais ligadas à biodiversidade, alimentação e nutrição.

Na COP-8, pela primeira vez, foi feito um esforço para engajar o setor privado na implementação dessa Convenção. O Brasil, por meio do Ministério do Meio Ambiente e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, liderou essa iniciativa, em parceria com o Reino Unido e com a União Mundial para Conservação da Natureza (IUCN). A iniciativa foi referendada, e o setor conclamado a alinhar suas políticas e práticas aos objetivos e metas da CDB.

Com a presença recorde de 122 Ministros da área ambiental, o encontro do Segmento Ministerial também foi considerado um êxito em termos de participação e bastante inovador em seu formato. Houve, ainda, considerável aumento da presença do setor privado.

Durante o Dia Brasil, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, foram realizadas seis mesas-redondas sobre diversos temas ligados à preservação e uso sustentável da biodiversidade, com a participação de 350 pessoas.

Segundo Ahmed Dioglaí, Secretário-Executivo da Convenção sobre Diversidades Biológicas, a reunião no Brasil foi histórica, com a participação de cerca de quatro mil delegados, cobertura de imprensa de 400 jornalistas do mundo inteiro e 200 eventos paralelos.

Os que acompanharam de longe não imaginam o trabalho hercúleo feito para organizar um evento como esse. Por isso, neste momento, quero parabenizar o trabalho do Itamaraty e do Ministério do Meio Ambiente, principalmente pelas posições avançadas defendidas pelo Governo brasileiro.

Sr. Presidente, o tema que mais se esperava na MOP-3 era a posição brasileira sobre a questão de rotular os produtos com a origem de modificados ou não-modificados geneticamente, e esta foi clara: os produtores e transportadores de cargas com produtos geneticamente modificados terão de identificar essas cargas como contendo tais produtos. Assim sendo, o consumidor saberá a origem, e também, é claro, todo o sistema comercial poderá colocar, se quiser, nas suas embalagens, a identificação desses produtos.

Então, Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex^a.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Esta Presidência convoca o próximo orador inscrito, nobre Senador Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores do Estado de São Paulo. (Pausa.)

Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a não precisa correr. Tendo esquecido um papel, a Presidência aguardará calmamente a vinda de V. Ex^a à tribuna, tendo em vista que é um dos oradores prediletos, não só de nós, os Srs. Senadores, mas de todos aqueles que acompanham os trabalhos desta Casa.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente Senador Eduardo Siqueira Campos, Senador Sibá Machado, Srs. Senadores, primeiro, quero enaltecer mais uma vez o documentário “Falcão – Meninos do Tráfico”, que ainda ontem, por

iniciativa do Senador Cristovam Buarque, foi exibido na Comissão de Direitos Humanos do Senado.

Trata-se de um documentário de grande importância. Na semana passada, encontrei o “mensageiro da verdade”, o MV Bill, por ocasião do lançamento do livro que ocorreu no instituto dirigido pelo jornalista Gilberto Dimenstein, na Vila Madalena, em São Paulo. Um grande público ali compareceu para dialogar com o *rapper* compositor de canções de *hip-hop*, que dizem muito da vida no cotidiano, sobretudo da vida nos bairros mais carentes do Rio de Janeiro, das favelas do Rio de Janeiro. Ele pôde retratar isso com um realismo extremamente forte que impressionou extraordinariamente os brasileiros quando, no Fantástico de domingo retrasado, apresentou a história de 17 rapazes, dos quais apenas um, depois de decorridos seis anos da reportagem, continua vivo, justamente o Sérgio Cláudio de Oliveira Teixeira, o Serginho Fortalece, hoje com 21 anos.

Na entrevista daquele documentário, Serginho disse que “essa vida do crime só acaba em cadeia, cadeia de rodas ou cemitério”. Ele acabou sendo o único sobrevivente dos 17 personagens porque ficou com a primeira opção. “Graças a Deus”, ele diz. Segundo reportagem da revista **Época** desta semana:

Foi preso em 2004 e condenado a cinco anos e quatro meses de detenção. “Rodei num 157” (artigo do Código Penal que se refere a roubo). Eu e mais um amigo tinha ido na praia. Tava voltando, ele viu um **playboyzinho** saindo do **shopping** com celular e carteira. Quando ele guindou o cara, eu peguei o celular e a carteira, mas a polícia já tava lá”. A avó morreu – “de tristeza” – uma semana depois da prisão do neto preferido. Antes da exibição de Falcão, Fortalece subiu até o alto da “comarca” (beliche de pedra), de onde se vislumbra uma fatia do morro, e rezou: “Deus, se tu é comigo mesmo, vai me tirar dessa solidão”.

Na quarta-feira passada, Serginho Fortalece deixou o complexo penitenciário de Gerici nó, ex-Bangu, onde cumpria pena há um ano e sete meses. Em regime aberto, passou a dormir na Casa de Albergado Crispim Valentino, no Rio, e a trabalhar na Central Única das Favelas (CUFA), durante o dia. Sua nova arma é a câmara que aprende a usar com o cinegrafista do documentário, Felha. Quando a Justiça permitir, Serginho vai se mudar para Santa Catarina e fazer o curso de palhaço no circo de Beto Carreiro [pois ali, no filme, ele fala de seu sonho de, um dia, ser artista de circo, de poder trabalhar num circo].

Por outro lado, este documentário produziu os mais diversos tipos de reação, dentre as quais a reação do compositor de **rapper**, de **hip-hop**, o Ferréz que, hoje, no artigo publicado em “Tendências/Debates”, da **Folha de S.Paulo**, “Antropo(**hip-hop**)logia”, questiona um pouco o porquê do interesse da TV Globo em passar no Fantástico aquele documentário. E se pergunta:

Até que ponto a denúncia dá vida e legitimidade a atitude violenta de alguém? Acho que denunciar é o que sempre fizemos, mas também com muita arte e senso positivo, lutando para um dia isso mudar. No final do documentário, fica uma pergunta, que, tenho certeza, todo mundo se fez: “E daí?” [diz o Ferréz]

[...]

É, meus amigos, o efeito falando da seqüela. Ou será que a “dona Globo” daria 58 minutos para um documentário sobre o “hip-hop” enaltecendo os artistas do gueto? Não, acho que não.

O resultado é a vendagem de produtos com o nome “Falcão” e até piadas, como a do programa “Pânico”, “Falcatrua, os meninos do Planalto”.

Ferréz então faz uma referência aos seus companheiros de **hip-hop**:

Mano Brown, Consciência Humana, Gog, Realidade Cruel e eu mesmo conquistamos a favela pelo talento, não pelo escândalo. Você quer isso? Então, filma o maloqueiro com o fuzil em cima do morro, mas, no final, me dá uma dica sobre como não perpetuar isso.

Porque o telespectador já sabe que tá um caos mesmo, mas tá olhando só para o próprio umbigo, ou seja, se os problemas do morro não são parecidos com os meus problemas, então, não há problemas. Retratar o caos, pura e simplesmente, não é revolução. A nossa revolução é querer mudar, querer – de verdade – mudar. Sem essas de querer capitalizar em cima da miséria, que é o que muita gente tá fazendo, pensando que estamos dormindo, que estamos de chapéu.

Continua o Ferréz:

Não sou santo no bagulho, tenho defeitos – e muitos, por sinal -, mas vamos deixar claro um barato, tiozão, num vem jogar arroz em falso casamento, que, aí, é subestimar demais a rapaziada da favela. Para quem não sabe, há eventos aqui, quermesses, shows na rua,

teatros ao ar livre, saraus. Mas isso não atrai, felicidade não dá lbope.

Primeiro, quero registrar que achei positivo o documentário de MV Bill, e de Celso Athayde, “Falcão – Meninos do Tráfico”, e o seu livro que conheci e estou lendo. Acho muito importante, porque a força, o impacto da denúncia contida no seu documentário está fazendo as pessoas terem de pensar como transformaremos essa realidade tão dura e tão difícil. Mas gostaria de dizer que as reflexões de Ferréz também são importantes, porque ele faz um desafio, um convite à própria TV Globo para que esteja ali mostrando os eventos, como, por exemplo, os que ocorrem nos bairros da periferia de São Paulo. Como ele fala, há eventos como as quermesses, os **shows** nas ruas, os teatros ao ar livre, os saraus. Vou citar uma festa na favela Godoy, na área de Campo Limpo, onde justamente mora perto um dos mais importantes conjuntos de **hip-hop** no Brasil, os Racionais MC’s, o Mano Brown.

Em 7 de setembro do ano passado, fui convidado a participar da festa que dura desde o início da tarde até as 8 horas da manhã seguinte, e fiquei impressionado porque ali estavam mais de 5 mil pessoas, jovens. E não havia praticamente a presença do Poder Público, até mesmo da polícia. Todos organizaram aquele festival de **hip-hop**, a quermesse, com as próprias forças da organização daquela comunidade. E ali puderam ouvir as suas músicas preferidas. Tenho ficado impressionado como os jovens da periferia sabem cantar as longas letras das músicas, como as dos Racionais MC’s, praticamente de cor, em função de elas dizerem muito do seu cotidiano.

Portanto, considero positivo que haja esse debate. Cumprimento o Senador Cristovam Buarque e a Senadora Patrícia Saboya Gomes, que se empenharam para que pudesse aqui ser debatido e discutido o documentário “Falcões – Meninos do Tráfico”.

Sr. Presidente, eu iria ainda falar sobre outro tema, mas, em primeiro lugar, quero ouvir seu pronunciamento. Se houver espaço, falo do meu segundo tema. Posso continuar? (Pausa.)

Outros aqui foram contemplados com muita generosidade. Então, se eu puder falar do segundo tema, assim o farei.

Ontem, fiz uma visita ao novo Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, e transmiti a S. Ex^a o diálogo que tive sobre alguns assuntos relacionados aos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o ex-Deputado e Presidente do Incra, Plínio de Arruda Sampaio.

No último dia 17 de abril, publiquei uma carta na **Folha de S.Paulo** ao João Pedro Stédile, da Coordenação Nacional do MST, em que procurei ressaltar a

iniciativa do Movimento das Mulheres Camponesas e da Via Campesina de destruir as mudas de eucaliptos nas instalações do laboratório da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. Então, transmiti a meus amigos do MST que seria sempre bom que resolvessem usar dos métodos da não-violência para conseguir ganhar muito maior apoio à justa causa da reforma agrária e da realização de justiça em nosso País.

Poucos dias depois, no dia 24 de março, Plínio de Arruda Sampaio escreveu-me a “Carta aberta ao Senador Eduardo Suplicy”, em que fala da longa amizade que temos e em que ressalta que somos ambos solidários do MST. Fala da invocação que fiz das ações de Gandhi e de Martin Luther King Jr. como exemplos de ações não-violentas que o MST deveria seguir. Diz ele:

No entanto, a ação das mulheres do MST, na Aracruz, se enquadra perfeitamente na tradição das lutas desses dois mártires dos oprimidos. O que elas praticaram foi um ato de desobediência civil – uma ação que desafia a lei, a medida ou a omissão injustas sem incitar agressão a pessoas.

Ressaltei que lá não houve agressão a pessoas. Em algumas ocasiões, tem havido agressões, inclusive a trabalhadores, mas ali houve agressão física ao que foi construído por alguns trabalhadores – talvez, o MST avalie que não deveriam ter ocorrido.

Por outro lado, Plínio de Arruda Sampaio fala de minha solidariedade à causa da reforma agrária. Inclusive, tive oportunidade de externar isso na minha visita, ontem, ao novo Ministro Guilherme Cassel, que substituiu o Ministro Miguel Rossetto, que se vinha desempenhando bem como Ministro do Desenvolvimento Agrário, e também hoje no diálogo que tive com Rolf Hackbart na Comissão de Agricultura.

Perguntei como está a execução das metas de reforma agrária, e o Ministro de Estado, Sr. Guilherme Cassel, informou-me que o Governo, certamente, até o final de 2006, irá assentar 400 mil novas famílias, conforme meta do Presidente Lula para este Governo. De 2003 a 2005, foram assentadas 245 mil famílias, e, em 2006, deverão assentar mais 155 mil famílias. Na carta que hoje me enviou, o Ministro Guilherme Cassel afirma ainda:

O cumprimento da meta dependerá basicamente de dois fatores: a suplementação dos recursos orçamentários para obtenção de terras (prevê-se 900 milhões e precisamos de mais 1 bilhão) e a atualização dos índices de produtividade que informam os processos de desapropriação de imóveis rurais para reforma agrária.

A atualização dos índices de produtividade é urgente e necessária, não apenas

por se tratar de uma exigência legal e de um compromisso de Governo é condição para a continuidade da reforma agrária na região centro-sul do País.

Ainda hoje, Sr. Presidente, a companheira Senadora Ana Júlia Carepa e eu fizemos indagações ao Presidente do Incra, Rolf Hackbart, sobre o assunto. Inclusive, propusemos que, em breve, haja um convite ao Ministro da Agricultura, Roberto Rossetto, e ao próprio Ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, para ambos nos darem as informações sobre a atualização dos índices de produtividade.

Ainda nesta semana, na **Carta Capital**, o Deputado Federal Antonio Delfim Netto, no seu artigo intitulado “O Grave Problema Agrícola”, apresenta uma tabela sobre o desempenho da agricultura de 1992/1993 para 2005/2006, mostrando que a produção agrícola, em milhões de toneladas, evoluiu de 68,25 milhões, em 1992/1993, numa área de 35,62 milhões de hectares, com um índice de produtividade de 1,92%, e, em 2005/2006, a safra agrícola resultou em 124,40 milhões de toneladas, numa área de 46,80 milhões de hectares, correspondendo a um índice de produtividade de 2,66%. Portanto, nos últimos 14 anos, de 1992/1993 para 2005/2006, houve um acréscimo de produtividade no setor agrícola brasileiro de 1,92% para 2,66%, um aumento da ordem 80%.

Ora, se a economia brasileira teve um acréscimo tão significativo de produtividade, é mais do que de bom senso que haja uma nova definição dos índices de produtividade.

Sr. Presidente, requeiro que sejam transcritos como parte de meu pronunciamento a carta do Ministro Guilherme Cassel, as informações que anexou para mim sobre a atualização dos índices de produtividade, os três artigos a que me referi – a minha carta ao MST, a resposta de Plínio de Arruda Sampaio e a carta que publiquei respondendo ao Plínio de Arruda Sampaio, ao próprio MST e ao Governo, em que menciono, conforme sugere Plínio de Arruda Sampaio, a importância de serem definidos rapidamente, pelo Governo, os novos índices de produtividade – e o artigo que citei.

Espero que o Ministro Roberto Rodrigues, tão entusiasta do progresso da agricultura brasileira, avalie que seja adequado e de bom senso a nova definição dos índices de produtividade, que estão definidos desde 1980, levando-se em consideração o Censo de 1975.

Obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SENADOR EDUARDO SUP LICY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não representam a opinião do jornal. A publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. E-mail: tendencias@folha.com.br

Antropo(hip-hop)logia

FERRÉZ

N ESSES dias, estava pensando com meus botões — pra falar a verdade, estou pensando num certo domíngio e nos outros que vieram —, muitos sites, reportagens e programas estão simplesmente copiando o que papai global diz. A mídia convencional já faz isso, “clipa” as notícias e as distribui. E, agora, somos iguais, é a mídia do “hip-hop” imitando os grandes meios.

O assunto é o mesmo, o documentário que a Globo exibiu, a favela desnudada, exposta, aberta, e seu ingresso é somente um apertado de botão.

Mas, calma! Refrigera sua alma antes de tomar tal decisão. Faça isso porque o “hip-hop” é a nossa literatura sempre tiveram uma atitude diferenciada da atitude do resto das pessoas sem senso crítico. Ou não?

Mas, afinal, o que isso vai ajudar? Tupac morreria de novo, se realmente estivesse vivo, tendo um milhão de cor falando como branco na cara dura, compactuando com um dos programas televisivos (jornalísticos?) mais prejudiciais ao nosso povo.

Ultimamente tá assim, muita gente aceita tudo que vai rolar, como se fosse natural, e criticar virou um defeito. Acho que é um defeito quando você só critica e não faz nada, mas se faz, meu négo, então, pau no gato.

Me perdoem, mas desconfio de muita coisa. Todo mundo tá correndo pelo seu — e isso é um fato —, mas tem umas atitudes em que a favela, ou nossa periferia, ou a comunidade, seja como você a chama, tá em último plano.

Até que ponto um documentário que foi apresentado e rotulado como “furo jornalístico”, exibido em rede nacional, nos ajuda? Alguém já pensou nisso hoje? As críticas do então rapper MV Bill ecoaram por todos os jornais contra o filme “Cidade de Deus”. Segundo ele, o filme não voltaria nada para o lugar e denegriaria mais a imagem da Cidade de Deus. E fica a pergunta no ar: “E o documentário ‘Falcão’, não denigre essa comunidade e todas as outras por onde aconteceram as filmagens?”.

Até que ponto a denúncia dá vida e elegitima a atitude violenta de alguém? Acho que denunciar é o que sempre fizemos, mas também com muita arte e senso positivo, lutando para um dia isso mudar. No final do documentário, fica uma pergunta, que, tenho certeza, todo mundo se fez: “E daí?”.

Os telespectadores desligam a televisão e vão dormir, os comentaristas que foram convidados são uma piada. Glória Perez e Manoel Carlos vão escrever suas novelas, que é o que dá dinheiro, mas contribui para tudo que passou em “Falcão”.

Até que ponto um documentário que foi apresentado como “furo jornalístico” nos ajuda? Alguém já pensou nisso?

É, meus amigos, o efeito falando da sequência. Ou será que a “dona Globo” daria 58 minutos para um documentário sobre o “hip-hop” enaltecendo os artistas do gueto? Não, acho que não.

O resultado é a vendagem de produtos com o nome “Falcão” e até piadas, como a do programa “Pânico”, “Falcão, os meninos do Planalto”.

Mano Brown, Consciência Humana, Gog, Realidade Cruel e eu mesmo conquistamos a favela pelo talento, não pelo escândalo. Você quer isso? Então, filma o maloqueiro com o fuzil em cima do morro, mas, no final, me dá uma dica sobre como não perpetuar isso.

Porque o telespectador já sabe que tá um caos mesmo, mas tá olhando só pro próprio umbigo, ou seja, se os problemas do morro não são parecidos com os meus problemas, então, não há problemas. Retratar o caos, pura e simplesmente, não é revolução. A nossa revolução é querer mudar, querer — de verdade — mudar. Sem essas de capitalizar

em cima da miséria, que é o que muita gente tá fazendo, pensando que estamos dormindo, pensando que estamos de chapéu.

Graças ao meu pequeno dom, ganho meu \$ honestamente, vendo roupas, vendo livros, vendo minhas palestras, mas nunca comercializei o gueto. O que está à venda é meu trabalho, não eu.

Não sou santo no bagulho, tenho defeitos — e muitos, por sinal —, mas vamos deixar claro um barato: tiozão, num vem jogar arroz em falso casamento, que, aí, é subestimar demais a rapaziada da favela. Pra quem não sabe, há eventos aqui, quermesses, shows na rua, teatros ao ar livre, saraus. Mas isso não atrai, felicidade não dá lbope.

Meu povo não é só aquilo, imagens borradas, desesperança em todas as quebradas. Somos mais, muito mais.

Só quero dizer que temos que refletir, tantos meninos tiveram que morrer para alguém vender mais CDs, documentários etc. É isso? Apenas isso?

E a mudança? Orientar sobre gravidez precoce, sobre o uso de drogas, montar uma campanha real para nossos meninos e meninas desvalorizados, estigmatizados pelos olhos da elite, do próprio povo e por todos os meios de comunicação? Não podemos só mostrar a consequência, temos que mostrar a causa.

Nem tudo que você vê é nossa cultura, não somos antropófagos.

Pense nisso e não me fale, por favor, de discurso “hip-hopista”, que isso já deu no saco, não entrei no “hip-hop” pra ser reformista. Se não, me dá a conta que eu tô saindo fora, o nosso movimento é muito bom, todo mundo entra, talvez esse seja o problema, falar em nome dele é fácil, mudar a ideologia pode parecer fácil, mas, enquanto Deus colocar ar nos pulmões desse maloqueiro aqui, a dificuldade chega.

Porque da mãe que amamentá tantos ninguém pode ferir o peito. Só isso.

Reginaldo Ferréz, rapper e escritor, é autor de “Capão Pecado” (Labartexto, 2000), romance sobre Capão Redondo, bairro na periferia de São Paulo, onde vive o escritor, e de “Manual Prático do Ódio” (Objetiva, 2003).

De: Guilherme Cassel [guilherme.cassel@mda.gov.br]

Enviado em: quarta-feira, 5 de abril de 2006 12:43

Para: Sen. Eduardo Suplicy

Assunto: Fw: informações sobre Atualização dos Índices de Produtividade

Anexos: Nota Atualização Índices para Sem. Suplicy 4 abril 6.doc.

Original Message

From: Caio

To: Guilherme Cassel

Sent: Wednesday, April 5, 2006 12:41 PM

Subject: informações sobre Atualização dos Índices de Produtividade

Prezado Senador Suplicy

Inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo pelas cartas enviadas ao MST e ao Plínio, em que com sinceridade, generosidade e extrema lucidez, alerta para as incompreensões que a ação realizada na Aracruz desencadeia e que, de forma, alguma, contribuem para o avanço da reforma agrária.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária, apresentado em novembro de 2003 à sociedade brasileira, em um evento inédito de unidade dos movimentos sociais do campo, expressa os compromissos e as diretrizes para a atuação do governo federal.

Nos quatro anos de governo o Plano prevê o assentamento de 400 mil novas famílias. De 2003 a 2005 foram assentadas 245 mil e para cumprir a meta deveremos assentar em 2006 mais 155 mil famílias. O cumprimento da meta dependerá basicamente de dois fatores: a suplementação dos recursos orçamentários para obtenção de terras (prevê-se 900 milhões e precisamos de mais 1 bilhão) e a atualização dos índices de produtividade que informam os processo de desapropriação de imóveis rurais para a reforma agrária.

A atualização dos índices de produtividade é urgente e necessária, não apenas por se tratar de uma exigência legal e de um compromisso de governo é condição para a continuidade da reforma agrária na região centro-sul do país.

A referência feita por V. Ex^a na última carta a este tema contribui para ampliar a visibilidade desta importante demanda pública.

Em anexo, envio-lhe algumas informações complementares sobre este tema.

Atenciosamente, – **Guilherme Cassel**, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário.

Informações sobre a Atualização dos Índices de Produtividade

O II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), apresentado em novembro de 2003, estabelece diretrizes e metas do governo federal. Entre os compromissos assumidos consta a apresentação de proposta de modificações de normas jurídicas e administrativas que regem o processo de obtenção de terras, inclusive as que visam aferir o cumprimento da função social da propriedade. Entre elas destaca-se a atualização dos índices de rendimento das lavouras e de lotação pecuária que informam o conceito de produtividade da propriedade rural previsto no art. 11 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

A Constituição Federal prevê a desapropriação para fins de reforma agrária do imóvel rural que não cumpre a função social (Art. 184) e define requisitos econômicos, ambientais e trabalhistas para cumprimento da função social (Art. 186).

A base legal para fixação dos índices de rendimento que informam o conceito de produtividade é o art. 6º da Lei nº 8.629/93, que considera produtiva a propriedade que, “explorada econômica e racionalmente atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração, segundo índices fixados pelo órgão federal competente”

Para aferir o cumprimento da função social em relação à dimensão econômica a legislação estabelece critérios e graus de exigência para um imóvel ser considerado produtivo: Grau de Utilização da Terra — GUT e Grau de Eficiência na Exploração — GEE. Os índices de produtividade são utilizados pelo Incra nas vistorias dos imóveis passíveis de desapropriação para calcular o GUT e o GEE e avaliar se são produtivos ou improdutos.

A legislação estabelece (Lei nº 8.629/93, artigo 11) que a atualização dos referidos índices deve ser feita “periodicamente, de modo a levar em conta o progresso científico e tecnológico da agricultura e o desenvolvimento regional pelos Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ouvido o Conselho Nacional de Política de Agrícola” (redação dada pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001).

A legislação (Lei nº 8.629/93 e Incra 11/2003) deixa claro que no caso de intempéries, secas, inun-

dações o desempenho produtivo do imóvel será desconsiderado no momento da vistoria: “Não perderá a qualificação de propriedade produtiva o imóvel que, por razões de força maior, caso fortuito ou de renovação de pastagens tecnicamente conduzida, devidamente comprovados pelo órgão competente, deixar de apresentar, no ano respectivo, os graus de eficiência na exploração, exigidos para a espécie”.

Vale lembrar que apenas os imóveis rurais classificados como grande propriedade é que são passíveis de desapropriação. Estamos falando de cerca de 112 mil imóveis que corresponde a apenas 2,6% do total de imóveis rurais cadastrados.

O Incra é o órgão do Poder Executivo responsável pela execução da política de reforma agrária e pela fixação dos índices de rendimento e de lotação que informam o conceito de produtividade da propriedade. Esta competência é dada pelo art. 16 do ET e suas alterações e referendada por diversas decisões do Poder Judiciário, entre elas, as do Mandato de Segurança (MS) nº 22.478/PR, relator Min. Maurício Corrêa, e do MS nº 23.523/SC, relator Min. Moreira Alves, do Supremo Tribunal Federal.

Os índices atuais foram definidos pelo Incra em 1980, com base nos dados do Censo Agropecuário de 1975. Uma defasagem de mais de 30 anos. Apesar da exigência legal para a atualização dos índices, isso nunca aconteceu.

Atualizar os índices significa ajustar a exigência da manutenção de níveis satisfatórios de produtividade, um dos critérios para o desempenho da função social da propriedade, à nova realidade da agropecuária brasileira, utilizando-se de estatísticas de órgãos oficiais especializados que refletem o comportamento das lavouras e da pecuária.

Nos anos 90 o Incra realizou, em conjunto com a Unicamp uma série de estudos que produziram subsídios que teriam permitido que a atualização ocorresse ainda naquela década. A única modificação ocorrida neste período foi a alteração da unidade de medida utilizada para cálculo do GEE da atividade pecuária, substituindo a medida cabeça animal por hectare por unidade animal por hectare, e estabelecendo fatores de conversão para adaptar os valores constantes na IE Incra nº 19/80.

O art. 11 da Lei nº 8.629/03, modificada pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, atribui a competência do ajuste dos índices que informam o conceito de produtividade aos

Ministros de Estado do Desenvolvimento Agrário (MOA) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), ouvido o Conselho Nacional de Política de Agrícola (CNPA).

Em 7 de abril de 2005 o MOA encaminhou, formalmente, ao MAPA uma proposta de Instrução Normativa com os novos índices a serem adotados. A partir de divergências identificadas, a Casa Civil conduziu uma série de reuniões com as respectivas equipes dos dois ministérios que resultaram em uma nova versão de Instrução Normativa que se encontra aguardando decisão presidencial.

A não atualização dos índices impacta negativamente a possibilidade do Incra obter terras para a reforma agrária, especialmente, nas regiões centro-oeste, sudeste e sul.

Carta ao MST

Eduardo Suplicy

Meu caro João Pedro Stédile, da Coordenação Nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra):

Com o sentimento de quem tem sido solidário ao MST desde a sua fundação, como amigo da causa da reforma agrária e da realização de maior justiça em nosso País, gostaria de externar minha sincera opinião sobre os últimos acontecimentos em Porto Alegre (RS). Acredito que o MST consegue obter muito mais apoio do povo brasileiro para sua causa sempre que utiliza meios pacíficos, não-violentos, e de respeito aos seres humanos e ao que tiver sido construído honestamente por outros.

“Acredito que o MST obtém muito mais apoio do povo brasileiro para sua causa sempre que utiliza meios pacíficos, não-violentos”

Falo isso por causa do episódio ocorrido na semana passada, quando as companheiras do Movimento de Mulheres Camponesas e da Via Campesina destruíram as mudas de eucaliptos e as instalações do laboratório da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul.

Bem sei que elas desejavam protestar contra um modelo de agronegócio que o MST tem criticado, uma vez que florestas homogêneas de eucaliptos para a produção de celulose podem prejudicar a biodiversidade. Também sei que essa atitude foi uma reação à destruição da aldeia indígena dos guaranis por trato-

res da Aracruz no Espírito Santo. Ou seja, agiram em solidariedade aos índios guaranis.

Reitero, entretanto, a recomendação que fiz quando, convidado pelo MST, em 10 de julho de 1999, administrei uma aula na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) para mais de mil jovens – de quase todos os Estados brasileiros – pertencentes ao movimento.

Dei de presente àqueles jovens a tradução que eu mesmo fiz de uma das mais belas orações da história da humanidade: “Eu tenho um sonho”, de Martin Luther King Jr., feita em 28 de agosto de 1963, em Washington, no dia em que foram comemorados os cem anos da abolição da escravidão nos EUA.

Naquela época, Luther King Jr. se preocupava com a necessidade premente da aprovação da Lei dos Direitos Civis e da Lei dos Direitos Iguais de Votação. Em muitos Estados do Sul dos EUA, não era permitido aos negros freqüentar os mesmos hotéis, restaurantes, escolas e banheiros ou usar os mesmos ônibus e calçadas que os brancos. Os negros nem sequer eram considerados cidadãos americanos, pois, em diversos Estados, não tinham o direito de votar, o que gerou movimentos de revolta, quebra-quebras e incêndios em inúmeras cidades.

Foi então que Martin Luther King Jr. conclamou seus compatriotas a seguirem os exemplos históricos de Mahatma Gandhi e outros, que realizaram movimentos assertivos não-violentos para alcançar objetivos importantes e difíceis, como o da independência da Índia, em 1947. Naquele dia, perante mais de 200 mil pessoas, disse Martin Luther King Jr.:

“Esse não é o tempo de nos darmos ao luxo de nos acalmarmos ou de tomar a droga tranquilizadora do gradualismo. Agora é a hora de tornar reais as promessas da democracia (...) agora é o momento de fazer da justiça uma realidade para todas as crianças de Deus. Seria fatal para a nação não perceber a urgência do momento”.

E, adiante, disse: “Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo do cálice da amargura e do ódio. Precisamos sempre conduzir nossa luta no plano alto da dignidade e da disciplina. Nós não podemos deixar nosso protesto criativo degenerar em violência física. Todas as vezes – e a cada vez, precisamos

alcançar as alturas majestosas de confrontar a força física com a força da alma”.

Pouco tempo depois desse discurso, o Congresso norte-americano aprovou – e o presidente Lyndon Johnson sancionou – as Leis dos Direitos Civis e dos Direitos Iguais de Votação.

O MST tem sido muitas vezes criativo. E, assim, granjeou forte apoio do povo para a justa causa da reforma agrária – quando, por exemplo, organizou as marchas para Brasília em memória das vítimas do massacre de Eldorado do Carajás ou em memória da irmã Dorothy Stang, morta no ano passado pelos interesses do latifúndio.

Para mostrar sua solidariedade aos índios guaranis, tenho a convicção de que as mulheres da Via Campesina poderiam – e podem ainda – escolher uma forma pacífica, criativa, utilizando muito mais a força da alma do que a força física.

De outra forma, daremos razão aos que, em pleno século 21, preferem utilizar os instrumentos bélicos em vez dos instrumentos civilizatórios do bom senso e da inteligência.

Carta aberta ao Senador Eduardo Suplicy

24-3-2006

Por Plínio de Arruda Sampaio

Meu caro Eduardo Suplicy: Temos uma longa amizade e um longo companheirismo político. Não me esqueço e aproveito para agradecer publicamente do corajoso apoio que você deu a minha candidatura à Presidente do PT, numa hora em que isso iria lhe custar, como está custando agora, dificuldades com a oligarquia dirigente do partido.

Por isso mesmo, sei que você receberá estas palavras como uma contribuição sincera de um velho companheiro.

Levanto duas objeções à carta aberta que você enviou ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), publicada neste mesmo espaço na última sexta-feira, a propósito da destruição de mudas de espécies florestais em um centro de pesquisas da Aracruz, no Rio Grande do Sul.

A primeira é a invocação das ações de Gandhi e Martin Luther King Jr. como exemplos de ações não-violentas que o MST deveria seguir. No entanto, a ação das mulheres do MST, na Aracruz, se enquadra perfeitamente na tradição das lutas desses dois mártires dos oprimidos. O que elas praticaram foi um ato

de desobediência civil, uma ação que desafia a lei, a medida ou a omissão injusta sem incitar agressão a pessoas.

Em seus respectivos contextos, os atos de desobediência civil comandados por esses dois grandes líderes foram considerados inaceitáveis e escandalizaram as pessoas sérias, honestas, cumpridoras das leis.

Ora, o objetivo das ações de desobediência civil é precisamente este: desassossegurar consciências tranquilas, como um meio de fazê-las ver a responsabilidade que têm na manutenção de situações inaceitáveis, porém admitidas como normais e corretas. Trata-se de um gesto extremo para despertar sociedades anestesiadas, incapazes de ouvir os clamores do povo.

Vejamos, por exemplo, em que deu a marcha pacífica que os sem-terra realizaram em Brasília, no ano passado, a fim de pedir, de forma respeitosa e ordeira, a reforma agrária. Que resposta obtiveram do governo? Que solidariedade receberam da sociedade? Que noticiário deram os jornais?

A não-violência de Gandhi e Luther King não diz respeito às coisas, mas, sim, às pessoas humanas. Repare bem no próprio texto transcrito na sua carta aberta: Luther King diz que o protesto “não pode degenerar em violência física”. Não há menção a causar prejuízos ao capital. Por acaso, o boicote do sal e do tecido inglês na Índia, o dos ônibus segregacionista no Sul dos Estados Unidos e tantos outros movimentos de desobediência civil em todo o mundo deixaram de causar enormes prejuízos materiais aos capitalistas?

Violência física não houve no ato das mulheres. Houve a destruição de mudas destinadas a implantar a monocultura florestal no Rio Grande do Sul.

Sem falar nos danos que esse tipo de agricultura causa ao meio ambiente, é preciso que todos saibam que se trata de uma forma de agricultura extremamente nociva à pequena agricultura. Poucos sabiam disso. Agora, com a cobertura que a imprensa deu ao episódio, todos ficaram sabendo. Nisso consiste a desobediência civil. É selvagem porque a realidade é selvagem.

Minha segunda objeção a sua carta aberta se refere à falta de uma outra carta aberta: aquela que teria de ser enviada à Aracruz, reclamando da destruição da aldeia indígena dos guaranis no Estado do Espírito Santo e falando sobre a ameaça que representa atualmente a monocultura da celulose para os pequenos agricultores.

Essa forma de violência, sim, se volta contra a existência física das pessoas, na medida em que destrói o ambiente em que essas pequenas unidades familiares podem sobreviver. No entanto, isso se faz daquela forma disfarçada, asséptica, que o capitalismo usa para dar uma aparência de racionalidade à destruição dos grupos humanos que perturbam o “progresso”, o outro nome da sua fome insaciável de lucro e de acumulação de capital.

Prezado Eduardo, o MST vive uma hora difícilíssima, porque o governo depositário de suas esperanças não tem coragem de realizar a reforma agrária nem de enfrentar as forças políticas que tentam criminalizá-lo, como estamos vendo com a CPI da Terra.

Sei o quanto você já fez pelo movimento e sei também o apreço e o respeito que os sem-terra têm por você. Seu artigo, contudo, embora obviamente contra sua vontade, fornece munição aos adversários. Peço que o reconsidere e que venha somar conosco na defesa incondicional dos legítimos interesses dos trabalhadores rurais sem terra.

Por que não enviar uma carta aberta ao governo, a fim de exigir a publicação dos índices atualizados de produtividade da terra? Isso permitiria acelerar a reforma. Caso a reforma fosse acelerada – você o sabe tão bem quanto eu –, as pacíficas e extraordinárias mulheres do MST não seriam compelidas, como estão sendo a realizar gestos extremos a fim de chamar a atenção da sociedade para o drama que vivem há muito tempo.

*Plínio de Arruda Sampaio, 75, advogado, é Presidente da ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária) e diretor do **Correio da Cidadania**. Foi Deputado Federal pelo PT-SP (1985-91) e consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação).

Diálogo com Plínio de Arruda Sampaio

Jornal do Brasil — 26-3-2006

Eduardo M. Suplicy
Senador (PT-SP)

A iniciativa do Movimento das Mulheres Camponesas e da Via Campesina de destruir as mudas de eucaliptos nas instalações do laboratório da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul, no início de março, causou reações na opinião pública. Solidário ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra desde a sua fundação, em 1985, nas suas horas de dificuldade ou júbilo, transmiti a um dos seus coordenadores, João Pedro Stédile, meu sentimento

em uma carta aberta publicada no dia 17, na **Folha de S. Paulo**.

Como amigo da causa da reforma agrária e da realização de maior justiça no Brasil, escrevi que, na minha opinião, eles obtêm maior apoio do povo para a sua causa sempre que utilizam meios pacíficos, não violentos, de respeito aos seres humanos e ao que tiver sido construído honestamente por outros.

Compreendi que protestavam contra o modelo de agronegócio que hoje caracteriza grande parte da agricultura brasileira e, em especial, as florestas homogêneas de eucaliptos para a produção de celulose, que prejudicam a biodiversidade. As camponesas reagiam também à destruição da aldeia dos guaranis por tratores da Aracruz Celulose, no Espírito Santo. Foi também um ato de solidariedade aos índios guaranis.

Relembrei que em 1999 recomendei aos jovens do MST, quando lhes dei de presente a tradução que fiz de “Eu tenho um sonho”, a oração de Martin Luther King Jr. feita em 28 de agosto de 1963, perante mais de 200 mil pessoas em Washington. Preocupado com os movimentos dos que, pelas mais justas razões de revoltas, provocavam quebra-quebras e incêndios em diversas cidades norte-americanas, Luther King Jr. disse: “Esse não é o tempo de nos darmos ao luxo de nos acalmar ou de tomar a droga tranquilizadora do gradualismo (...). Agora é o momento de fazer da justiça uma realidade para todas as crianças de Deus. Seria fatal para a nação não perceber a urgência do momento.(...) Precisamos conduzir nossa luta no plano alto da dignidade e da disciplina. Não podemos deixar nosso protesto degenerar em violência física. Todas as vezes - e a cada vez -, precisamos alcançar as alturas majestosas de confrontar a força física com a força da alma”. Aquele movimento pacífico resultou na aprovação das leis dos Direitos Civis e dos Direitos Iguais de Votação nos Estados Unidos, ainda que também tenha provocado a tragédia do assassinato de Martin Luther King Jr., em 1968, quando ele ainda tinha apenas 39 anos.

Ponderei às mulheres da Via Campesina que elas terão maior sucesso se puderem sempre escolher formas criativas de protesto onde se utilizem muito mais da força da alma do que da força física.

Na última sexta-feira, Plínio de Arruda Sampaio publicou uma carta aberta muito amigável e sincera endereçada a mim, também na **Folha de S. Paulo**, onde

registra o seu temor de que a minha carta, ainda que involuntariamente, possa fornecer munição aos adversários. Relembrando as lições de Mahatma Ghandi e de Martin Luther King Jr., Plínio ressalta que “a desobediência civil é gesto extremo para despertar uma sociedade anestesiada, incapaz de ouvir os clamores do povo”. Argumenta que a ação das mulheres do MST, na Aracruz, se enquadra perfeitamente na tradição das lutas desses dois mártires dos oprimidos, pois elas praticaram um ato de desobediência civil, numa ação que desafia a lei, denuncia a omissão injusta sem que tenha havido agressão a pessoas.

O ato das mulheres de fato não se caracterizou por qualquer violência contra pessoas, o que considero positivo. Pode ter chamado a atenção, como gostariam, das consciências tranqüilas, como forma de fazê-las ver a responsabilidade que têm na manutenção de situações inaceitáveis, porém admitidas como normais.

Digo com toda a amizade ao Plínio e ao MST que foram muitas as pessoas que, como eu, são solidárias ao movimento e às suas causas, avaliaram que neste caso o MST foi um tanto além da conta. Estou de pleno acordo também com a necessidade de mostrar à Aracruz que sua ação no Espírito Santo contra a aldeia dos índios guaranis foi um ato condenável.

Somo minhas palavras ao apelo que faz Plínio de Arruda Sampaio, como Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), ao Governo do Presidente Lula sobre a importância de se atualizar os índices de produtividade da terra, que são de 1975, com o propósito de acelerar a reforma agrária. Houve um formidável aumento da produtividade da agricultura brasileira desde então, como, aliás, costuma saudar o Ministro Roberto Rodrigues, da Agricultura.

Em 1999, a Unicamp e a Embrapa, de maneira independente, prepararam novos índices e chegaram a resultados semelhantes. O Governo dispõe, desde então, dos estudos para regulamentar os novos patamares de produtividade das propriedades rurais.

A Constituição diz que a terra deve ser utilizada de maneira socialmente justa. Com razão os trabalhadores sem terra farão novas marchas, em 17 de abril, para lembrar as vítimas de Eldorado de Carajás e a necessidade de o Governo cumprir as metas de assentar 400 mil famílias nos quatro anos de mandato do Presidente Lula.

O grave problema agrícola

A agricultura brasileira está sofrendo mais uma crise, das tantas que se têm abatido sobre o setor nos últimos 20 anos, nos quais, quase que paradoxalmente, ela revelou um aumento de produtividade. Registramos na tabela Desempenho do Setor Agrícola a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas em milhões de toneladas.

Durante os 14 anos da tabela, o setor sofreu duros golpes que o submeteram a um processo competitivo mais intenso (corte de financiamento, eliminação dos subsídios e sujeição a câmbio controlado) e o levaram a sucessivos e cada vez mais imaginativos mecanismos de negociação de suas dívidas com o sistema bancário nacional. No fundo, esses mecanismos foram apenas uma forma de sobrevivência, mesmo para os produtores mais aptos. Eles nunca chegaram a resolver completamente o problema pela falta de correspondência entre o ativo e o passivo criados no setor no governo Collor e no Plano Real:

1. O ajuste de preços no Plano Real foi feito por uma diminuição do valor do patrimônio, com a rápida e profunda redução do valor da terra e da propriedade

2. Enquanto o ajuste das dívidas foi feito pelo seu valor nominal (sem abatimento), com juros e correção monetária, o que elevou de forma exagerada a relação Encargos da Dívida/Receita Anual, que não foi inteiramente corrigida nem mesmo com a ampliação dos prazos de endividamento.

De qualquer forma (mesmo feito a machado!), o ajuste aconteceu e obrigou o setor agrícola a se adaptar às condições de competição, com a criação de novas formas tecnológicas e aproveitando os progressos genéticos gerados na Embrapa. Mais recentemente, o impulso veio do programa do Moderfrota, que revolucionou a produção de máquinas agrícolas e provou que vantagens comparativas podem ser criadas com programas adequados. Graças às economias de escala, o Brasil tornou-se um importante exportador daqueles equipamentos, o que está agora em vias de liquidação pela insensata política de juros que praticamos desde 2004.

A estagnação da produção, durante o primeiro mandato da octetérde fernandista,

A supervalorização do câmbio tornou o real a commodity preferida na seara da especulação

revela o tremendo custo do ajuste e comprova o papel deletério que pode exercer a política de valorização cambial sustentada por altíssima taxa de juro real.

A safra 2005/2006, apesar das perdas produzidas pela estiagem (milho e soja, em Mato Grosso, Bahia e Minas Gerais), deverá ainda ser 10% maior que a anterior. Infelizmente, esse aumento será incapaz de compensar a queda da renda do setor, que foi produzida, basicamente, pela supervalorização do real, consequência da insensata política de juros reais escorchantes.

O paradoxal é que, graças à vigorosa resposta do setor agrícola, com o esforço produtivo para superar a crise, deveria mesmo haver uma valorização do real compatível com o equilíbrio da renda do setor. Mas a política monetária, permitindo a arbitragem entre os juros interno e externo, criou as condições para uma supervalorização do real, hoje a commodity preferida dos especuladores.

Para ter uma idéia do que a supervalorização do real causou em dois produtos, o milho e a soja, basta lembrar que, entre março de 2005 e março de 2006, os preços internos da soja caíram 26% e os do milho, 28%, sendo a causa principal a valorização do real em 23%. O setor pecuário também está sofrendo fortemente, com uma redução do preço da carne bovina da ordem de 30% e da carne suína, de 46%. O frango, ícone do real, anda hoje em torno de 96 centavos de real o quilo, com uma redução recente de 55%.

Não é à toa que um salário mínimo compra hoje o dobro do que comprava há três anos. E claro, entretanto, que isso excede muito os ganhos de produtividade que deveriam ser transferidos para os consumidores. A situação não é sustentável pela simples e boa razão de que a supervalorização do real não vai durar para sempre.

Dois subprodutos graves dessa valorização são: 1. A desorganização das finanças dos estados fortemente dependentes da produção agropecuária (Mato Grosso e Goiás, por exemplo), cuja receita própria se reduziu dramaticamente. 2. A dificuldade de pagamento do salário mínimo pelo setor, particularmente no Paraná, onde o mínimo regional será da ordem de 25% maior que o nacional. ■

DESEMPENHO DO SETOR AGRÍCOLA

Total			
Safra	Produção (A)	Área (B)	A/B
1992/93	68,25	35,62	1,92
1993/94	76,04	39,09	1,94
1994/95	81,06	38,54	2,10
1995/96	73,56	36,97	1,99
1996/97	78,43	36,57	2,14
1997/98	76,56	35,00	2,19
1998/99	82,44	35,90	2,23
1999/00	83,03	37,82	2,20
2000/01	100,77	37,85	2,65
2001/02	96,75	40,20	2,41
2002/03	123,17	43,95	2,80
2003/04	119,11	47,42	2,51
2004/05	112,86	48,88	2,31
2005/06	124,40	46,80	2,66

Área em milhões de hectares
Produção em milhões de toneladas
Fonte: Mapapecuária e Setor Grão

O vôo do falcão

Num depoimento exclusivo, Sérgio Fortalece único sobrevivente entre 17 meninos do tráfico, expõe o rosto da tragédia brasileira

ELIANE BRUM (TEXTO)
E MARCOS SERRA LIMA (FOTOS)

No princípio era Gênesis. O nome foi escolhido da mãe, a costureira Raimunda, testemunha-de-jeová. O pai, Sérgio, traficante, a enganou e impôs outro no cartório: o seu. Acrescentou, ainda, um Cláudio. Sérgio Cláudio nasceu de 7 meses "porque o pai era viciado", um menino minúsculo com orelhas enormes. Seu berço foi uma caixa de sapatos. Aos 10 anos, "entrou para o caminho errado" e ganhou um "vulgo": Fortalece. Foi seu segundo batismo. Sérgio Cláudio de Oliveira Teixeira, o Serginho Fortalece, ficou invisível por 21 anos. Emergiu há uma semana como o único sobrevivente do documentário *Falcão – Meninos do Tráfico*. Único vivo num grupo de 17 garotos, ele se tornou visível porque contrariou as estatísticas. A regra para adolescentes como ele é morrer – e não viver. Chocado, o Brasil discute essa sentença há 15 dias, desde que o filme foi exibido em três blocos no *Fantástico*, atingindo 54% de audiência.

Não que o país não estivesse cansado de saber. A diferença é que foi obrigado a ver. A rotina das favelas invadiu os lares da "pista" – nome dado pelos favelados do Rio de Janeiro aos que vivem no Brasil de lá, na cidade. E invadiu pela tela da TV Globo, líder de audiência, em horário nobre, na noite de domingo, logo depois do jantar, quando as famílias de classe média se reúnem. Foi impossível sair da poltrona. E não há como seguir de braços cruzados. No documentário, Serginho Fortalece aparece empunhando um fuzil e dizendo: "Meu sonho é conhecer um circo. Minha mãe prometeu me levar no do Beto Carreiro, mas ela morreu antes. Meu sonho é ser palhaço". O menino que sonhava ser palhaço, enquanto defendia a "firma" (boca de fumo) de arma na mão, descobriu-se depois, era o único

vivo. E, nessa "condição de vivo", Serginho Fortalece se tornou não apenas um símbolo, mas um incômodo. Sem tarja preta, sem anonimato, a tragédia brasileira agora tem rosto, nome e sobrenome. Ficou mais difícil ignorá-la.

Nas palavras do rapper MV – mensageiro da verdade – Bill: "Ele se tornou um ponto de luz. Ajudar esse maluco é transformá-lo num marco de possibilidades, provar que essa história pode ser virada. O que mais se viu pelo Brasil foram garotos com sonhos adiados. Realizar o sonho de um deles é mostrar a possibilidade de todos eles".

MV Bill e o empresário de hip-hop Celso Athayde, ambos da Cidade de Deus, favela carioca que ganhou fama com o filme de mesmo nome, do cineasta Fernando Meirelles, gravaram o documentário em periferias de todos os Estados brasileiros por oito anos. Não tiveram nenhum tipo de patrocínio, nem de governos nem de empresas. Venderam seus carros, uma casa e usaram o dinheiro de shows. Apanharam da polícia, foram presos, testemunharam seqüestros e execuções. Fizem um filme "de dentro". Pertencem ao mundo que escancararam.

"O que chamava a atenção não

eram as diferenças entre as regiões, mas as semelhanças. Podia mudar a arma, o fuzil ou a peixeira, e o sotaque, mas a história era a mesma", diz Bill. "O Rio virou modelo pelo destaque na mídia, porque muita celebridade vive nele. Então, tiroteio sem mortos em Ipanema tem mais destaque que uma chacina no Piauí. Mas o que existe são dois Brasis. E um deles está desgovernado, sem motorista e a mais de 200 por hora."

Serginho Fortalece afirma, recitando um bordão repetido à exaustão nas periferias: "Essa vida do crime só acaba em cadeia, cadeira de rodas ou cemitério". Ele está vivo porque, dos ►

**Ele começou
no tráfico aos
10 anos.
Ganhava
R\$ 350 para
vigiar a favela
18 horas
por dia**

SERGIO CLAUDIO Na escola da favela, antes de empunhar o primeiro fuzil

NO OUTRO LADO Agora é Sérgio que está com a câmera na mão. Tornou-se o novo ídolo das crianças das favelas. Recebe abraços e distribui autógrafos

três destinos, ficou com o primeiro. "Graças a Deus", diz. Foi preso em 2004 e condenado a cinco anos e quatro meses de detenção. "Rodei num 157 (*artigo do Código Penal que se refere a roubo*). Eu e mais um amigo tínhamos ido na praia. Tava voltando, ele viu um playboyzinho saindo do shopping com celular e carteira. Quando ele quindou o cara, eu peguei o celular e a carteira, mas a polícia já tava lá." A avó morreu - "de tristeza" - uma semana depois da prisão do neto preferido. Antes da exibição de *Falcão*, Portalece subiu até o alto da "comarca" (beliche de pedra), de onde se vislumbra uma fatia do morro, e rezou: "Deus, se tu é comigo mesmo, vai me tirar dessa solidão".

Na quarta-feira passada, deixou o Complexo Penitenciário de Gericinó (ex-Bangu), onde cumpria pena havia um ano e sete meses. Em regime aberto, passou a dormir na Casa de Albergado Crispim Ventino, no Rio, e a trabalhar na Central Única das Favelas (Cufa) durante o dia. Sua nova arma é a câmera que aprende a usar com o cinegrafista do documentário, Felha. Quando a Justiça permitir, Serginho vai se mudar para Santa Catarina e fazer curso de palhaço no circo de Beto Carneiro. Na primeira incursão ao centro, em companhia de MV Bill, foi parado e abraçado no Largo da Carioca. Deu autógrafos: "Fortalece um beijo em teu coração". Do ônibus, as pessoas gritam: "Quero te ver no circo!". Dona Sueli, da Ci-

dade de Deus, diz que vai botar seu autógrafo com o do jogador Ronaldo. Felipe, de 4 anos, e Milene, de 7, crianças da favela, afirmam: "Quando a gente crescer, vai ser palhaço que nem o Portalece".

Não é pouca a novidade. Não muito longe dali, na mesma favela ou em outra, as crianças não brincam de circo. Jogam "boquinha". Funciona assim, na transcrição literal do documentário. Um dos garotos explica a MV Bill e Celso Athayde: "A brincadeira que nós brinca todo dia, Mano, tem várias armas. Nós pega alcapito e fala que é maconha. Moleque vai compra baguinho e diz que é pó". Começa então o jogo. São várias crianças. Parecem ter entre 7 e 10 anos. Começam oferecendo o produto da "firma":

- Pô de 10, pô de 10, vem cheirar, essa é da boa.

Depois brincam de subornar a polícia.

- Tu fala pra aquele tenente lá, daquele batalhão lá, que nós vai furar (*balear*) eles mesmo. Só 3 mil do arrego (*suborno*). Se quiser mais que isso, pode mandar entrar na favela que nós vai metê bala neles.

O passo seguinte é a descoberta de um X-9 (delator).

- Enheguei vocês - diz um menino, voz excitada.

- Bota fogo nele, meu, cadê os pneus?

- Não, pelo amor de Deus - grita o que faz o papel de X-9.

Vamos desovar (*livrar-se do corpo*) aqui mesmo. Embora, mano.

Muitos gritos. O X-9 está deitado em um buraco. Os amiguinhos enchem-no de balas. De brincadeira.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Vou passar a Presidência dos trabalhos à Senadora Ana Júlia Carepa, para que eu possa usar da palavra. (Pausa.)

O Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos, por cinco minutos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Nobre Srª Presidente Ana Júlia Carepa, Srªs e Srs Senadores, telespectadores da TV Senado que assistem aos trabalhos desta Casa, saúdo os populares que prestigiam, das galerias, os Senadores que hoje estão aqui cumprindo sua obrigação de representar o povo de seu Estado – no meu caso, o querido Estado do Tocantins, o mais jovem Estado da Federação.

Trago à tribuna desta Casa um assunto que está sendo por demais discutido no Estado do Tocantins e que envolve a gloriosa corporação da Polícia Militar do nosso Estado.

Preciso deixar claro, Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o papel e a postura que adotou o Governo do Estado do Tocantins em relação aos direitos reclamados pela Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Estado do Tocantins, que, depois de uma árdua luta, conquistou no STJ, Superior Tribunal de Justiça, uma decisão, no Recurso Especial nº 137.884, que transitou em julgado, reconhecendo benefícios que atingiriam seis mil integrantes da corporação. Quando digo seis mil, estão aí incluídos pensionistas e outras pessoas envolvidas no direito a essa justa reivindicação.

Ora, Sr. Presidente, uma decisão tomada pelo STJ, a última instância a proferir decisão em uma ação dessa natureza, teria de ter o seu cumprimento imediato pelo Tribunal de Justiça do Estado. E foi assim

que procedeu a então Presidente em exercício, Dr^a Jacqueline Adorno, que meramente mandou executar a sentença transitada em julgado do STJ. Acolhendo a decisão terminativa do STJ, a então Vice-Presidente no exercício da Presidência determinou que se cumprisse a decisão do STJ.

Após essa decisão, o Estado do Tocantins entrou com um agravo regimental, e a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado – não mais a Vice-Presidente, Dr^a Jacqueline, mas a Dr^a Dalva Magalhães – decide reformar a decisão já adotada na execução da sentença e acaba mudando o mérito da decisão do STJ.

Isso, Senador Eduardo Suplicy, fez com que uma decisão que iria abranger o direito de mais de seis mil integrantes – incluídos pensionistas e outros beneficiados, todos integrantes da corporação da Polícia Militar do Estado do Tocantins – se restringisse a apenas 183 integrantes!

Isso é muito grave, Senador Eduardo Suplicy. E ainda se torna ainda mais revoltante para os integrantes da Polícia Militar o fato de o Estado estar-se escondendo, afirmando que isso é uma decisão da Presidência do Tribunal de Justiça do nosso Estado e que ele tem apenas de cumprir.

Mas por que a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado – e aqui externo o meu respeito à Dr^a Dalva Magalhães – fez isso, se quem interpôs um agravo regimental para questionar, para fustigar uma decisão transitada em julgado do STJ foi o próprio Estado? No meu entendimento, apesar de não ser advogado, creio que, uma vez transitada em julgado uma decisão do STJ, caberia à Presidente manter a decisão da então Vice-Presidente no exercício da Presidência e apenas executar a sentença. Mas não, ela transformou, ela inovou, ela alterou uma decisão adotada pelo STJ.

E o que faz o Estado do Tocantins agora, ao ver a revolta da tropa? Hoje, está percorrendo o Estado do Tocantins um Deputado que se elegeu para representar os policiais militares, e temos de respeitar a decisão da população que elegeu um representante, mas que deveria estar lá para representar efetivamente esse direito. No entanto, ele está num avião, com autorização dos comandos e de todos os batalhões da Polícia Militar do Estado do Tocantins, tentando convencer a tropa de que isso teria sido um pedido de outra pessoa do Governo passado, de alguém que está fora do poder, o ex-Governador José Wilson Siqueira Campos.

Estão dizendo isso aos policiais militares, tendo sido eles, do Governo atual, que entraram com o agravo regimental que acabou provocando na Presidente a alteração e a reformulação daquilo que o STJ já havia decidido.

É tão fácil entender o que aconteceu como é fácil entender o que está acontecendo no Estado do Tocantins. Quando perdemos os cento e tantos médicos cubanos – e já tivemos mais de 200 – que trabalhavam no nosso Estado, havia uma contenda sobre o reconhecimento de diplomas por parte do Conselho Regional de Medicina, que estava cumprindo o seu papel. Mas há o interesse público em atender a localidades sem médicos. Já naquela oportunidade, ficou clara a ação do Estado. Ao sairmos do Governo, havia médicos pelas cidades do interior. Não havia um Município sequer sem médico. Eram médicos de Cuba, um país que tem uma taxa de mortalidade infantil mais baixa do que a de certos Estados dos Estados Unidos da América do Norte. Isso serviu em muito à população do Estado do Tocantins. Mas, quando ocorreu essa decisão, o Estado não recorreu dela, cruzou os braços, e Fidel Castro mandou um avião para buscar esses médicos, que serviram ao Tocantins por mais de oito anos. Nessa hora, o Estado cruzou os braços. E, na hora do benefício dos policiais militares, ele entra com agravo regimental. Depois, se esconde, mente e paga um avião para disseminar pelo Estado que o Governo não tem culpa e que é uma decisão judicial.

O que fez novamente a Associação que representa os policiais militares? Ingressou com uma reclamação, porque não há outro instrumento. Reclamar de uma decisão do Tribunal de Justiça que reformou uma decisão terminativa de uma corte superior, que é o STJ.

E, ainda, se esconde atrás do sofisma claro de um Governador que se apresenta como humano. É humano perder todos os médicos que foram embora? É humano sabermos que, hoje, no Tocantins – e tenho aqui portarias dos hospitais – foram suspensas cirurgias eletivas por falta de médicos, de antibióticos, de luvas, de anestésicos? Assim estão vivendo os hospitais do nosso Estado.

E ele se diz humano e democrático!

Sr^a Presidente, o **Diário Oficial** do Estado do Tocantins traz, nos meses de janeiro, fevereiro e março, a contratação de 400, 600 e 800, num total de 1800 empregados em cargos comissionados, todos eles ex-prefeitos, ex-vereadores, ex-primeiras-damas, ex-candidatos a vereador, contratados para estarem à disposição da Secretaria de Governo num prédio em que não cabem mais do que cem pessoas.

Então, em pleno ano eleitoral, o Governo contratou – só este ano – 1800 funcionários que são, na verdade, gafanhotos, que não vão trabalhar em lugar nenhum, que não têm lugar para bater ponto e nenhuma cadeira para se sentar. Mas, nessa hora, o Governo moderno, democrático, humano, contrata cabos eleitorais para

fazer a sua campanha. E, na hora de cumprir a determinação dos benefícios em decisão prolatada e proferida pelo STJ, ele recorre e, depois, se esconde.

Este é o Governo democrático, que trocou todas as diretoras de escola, que está transferindo funcionários, que persegue prefeitos e, ainda, que avoca para si a condição de Governo democrático, de Governo humano, que deixa, sem cirurgias eletivas, nos hospitais de referência do Estado, milhares de pacientes.

Humano, democrático e moderno! Moderno em quê? Na velha prática de perseguir funcionários? De contratar milhares de servidores? Tenho absoluta convicção de que o Ministério Público Eleitoral e até este movimento bonito, que começou ontem, da CNBB, juntamente com OAB, acolherão. Ficarão claros para a população os absurdos que estão sendo cometidos.

Portanto, quero esclarecer aqui à gloriosa Polícia Militar do Estado de Tocantins: um governante deve ter a coragem de assumir os próprios atos, e não de se esconder deles, agindo na calada da noite e, depois, disseminando mentiras para a população do meu Estado. Mas tenho certeza de que, tendo sido esta uma decisão do STJ, o próprio STJ há de acolher a reclamação e há de reconhecer o direito dos policiais militares. A verdade prevalecerá, Sr^a Presidente.

(Interrupção do som.)

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Júlia Carepa. Vou assumir a Presidência para que V. Ex^a faça o seu pronunciamento.

Quero aqui reafirmar a minha indignação contra alguns fatos que estão ocorrendo no meu Estado.

Para finalizar, Senadora Ana Júlia Carepa, deixe um requerimento sobre a mesa com relação ao passamento da progenitora do meu admirado e querido amigo, o meu Líder, Senador Arthur Virgílio. Sei que todos os Senadores compareceram aos funerais. Não estou lá para dar um abraço no Senador Arthur Virgílio porque tenho uma audiência no Poder Judiciário, mas acompanho o caso de sua mãe há muitos anos. Sou solidário com a dor e com o sofrimento dele.

Portanto, quero estender ao Plenário, como outros Senadores o fizeram, esse requerimento que apresento de condolências pelos funerais da mãe do grande Líder desta Casa e do meu Partido, Senador Arthur Virgílio.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 380, DE 2006

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, sejam aprovadas as seguintes homenagens pelo falecimento, no último dia 4, ontem, da Senhora Isabel Victória de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, cujos funerais ocorrerão hoje, às 16 horas, no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro:

- a) inserção em Ata de voto de profundo pesar;
- b) apresentação de condolências à família.

Sala das sessões, 5 de abril de 2006. – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos para encaminhar o requerimento.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr^a Senadora Ana Júlia Carepa, tive oportunidade, por duas vezes, de representar o meu Estado como Deputado Federal; tive oportunidade de ser Prefeito da Capital e, posteriormente, cheguei a esta Casa, onde estou terminando os oito anos de mandato com que o povo do Tocantins me honrou, enviando-me para cá com 74,6%, em vaga única, numa disputa em 1998.

Tive o prazer de conhecer Arthur Virgílio Neto. Nós, que convivemos nesta Casa tão pequena, Senadora Ana Júlia Carepa, temos a oportunidade de conhecer as famílias, os filhos uns dos outros – a minha filha mais velha completa, este ano, 25 anos de idade.

Tendo chegado a esta Casa, após as eleições de 2002, eleito pelo Estado do Amazonas, e depois de ter sido Ministro e Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso, expresso a este Plenário que o Senador Arthur Virgílio tem uma das biografias mais completas da história da política brasileira, ainda que relativamente jovem, porque ele trouxe do seu pai, também parlamentar, cassado e perseguido, entre suas características, uma oratória extraordinária, uma capacidade de expressão inigualável, acompanhada de um conteúdo extraordinário, de quem é advogado, de quem é diplomata de carreira, de quem tem um profundo conhecimento da coisa pública – ele foi um grande Prefeito de Manaus e também é um grande Parlamentar nesta Casa.

Convivendo com Arthur Virgílio, com seus filhos, com suas filhas, com sua esposa, eu soube, já há alguns anos, que sua mãe, Dona Izabel Victoria de Mattos Pereira do Carmo Ribeiro, cujos funerais estão ocorrendo agora, às 16 horas, era portadora do

mal de Alzheimer. Por muitas vezes, Senadora Ana Júlia, Arthur Virgílio deixou este Plenário, dizendo: “Siqueira, mais uma vez minha mãe está numa terapia intensiva, e isso vem ocorrendo há mais de cinco anos”. A doença se arrastou ao longo de oito anos. Pude acompanhar de perto a dor desse nosso amigo, desse nosso irmão.

Quero registrar neste plenário o orgulho que, naturalmente, o Senador Arthur Virgílio deve ter da vida do seu pai. Agora, com a perda de sua mãe, que ele seja protegido e iluminado por Deus. Tenho certeza de que ele não perderá um só milímetro da sua tenacidade, da sua coragem, da sua verve, da sua competência. Que isso não o abata...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO) – ... e que, nesta hora, Sr^a Presidente, não haja barreiras partidárias. O sentimento é suprapartidário. Tenho certeza de que o mais apaixonado Líder do Partido dos Trabalhadores, os demais Líderes desta Casa, seus colegas, enfim, não há entre nenhum de nós aquele que não esteja sentindo a dor de Arthur Virgílio e que não lhe seja solidário.

Portanto, aqui, de longe, meu irmão Arthur Virgílio, sem poder estar ao seu lado, aí, no Rio de Janeiro, guarde de mim essas palavras, que saem do meu coração. Aliás, isso me lembra, Senadora Ana Júlia Carepa, o que está nos “Salmos” – se eu não estiver errado, no de nº 14 –, em que o salmista pergunta: “Ó, Senhor, quem habitará no teu tabernáculo? Quem baixará no teu santo monte?” E Ele responde, dizendo: “Aquele que viver na justiça e na dignidade e que, quando se expressar, trazer as palavras que saem do seu coração”.

É tão-somente o que faço hoje para o Senador Arthur Virgílio: trago as palavras do meu coração em relação à sua dor e a esse momento difícil da sua vida.

Agradeço a V. Ex^a a tolerância.

Assumirei a Presidência para ouvir o seu pronunciamento.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Eu que lhe agradeço, Senador Eduardo Siqueira Campos.

Desta Presidência, faço minhas as suas palavras. Tive oportunidade de falar ao telefone ontem com o Senador Arthur Virgílio.

Sou Senadora do PT e conheço o Senador. Fui Deputada na mesma época que ele. Inclusive, éramos vizinhos de gabinete. Ele era Líder do Governo Fernando Henrique, e eu, Oposição ferrenha, nos anos de 1995 e 1996, já que, em 1997, fui eleita Vice-Prefeita de

Belém. Desde essa época, construí uma amizade com o Senador Arthur Virgílio, meu colega nesta Casa.

Em 1995, ainda era Deputado, o Senador ficou hospedado na casa dos meus pais para assistir ao Círio de Nazaré.

Quero também me solidarizar com S. Ex^a. Já o fiz por telefone.

Não pude ir ao Rio de Janeiro, Senador Arthur Virgílio, por causa da votação do relatório, que ocorrerá daqui a poucas horas, mas receba o meu abraço e a minha solidariedade. Espero que se chegue a um consenso na CPMI dos Correios.

Agora, o Senador Eduardo Siqueira Campos assumirá a Presidência para que eu também possa usar da palavra.

A Sra. Ana Júlia Carepa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Siqueira Campos, 4º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa por cinco minutos.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar as pessoas que estão no plenário, as que nos assistem e as que nos ouvem, em especial o povo do Pará.

É interessante como algumas pessoas conseguem ter dois pesos e duas medidas para situações absolutamente similares.

Ontem, neste plenário, foi criticada a ação da Polícia Federal, que cumpriu, na terça-feira, dia 04, um mandado de busca e apreensão no Hospital Abelardo Santos, instituição estadual localizada em Icoaraci, distrito do Município de Belém. Icoaraci é Belém, capital do Pará. Esse mandado foi assinado pelo Juiz Rubens Rollo, da 3ª Vara Federal.

Existe uma denúncia, no Ministério Público Federal, em que o hospital é acusado de pagamento indevido de plantões com verba do Sistema Único de Saúde, SUS. Assim, a Polícia Federal cumpriu ordem judicial a pedido do Ministério Público Federal, determinada por um juiz federal – e quem conhece o Dr. Rubens Rollo sabe ser ele um dos juizes mais sérios e honrados, que, com certeza, orgulha o povo do Pará e a Justiça Federal.

Portanto, o fato denunciado de desvio de verbas do SUS ocorreu entre 1999 e 2000 e ninguém foi preso nessa operação. A única coisa que aconteceu foi que a Polícia Federal cumpriu o mandado judicial de apreender documentos, até porque, pelas investigações, não se sabe quantas pessoas foram beneficiadas com esse pagamento indevido, nem qual o montante do di-

neiro envolvido. Segundo as palavras do Delegado Caio Bezerra, “a investigação ainda está em curso, mas podemos adiantar que pelo menos 40% desses plantões nunca existiram.”. Também há informações de que teriam sido pagos funcionários que sequer são da área de saúde.

É estranho que não se faça uma crítica, com a mesma ênfase, em relação ao que aconteceu no Estado do Pará no dia 27 de março de 2006, quando a Polícia Militar do Estado, cumprindo também ordem judicial do Juiz da Vara Agrária de Marabá, despejou famílias de trabalhadores rurais a pedido do Grupo Quagliato. A diferença é que a liminar concedida era para a Fazenda Rio Vermelho, que fica a 13km da área onde os trabalhadores estavam acampados.

Foram duas ordens judiciais. Uma delas foi cumprida de forma correta, para apreensão de documentação num hospital que está sendo investigado por pagamento indevido de recursos do Sistema Único de Saúde. A ordem foi do Ministério Público Federal, a Polícia Federal cumpriu o mandado e não prendeu ninguém, apenas apreendeu os documentos.

Às vésperas dos 10 anos do massacre de Eldorado dos Carajás, em que 19 trabalhadores rurais foram assassinados a mando do Governo do Estado, a Polícia Militar mais uma vez cumpre um mandado judicial em área indevida, pois os acampados não estavam em uma propriedade privada, mas numa área da União. O Incra constatou que as áreas são totalmente diferentes e tanto o oficial de Justiça como o aparato militar do Estado não verificaram os limites da fazenda Rio Vermelho.

As entidades alegam que a área onde estavam assentados os trabalhadores é da União, portanto, o Grupo Quagliato quer-se apropriar ilegalmente dessa área – aliás, como muitos no Estado do Pará, que são grileiros de áreas públicas.

As medidas têm suas similaridades. Ambas tiveram ordens judiciais, contudo existe uma diferença gritante. No segundo caso, a ação da Polícia Militar do Estado cumpriu, de forma ilegal e arbitrária, a ordem, retirando os trabalhadores de uma área que não era da Fazenda Rio Vermelho e, sim, um local público, da União, localizado a 13km. Treze quilômetros não são 13m, são 13km. Não dá para se equivocar.

Portanto, enquanto a ação da Polícia Federal cumpriu devidamente a ordem judicial dentro de um hospital que está sendo investigado, baseada em denúncia do Ministério Público acatada pelo Poder Judiciário, mais uma vez, o aparato do Estado do Pará foi colocado a serviço de fazendeiros como esses, do Grupo Quagliato, que agiu com má-fé na Justiça.

O juiz da Vara Agrária que deferiu a liminar poderia ter descoberto a manobra caso tivesse seguido o Código de Processo Civil no seu art. 928, onde as partes podem intervir, e tivesse feito uma audiência de justificação prévia.

Hoje, o Senador Suplicy citou que a orientação do presidente nacional do Incra, que veio a esta Casa atendendo convite da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, é de que, antes de qualquer mandado judicial ser cumprido, chamem-se as partes. S. Ex^a exemplificou que onde isso está acontecendo, 90% dos casos estão sendo resolvidos por meio do diálogo. Mas não foi esse o caso. Infelizmente, o juiz não ouviu, deferiu a liminar sem ter feito a audiência e o oficial de Justiça deu cumprimento ao mandado do juiz, com o apoio de mais de 200 policiais.

Ora, após uma semana do despejo ilegal, com mais de 200 homens aparelhados inclusive com helicóptero, por determinação do Governador do PSDB, que tristemente já governa aquele Estado há mais de 11 anos, e do Secretário de Defesa Social, Manoel Santino – que, apesar do nome do cargo, parece mais um “secretário de ataque”, principalmente aos excluídos da sociedade –, esses policiais continuam a serviço do Grupo Quagliato, protegendo suas fazendas. Enquanto isso, a população do sul e sudeste do Pará continua sofrendo com assalto nas estradas, nas ruas, nas residências, a comerciantes e a bancos, inclusive com assassinatos. A sociedade não tem segurança.

Esse grupo por três vezes já foi condenado por trabalho escravo, mas a Polícia o está protegendo. A Polícia não está indo atrás do Adilson Laranjeira Carvalho e do Vantuir Gonçalves de Paula. Sabem quem são? Mandantes do assassinato de João Canuto em 1980. O último recurso foi derrubado. Eles foram condenados em 24 de maio de 2003 e fugiram. O último recurso foi derrubado, agora, acerca de um mês. E a Polícia Militar do Estado do Pará está lá defendendo a fazenda do empresário. Como sempre, aliás, porque aquele Governo tem lado – o lado daqueles que praticam o trabalho escravo, o lado dos grileiros de terra, o lado dos que praticam o desmatamento ilegal. É esse o lado do Governo do Estado do Pará, infelizmente, do Governo do PSDB junto com o PFL.

Portanto, quero dizer que deveriam estar atrás do Adilson Laranjeira e do Vantuir Gonçalves de Paula que são os mandantes do assassinato do João Canuto, cuja viúva nós homenageamos nesta Casa, pelo 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Aquela mulher franzina recebeu o prêmio pela sua coragem e pela sua dedicação, porque, mesmo depois de ter

o seu esposo assassinado, covardemente, em 1980, cinco anos depois, três filhos seus foram seqüestrados e dois foram assassinados; um conseguiu sobreviver porque se fingiu de morto. E, mesmo assim, D^a Geraldina, viúva de João Canuto, homenageada com o Prêmio Bertha Lutz, continuou na luta e incentivou seu filho, que inclusive foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria.

Isso mostra, Srs. Senadores, aqueles que nos ouvem e que nos assistem, dois pesos e duas medidas. O protesto contra uma medida judicial que estava sendo cumprida pela Polícia Federal, um mandado judicial correto, mas a omissão, o silêncio total quando se trata de ações cumpridas de forma ilegal, mandados judiciais cumpridos de forma ilegal, com todo o aparato do Estado, com 200 policiais, que ficam na fazenda protegendo esse grupo que já foi flagrado três vezes praticando trabalho análogo ao trabalho escravo. É esse o retrato do PSDB, onde ele governa e onde ele faz oposição; são dois pesos e duas medidas. É isso que a sociedade não quer mais.

Portanto, vou mandar, como já estou mandando, para o Ministério Público, para o Incra, hoje já entreguei na mão do Presidente do incra, solicitando que aquele órgão acompanhasse mais de perto esses despejos, vou mandar ao governo do Estado, ao Secretário de Defesa Social, mas confesso que estou cansada; estou com pilhas de ofícios que envio e nada acontece, a não ser mais violência contra os trabalhadores.

Infelizmente, este é o meu protesto e esta é a denúncia que faço ao País inteiro.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Os Srs. Senadores Eduardo Azeredo, Leonel Pavan, Arthur Virgílio, Juvêncio da Fonseca, Alvaro Dias, Papaléo Paes, Sérgio Guerra, Luiz Pontes, João Batista Motta, Flexa Ribeiro e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje a esta tribuna para registrar artigo de Cláudio de Moura e Castro, publicado na revista **Veja**, edição nº 1949, de 29/03/2006. O artigo, intitulado “Em se plantando tudo dá”, ressalta experiências positivas em educação, implantadas nos Estados do Acre e Sergipe, tendo como exemplo o modelo vigente em Minas Gerais desde a década de 90.

No Acre, diz o articulista, o Governo reduziu a burocracia e focalizou as atenções na construção de novas escolas. Além disso, criou o Poranga, programa inovador para alunos repetentes. Como conseqüência, as matrículas cresceram e o Estado saiu das últimas posições no ranking do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb).

Já em Sergipe, o Governador iniciou dois programas em parceria com o Instituto Airton Senna, experimentando novo método de alfabetização. Há também um sistema de avaliação para professores, e os melhores colocados são recompensados.

“Tais avanços confirmam os registrados em Minas Gerais, na década de 90, onde se originaram algumas das idéias adotadas pelo Acre e Sergipe. Por exemplo, dinheiro para as escolas, redução severa da burocracia central e um sistema pioneiro de avaliação”, diz o artigo. Por fim, Moura e Castro informa que, nas avaliações do Saeb, após oito anos, Minas saltou da nona para a primeira colocação. “Aí está a prova eloqüente de que é possível melhorar a nossa educação”, conclui.

Registro também a minha satisfação, como ex-governador de Minas, entre 1995 e 1998, com os resultados obtidos pelo meu Estado na área da educação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como segundo assunto gostaria de fazer o registro do artigo intitulado “TV digital: europeus entregam oferta”, publicado no jornal **O Globo** na sua edição de 25 de março do corrente.

O artigo destaca que a Unia Européia (EU) e a Coalizão DVB (Philips, Siemens, Thomson, Rohde&Schwarz e Nokia e ST Microelectronics) entregaram ao governo brasileiro o que chamaram de ampla oferta para a implantação de uma indústria de semicondutores no País. Os investimentos necessários e o porte da fábrica, a parte concreta de uma oferta, foram mantidos sob sigilo. Apenas uma carta de intenções (com quatro passos a serem seguidos antes de ser batido o martelo sobre a viabilidade da unidade) foi divulgada. A oferta, porém, está condicionada a que o Brasil adote o padrão europeu de tevê digital.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado da República, requeiro que os artigos acima citados passem a integrar este pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Em se plantando dá

Ante o atraso enorme da educação brasileira, somos soterrados pelo pessimismo, sobretudo ao notar que as lideranças nacionais não têm sequer a consciência do problema. Nessas horas, é bom lembrar que vivemos em um país federativo, onde há um bom naco de responsabilidade na mão dos estados. E, se prestarmos atenção, alguns levaram a sério a decisão de tirar o atraso. Vejamos o exemplo de dois estados pouco lembrados: Acre e Sergipe.

No Acre, completam a segunda gestão um governador e um vice que puseram a educação no primeiro plano. Encontraram um estado conflagrado e com suas escolas degradadas. A primeira providência que tomaram foi melhorar a gestão e reduzir uma burocracia central inchada, emagrecendo-a de 1 200 para 400 funcionários. Em seguida, as atenções focalizaram a construção e a reforma das escolas. Escola bonita e cores alegres fazem subir o astral de todos. Recentemente, a escolha de diretores passou a ser feita em duas etapas: concurso e eleição.

Para os alunos repetentes, foi criado o Poronga, um programa inovador, utilizando a experiência e os materiais do Telecurso 2000. À medida que mais alunos de escolas públicas chegavam ao fim do ensino médio, o governo fez um acerto com a universidade federal, pelo qual o estado financia a expansão da sua rede em outras cidades.

Os resultados estão aí. A matrícula cresceu, tirando o estado da rabeira. Melhor ainda, os escores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) mostram expressivo aumento na pontuação em português (matemática ainda é um problema).

Faz poucos anos, Sergipe resolveu cuidar seriamente de seu ensino. O governador define a educação como sua prioridade. Iniciou dois programas com o Instituto Ayrton Senna, experimenta um novo método de alfabetização infantil e está implantando as fórmulas gerenciais do professor Vicente Falconi Campos.

As avaliações mostram quais são os professores com melhor desempenho, para recompensá-los com prêmios e um subsídio para que comprem o próprio computador.

Algumas escolas estão sendo convertidas em estabelecimentos-modelo, começando a receber estudantes selecionados por seu talento. Foram criados pré-vestibulares gratuitos para alunos da escola pública e são oferecidos prêmios aos mais bem colocados na universidade federal. Ainda é cedo para os resultados aparecerem no Saeb e no censo escolar. Mas, se o estado persistir nessa linha, é inevitável que os resultados sejam visíveis em breve.

Tais avanços confirmam os registrados em Minas Gerais, na década de 90, onde se originaram algumas das idéias adotadas pelo Acre e por Sergipe. Por exemplo, dinheiro para as escolas, redução severa da burocracia central e um sistema pioneiro de avaliação, de todas as escolas. Os diretores passaram a ser escolhidos por concurso seguido de eleição dentre os mais bem colocados. A fórmula mostrou resultados excepcionais. Nas avaliações do Saeb, após oito anos, Minas saltou da nona para a primeira colocação.

Esses três exemplos têm muitos traços comuns. O primeiro e mais decisivo é o comprometimento do governador e de sua equipe próxima. A educação melhora somente quando se torna o centro de gravidade do governo, e assim persiste por vários anos. Competência e pragmatismo são tudo. Partido não interessa.

A burocracia das secretarias precisa ser domada, pois é foco crônico de fisiologismo, reduz a capacidade do estado de oferecer educação de qualidade e sangra os orçamentos. As intervenções são poucas, cuidadosamente escolhidas e implementadas seriamente. É preciso que as ações mirem naquilo que aperfeiçoa a sala de aula. Mil penduricalhos e programinhas não resultam em nada.

Finalmente, todos tiveram uma pontaria certa para identificar e atrair as melhores cabeças do país, a fim de ajudar na concepção e na execução dos planos. Igualmente, são importados os programas mais inteligentes e eficazes, vários deles iniciativas da responsabilidade social de empresas. Os resultados tardam pouco. Se dois estados de pouca tradição prévia na área estão acertando, aí está a prova eloquente de que é possível melhorar a nossa educação.

“A educação melhora somente quando se torna o centro de gravidade do governo, e assim persiste por vários anos. Competência e pragmatismo são tudo. Partido não interessa”

TV digital: europeus entregam oferta

UE e empresas não divulgam investimento em fábrica de semicondutores

Mônica Tavares

• BRASÍLIA. A União Européia (UE) e a Coalizão DVB (Philips, Siemens, Thomson, Rohde&Schwarz e Nokia e ST Microelectronics) entregaram ao governo brasileiro o que chamaram de ampla oferta para a implantação de uma indústria de semicondutores no país. Os investimentos necessários e o porte da fábrica, a parte concreta de uma oferta, foram mantidos sob sigilo. Apenas uma carta de intenções — com quatro passos a serem seguidos antes de ser batido o martelo sobre a viabilidade da unidade — foi divulgada. A oferta, porém, está condicionada a que o Brasil adote o padrão europeu de TV digital.

Segundo o embaixador da UE no Brasil, João Pacheco, parte do documento foi considerada confidencial porque, ao trazer projeções de pos-

síveis investimentos das multinacionais da coalizão, torna públicas informações estratégicas das companhias. O embaixador confirmou ainda que pelo menos duas das principais companhias que fabricam semicondutores no mundo, a STM e a Philips, têm disposição de montar a fábrica no Brasil:

— Mas para fazer uma fábrica precisam cumprir um certo número de etapas. E o que foi feito na carta foi dizer quais eram as etapas.

Empresas podem comprar produção do Brasil

Quanto à possibilidade de os estudos mostrarem que não é viável implantar a fábrica no Brasil, o embaixador preferiu não se pronunciar. Mas acenou com a perspectiva de o Brasil ter mercado garantido para seus produtos:

— Não só as empresas estão dispostas a criar a inteligência,

o conhecimento aqui no Brasil e desenvolver isso, como também estão dispostas a comprar a produção (dessas possíveis fábricas) do Brasil.

Ao ser perguntado se a proposta da UE tinha algum compromisso concreto sobre a fábrica, Pacheco disse que essa parte é confidencial.

O projeto da UE e da Coalizão prevê quatro etapas: a primeira é de preparação de mão-de-obra especializada; a segunda, de análise da viabilidade da fábrica; outra, de preparação das condições de infra-estrutura no país; e a última, de implantação das unidades produtoras.

Segundo Pacheco, pode começar imediatamente a primeira etapa, que é a de ajudar a criar um conhecimento próprio do Brasil nos centros de tecnologia e design. Os estudos de viabilidade podem começar ao mesmo tempo, se houver interesse do Brasil. Para a instalação das unidades é que é preciso ver se há viabilidade econômica.

Pacheco comentou o anúncio publicado na quinta-feira pelas emissoras de TV, na qual elas defendem uma televisão aberta e gratuita para o Brasil:

— Com o sistema europeu, podem não só ter uma televisão aberta e gratuita para o povo, mas podem ter uma televisão digital que chega a mais lares e que não chegue só aos que têm grande poder de compra. Uma televisão digital no sistema europeu é mais barata pela economia de escala. Com o sistema europeu seria possível, com o japonês, não.

A UE e as empresas também convidaram o governo a visitar as indústrias na Europa, depois que o ministro das Comunicações, Hélio Costa, anunciou que uma comitiva de ministros visitará a Coreia e o Japão. ■

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar as matérias intituladas “Sou criticado porque gasto com pobres” e “ONG pede investigação de cadastros”, publicadas no jornal **O Globo** do dia 22 de março do corrente.

A primeira matéria, de autoria de Heliana Frazão e Leticia Lins, destaca a viagem do Presidente Lula em clima de campanha a quatro municípios da Bahia, onde declarou: “Hoje não estou bem, a situação está má.” Comparou este momento de crise às dificuldades enfrentadas pelo presidente Juscelino Kubitschek ao construir Brasília.

A segunda matéria, de autoria de Guilherme Farias, trata do pedido da ONG Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, pela abertura de inquérito civil para investigar irregularidades em programas

federais e estaduais de transferência de renda para a população carente. Segundo levantamento da ONG, diariamente são recebidas denúncias sobre famílias beneficiadas indevidamente. Baseado em dados do Governo Federal e de oito Estados, mais de 19 milhões de famílias são beneficiadas por estes programas, embora o IBGE calcule em 11 milhões o número de famílias em situação de pobreza.

Por fim, Sr. Presidente, venho requerer que as referidas matérias passem a integrar este pronunciamento, a fim de que constem dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Sou criticado porque gasto com pobres’

Lula, na Bahia, reconhece crise: ‘Hoje não estou bem, a situação está má’

Heliana Frazão e Leticia Lins

• SALVADOR, LAURO DE FREITAS, CACHOEIRA E CRUZ DAS ALMAS (BA). Em clima de campanha em quatro municípios da Bahia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acusou ontem os seus antecessores de só se lembrarem dos pobres em véspera de eleição e disse, sem citar a pesquisa da Unicamp, que nenhum governo nos últimos cem anos fez tanto quanto ele no campo social.

— Sou criticado porque dizem que estou gastando muito dinheiro com os pobres, quando deveria estar fazendo estradas e outras coisas. No Brasil, toda vez que a gente investe dinheiro em projeto industrial, que constrói ponte, viaduto, estrada, aquilo é tratado como investimento. Na hora que investe nos pobres, é gasto — disse Lula, durante discurso em Lauro de Freitas, a 30 quilômetros de Salvador, onde entregou 239 casas populares a famílias que residiam em regiões de risco.

Apolo de dona Canô

Em Cachoeira, a 120 quilômetros de Salvador, Lula visitou a Universidade Federal do Recôncavo e encontrou-se com dona Canô, mãe de Caetano Veloso,

que declarou voto no petista:

— Estou com ele e não abro. Em Cruz das Almas, o tom de campanha ficou com o ministro da Cultura, Gilberto Gil, que fez um discurso em defesa do presidente. Lula fez duras críticas ao Congresso, por não ter aprovado o Orçamento para 2005.

— Enquanto o povo sofre, nós não conseguimos aprovar o Orçamento. O Congresso ainda não aprovou. Sem ele não podemos fazer os investimentos. A maior desgraça do ser humano é a inveja — criticou Lula. — Eles não conseguiram fazer e não querem que a gente faça.

A última etapa da visita foi para a obra mais polêmica: o metrô de Salvador, projeto anunciado em 1999, que deveria ter sido concluído em 2003 e que parou por falta de recursos. O cronograma sofreu modificações e o projeto original de 12 quilômetros de extensão foi reduzido à metade. Lula prometeu que o

metrô não vai parar e disse que estão garantidos os recursos para concluir a primeira etapa.

Lula foi aplaudido várias vezes e festejado inclusive com bandeiras e slogans de campanha, como “Um dois: três, Lula outra vez”. O prefeito de Salvador, João Henrique Carneiro (PDT), afirmou que Salvador quer ver Lula mais quatro anos no poder. O presidente comprou o momento de crise às dificuldades enfrentadas pelo presidente Juscelino Kubitschek ao construir Brasília:

— Aqueles que estão me atacando também atacavam JK. Na hora que a gente assume um mandato, não pode responder a todas as ofensas se é atacado. Gosto de uma briga, adoro uma briga e quem me conhece sabe que adoro uma briga. Agora eu sou presidente da República, não posso ficar respondendo a cada batxo nível contra mim.

“Sou um lutador e vou lutar para vencer”

Em seguida, Lula reconheceu a crise do seu governo:

— Hoje não estou bem, a situação está má, mas primeiro, acima de tudo eu creio em Deus. Segundo sou brasileiro e terceiro sou um lutador e vou lutar para vencer. ■

ONG pede investigação de cadastros

Guilherme Freitas

• A Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida pedirá hoje ao Ministério Público Federal a abertura de inquérito civil para investigar irregularidades em programas federais e estaduais de transferência de renda para a população carente. Segundo levantamento da ONG, baseado em dados do governo federal e de oito estados, mais de 19 milhões de famílias são beneficiadas por estes programas no país, embora o IBGE calcule

em 11 milhões o número de famílias em situação de pobreza.

— Recebemos diariamente denúncias sobre famílias beneficiadas indevidamente. O levantamento prova que o Brasil tem recursos para erradicar a miséria, mas a má distribuição e a falta de transparência impedem que isso aconteça — afirma o coordenador geral da ONG, Maurício Andrade.

Segundo ele, o número de beneficiários pode ser maior, já que 70% dos estados não tornam públicos os dados sobre

programas de transferência de renda. Para a Ação da Cidadania, o desvio de recursos públicos deve ser considerado crime hediondo. Assim, os que os recebem irregularmente devem ser punidos por estelionato, e aqueles que fazem o cadastramento irregular, por formação de quadrilha.

Movimento tem telefone para receber denúncias

Na denúncia, a Ação da Cidadania recomenda que a divulgação das famílias beneficiadas

passa a ser obrigatória e sugere a criação de um Cadastro Único para todos os programas de transferência de renda do país.

— Precisamos de um cadastro com os beneficiários de todas as esferas públicas. O que não pode é cada um escolher seus pobres. Isso favorece o uso eleitoral dos programas — diz Andrade.

A Ação da Cidadania recebe denúncias sobre irregularidades nos programas de transferência de renda da população pelo telefone 0800 20 2000. ■

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “Quero ir para bem longe do país, afirma Francenildo”, publicada no jornal **Folha de S. Paulo** em sua edição de 26 de março de 2006.

A matéria destaca que a sucessão de eventos que atingiram Francenildo dos Santos Costa, após o seu depoimento prestado à CPI dos Bingos (a decisão da Justiça impedido que falasse, a violação da sua conta bancária e o pedido do governo para investigá-lo por “lavagem de dinheiro”) abalou a sua confiança

no País. Com isso, o seu maior desejo, hoje, é ir para bem longe do Brasil.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que a referida matéria passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

ESCÂNDALO DO CASO PALOCCI EM FAPUROS

Caseiro que desmentiu Palocci diz que, após denúncias, não dormiu em casa nem foi ao supletivo

Quero ir para bem longe do país, afirma Francenildo

RUBENS VALENTE
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

A sucessão de eventos que atingiram Francenildo dos Santos Costa, 24, após o depoimento prestado à CPI dos Bingos (a decisão da Justiça impedindo que falasse, a violação da sua conta bancária e um pedido do governo para investigá-lo por “lavagem de dinheiro”) abalou sua confiança no país. Seu maior desejo hoje? “Ir para bem longe do Brasil.”

O caseiro está sem casa. Na última semana, dormiu num lugar diferente a cada noite. Equipes de TV rondam seu último endereço, em São Sebastião (DF), fazem perguntas aos vizinhos sobre seu dia-a-dia e querem saber “quem paga o aluguel”. Não voltou mais para lá. Numa noite, dormiu no escritório do advogado. Na maior parte das vezes, em casas de amigos. Por causa das pressões, teve problemas com sua mulher, Nelma, com quem vive há sete anos e tem um filho da mesma idade.

Parou de frequentar o supletivo (ele estudou até a 5ª série) assim que suas declarações vieram a público. Na noite do dia 17, quando foi revelada a violação de seu sigilo bancário, desabafou à **Folha**: “Minha avó está passando mal. Se alguma coisa acontecer com ela, eu me suicido”. Ela tem 67 anos e teria desmaiado ao ver na TV o neto sendo “desmentido”.

Uma semana depois, Francenildo descobriria ser alvo de um inquérito policial. Chorou com um amigo e disse que pretendia voltar para o Piauí, sua terra natal, que deixou aos 16 anos de idade, com

R\$ 30,00 no bolso e a mãe ao lado.

“Queria chorar um dia e uma noite seguidos”, disse logo após deixar o prédio da Procuradoria Geral da República, onde fixou a enésima narrativa de tudo o que disse ter visto na casa do Lago Sul alugada por ex-assessores do ministro Antonio Palocci (Fazenda).

O caseiro disse que não tinha a mínima idéia do que ocorreria a partir da decisão de procurar um amigo para dizer que queria narrar, na CPI, o que afirma ter presenciado na casa. Quando contou ao amigo o que pretendia fazer, o interlocutor antecipou a tempestade. “Ele me disse: ‘Tu quer chutar o balde mesmo?’”, lembrou-se o caseiro. Francenildo disse que sua principal motivação foi ver pela TV “as mentiras” dos frequentadores da casa. Disse ter ficado “indignado”.

“Eu pensava que o negócio era só falar no jornal e pronto. Foi totalmente diferente”, contou. Não esperava tornar-se um alvo da polícia e do governo. “Eles têm que investigar o [Vladimir] Poletto, o próprio [Antonio] Palocci.”

Francenildo Costa está no olho de um furacão muito diferente de sua pacata rotina de limpar a piscina, cortar a grama e aparar a cerca viva, pela qual recebe R\$ 700 mensais (agora está de licença, mas o patrão, o advogado Luiz Antônio Guerra, já avisou que vai mantê-lo no emprego).

O pai

Antes disso, Francenildo foi garçom e auxiliar de um mercado em Ceilândia (DF) e catador de milho e feijão na sua Nazaré (PI). Co-

meçou a trabalhar aos seis, sete anos de idade. Às vezes o trabalho avançava pela noite, por isso estudou tão pouco. Quando não conseguia carona num lombo de jêgue, enfrentava uma caminhada de três ou quatro horas até a roça.

Só a partir dos dez anos é que Francenildo passou a se interrogar sobre a razão de não ter um pai por perto. Atribuía esse papel a seu avô, José Rosendo, 60.

Os amigos da família e conhecidos caçoavam dele, ao dizer que ele era filho de um homem chamado Eurípedes, dono de uma empresa de ônibus. “Faziam piadinhas, eu ficava chateado. Todo mundo tem pai, e os caras ficavam fazendo piadas.”

As brincadeiras começaram a lhe perturbar. Um dia, decidiu tirar o assunto a limpo, “só para jogar na cara dos ‘abestados’ que ele era realmente meu pai”. Interpelou sua mãe, Benta Maria dos Santos Costa, 42, para saber se o empresário de Teresina (PI) Eurípedes Soares da Silva era mesmo seu pai. Lavadora e lavadeira de roupa nas águas do rio Parnaíba, Benta confirmou. Francenildo reconstituiu a conversa: “‘Quem é meu pai mesmo?’ [Ela respondeu] ‘É o Eurípedes’, ‘E por que ele nunca assumiu?’”, ‘Ah, é problema dele lá”.

Ao responder o que sentiu ao ouvir o nome do pai, respondeu: “Eu me senti normal”. O garoto foi ter com o empresário. Não ouviu o reconhecimento da paternidade, mas recebeu 800 cruzeiros, tudo entregue à mãe, que lhe comprou uma rede de dormir e fez compras no mercado.

A mesma cena se repetiria cerca de 12 anos depois, em janeiro último. Dessa vez, Francenildo saiu com R\$ 10 mil em espécie e a promessa de mais R\$ 20 mil. Até agora, R\$ 25 mil chegaram à sua conta. O empresário já confirmou os depósitos, mas não a paternidade.

Reconhecimento

Para estar com o empresário de novo, Francenildo comprou uma passagem aérea a R\$ 420. Do total, R\$ 250 foram emprestados pelo patrão, Luiz Antônio Guerra, que confirmou ter feito um adiantamento salarial.

O caseiro contou ter pressionado seu suposto pai com a afirmação de que estava disposto a abrir uma ação judicial de investigação de paternidade. O empresário argumentou que não era necessário. Sem sucesso, resolveu dar o dinheiro ao caseiro. Estiveram juntos outras vezes naquele janeiro, na garagem da empresa. Em todos esses contatos, Eurípedes não chamou Francenildo de filho. Mas o abraçou, uma vez.

O reconhecimento que o caseiro não teve do empresário, contudo, tem chegado das ruas. Desde que prestou o depoimento à CPI, Francenildo experimenta certa notoriedade. As pessoas o reconhecem e o parabenizam.

O caseiro é um palmeirense doente. Um de seus orgulhos é ter uma camiseta autografada do goleiro Marcos. Na última sexta-feira, descobriu que um grupo de advogados quer recebê-lo em São Paulo, para lhe dar apoio. Ficou satisfeito com a possibilidade de conhecer o Parque Antártica.

O SR JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o editorial intitulado “Coisa de gangster”, publicado na seção Notas&Informações do jornal **O Estado de S. Paulo** de 25 de março do corrente.

O editorial comenta a atitude atípica do Coaf quanto a Francenildo dos Santos Costa, o caseiro que contradiu o depoimento do ministro Palocci. Até hoje o Coaf não repassou os dados sobre os R\$55 milhões de Marcos Valério, mas agora, com uma celeridade nunca vista, examinou as contas de Francenildo em três dias.

“Adicionando desfaçatez à vilania, o governo tenta convencer os executores do crime na Caixa a

assumirem a culpa por ele sem revelar a identidade dos mandantes do delito”.

Sr. Presidente, solicito que o editorial acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

‘Coisa de gangster’

Sabia o que dizia Benta Maria dos Santos Costa, mãe do caseiro Francenildo, quando, em entrevista a este jornal, apelou ao presidente Lula: “Não faça nada com o meu filho.” Pois ele, se não autorizou, tampouco impediu, ou se importou, que se fizesse o que o presidente da OAB, Roberto Busato, classificou como “coisa de gangster, de sindicato do crime”, referindo-se ao massacre a que está sendo submetido o empregado da casa de má fama onde operava a patota que o ministro Antonio Palocci importara de Ribeirão Preto. Francenildo entrou para a vexaminosa história do PT no poder ao desmentir – primeiro ao **Estado**, depois à imprensa em geral, em seguida à CPI dos Bingos, por fim à Polícia Federal – a versão do titular da Fazenda de que nunca pôs os pés na mansão usada por sua gente para tramar negociações e promover farras.

Ele nem foi o primeiro a desmentir o ministro. Antes dele um motorista e depois dele o mesmo motorista e ainda um corretor também afirmaram tê-lo visto no lugar. Mas as minúcias que tornam absolutamente críveis as suas declarações e a segurança com que respondeu a todas as perguntas dos jornalistas, parlamentares e policiais eram devastadoras demais para ficar impunes. O Estado aparelhado pelo petismo abateu-se sobre ele com uma truculência sem precedentes no Brasil desde o fim da ditadura militar.

Primeiro, houve a violação do seu sigilo bancário e o “vazamento” de extratos da sua conta com o objetivo de “provar” que ele fora comprado para acusar Palocci. Fracassado esse golpe sujo, com a explicação convincente da procedência dos depósitos, o governo recorreu à baixa de transformar a vítima em suspeito de lavagem de dinheiro.

Em vez de investigar as andanças e as negativas do ministro que passou uma semana eloquentemente enfiado e quieto no Palácio do Planalto, a Polícia Federal investiga Francenildo. E, quando um inquérito parlamentar busca legitimamente apurar a verdade dos fatos, não só a apuração é travada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que interrompeu o depoimento de Francenildo (foi a 18ª intervenção do STF para tolher os trabalhos das CPIs), mas

a própria comissão legislativa é acusada de se transformar “em instrumentos exclusivamente do processo eleitoral”. É isso dito por ninguém menos do que o presidente do Supremo, Nelson Jobim, cujas ambições eleitorais e cujas afinidades eletivas com os governantes de turno, de que partido forem, não poderiam ser mais notórias. Sobre a violência do poder petista contra o ex-caseiro – agora por meio de um órgão de vigilância financeira – nenhuma palavra.

Com uma celeridade nunca antes vista, entre a sexta-feira da semana passada e a segunda-feira seguinte, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que, assim como a Caixa Econômica, responde ao ministro da Fazenda, examinou a conta bancária de Francenildo de outubro de 2005 a este mês. Concluiu que a movimentação analisada não representa “necessariamente atividades ilícitas”, mas contém “atipicidades” suficientes para acionar a Polícia Federal.

Atípica é a conduta do Coaf. Como registrou a *Folha de S. Paulo*, em 2004 o órgão recebeu 85.152 avisos de movimentações bancárias possivelmente irregulares. Levou adiante apenas 453 casos, ou 0,5% do total. Por sua vez, o jornalista Ricardo Noblat lembrou que até hoje o Coaf não repassou a quem de direito os dados obtidos junto ao Banco Central sobre os vultosos e frequentes saques do publicitário Marcos Valério das contas irrigadas com R\$ 55,8 milhões para uso no mensalaço.

Adicionando desfaçatez à vilania, o governo tenta convencer os executores do crime na Caixa a assumirem a culpa por ele sem revelar a identidade dos mandantes do delito.

Nada mais oportuno, diante de tanta infâmia, do que transcrever excertos do texto premonitório do anarquista russo Mikhail Bakunin (1814-1876), citado ontem no **Estado** pela colunista Sonia Racy: “O governo da imensa maioria das massas populares se faz por uma minoria privilegiada. Esta minoria, dizem os marxistas, compor-se-á de operários. Sim, de antigos operários, mas que, tão logo se tornem governantes, cessarão de ser operários; não mais representarão o povo, mas a si mesmos e suas pretensões a governá-lo. Quem duvida disso não conhece a natureza humana.”

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para fazer o registro do artigo intitulado “Lula comanda o ataque ao caseiro”, de autoria do jornalista Augusto Nunes, publicado no **Jornal do Brasil** em sua edição de 26 de março do corrente.

O artigo destaca que, desta vez, Lula não pode vestir a fantasia de estadista que, absorvido pela missão de salvar o Brasil, nem enxerga maracutaia rolando logo ao lado. O Presidente da República sabe de tudo desde o começo. Pior: concedeu ou autorizou sórdidas manobras para calar e, depois, castigar Francisco dos Santos Costa, caseiro da mansão alugada por pilantra amigos (e ex-assessores) do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Sr. Presidente, solicito que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento e, assim, conste dos Anais do Senado Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de prestar uma homenagem ao decano da crônica política brasileira, o inefável jornalista Villas-Bôas Corrêa. Sua acuidade ímpar está a serviço da leitura isenta e ética da conjuntura política nacional.

No ano passado, no marco dos seus 57 anos de carreira, o credenciado profissional se tornou sócio da ABI – Associação Brasileira de Imprensa. Os motivos que o levaram a solicitar o seu ingresso no quadro de associados da entidade, tardiamente, revelam uma das facetas de sua personalidade: a coerência mesclada pela independência. Segundo o combativo repórter, a atitude corajosa que a ABI adotou na ditadura militar, com Prudente de Moraes Neto e Barbosa Lima Sobrinho, conjugada à fase singular que a ABI atravessa, ensejaram o seu ingresso, ainda que tardio, nessa Associação.

Em tempos idos, o próprio Barbosa Lima Sobrinho, quando Presidente da ABI, por diversas vezes o convidou formalmente para que fizesse parte da diretoria, recebendo a recusa e a justificativa de que sua jornada de trabalho era muito atribulada e não permitia aceitar a honraria.

O jornalista Villas-Bôas Corrêa integra a geração que deu forma e consolidou um novo paradigma de reportagem política pautada pela independência e imparcialidade.

Vale aqui destacar que o combativo repórter político foi capaz de exercer o jornalismo com dignidade e isenção, mesmo atuando em contextos históricos os mais adversos, inclusive em momentos em que a imprensa assumiu caráter partidário.

O seu ingresso no jornalismo, ao contrário do que poderíamos supor, não foi motivado por uma veia vocacional. Ao concluir o seu curso de Direito na antiga Faculdade Nacional de Direito, Villas-Bôas Corrêa prestou concurso e ingressou no antigo Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Em razão dos poucos recursos recebidos no SAPS e com o nascimento de seu segundo filho, ele acabou sendo atraído pelo sogro, Bittencourt de Sá, diretor de *A Notícia*, para a redação do jornal.

Num depoimento para o projeto Centro de Memória da Imprensa Carioca, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ao comentar o início da sua carreira, ele cita o antigo vespertino como a sua grande escola de jornalismo prático: “Comecei fazendo tudo. Com esse tudo quero dizer: chegava uma girafa para o Jardim Zoológico, o Villas ia cobrir; crimes, o Villas ia cobrir”.

O jornalista Villas-Bôas Corrêa trabalhou na *Notícia*, na redação de **O Dia**, que ajudou a criar, foi diretor da sucursal carioca d’*O Estado de S. Paulo* e fez comentários políticos para as TVs *Manchete* e *Bandeirantes*. Em 1980, assumiu a Editoria de Política do **Jornal do Brasil**, onde, até hoje, mantém uma importante coluna de opinião.

Sr. Presidente: seria fora de propósito discorrer de forma exaustiva sobre o itinerário virtuoso desse digno profissional de imprensa. Para finalizar, eu ressaltaria a capacidade de repórter e redator inigualáveis, sua integridade e honradez pessoal irretocáveis.

Não poderia deixar, nesta oportunidade, de me referir ainda ao primoroso artigo de Villas-Bôas Corrêa publicado hoje no **Jornal do Brasil** sob o título “Solitário e Trapalhão”. Com o seu brilhantismo habitual e estilo inconfundível, o jornalista traça o perfil do presidente Lula no bojo da crise política em curso.

Nesse contexto, Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a a transcrição na íntegra, nos Anais da Casa, do mencionado artigo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de dizer, como segundo assunto, que o vice-presidente do Instituto Internacional de Finanças (IIF) e vice-presidente sênior do Citigroup, William Rhodes, fez um alerta ontem que não pode ser considerado. Na avaliação deste importante representante da comunidade financeira internacional, há um risco potencial considerável de redução do fluxo de capitais para a América Latina, ensejando uma postura de cautela aos investimentos nos mercados emergentes.

A recomendação de William Rhodes feita ontem na capital mineira, onde participou de um evento paralelo à 47ª reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi taxativa: “Estamos estimulando investidores e provedores de crédito a serem extremamente cautelosos ao avaliar cada um dos países”.

A importância da entidade dirigida por Rhodes é inegável. O IIF reúne os principais bancos privados e fundos de investimento internacionais.

O diagnóstico do vice-presidente do Instituto Internacional de Finanças destaca que o desequilíbrio no balanço em conta corrente global – elevadas reservas internacionais da China e o déficit dos Estados Unidos de cerca de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) – e as eventuais mudanças nas atuais políticas econômicas em decorrência de eleições presidenciais em vários países neste ano representam a possibilidade de novos riscos.

O governo federal não deveria ignorar as observações e recomendações advindas dos debates travados em Belo Horizonte. A mídia escrita deu amplo destaque às discussões e alerta feitos. O IIF prevê que o fluxo de capital para a América Latina deve desacelerar em 2006 para US\$ 43 bilhões, frente aos US\$47 bilhões alcançados em 2005.

Sr. Presidente, a nossa intenção ao trazer o tema econômico sob a perspectiva do risco imposto aos países emergentes é amplificar o alerta feito por uma das principais autoridades em dívida de países emergentes na comunidade financeira internacional. O senhor William Rhodes destaca que os **spreads** dos títulos dos países emergentes estão num patamar muito baixo, em função da enorme liquidez global, sendo assim, podem não refletir corretamente o risco de se investir nas economias emergentes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu desejo deixar registrado nesta oportunidade que existem sinais evidentes de que o ambiente internacional de altíssima liquidez está próximo do fim, como atestam credenciados porta-vozes da mais alta cúpula financeira internacional. O governo do presidente Lula não se beneficiou dessa “onda” favorável e preferiu adiar investimentos públicos para atender ditames do Fundo Monetário Nacional, privilegiando superávits primários cada vez mais robustos.

Nesse contexto, é sensato que, pelo menos agora, o governo federal esteja atento para um novo cenário econômico internacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o último assunto, eu gostaria de trazer à Tribuna a notícia pu-

blicada nesta quarta-feira, dia 05/04/2006, no Blog do jornalista Josias de Souza. É sintomático que a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) esteja promovendo desde 2005 um debate interno sobre a conveniência de propor um processo de **impeachment** contra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Conforme nos informa o referido jornalista o “assunto está sendo discutido por uma comissão de cinco advogados, designados pelo Conselho Federal da Ordem”.

Segundo informação colhida pelo jornalista Josias de Souza, há um relatório preliminar no qual a entidade admite que há condições técnicas para a abertura de uma ação por crime de responsabilidade contra o presidente da República.

De acordo com o Blog de Josias de Souza, o referido texto é de autoria do advogado Sérgio Ferraz – relator do grupo nomeado pela OAB para analisar a viabilidade técnica da proposição do **impeachment**.

O trabalho não foi divulgado porque a OAB concluiu que seria conveniente aguardar o término das CPIs dos Correios e dos Bingos.

Ao final das duas CPIs, diz o Blog, “o relator Sérgio Ferraz produzirá um segundo relatório. Em conversas realizadas entre quatro paredes, o advogado diz que manterá no texto final a opinião manifestada no primeiro documento. O coordenador Maluf Haddad afirma, também em diálogos privados, que o documento estará à altura das tradições da OAB.”

Conforme destaca a matéria jornalística em epígrafe, “se a sugestão de impeachment vier a ser aprovada num dos dois encontros nacionais da OAB, Lula arrisca-se a formalizar sua candidatura à reeleição em meio a um debate que tenta a todo custo evitar. O debate sobre a sua responsabilidade nos escândalos que atormentam a administração petista”.

Sr. Presidente: estou convencido de que a manifestação da sociedade, por intermédio de uma entidade da magnitude da Ordem dos Advogados do Brasil, é uma sinalização que nos inspira e baliza.

Era o que eu tinha dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Lula comanda o ataque ao caseiro

Desta vez Lula não pode vestir a fantasia de estadista que, absorvido pela missão de salvar o Brasil, nem enxerga maracutatas rodando logo ao lado. O presidente da República sabe de tudo desde o começo. Pior: concebeu ou autorizou sórdidas manobras para calar e, depois, castigar Francenildo Costa, caseiro da mansão alugada por pilantras amigos (e assessores) do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Há dias, o jovem nascido no Piauí revelou ao jornal *O Estado de S. Paulo* que o ministro frequentava regularmente o suspeito clube. Só tinham acesso à mansão figuras que conheceram Palocci nos tempos de prefeito de Ribeirão Preto. Alternadamente, ali ocorriam reuniões entre lobistas interessados em tungar com os públicos e noites alegres. A CPI das Bingas resolveu ouvir Francenildo no dia 16. Lula acompanhou pela TV o começo

do depoimento. Aquilo, e o que viria, era dinamite pura.

O senador acreano Tião Viana, companheiro disciplinado, foi o escolhido para o trabalho sujo: solicitar ao Supremo Tribunal Federal a suspensão do depoimento. O ministro César Peluzzo estava lá para conceder a liminar.

Lula ficou feliz com o êxito da trama. Mais feliz ficaria com a notícia obtida com o estupro do sigilo bancário do caseiro. Ele ganha R\$ 700 por mês. Mas tinha quase R\$ 30 mil depositados na Caixa Econômica Federal.

Só poderia ser dinheiro doado por oposicionistas baseados no Piauí, deduziram os cérebros do Planalto. O dinheiro fora remetido de Teresina, em três parcelas. De pronto, dezenas de agentes da Polícia Federal voaram para lá.

Com a naturalidade dos inocentes, o caseiro contou que recebera o dinheiro do pai biológico.

Dono de uma pequena frota de ônibus, sempre se recusara a assumir a paternidade. Para silenciar o filho, presenteou-o com a bolada. Para impedir que Palocci sofresse constrangimentos em casa, o governo estuprou também a privacidade familiar de Francenildo. Os agentes em Teresina nada tinham a apurar.

Quem praticou a ação infame? Cinco minutos seriam suficientes para identificar o responsável. O presidente da Caixa, Jorge Mattoso, pediu 15 dias de prazo. Enquanto procura algum bode expiatório, o governo tenta desqualificar Francenildo com mentiras delirantes. A mais recente: investiga-lo por lavagem de dinheiro.

"Quería que quebrassem meu sigilo eleitoral", sugere o caseiro. "Saberiam se um simples caseiro votou no simples operário que agora está lá em cima". Em vez de meditar sobre a frase, Lula só pensa em salvar Palocci. É um bom companheiro.

Solitário e trapalhão

VILLAS-BÓAS CORRÊA
REPORTER POLÍTICO DO J3

A série de crises que atormenta o presidente candidato Lula acentua alguns traços da sua personalidade, expondo qualidades e defeitos na virine iluminada da ampla cobertura da mídia.

Se uma dose de azar e de imprevisto atenua a sua responsabilidade direta no esvaziamento do governo, que murcha como balão apago de pencaçada do oco, o despreparo do ex-gerente na gestão da máquina estatal e a fraqueza dos quadros petistas e dos aliados ajudam a entender as trapalhadas que propõem a cada dia, em inextinguível tormento.

Além das perdas dos principais titulares da equipe, atingidas nas encruzadas de escândalos, a mudança de ministros do monstro que se suporota a Esplanada dos Ministérios impõe o afastamento dos que se descomprometiam para tentar melhor sorte nas urnas de 1º de outubro, piores o que já estava ruim.

O toque final ficou por conta das indecisões e dos equívocos do timoneiro caipora. Para o governo que foi obrigado a despedir o extinto poderoso José Dirceu da chefia da Casa Civil, com o desafio de uma das principais articulações políticas desde a campanha, virtual presidente em exercício, a privar-se de Antonio Palocci, o ministro da Fazenda que era a referência do governo, papado pelos empresários, minado pelo mercado, blindado pela coleção de pesquisas, com índices que ecoavam êxitos no combate à inflação, era difícil que com os modestos resultados do PIB — foi um desafio temporário os rombes, embora previstos com data certa.

Mas o dedo presidencial agitou o embargo. De saída, a nomeação de Wladimir Pires para o Ministério da De-

Os cupinches sussurram que o presidente sofre as agruras da solidão. Potoca que não paga. Lula não acredita na sabedoria do ditado que adverte que antes só do que mal acompanhado

fesa foi um erro em dose tripla. Na Controladoria Geral da União (CGU), Wladimir Pires vinha mantendo um bom desempenho e recolhendo elogios de parlamentares e da imprensa. Por que bulir com quem está quieto e inventar modo? Depois a mudança da CGU para o Ministério da Defesa, nas circunstâncias, sou o caso de uma nova provocação aos militares. A segunda, depois do intervalo. Não pareceu prudente a escolha do deputado Aldo Rebelo, hoje na presidência da Câmara, para a pasta que encabeça os antigos ministérios das três armas: Exército, Marinha e Aeronáutica. Com habilidade e compreensão dos dois lados, o deputado do PCdoB no curto período de verbas insuficientes para a simples rotina das Forças Armadas passou em branco. A substituição pelo vice-presidente José de Alencar foi bem recebida, embora sem resultados.

Lula parece que estava ciente da afirmação da sua autoridade e respeito a dose. O azar fez o resto. O comandante do Exército, general Francisco de Albuquerque, estava engajado com o lamentável episódio, de larga e crítica repercussão, quando interrompeu a decolagem de avião, já na pista, para que ele e sua esposa embarcassem nos lugares cobertos por passageiros, sem recursos, com a previsão de um segundo semestre tormentoso.

Mas o general Albuquerque escolheu a oportunidade errada para a desforra. E arrastou o soneto com a emenda da lamentável ordem do dia para comemorar o aniversário do golpe militar de 1º de abril de 1964, que nos custou quase 21 anos de ditadura fardada com o rodado dos cinco generais-presidente. Não se comemora o que suplica o perigo do esquecimento. E que já

foi julgado pelo voto em uma eleição presidencial indireta e três distantes, sempre com a derrota do candidato governista e a vitória da oposição.

No caso dos erros sucessivos e de Lula, na escolha do ministro inadequado, com o general Albuquerque recusando o cadáver que tanto custou a estender. Com a mudança dos ministros, as coisas só tendem a piorar. Entre os que pediram as contas para disputar os subalternos mandatos parlamentares, um dos melhores empregos do mundo, poucos deixaram saudades.

O que vem por aí, entre insinuações e titubeios, é a aventura a todo o risco da experiência com uma turma de desconhecidos nos Esportes, o Orlando Silva. Ninguém que não é conhecido pelo maior cantor do Brasil, nos Transportes, para cuidar da barbaqueia nas estradas, o Paulo Sérgio do Cavem Pisco, na Integração Nacional, o Pedro Bello Nascimento, com o desafio de incluir e incluir os efeitos do projeto de irrigação do Nordeste, com os efeitos do São Francisco, a promessa de Lula que não saiu do papel.

Estes, os titulares. Entre os interinos, as promessas de revelação de Guilherme Camal, para o Ministério de Desenvolvimento Agrário, com a carga pesada de lavoura e das invasões do MST, no distrito de desenvolvimento de fazendas, cultura e centros de pesquisas, Alexandre Gregório na Secretaria da Pesca e José Aguiar Almeida da Silva no Ministério da Saúde.

Os cupinches sussurram que o presidente sofre as agruras da solidão. Potoca que não paga. Lula não sabe ficar sozinho, está sempre cercado por palaneta. Pelo visto não acredita na sabedoria do ditado que adverte que antes só do que mal acompanhado.

Adendo do promissário
do Senador Álvaro Dias
05/04/05

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna no dia de hoje para registrar o artigo “Fim de festa”, de autoria da jornalista Eliane Cantanhêde, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** do último dia 28 de março do corrente.

A jornalista destaca, em seu artigo, que “A queda de Palocci confirma uma combinação explosiva do governo Lula: desconhecimento, inexperiência e arrogância”. A jornalista destaca, ainda, que o atual governo achava que “podia tudo: calar a boca dos procuradores, da imprensa e dos funcionários públicos,

expulsar jornalista estrangeiro e estimular borbulhantes casas de lobistas”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo da jornalista Eliane Cantanhêde seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR PAPALÉO PAES EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ELIANE CANTANHÊDE

Fim de festa

BRASÍLIA - A queda de Palocci confirma uma combinação explosiva do governo Lula: desconhecimento, inexperiência e arrogância. Jogar o peso do Estado contra um caseiro que ousou desmentir um ministro já raiava a loucura. Como foi o presidente da CEF quem violou o sigilo bancário e quem entregou em mãos o troféu para o ministro da Fazenda, é pura loucura.

Mas tem a ver com um governo que achava que podia tudo: calar a boca de procuradores, da imprensa e dos funcionários públicos, expulsar um jornalista estrangeiro e estimular borbulhantes casas de lobistas.

Antes, tudo era explicado como reação a um “golpe das elites” contra o operário que chegou à Presidência. Desta vez, não colou. Francenildo é um mero caseiro piauiense de 24 anos — pobre e eleitor de Lula.

A paciência e as opções estão minguando. Os homens do presidente, Dirceu, Gushiken, Genoino e Palocci, caíram, um a um, e só sobraram o senador Aloizio Mercadante e o presidente do BNDES, Guido Mantega.

Mercadante virou três-em-um: foi um dos dois nomes lembrados para a Fazenda, mas tem de negociar com PFL e PSDB e conter os arroubos do PT no Senado — e é quem está melhor para o governo de São Paulo, apesar do risco de perder para o tucano José Serra no primeiro turno.

Deu Mantega na Fazenda. Foi igualmente voz econômica do PT durante muitos anos, mas passa a impressão de que Lula tem de pescar no segundo escalão para concluir minimamente o primeiro mandato.

Já era voz corrente que os melhores ministros não são do PT, como Márcio Thomaz Bastos, Celso Amorim, Roberto Rodrigues e Luiz Fernando Furlan. Se houver novas baixas, a situação ficará crítica. Como hipótese: se Henrique Meirelles sáísse, quem assumiria o BC? Lula, ao assumir, ainda com todo o gás e se comportando como se tivesse chegado para ficar 20 anos, tentou seis nomes, sem sucesso. Chegou ao tucano Meirelles por exclusão. Imagine hoje. Melhor: imagine um segundo mandato.

@ → elianec@uol.com.br

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “E prossegue a orgia dos gastos públicos”, de autoria do economista Roberto Macedo, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** de 23 de março do corrente.

O economista, em seu artigo, trata do agravamento do quadro fiscal observado no governo do Presidente Lula, e declara sua perplexidade e indignação “diante da expansão dos gastos federais no ano pas-

sado, bem como do novo aumento da carga tributária no mesmo ano”.

Sr. Presidente, para concluir, requeiro que o artigo acima citado passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

E prossegue a orgia dos gastos públicos

Roberto Macedo

Pretendia escrever farra em lugar de orgia, mas concluí que seria pouco, tamanha a minha perplexidade e indignação diante da expansão dos gastos federais no ano passado, bem como do novo aumento da carga tributária no mesmo ano, agravando conhecidas tendências de crescimento das despesas e receitas governamentais.

O crescimento dos gastos deverá agravar-se novamente em 2006, um ano eleitoral em que o presidente-candidato Lula coleciona votos com o Bolsa-Família (ou Bolsa-Voto), com forte reajuste real para o salário mínimo, e há ainda a perspectiva de que o valor individual daquela bolsa também venha a ser ampliado. Isso afundando ainda mais a economia do País no precipício em que se encontra, pois o governo cada vez mais toma tributos e cada vez consome mais de tudo o que arrecada. Além de tanto imposto a assolar a economia, quase nada se poupa para pontes, estradas, portos e outras obras públicas indispensáveis para escapar desse buraco. É

to em 2005, próximo de 1,5% do PIB, com a confirmação deste resultado dependendo apenas de o IBGE divulgar o valor nominal final do PIB do ano passado. O aumento da carga em termos absolutos, contudo, foi tão grande que é muito provável que esse resultado se confirme.

Em 2006? Já estamos no fim de março e o governo federal ainda não tem sequer um orçamento aprovado pelo Congresso! O presidente Lula vem criticando deputados e senadores pelo atraso na aprovação da tal “peça orçamentária”. Contudo, com suas artes, ele mesmo já estourou o enredo enviado ao Congresso, conforme matéria deste jornal no último domingo, intitulada *Orçamento tem rombo de R\$ 15,6 bi*.

O texto diz que pelo menos metade desse valor decorreu de “bondades” que o governo Lula decidiu neste início de ano eleitoral, com o anáti- rombo decorrendo da elevação do salário mínimo, cujo valor na proposta orçamentária era de R\$ 321, e não os R\$ 350 posteriormente decididos depois de “negociação” com líderes sindicais.

Ainda nessa matéria, destaca-se a declaração do secretário-adjunto da Receita Federal, Ricardo Pinheiro, pois confirma a tese de que os contínuos aumentos da carga tributária vêm na esteira da ampliação dos gastos e que, se estes não forem contidos, o sufocante peso dos tributos será ainda maior. Disse ele: “Vamos ter de correr atrás desses R\$ 15,6 bilhões à custa de sangue, suor e lágrimas.” O que ele está dizendo é que a receita tributária está correndo atrás da despesa e que será preciso acelerar a arrecadação para acompanhar os gastos. Ignoro se o secretário-adjunto, ao se referir a esse conjunto de angústias e secreções, estava pensando no esforço dos técnicos da Receita Federal ou no dos contribuintes, mas do lado de cá é muito claro quem vai sofrer.

Virão mais impostos, no sentido de novos ou de aumento de alíquotas? Neste ano eleitoral, acredito que não, mas nele a carga tributária poderá crescer por meio de um filme que combine terror, aeróbica e drama em cima do contribuinte já exaurido. Para não assustar, esse filme poderá ser da série *Mais Eficácia na Administração Tributária*, e os prêmios irão para os advogados tributaristas que trabalharem na sua sequência.

Ainda recentemente vi o ex-jogador de futebol Dadá Maravilha na televisão – como seminarista, professoral – dizendo que, como helicópteros e beija-flores, ele parava no ar para cabecear, além de sua máxima de que, “diante da proble-

mática, o que interessa é a solucionática”.

Confesso que, em matéria de solucionática para os impostos que correm atrás dos gastos, não vejo nada pairando no ar, nem aqui, no chão, na forma de zagueiros e goleiros capazes de segurar os petardos de jogadores políticos fiscalmente irresponsáveis. Propor soluções é fácil, como, por exemplo, um adendo à Lei de Responsabilidade Fiscal para limitar aumentos reais do salário mínimo e do valor de programas como o Bolsa-Família apenas ao primeiro ano de mandato, de tal forma que o próprio mandatário sinta – e logo – o ardor da pimenta que jogar no orçamento. Mas não vejo na política brasileira um grupo forte e disposto a levar adiante propostas como essa.

Lamentavelmente, já cogito até de torcer pelo contínuo e ainda mais forte agravamento do quadro fiscal, até que isso gere uma revolta suficientemente forte e terapêutica dos que pagam a conta desse desastre nacional. ■

Roberto Macedo, economista (USP), com doutorado pela Universidade Harvard (EUA), pesquisador da Fipe-USP e professor associado à Faap, foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

Virão mais impostos, novos ou aumento de alíquotas?

como se quase tudo vazasse pelo ralo que conduz ao crescimento econômico medíocre.

Nos o destaque vai os para os ditos sociais (previdência e assistência social, saúde, educação e outros), adjetivo que no Brasil é usado para “justificar” toda sorte, ou melhor, todo azar de irresponsabilidade fiscal. Estudo do economista Fábio Giambiagi, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do governo federal (um viva aos que ainda estudam e pesquisam nele!), mostra que esses gastos passaram de 12,56% do produto interno bruto (PIB), em 2002, para 13,9% em 2005, ano em que ocorreu o maior impulso de 0,68% do PIB. Pode parecer pouco esse aumento de 1,34% do PIB em três anos, mas se aplico essa porcentagem a uma estimativa do valor deste último no ano passado (R\$ 1.920.000.000.000,00), e a conta desse aumento de gastos alcança dezenas de bilhões de reais (cerca de R\$ 25.728.000.000,00, no mesmo ano), com o maior crescimento ocorrendo nos itens em que pesam o “Bolsa-Voto” e o salário mínimo (assistência e previdência social, respectivamente).

Quanto à carga tributária total, que já subira de 35,8% do PIB, em 2002, para 36,7% em 2004, estudos preliminares que circulam entre pesquisadores indicam um novo aumen-

O SR. LUIZ PONTES (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar a matéria intitulada “Jogo de empurra”, publicada no jornal **Correio Braziliense**, em sua edição de 21 de março deste ano.

A matéria destaca que a quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa provocou um jogo de empurra entre dois órgãos do Governo Federal que querem se livrar da responsabilidade pelo crime. O vazamento dos dados complicou ainda mais a situação já delicada do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. As duas instituições em questão, a Caixa Econômica Federal e a Polícia Federal, que são respectivamente subordinadas

aos Ministérios da Fazenda e Justiça, vêm sendo pressionadas pelo Palácio do Planalto para abafar o caso.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LUIZ PONTES EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CORREIO BRASILIENSE

TEMA DO DIA // CRISE ÉTICA

JOGO DE EMPURRA

Caixa e PF são pressionadas para dar uma versão comum sobre a quebra de sigilo bancário do caseiro

VICENTE NUNES, UGO BRAGA E LÚCIO YAZ
DA EQUIPE DO CORREIO

A quebra do sigilo bancário do caseiro Francenildo dos Santos Costa provocou um jogo de empurra entre dois órgãos do governo federal, que querem se livrar da responsabilidade pelo crime. O vazamento dos dados complicou ainda mais a situação já delicada do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. As duas instituições em questão — a Caixa Econômica Federal e a Polícia Federal — são subordinadas, respectivamente, aos ministérios da Fazenda e da Justiça. *Elas vêm sendo pressionadas pelo Palácio do Planalto para abafar o caso.*

Dois funcionários de alto escalão da Caixa Econômica Federal disseram ao Correio, depois de pedirem para não serem identificados, que a PF invadiu a conta do caseiro e transmitiu os dados para um assessor próximo de Palocci (leia mais na página 4). A PF veio à público negar que seus agentes tenham invadido a conta do caseiro usando um programa de computador específico para quebrar senhas de acesso pela internet. Extraoficialmente, uma fonte da PF confirmou a parte da história segundo a qual quem deu publicidade aos dados foi um assessor de Palocci — informação confir-

mada também por um funcionário do próprio ministério.

O presidente da Caixa, Jorge Mattoso, tem sofrido pressões ainda mais fortes. Mattoso foi obrigado a cancelar uma viagem a São Paulo para tratar pessoalmente da crise em que o banco se meteu. A conta do caseiro é da instituição. E o banco é o responsável legal pelo sigilo dos dados financeiros de seus clientes.

Ontem, o advogado de Francenildo, Wlício Nascimento, entrou com queixa-crime pedindo à Procuradoria do Distrito Federal que abra inquérito para apurar a responsabilidade pela violação da movimentação financeira. O presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC) afirmou que Mattoso pode responder por improbidade administrativa. O partido apresentará hoje à CPI dos Bingos um pedido de convocação do diretor da Caixa, para que ele preste esclarecimentos sobre o caso.

Mattoso ficou até o início da noite trancafiado em sua suite no Alameda da Instituição. Com o chefe do gabinete, Luiz Philippe Torelli. Depois de submeter várias vezes o texto de uma nota oficial ao Planalto, ficou acertado que a Caixa se limitaria a dizer que abrirá um procedimento interno para apurar o vazamento das informações do caseiro, o que foi feito num laconico texto de quatro linhas distribuído à imprensa.

Discurso afinado

O presidente da Caixa teve uma reunião com o ministro Márcio Thomaz Bastos, na pasta da Justiça, para discutir a crise e afinar o discurso do governo. O ministro determinou que a Polícia Federal apure com rigor a quebra de sigilo bancário do caseiro. Em entrevista coletiva, o coordenador-geral da Divisão de Defesa Institucional da PF, Wilson Damásio, afirmou que o órgão vai *até as últimas consequências para apurar o fato.* Ele chegou a dizer que a *resposta para a incógnita sobre a autoria do fato está com a Caixa.* “Quem acessou a conta deixou a senha no sistema e a Caixa tem condições de ter acesso a essa informação”, destacou.

Os dados bancários de Francenildo foram divulgados na sexta-feira na versão online da revista *Época*. Segundo a revista, de janeiro até hoje, o caseiro movimentou R\$ 38 mil. Francenildo disse que o dinheiro foi pago pelo empresário Euripedes Soares, que seria seu pai biológico. O empresário confirmou os depósitos. O caseiro não está sob investigação e, portanto, o vazamento de seus dados viola a lei de sigilo bancário. A pena é de um a quatro anos de reclusão para o autor da quebra.

Um depoimento à CPI dos Bingos, Francenildo revelou que Palocci esteve *em trânsito no Brasil em uma missão da República de Libéria.* Na casa, ex-assessores de Palocci, envolvidos em irregularidades, se encontravam para fazer festa e negócios.

MAIS UMA DERROTA DA CPI

A CPI dos Bingos continua proibida de tomar o depoimento do caseiro Francenildo dos Santos Costa. Ontem, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Nelson Jobim, negou o pedido do Senado para suspender a liminar que, na quinta-feira, cancelou o depoimento do caseiro. A decisão é

mais uma derrota imposta pelo STF à comissão.

O recurso do Senado foi protocolado pelo advogado-geral da Casa, Alberto Cascais. Na ação, ele pedia que o STF sustasse os efeitos da liminar concedida pelo ministro Cezar Peluso alegando haver "risco de grave lesão a interesses públicos". Sustentava também que a decisão do ministro Peluso não havia sido devidamente fundamentada e que a manutenção da liminar afetaria o trabalho da comissão.

A liminar foi obtida na quinta-feira pelo senador Tião Viana (PT-AC). Concedida, ela interrompeu o depoimento do caseiro à CPI. Ele falou só por 40 minutos, em que revelou ter visto o ministro da Fazenda,

Antonio Palocci, na mansão do Lago Sul onde eram realizadas festas e negócios entre a chamada "República de Ribeirão Preto".

Jobim, entretanto, considerou o pedido do Senado "incabível". Para o ministro, a suspensão é medida excepcional de contra-cautela "com vistas a salvaguardar contra risco de grave lesão a interesses públicos privilegiados". E, na interpretação do presidente do STF, esse não seria o caso. Ele ressaltou que "nenhuma das referidas normas infraconstitucionais insere na competência monocrática do Presidente do Supremo, a competência para suspender decisões proferidas pelo próprio Tribunal". (Letícia Sander)

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto à tribuna na data de hoje para comentar o artigo intitulado "A esquerda diante do século 21", de autoria do professor Marco Aurélio Nogueira, publicado pelo jornal **O Estado de S. Paulo** em sua edição de 25 de março deste ano.

O professor, em seu artigo, trata das dificuldades que a esquerda enfrenta para resistir à política atual. "A esquerda enfrenta desafios complicados".

A esquerda não pode abrir mão de sua identidade. "...Depende da sua capacidade de ser uma força democrática de transformação".

Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento para que, assim, passe a integrar os Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA EM
SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A esquerda diante do século 21

vinda que digam que esquerda e direita não têm mais sentido e que nem sempre se conseguem visualizar na prática as distinções entre elas, não há argumentos sólidos para sustentar que a esquerda desapareceu ou que a polarização direita-esquerda não tem presença decisiva na política atual.

Tanto que, quando as pessoas observam alguns recentes acontecimentos políticos na América Latina, logo alguém levanta a hipótese de que se estaria assistindo a uma guinada à esquerda no continente. Também é em termos de direita e esquerda que são avaliados os candidatos que disputarão as próximas eleições, aqui e alhures. Em *Direita e Esquerda* (Editora Unesp), que fez muito sucesso anos atrás e continua atualíssimo, o filósofo italiano Norberto Bobbio disse isso com todas as letras, de modo insuspeito.

Tal fato não significa, porém, que a esquerda esteja em ascensão ou no melhor da forma física e intelectual.

Ainda que não possam ter sua importância diminuída, a eleição de Evo Morales na Bolívia e a de Michelle Bachelet no Chile, a força de Chávez na Venezuela, os avanços democráticos na Argentina, no Brasil e no Uruguai se devem mais ao cansaço das pessoas com as políticas neoliberais e com a mediocridade da classe política tradicional do que a uma ascensão categórica da

esquerda. Reletem a permanência de antigos problemas, a esperança dos mais pobres e muitas lutas por reconhecimento, mais que vitórias de uma esquerda sustentável. Não podem ser lidos de modo unilateral.

O sucesso da esquerda depende da sua capacidade de ser uma força democrática de transformação e, portanto, de se auto-transformar o tempo todo: ter orgulho de suas tradições e de seus vínculos de classe, mas ser ágil e generosa para incorporar criticamente as novidades da vida e dialogar com as complexas realidades do século 21.

Para ela, não se trata de "chegar ao poder" ou de "tomar o Estado de assalto", mas de elaborar novas maneiras de organizar a convivência e compartilhar poderes. Trata-se de pensar em mudanças estruturais, numa nova economia, numa ordem social igualitária, mas também de dar o devido destaque aos direitos, às liberdades, à educação, à cultura, à vida concreta dos indivíduos, que é onde, muitas vezes, se ocultam as piores perversidades e as maiores resistências ao desenvolvimento democrático e social. Para isso é preciso confrontar os diferentes poderes que nos cercam e nos controlam: conceber um novo Estado, levar a política para todos os espaços onde pulsa a vida, se disputa e se sofre a dominação.

Hoje a esquerda é um campo teórico-político em crise. Está dividida entre a "responsabilidade fiscal" e o populismo, a ação e a institucionalização, o político e o social. Não tem um vetor programático consistente, um projeto para o século 21, uma identidade que corresponda às novas determinações do jogo social em condições de modernidade reflexiva e radicalizada. Nem sempre consegue dizer algo que sensibilize e mobilize os

mais pobres, os jovens, os cidadãos das distintas classes sociais. Ou seja, ainda não conseguiu traduzir em termos teóricos e de ação política as circunstâncias do capitalismo globalizado e da sociedade que está nascendo das novas conexões, da dissolução progressiva das formas tradicionais de vida.

A esquerda enfrenta desafios complicados. Dadas as condições de alta complexidade, precisa aprender a ser democrática e responsável sem perder a radicalidade. Ela existe para regular o mercado e combater as formas abusivas de propriedade privada, a concentração de renda, a exploração, a desigualdade. Mas seu coração não é estreitamente material, econômico-social, duramente coletivista: está aberto para todos os temas do humano, para os homens e as mulheres de carne e osso, para seus direitos e suas liberdades, suas carências e seus desejos. É um coração marcado pela pluralidade temática e pela recusa à simplificação.

A esquerda é mais que um estado de espírito, é uma força política. Por isso, precisa sempre agir para frear a corrente desilusão social com a política: recriar o modo de pensar e praticar a política, os partidos, os movimentos, as instituições representativas. Para ela, participação e representação, ação e institucionalização, movimento e gestão, "guerra" e "posição" não são termos antitéticos, mas complementares. Caminhos por fora da legalidade institucional não se mostram capazes de fazer com que as reformas avancem, mas o puro jogo parlamentar e eleitoral é limitado demais. A democracia – com seus tempos longos, suas regras, seu pluralismo, seus conflitos – conti-

nua a ser o principal companheiro de viagem da esquerda, sua primeira e mais importante peça, o centro de seu projeto.

Também por isso, a esquerda do século 21 precisa recuperar o

Ela precisa aprender a ser democrática e responsável sem perder a radicalidade

tema da reforma democrática do Estado, para assim recolocar o Estado no centro da vida social não como agente burocrático e aparato de intervenção, mas como garante e referência do contrato social. Uma sociedade "regulada pelo mercado" e pela livre competição dos agentes sociais não oferece uma imagem confiável do futuro, tanto quanto uma sociedade sufocada e dirigida pelo aparelho de Estado.

Tendo em vista a opacidade atual, a esquerda tem de descobrir como se diferenciar da direita e do centro; fazer política com identidade. Não superará sua crise se simplesmente caminhar para o centro, se se associar aos moderados em nome da governabilidade e aceitar a agenda dominante em nome da "cautela", da "estabilidade" ou do "desenvolvimento". Um capitalismo com rosto humano, o respeito às regras da democracia, a competência para ganhar eleições e a interpelação do social não bastam para relançar a esquerda, ainda que sejam compromissos fundamentais.

É por tudo isso que a esquerda se mantém viva e é indispensável.●

Marco Aurélio Nogueira, professor de Teoria Política da Unesp, é autor, entre outros, dos livros *Em Defesa da Política* (Senac, 2001) e *Um Estado para a Sociedade Civil* (Cortez, 2004). E-mail: m.a.nogueira@iglobo.com

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Saída de Palocci acaba com o núcleo duro do Planalto”, de autoria do jornalista Diego Escosteguy, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 29 de março do corrente.

A matéria destaca que a queda de Antonio Palocci pôs fim ao que restava do chamado núcleo duro do governo Luiz Inácio Lula da Silva, forjado no começo de 2003 pelo time que articulou a vitória de Lula nas eleições presidenciais. O trio formado por Palocci e pelos ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken se tornou o dínamo do governo petista. “Três anos depois, a situação do trio mudou radicalmente: passou de força

motora da administração petista a fator de risco para a permanência de Lula no Planalto e para o seu projeto de reeleição”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Saída de Palocci acaba com o núcleo duro do Planalto

Ex-ministro da Fazenda era o último remanescente do grupo, formado ainda por José Dirceu e Gushiken

Diego Escosteguy

ERAS/1-A

A queda de Antonio Palocci pôs fim ao que restava do chamado núcleo duro do governo Luiz Inácio Lula da Silva. Forjado no começo de 2003 pelo time que articulou a vitória de Lula nas eleições presidenciais, o trio formado por Palocci e pelos ex-ministros José Dirceu e Luiz Gushiken se tornou o dínamo do governo petista. Com o aval do presidente, o núcleo era responsável pela articulação política e pela condução dos principais programas do governo.

Três anos depois, a situação do trio mudou radicalmente: passou de força motora da administração petista a fator de risco para a permanência de Lula no Planalto e para o seu

projeto de reeleição. Durante esse espaço de tempo, todos foram alvejados por suspeitas e acusações de corrupção e se transformaram num fardo político para o governo do PT.

O primeiro sinal de que o tal núcleo duro não iria longe veio com o caso Waldomiro Diniz, em fevereiro de 2004, após a divulgação de uma fita de vídeo feita em 2002 – na qual o principal assessor do então chefe da Casa Civil, José Dirceu, cobrava propina de um empresário da área de loterias.

O escândalo fez o governo sangrar por dois meses. Principalmente devido às suspeitas de que Waldomiro teria participado da cobrança de propina para que a Caixa Econômica Federal renovasse o contrato de operação de loterias com a multinacional Gtech. Mesmo

pressionado, Lula manteve Dirceu no cargo, enquanto a tropa de choque do governo no Congresso abafava a criação de uma CPI.

O preço por essas decisões foi cobrado um ano depois, com as acusações do ex-deputado Roberto Jefferson, de que o chefe da Casa Civil teria montado um gigantesco esquema de corrupção, com o pagamento de mesadas a parlamentares para garantir ao governo o apoio da base aliada no Congresso – o chamado mensalão. Dessa vez, o Planalto não conseguiu conter a onda de denúncias e teve que assistir à criação de três CPIs simultâneas para apurar as acusações.

OSTRACISMO

Em poucas semanas, o escândalo provocou a queda de José

Dirceu e do então ministro da Comunicação Institucional, Luís Gushiken. Conselheiro de Lula desde o começo do PT, Gushiken comandava a publicidade do governo e não resistiu às acusações de irregularidades. Não chegou a sair do governo, mas foi rebaixado a um cargo sem relevância – operacional ou política – e hoje amarga o ostracismo.

Quando deixou o governo para a fracassada tentativa de salvar seu mandato no Congresso, Dirceu avisou: “O próximo alvo é Palocci”. Na época, o então ministro da Fazenda confidenciou a amigos que temia “se tornar um novo Dirceu”.

A profecia do ex-homem forte do governo e desafeto do ministro da Fazenda se concretizou. Palocci foi cercado por acusações de corrupção da época em que foi prefeito de Ribeirão Preto.

Apesar das denúncias, Lula adotou a mesma estratégia que não tinha funcionado com Dirceu: resolveu bancar o ministro. Foram seis meses de desgaste, até a queda do último remanescente do grupo que dava as cartas na gestão do PT. ●

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero destacar, hoje, um trabalho da mais alta relevância para o Brasil: um programa que vem sendo desenvolvido, há dez anos, pela nossa sempre eficiente Petrobras.

Refiro-me, Sr. Presidente, aos Centros e Redes de Excelência, por meio dos quais a empresa, que sempre exibiu padrões notáveis de competência, vem conseguindo melhorar ainda mais a qualidade de seus produtos e serviços.

A concepção do programa, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem a simplicidade das inovações bem-sucedidas: escolhe-se um tema ou tecnologia de grande importância para o setor do petróleo, e, a partir daí, formam-se redes permanentes e de vanguarda que conectam a Petrobras a outros órgãos de governo, empresas privadas, universidades e centros de pesquisa, do País e do exterior.

Isso permite o melhor aproveitamento dos recursos e das potencialidades de cada um dos setores envolvidos, num processo de rica sinergia.

A área governamental atua, por exemplo, na promoção do conceito de Centros e Redes de Excelência e na organização de programas de incentivo a projetos desse tipo; atua no estímulo à aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias; atua na proposição de leis de incentivo à aplicação de recursos em tecnologia de ponta e no financiamento a projetos de boa ancoragem empresarial, social ou acadêmica; e atua, também, na negociação com organismos internacionais para a busca de recursos a serem aplicados em pesquisa e desenvolvimento.

Já os setores empresariais e acadêmicos, entre outras funções, desenvolvem tecnologias, equipamentos ou *softwares*; executam projetos de pesquisa e desenvolvimento por encomenda; comercializam produtos e serviços e prestam consultoria técnica, representando os Centros de Excelência nos mercados nacional e no mundial; publicam livros e artigos técnicos, promovem cursos, palestras e seminários; participam de **joint ventures** para a execução de projetos de cooperação tecnológica; buscam recursos junto aos fundos de fomento para a realização de pesquisas; e montam instituições e laboratórios de alta tecnologia.

Os resultados, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderiam ser melhores. O que se tem observado, nos Centros e Redes de Excelência já implantados, é uma gama significativa de vantagens: os recursos alocados à área de tecnologia cresceram de maneira significativa; os atores envolvidos passaram do *status* de clientes ou fornecedores para o de parceiros estratégicos; a utilização de recursos financeiros, humanos e físicos foi otimizada; a imagem das entidades participantes

foi engrandecida, na medida em que se apresentam como integrantes de uma rede de excelência; por fim, mas não menos importante, houve sensível redução no tempo despendido na elaboração de projetos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Petrobras lançou o seu primeiro Centro de Excelência em 1996. E um bom indicador do sucesso da iniciativa é o número de projetos que se viabilizaram desde então. De acordo com o documento Centros e Redes de Excelência – Integração, Inovação e Motivação para Promover o Desenvolvimento Empresarial e Nacional Sustentado, editado pela Petrobras em 2005, podemos comemorar a existência, somente com a liderança ou a participação da nossa empresa de petróleo, de oito empreendimentos já formalmente implantados e de outros quatro em fase de implantação.

Foram implantadas duas Redes de Excelência: Gás e Energia, e Tecnologia de Engenharia de Poços. Foram implantados, também, seis Centros de Excelência: Tecnologia do Gás, Engenharia Naval e Oceânica, Asfalto, Aplicativos de Automação, Qualidade da Terceirização, e Geoquímica.

De outra parte, estão em fase de implantação a Rede de Excelência em Petroquímica e os Centros de Excelência em Metal-Mecânica, Dutos e Ambiental da Petrobras na Amazônia.

Cada um desses projetos, Sr. Presidente, tem trazido benefícios inquestionáveis à Petrobras, ao País e, por extensão, ao conjunto de nossa sociedade. A todos os que trabalham nessa grande empresa, portanto, quero transmitir o meu reconhecimento, a minha admiração por seu profissionalismo e por sua competência.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se às 14 horas de amanhã, as matérias constantes da pauta de hoje.

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 3, DE 2006
(Proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 272, de 2005), que altera as

Leis nºs 10.355, de 26 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS; 10.855, de 1º de abril de 2004, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, instituindo a Carreira do Seguro Social; 10.876, de 2 de junho de 2004, que cria a Carreira de Perícia Médica da Previdência Social e dispõe sobre a remuneração da Carreira de Supervisor Médico-Pericial do Quadro de Pessoal do INSS, 10.997, de 15 de dezembro de 2004, que institui a Gratificação Específica do Seguro Social – GESS; 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais; e fixa critérios temporários para pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Médico-Pericial – GDAMP.

Relator revisor: Senador Sérgio Guerra.
Prazo final: 25-4-2006

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 4, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 273, de 2005), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes e de Encargos Financeiros da União, no valor global de quinhentos e dezesseis milhões, cento e trinta e dois mil, novecentos e noventa e quatro reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador João Ribeiro.
Prazo final: 26-4-2006

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 5, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 274, de 2005), que acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação; revoga o art. 3º da Medi-

da Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001; e dá outras providências.

Relator revisor: Senador Romero Jucá.
Prazo final: 28-4-2006

4

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 275, de 2005

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 275, de 2005, que altera a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, que institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples, em função da alteração promovida pelo art. 33 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, e dispõe que o prazo a que se refere o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para reutilização do benefício da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, aplica-se inclusive às aquisições realizadas antes de 22 de novembro de 2005.

Relator revisor: Senador Jefferson Péres.
Prazo final: 28-4-2006

5

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 7, DE 2006

(Proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 7, de 2006 (proveniente da Medida Provisória nº 276, de 2006), que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério dos Transportes, no valor de trezentos e cinquenta milhões de reais, para os fins que especifica.

Relator revisor: Senador Aelton Freitas.
Prazo final: 1º-5-2006

6

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 277, DE 2006

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 277, de 2006, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da

Agricultura, Pecuária e Abastecimento e das Relações Exteriores, no valor de setenta e quatro milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil reais, para os fins que especifica. (Apoio à população atingida pela febre aftosa)

Relator revisor: Senador Osmar Dias.

Prazo final: 18-5-2006

7

**SUBSTITUTIVO À
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº
12, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os artigos 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 5, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação para o segundo turno.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 66, DE 2005**

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador José Jorge (apresentada como conclusão do Parecer nº 2.054, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), que *acrescenta o inciso XVI e o § 2º ao art. 52 da Constituição, para atribuir ao Senado Federal competência para indicar membros do Conselho Diretor ou da Diretoria das Agências Reguladoras.*

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 30, DE 2002**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 30, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Souto, que *acrescenta os §§ 12 e 13 ao art. 14 da Constituição Federal (dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos*

das Chefias do Poder Executivo nos seis meses anteriores às eleições).

Parecer favorável, sob nº 429, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 96, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 96, de 2005 (nº 5.788/2001, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional de Conscientização da Esclerose Múltipla.*

Parecer favorável, sob nº 2.249, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Augusto Botelho, com a Emenda 1-CE, de redação, que apresenta.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2005 (nº 3.883/2004, na Casa de origem), que *acrescenta inciso ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço, sem prejuízo do salário, na hipótese de participação em reunião oficial de organismo internacional ao qual o Brasil seja filiado.*

Parecer favorável, sob nº 2.148, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

12

**EMENDAS DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 2003**

Discussão, em turno único, das Emendas da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2003 (nº 2.677/2000, naquela Casa), que *inscreve o nome de Alberto Santos Dumont, o Pai da Aviação, no Livro dos Heróis da Pátria.*

Parecer favorável, sob nº 200, de 2006, da Comissão de Educação, Relator: Senador Wellington Salgado.

13

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2006 (nº

2.997/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e o Reino dos Países Baixos, celebrado em Brasília, em 7 de março de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 150, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

14

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 12, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 2006 (nº 1.396/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e a Agricultura, aprovado em Roma, em novembro de 2001, e assinado pelo Brasil, em 10 de junho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 189, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 44, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2006 (nº 1.154/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Sede entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA, celebrado em Brasília, em 13 de dezembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 199, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Marco Maciel.

16

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 14, DE 2005

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada pela Comissão Diretora como conclusão de seu Parecer nº 2.202, de 2005, Relator: Senador Tião Viana), do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2005 (apresentado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa como conclusão de seu

Parecer nº 24, de 2005, Relator: Senador José Maranhão), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, a rodovia que especifica.*

17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 174, DE 2000

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 21, de 2003)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 174, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, que *altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde* (para assegurar a cobertura de despesas de acompanhante, no caso de paciente menor de dezoito anos, inclusive quando se tratar de internação em unidade de terapia intensiva ou similar).

Pareceres sob nºs 711, de 2003, e 1.515, de 2005, das Comissões

– de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Mão Santa, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; e

– da Comissão de Assuntos Sociais (em audiência, nos termos do Requerimento nº 336, de 2003), Relator: Senador Leonel Pavan, favorável, com a Emenda nº 2-CAS, que apresenta, com voto contrário, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

18

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 390, DE 2005-COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 – Lei das Inelegibilidades* (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Parecer sob nº 188, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 – CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado.

19

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 15, DE 2006
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143
do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 15, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, que *altera o Código Penal para criminalizar o tráfico internacional de pessoas para fins de emigração, e a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, para inserir a mencionada conduta entre os crimes antecedentes da lavagem de dinheiro.*

20

REQUERIMENTO Nº 1.355, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.355, de 2005, do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda informações a respeito de operações financeiras eventualmente efetuadas entre o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com a empresa controladora do empreendimento *Beach Park*, localizado em Porto de Dunas, Ceará, ou com qualquer das empresas controladas por ela.

Parecer favorável, sob nº 162, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Siqueira Campos. PSDB – TO) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 4 minutos.)

(OS Nº 11960/06)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 21 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para encaminhar discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu endosso todas as observações feitas pelo Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen.

Na verdade, Senador Jorge Bornhausen, esses cargos criados para inchar a máquina e com objetivos

políticos, longe de representarem a geração de emprego, significam a subtração de empregos, porque eles atuam diretamente contra o dinamismo da atividade econômica.

Mas muito bem, Sr. Presidente, a Medida Provisória nº 269, de 2005, ela cria 1.755 cargos na Agência Nacional de Aviação Civil – Anac – e 400 no Ministério das Relações Exteriores. Aí faço uma observação. Na maioria dos casos, Senador Geraldo Mesquita, para preencher vagas em embaixadas, que eu não criaria se fosse Presidente da República, porque significam gastos públicos sem devolver ao País o de que ele precisa, que é justamente dinamismo exportador. É ainda o sonho desmiolado do Presidente de obter no Conselho de Segurança da ONU. Basta trazermos à luz a recente postulação, noticiada também pela imprensa internacional do Presidente Chávez, grande parceiro do Presidente Lula, que até já se mete no carnaval do Rio. Eu só quero saber como veio o dinheiro. Já pedi isso ao Banco Central. Quero saber como transportaram o dinheiro de lá para cá. Não deve ter sido em cueca. Deve ter sido pela via do Banco Central, por uma operação de câmbio normal. O Presidente Chávez lançou a candidatura da Venezuela ao Conselho de Segurança da ONU, ou seja, o Brasil não conta nem com Chávez para apoiar a sua pretensão. E aí cria embaixadas em vários países, incha a máquina, infla a máquina e não conseguimos... Há 400 cargos no Ministério das Relações Exteriores, visando a isso. Trata-se de uma carreira de excelência, que está deixando de sê-lo, em função de medidas terrivelmente comprometedoras do bom senso.

São 440 cargos no Instituto Nacional de Propriedade Industrial; 580 no Instituto Nacional de Meteorologia, Normalização e Qualidade Industrial, no Inmetro; 1000 na Fundação Osvaldo Cruz – Fiocruz. A Medida Provisória autoriza também o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, e as agências reguladoras dos serviços públicos – Anatel, Ancine, Aneel, ANP, ANSS, Antac; ANTT, Anvisa e ANA – a manterem até 31 de março de 2007 seus quadros temporários de servidores contratados sem concurso. Esses funcionários deveriam ter sido substituídos até o final de 2005. No entanto, o Governo alega que, com a prorrogação, cada agência terá tempo de contratar servidores por meio de concurso, sem risco de interromper suas atividades por falta de pessoal. As agências têm autonomia, lembro bem, para elaborar seus calendários de concursos.

Segundo o Governo, o objetivo da criação de cargos no INPI e no Inmetro é o de suprir a carência dos servidores nesses institutos, para permitir que o Governo fortaleça a sua atuação na área de ciência e

tecnologia. As vagas serão ocupadas por candidatos aprovados em concursos públicos já homologados e também em outros concursos que deverão ser abertos, concluídos até 30 de junho de 2006. No caso da Fiocruz, são 150 vagas para pesquisadores, 457 para tecnologistas, 180 para técnicos e 213 para analistas em ciência e tecnologia. Todos esses cargos serão preenchidos por meio de concursos públicos. Com isso eu concordo, evidentemente.

Assim, será possível substituir servidores terceirizados por ocupantes de cargos efetivos, que até podem ser terceirizados desde que tenham sido aprovados nos concursos a que me refiro.

No Ministério das Relações Exteriores, são criados 400 cargos efetivos na carreira diplomática. O objetivo é atender à necessidade de expansão das atividades desenvolvidas, em especial aquelas relacionadas com os países da África e da Ásia. Sobre isso ainda há pouco pude expender a minha opinião.

A Medida Provisória também reajusta de 35% para 75% do vencimento básico do servidor, a gratificação do desempenho de atividade de regulação – GDAR – das carreiras das agências reguladoras, com efeito a partir de 1º de janeiro de 2006. A GDAR vale aos funcionários que executam a atividade fim das agências, ou seja, a regulação dos serviços públicos de diversas áreas, como telecomunicações, saúde, transportes e fornecimento de energia elétrica. Além disso, os funcionários dos setores de apoio administrativo das agências receberão a gratificação de atividade técnico administrativo em regulação – GDATR – no valor de até 35% dos vencimentos básicos. O objetivo, segundo o Governo Federal, é valorizar os quadros funcionais das agências. As gratificações serão concedidas com base em avaliações dos desempenhos individuais dos servidores e dos resultados institucionais.

Na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a MP 269 reajusta, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2006, a Gratificação de Desempenho de Atividades de Informação (GDAI), que é dada a funcionários de nível superior e intermediário. A GDAI passa de 30% para 48% do vencimento básico do servidor, em decorrência os resultados da avaliação do desempenho individual, e de 25% para 43% do maior vencimento básico de cada cargo, a depender dos resultados da avaliação de desempenho institucional.

No âmbito da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), a medida provisória prevê a realização de concurso público, que não tem ainda data definida, para o preenchimento dos seguintes cargos: analista em regulação da aviação civil, 922 vagas; técnico em regulação de aviação civil, 394 vagas; analista administrativo, 307 vagas; e técnico administrativo, 132 vagas.

Além de serem aprovados nas provas de concurso, os candidatos terão de passar por cursos de formação específica para cada área de atividade. Esses cursos terão caráter eliminatório e classificatório.

No quadro efetivo da Anac, serão incluídos, além dos futuros concursados, servidores do Ministério da Defesa que já trabalham em entidades cujas atribuições foram transferidas para a Agência. Essa é a situação, por exemplo, de 270 empregados da Infraero que atuam no DAC (Departamento de Aviação Civil) e de militares da Aeronáutica que fazem parte do Centro Técnico Aeroespacial.

A MP cria 394 cargos comissionados na estrutura da Anac, com remunerações que variam de R\$699,86, para assistentes administrativos, a R\$8.300, para o diretor presidente da Agência. São fixadas ainda 209 gratificações exclusivas para oficiais gerais e para outros oficiais que ocupam cargos de gerência executiva e de assessoria na Agência.

Outra novidade no âmbito da Anac é a fixação da Taxa de Fiscalização da Aviação Civil (TFAC), relativa ao poder de polícia decorrentes das atividades de fiscalização da Agência sobre as companhias aéreas, aeroportos e prestadores de serviços aéreos em geral.

A cobrança de taxa pela Anac está prevista na Lei nº 11.182, de 2005, mas ainda não haviam sido estabelecidos critérios como os de recolhimento de valores fora do prazo de parcelamento de débitos.

Sr. Presidente, eu sou completamente a favor, Senador Romero Jucá, da autonomia das Agências. Entendo que esse vácuo regulatório que ficou com a substituição das empresas estatais por empresas privadas – e elas, sim, significando o grande salto que o País deu na produtividade, refletindo isso nas exportações, na melhor qualidade das importações, na melhoria do nosso processo produtivo –, as agências seriam a regulação dessa nova situação de mercado que se formou. Eu sou claramente a favor disso.

Então, não posso obstaculizar aquilo que venha a fortalecer o poder das agências por entender que marcos regulatórios convincentes, Senador Luiz Pontes, são precisamente os que atrairão os investimentos que sustentarão o crescimento brasileiro por oito, dez, doze ou quinze anos, se houver conjuntura internacional favorável para isso.

Sem marcos regulatórios – e hoje nós não os temos de maneira confiável – teremos, sem dúvida alguma, limitações para o crescimento, crescimento medíocre, crescimento pequeno, crescimento tacanho, crescimento nanico, crescimento mesquinho, apesar da grandeza do momento internacional. Uma conjuntura que, nos últimos cinquenta anos, não se repetia.

E, agora, com economia de mercados globalizados – esse é o regime sob o qual vivemos –, é muito importante sabermos que o mundo está crescendo e que o Brasil cresce um pouquinho, podendo crescer muito mais. E cresce um pouquinho porque tem havido falta de competência e gerenciamento do Governo do Presidente Lula.

Muito bem. Criação de cargos comissionados, não posso endossar. Entendo que deveria haver um remanejamento. Deveriam demitir a “companheirada” – aqui para nós –, demitir um monte de companheiros, essa gente que aparelhou a máquina, essa gente que não constrói, essa gente que protagonizou até cenas típicas de jornalismo policial; demitir essa gente e preencher os cargos comissionados necessários – não estou nem pedindo a extinção dos cerca de vinte mil cargos existentes no País –, demitindo a turma da politicagem e preenchendo-os com técnicos que venham fortalecer o trabalho das agências e fazer o papel que o Governo enuncia neste projeto de conversão que deseja ver realizado.

Finalmente, há uma questão importante para a qual chamo a atenção da Relatora, Senadora Fátima Cleide, prezada, estimada e competente colega, que se debruçou, de maneira muito convincente, sobre essa matéria. Já chegamos a conversar sobre isso na reunião de Líderes, ainda há pouco, convocada pelo Presidente Renan Calheiros.

Eu preciso ver a explicação muito clara e o debate feito sobre essa taxa. Ou seja, não podemos ficar tolerando mais, a pretexto nenhum, aumento de carga tributária no País. Tem aquela cantilena: ah! mas, no tempo do Fernando Henrique, era sessenta bilhões e passou para seiscentos bilhões.... Primeiro, a estabilidade econômica cobrou um preço em termos de carga tributária, sim. Segundo, o Presidente Fernando Henrique resgatou, a preço de hoje, talvez R\$300 bilhões de esqueletos do passado: BNH, dívidas de Estados e Municípios, injetou várias vezes recursos no Banco do Brasil, na Caixa Econômica. Esqueletos que saíram do armário, ou seja, essa dívida não foi inventada pelo Ex-Presidente, foi trazida à luz e assumida por ele, em nome de uma economia mais transparente. Porque não pode haver a coexistência da falta de transparência com a estabilidade econômica. A estabilidade econômica exige, **a priori**, transparência.

Mas, muito bem. Chegamos aos tais R\$600 bilhões. O Presidente Lula herda R\$600 bilhões de dívida pública. Estamos com alguma coisa perto de R\$1,100 trilhão. E ele não resgatou esqueleto nenhum, não limpou área nenhuma de nenhum passivo que restasse no

País. Nada! Zero! Isso se deve a juros excessivamente altos, se deve a mecanismos, para os quais vamos encontrar a solução, a resposta, examinando o interior deste Governo que aí está. A dívida hoje, simbolicamente, ultrapassou – e bastante – R\$1 trilhão e não houve a quitação de nenhum esqueleto.

Ofereço à análise um dado extremamente significativo a V. Ex^a, Senador Gilberto Mestrinho. Daqui a dois ou três dias vai sair oficialmente a informação do IBGE. Até já comuniquei o fato ao Líder, Senador Aloizio Mercadante, que imagino deva receber também essas informações. Mas a verdade é que, pelo IBGE, quando vamos calcular a relação do que se recolheu de tributos com o PIB, vemos que é de quase 38% do PIB a carga tributária brasileira, em 2005. Isso significa que aumentaram, sim, a carga tributária. Significa que não cortaram despesas, porque o tempo inteiro ficaram criando cargos desnecessários, o tempo inteiro ficaram esbanjando recursos, que vão do aerolula a futilidades das contratações desnecessárias e das compras supérfluas dos cartões de crédito. Gastam o dinheiro que deveria ser empregado no investimento público, este, sim, o mais baixo desde o início da década de 90 para cá. O investimento público faliu, e os gastos correntes crescem à razão de 8%, 10% ao ano contra um crescimento do PIB, que no último ano foi 2,3% apenas.

Senador Gilberto Mestrinho, se formos agora fazer a decomposição do setor exportador com o setor interno, vamos ver que o setor exportador, que é isento, portanto, puxa para baixo a média da carga tributária; se excluirmos o setor, que não é isento, é bem mais isento, ele merece – e concordo com isso – muitas isenções. Mas, fazendo a decomposição, tira para lá o setor exportador, vamos examinar o peso da carga tributária sobre o produto gerado pelo mercado interno e aí vamos ver que a carga tributária é de mais de 41%.

Então, não é possível um país imaginar que vai crescer sustentavelmente assim. Não é. E se não é possível um país crescer sustentavelmente assim, então não passa de conto de uma noite de verão, não passa de lenda. Não passa de lorota política alguém ficar me dizendo que vai ter espetáculo de crescimento em algum momento, se não fazemos nós mais reformas estruturais e se não fazemos nós uma contenção de recursos que mostre que o Estado brasileiro, pelos seus governos, é capaz de aprender a gastar menos e a gastar melhor um recurso que deveria ser usado a favor do povo, do saneamento básico, das escolas, da educação, da saúde. E, no entanto, é gasto no su-

pérfluo, é gasto na loucura dessa espiral dos gastos correntes.

Portanto, Sr. Presidente, eu pretendo aprovar a medida provisória pelo que ela fortalece as agências. Mas nós temos vários destaques para votação em separado, um deles de autoria do nosso partido, do PSDB, que visa precisamente a questionar os cargos comissionados. Aguardaria a Senadora Fátima Cleide discorrer sobre a taxa, porque tudo com o que não pode compactuar o PSDB nesta quadra histórica é com mais carga tributária. Acabei de citar números candentes que mostram que o Brasil está chegando a píncaros. Senador Tião Viana, segundo o IBGE, 41% é a carga tributária sobre o mercado interno, se excluirmos o setor exportador, que paga muito menos impostos. Que seja cada vez mais isento de pagar impostos é o que desejo do fundo do coração! Mas o fato é que está absurdo. Não dá para aturar mais isso. Então, é fundamental discutirmos com seriedade a questão.

Louvo o trabalho da Senadora Fátima Cleide, que eu percebi atenta, generosa e articuladora. Conversou com todos. A mim me consultou diversas vezes. Ouviu as opiniões e procurou harmonizá-las no relatório competente que está apresentando e que, com um pouco mais de debate, talvez possa ser arredondado até para merecer aprovação unânime desta Casa. Enquanto isso, gostaria que a Senadora explicasse essa questão da nova taxa, porque não podemos compactuar com mais cargos comissionados nem com aumento de carga tributária, porque o Brasil não aguenta mais, nem uma coisa, nem a outra.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 4 DE MARÇO DE 2006, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Flexa Ribeiro, agora eu, com todo apreço e amizade que lhe tenho, lembraria que o homem considerado o maior orador da história da humanidade – o Senador Pedro Simon ainda não tinha nascido –, Cícero disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. Então, acho que V. Ex^a deve refletir e desistir de usar da palavra, pois o Senador Pedro Simon é melhor do que Cícero, Demóstenes, Quintiliano; mas V. Ex^a é ousado.

Concedo a palavra a esse corajoso orador do Pará, Senador da República pelo PSDB.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria adverti-lo. Abraham Lincoln ficou célebre porque um orador, antes dele, falou muito tempo e ele em cinco minutos fez um dos grandes discursos da história da humanidade.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA.) – Eu, em hipótese nenhuma posso sequer me aproximar do nobre Senador Pedro Simon, até por que, além de ser um atento ouvinte dos brilhantes pronunciamentos de S. Ex^a, busco no seu exemplo o caminho a seguir aqui no Senado Federal. As referências do Senador Pedro Simon percorrem o Brasil como um todo. Os Senadores do meu querido Estado do Pará, e ressalto aqui o Senador e depois Governador Almir Gabriel, têm em V. Ex^a um exemplo a ser seguido e sempre me orientou no sentido de segui-lo.

Então, como disse o Presidente Mão Santa, tenho a ousadia de fazer um pronunciamento após esse grande orador, que é o Senador Pedro Simon. Mas não poderia perder essa oportunidade para relatar aqui, ao voltar à tribuna hoje, a viagem que fiz, no final de semana, aos municípios do interior do meu querido Estado do Pará. Tive a oportunidade de rever e abraçar os meus amigos e as minhas amigas do Pará que me assistem pela TV Senado ou me ouvem pela rádio Senado.

Quase todo final de semana nós nos deslocamos para o interior do nosso Estado, que tem dimensões grandiosas – 1 milhão 250 mil quilômetros quadrados, Senador Pedro Simon. De jato, tanto na direção oeste como na direção sul de Belém, viaja-se mais de uma hora e continua-se dentro do Estado, ou seja, são mil e tantos quilômetros ao sul, mil e tantos quilômetros a oeste. Para percorrer o Estado todo, para rever os amigos, estar presente, vendo as necessidades, levando os benefícios, como faz o Governador Simon Jatene, é preciso que se faça isso todo o tempo, senão não há como percorrer o Estado para estar presente, atendendo as suas necessidades.

Neste final de semana, estivemos no município de Conceição do Araguaia, ao sul do nosso Estado – duas horas e meia de turbo-hélice para chegarmos até lá. Fomos em companhia do ex-secretário de agricultura do nosso Estado, companheiro Wandenkolk Gonçalves, um grande secretário, Senador Motta, secretário atuante, que tem uma visão bastante real e concreta da potencialidade do Estado do Pará no agronegócio. Desenvolveu a sua missão à frente da

Secretaria com grande competência. Fomos até lá – é importante que se diga – que fomos recebidos no município pelo Prefeito Álvaro Britto, do Partido dos Trabalhadores. Já tínhamos estado lá há pouco mais de um mês, com o Governador Simão Jatene, levando benefícios a esse município. O Governador assinou vários convênios com o prefeito do PT, dando condições para que o prefeito construísse a sede da Prefeitura; repassando a ele, com recursos do Tesouro, um equipamento para usinagem de asfalto, e, mais do que isso, Senador Mão Santa, recursos para compra de emulsão e para serviço de terraplenagem, porque a Prefeitura está sem a mínima condição de fazer qualquer tipo de serviço.

O Governador do PSDB foi lá apoiar o Prefeito do PT, como já havia feito, anteriormente, em outro município do oeste do Pará, também com uma Prefeita do PT, a minha amiga Maria do Carmo. O Governador Simão Jatene investe mais de R\$150 milhões do Tesouro do Estado do Pará em Santarém.

Então, são esses exemplos que o Governador Simão Jatene dá que o Presidente Lula deveria tomar, para que não discriminasse os governos de Estados que não são de seu Partido. No ano passado, O Presidente Lula fez uma declaração, entre tantas que faz, dizendo que seu Governo não discrimina. Discrimina. Eu vim aqui à tribuna e digo que discrimina, sim, Presidente, porque o Estado do Pará, governado com competência e honradez pelo Governador Simão Jatene, não recebe nenhum recurso destinado às ações federais no Estado. Não existe, não há nenhuma obra do Governo Federal, nesses três anos e pouco, a não ser uma passagem de nível, obra da ordem de R\$30 milhões ou R\$ 40 milhões, que está há três anos para ser feita e ainda não foi concluída. Há pouco tempo, o Presidente Lula esteve em Marabá para inaugurar uma obra na Vale do Rio Doce. Se tivesse alguma obra no Pará, ele teria ido inaugurar obra do Governo Federal e não inaugurar uma obra da Vale do Rio Doce, um conjunto de salas de aula.

Mas eu quero deixar aqui a alegria de ter revisto os meus amigos lá de Conceição do Araguaia: o ex-Prefeito, Alberto Branco, uma liderança incontestada do Sul e Sudeste do Pará; o nosso amigo, Vice-Presidente da Câmara dos Vereadores de Conceição, Vereador João José; o Presidente do Diretório Municipal do PSDB, Aurélio do Carmo, e várias outras lideranças que estiveram conosco, nos recepcionando, ao ex-Secretário Wandenkolk e a mim. Foi um dia bastante proveitoso. Quando o Governador esteve lá, houve um pedido para que melhorasse as condições de uma vicinal ao

assentamento do Bradesco, obra que deveria ser feita pelo Incra, pelo Governo Federal, e que não atende, Senador Pavan, às necessidades dos assentados. O Governador foi lá, recebeu o pedido, trouxe esse pleito a Belém, e nós levamos o convênio assinado para o prefeito, para que ele, mesmo sendo do PT, fizesse a recuperação da vicinal.

Então, são exemplos como esses, do Governador do Estado em Santarém e em Conceição, que o Presidente Lula deveria adotar como ação de governo para todos os brasileiros, para todos os Estados, mesmo aqueles governados por partidos que não são da sua base, como é o caso do meu querido Estado do Pará.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Com muito prazer, Senador Pavan. Depois, o Senador Motta.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex^a, como Senador da República, está cumprindo um papel dos mais dignos, dos mais elogiáveis dentro do Senado Federal. Todos nós aqui sentimos que V. Ex^a trabalha não apenas pelo seu Estado do Pará, mas também para o Brasil inteiro. Suas colocações, mostrando o conhecimento que V. Ex^a tem do seu Estado, mostrando o perfeito entrosamento do seu Governador, do nosso Governador com os prefeitos do interior do Estado e de diferentes cores políticas, mostram o quanto V. Ex^a é responsável com o processo político nacional, principalmente com o Estado do Pará. Mas eu pedi o aparte pelo seguinte: V. Ex^a diz que há discriminação do Governo Federal. Há discriminação. Eu não consigo liberar recursos. Eu não consigo! Vou dar um exemplo. Amanhã, a cidade de Camboriú – não o Balneário de Camboriú, a qual conhece o meu querido Presidente Mão Santa –, ao lado do Balneário de Camboriú, faz cento e vinte e dois anos. E o Prefeito Edson Olegário, o Edinho: eu tinha um recurso de mais de seiscentos e poucos mil. A Caixa Econômica Federal chamou o prefeito, foi anunciado à comunidade que seriam lá investidos “x” valores em infra-estrutura, no bairro do Monte Alegre, em pavimentação de ruas. Apenas em última hora disseram que não havia mais condições de empenhar os recursos. O Presidente continua viajando o Brasil, batendo continência com o chapéu dos outros. Há poucos dias, ele foi a Itajaí inaugurar dois navios, dizendo que teriam sido construídos com os recursos do Governo Federal, com financiamento para a construção de navios. Um dos navios não tinha ainda o motor e não contou com quaisquer recursos do Governo Federal. O ou-

tro navio, a proprietária o financiou todo com dinheiro que ela própria levantou junto a um banco. E ela está esperando o financiamento federal. Ele foi lá e inaugurou, reunindo pouco mais de trezentas pessoas. Aliás, os seguranças, brutamontes, Senador Flexa Ribeiro, impediram que as pessoas fizessem manifestações, alertando o Presidente.

Presidente, viaje, mas, por favor, traga coisas concretas! Há discriminação. Há discriminação contra os governos que não são do PT; há discriminação deste Governo contra os Senadores que não apóiam o Governo. Eu estou sendo discriminado, não consigo recursos. Por mais que eu tenha atuado, por mais que eu aprove as minhas emendas, eu não consigo os recursos. Falei com o Tião Viana: Tião, eu não voto contra tudo aqui, voto a favor de muita coisa que precisa do apoio da Oposição, porque não somos daqueles do “quanto pior, melhor”. Somos do “quanto melhor, melhor”. Eu pedi ao Senador Tião Viana que me socorresse. E ele disse: – “Pode deixar, porque vai acontecer”. E eu sei, eu acho que vai acontecer. Confio no Senador Tião Viana. Falei com o Mercadante: Senador, V. Ex^a é o Líder. Não é possível, por que discriminar? Não estão discriminando o Senador Leonel Pavan; estão discriminando os pobres, cidades simples, pequenas, que não têm condições nenhuma de fazer investimentos. Não estão discriminando o Senador do PSDB; estão discriminando parte da sociedade brasileira que votou no Presidente Lula – muitos votaram no Lula. Lamentavelmente, este Governo não é democrático, não atende a todos da mesma forma como atende a base do Governo. V. Ex^a faz um excelente pronunciamento, falando do seu Estado e falando da discriminação do Governo Federal em relação ao Pará, a Santa Catarina, ao Rio Grande do Sul; discriminação contra os agricultores, discriminação contra o setor moveleiro, discriminação contra o setor calçadista. A discriminação é contra os pobres do nosso Brasil, porque não investem em agricultura, não investem no setor calçadista, no setor moveleiro; eles não estão repassando os recursos da Lei Kandir, gerando com isso desemprego e miséria neste País. Esse é o Governo Lula, que tinha uma base sólida aparentemente. É o que sempre falou aqui o Mão Santa: o núcleo duro, o núcleo que virou mole, evaporou, acabou, derreteu. O núcleo duro sumiu! Isso é o Governo Lula hoje. Sumiu! Lamentavelmente, o Brasil paga um preço por ter alguém no comando que não tem poder, não tem firmeza e não consegue gerenciar o Brasil da forma que merecemos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Leonel Pavan e incorporo o aparte de V. Ex^a ao meu pronunciamento. O Presidente Lula quando diz que não discrimina, é porque tem certeza que discrimina, quando ele diz que não sabe, é porque tem certeza de que sabe. Quando ele foi ao Pará, nessa estada recente, para inaugurar as salas de aula da Vale do Rio Doce, ele disse que o Governo dele tinha, só em 2005, investido no Pará R\$5,5 bilhões – e eu já referi isso aqui, Senador Mão Santa. Onde o Governo Federal pode ter investido R\$5,5 bilhões no Estado do Pará? O Governador Simão Jatene já veio a público pedir que o Presidente mostre uma obra do Governo Federal no Estado. E esse valor daria para fazer a pavimentação da Santarém-Cuiabá, da Transamazônica, de centenas de eclusas e não existe nada no Estado. Mas ele vai lá e diz que investiu R\$5,5 bilhões no Estado do Pará.

Completando a narrativa da visita a Conceição do Araguaia, quero deixar um abraço às lideranças de outros municípios que foram até lá nos receber. Quero agradecer pela recepção calorosa que tivemos do Delvani dos Santos, o Prefeito X de Floresta do Araguaia, cidade que é grande produtora de abacaxi do meu Estado, ao Odacir Dal Santo, Prefeito de Santa Maria das Barreiras; ao João Dentista, Prefeito de Cumaru do Norte; ao Mario Osvaldo Silva, Prefeito de Pau D'Arco, ao Renan Souto, Prefeito de Água Azul do Norte e de todas as Lideranças que, com suas presenças, demonstraram reconhecimento e gratidão ao Governador Simão Jatene, pelo trabalho e dedicação a toda a região Sul do Pará.

Mas aí, Senador Motta, no domingo, dia dois, saímos de Conceição e fomos para Tucuruí, à Hidrelétrica de Tucuruí, onde tem uma “caveira de burro enterrada”, Senador Mão Santa. Não se consegue concluir as eclusas. É uma obra que já tem 25 anos. E o Presidente Lula foi lá e disse que iria executar no seu Governo. Foi o Governo em que menos a eclusa andou, porque não há recursos. Aliás, foram colocados recursos, no ano passado, de R\$200 milhões, do PPI, e o Governo do Presidente Lula retirou esses recursos, porque achou que a obra não era prioritária. Alocou em outra obra. Lamentavelmente, obra que nem no Estado do Pará fica.

Mas, ao chegarmos lá, nós nos deslocamos para um assentamento do Incra, o Projeto de Assentamento Angelim, que fica a 50Km de Tucuruí. E fomos, Senador Mão Santa, pela BR-422, que liga Tucuruí a Cametá. Esse assentamento fica a cinquenta e poucos quilômetros de Tucuruí. Em uma estrada razoável levaríamos

uns quarenta minutos para percorrer. Senador João Batista Motta, nós levamos quatro horas para percorrer esses cinquenta quilômetros, tal o estado da rodovia, se se pode chamar aquilo de rodovia.

Era bom até o Presidente Lula pedir para o Ministério dos Transportes tirar o nome BR, porque é lamentável que aquilo como está, que nem caminho de onça pode ser, seja chamado de BR, de rodovia.

Atolamos, Senador Mão Santa. O ex-Secretário Wandenkolk teve que tentar, com esforço, retirar os carros. Eram carros traçados, 4X4, caminhonetes e, nem elas conseguiram vencer os atoleiros. Estávamos em companhia do Prefeito de Tucuruí, o Cláudio Furman, dos Vereadores João Batista, Deja, Zé Bino, várias Lideranças de Tucuruí, os meus amigos Ueder e Alair, e vários companheiros na comitiva.

Na hora em que atolamos, vinha um assentado pela estrada, o Zé Antônio. Foi aí que vimos como esse Partido dos Trabalhadores faz a lavagem cerebral. O Governador Simão Jatene, em face da precariedade da estrada, mandou fazer um serviço emergencial, que está começando agora, pelo menos para manter a trafegabilidade no inverno. E, conversando com o nosso brasileiro assentado no Angelim enquanto desatolávamos o carro, ele disse que tinha informações que iria ser feito um serviço na estrada. Eu disse a ele:

– O serviço está sendo feito pelo Estado.

Ele disse:

– Não, mas foi o Governo Federal que mandou o dinheiro para o Estado fazer o serviço.

Olhem como as notícias chegam no assentamento do Angelim!

Chegamos ao assentamento, onde existem 254 famílias, e, com outras lideranças de outros assentamentos, soubemos que havia, no entorno da BR-422, três mil assentados.

Lá, fomos recebidos pelas lideranças do assentamento, pelo Genivaldo, para quem quero mandar um abraço. Ele nos recebeu porque o Governo do Estado estava levando, naquela ocasião, benefícios para o assentamento, entre eles, uma casa de farinha.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Senador Flexa Ribeiro, em qualidade, o seu pronunciamento já se igualou ao do Senador Pedro Simon, e estava pensando que não iria, tanto o é que o Senador Heráclito Fortes saiu do seu gabinete para assisti-lo. V. Ex^a quer empatar também no tempo?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já estou concluindo, Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não. Ainda quero cooperar. O Senador João Batista Motta pede um aparte.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Então, o Genivaldo nos recebeu, e no assentamento celebramos convênios para a construção de uma casa de farinha, para a conclusão de um escola e para abastecimento de água. Anteriormente, Genivaldo havia solicitado ao Presidente Lula que concluísse a colocação de luz para todos os assentados, iniciada e paralisada. Fiquei de verificar o motivo da paralisação e retornar ao assentamento, esperando dizer que a colocação da luz para aquele assentamento será concluída, sim.

Quero fazer um apelo ao Presidente Lula para colocar recursos na BR-422. Peça ao Ministro dos Transportes, ou melhor, determine ao Ministro dos Transportes que ele mande recursos de forma emergencial para que aquela rodovia possa ter condições de trafegabilidade pelo menos no inverno. Estamos em pleno inverno e, no Pará, na Amazônia, só se trabalha durante seis meses. Nesses seis meses, até maio, estamos em pleno inverno e é difícil fazer obras, mas é preciso fazer obras emergenciais para manter a trafegabilidade.

Concedo o aparte ao nobre Senador João Batista Motta.

O Sr. João Batista Motta (PSDB – ES) – Senador Flexa Ribeiro, em primeiro lugar, parabeno V. Ex^a pelo pronunciamento. Até eu, que, volta e meia, ando pelo Estado do Pará, estou orgulhoso pelo mandato que V. Ex^a está cumprindo nesta Casa. Hoje, realmente o Pará tem um Senador que defende seus interesses. Tenho certeza de que o povo do Pará hoje, assim como eu, está orgulhoso de ter V. Ex^a nesta Casa. Assim também o Piauí, que tem, na pessoa do Senador Mão Santa, aquele defensor de todas as horas, de todos os dias dentro desta Casa, lutando e brigando pelo Estado de S. Ex^a. No entanto, Senador Flexa Ribeiro, discordo de V. Ex^a em um ponto e, sobretudo, no que disse também o Senador Leonel Pavan, quando falam da discriminação do Governo Lula para com os Estados do Pará e Santa Catarina. Creio que não há discriminação com relação a esses dois Estados. A discriminação se dá com o povo brasileiro de uma forma geral. Se não há obras no Ceará, em Pernambuco, no Pará, em Santa Catarina, também não há no meu Espírito Santo, em Minas Gerais, em São Paulo ou em qualquer outro Estado deste País. Contesto quando o Senador Leonel Pavan fala do Governo Lula porque não há governo.

O que há é desgoverno. Não podemos equiparar o que está aí a nenhum governo que já passou por este País. Quando o Presidente vai ao meu Estado é para inaugurar obras da Aracruz Celulose ou da Companhia Siderúrgica de Tubarão. Quando convida, no palácio, para lançar uma ferrovia no meu Estado é um projeto, um mapa, um croqui feito pela Vale do Rio Doce. É só papel. Quando fez um convênio para construir, no Espírito Santo, um presídio, não cumpriu, não deu um centavo. Só amarrou a obra. Não há Governo de Lula, mas desgoverno. Não há discriminação contra esse ou aquele Estado, mas generalizada. Até o Zeca do PT quando, com recursos privados, quis construir três usinas de álcool, foi impedido pela Ministra Marina Silva, pelo Governo do PT, de fazer uma obra tão importante, produzindo um produto tão importante quanto o álcool. Poderia haver um vazamento na usina, o álcool poderia ir para o leito do rio, cair no Pantanal e um jacaré ficar bêbado. Nem o Governo do PT conseguiria trabalhar com o Governo Federal que temos hoje. Os Governos estaduais do PT não conseguem fazer nada. Duvido que haja algum Governo do PT em condições de se reeleger neste País. O Governo do PT, quando passou pelo Estado do Rio Grande do Sul, não deixou sequer a Ford montar uma fábrica lá. Eles impediram. Ela foi para a Bahia pelas mãos do grande Senador Antonio Carlos Magalhães, produz hoje dois produtos que são o orgulho da Ford, dois automóveis belíssimos, e o Rio Grande do Sul perdeu. Perdeu por quê? Porque tinha um petista no Governo. Quero apenas lhe agradecer pelo aparte e dizer que o Estado do Pará está de parabéns com esse mandato que o povo lhe outorgou. V. Ex^a é um Senador que honra seu Estado e que, por isso, é um orgulho nosso, orgulho desta Casa. Muito obrigado, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço a V. Ex^a, Senador João Batista Motta, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento, que é da maior importância, porque V. Ex^a demonstrou à Nação brasileira que aquilo que acontece no Pará, quando o Presidente vai lá inaugurar obras que não são do Governo Federal, está acontecendo também no seu Estado, Espírito Santo, como diz o Senador Leonel Pavan, em Santa Catarina, ou seja, no Brasil inteiro. E quando o Presidente, como V. Ex^a bem o disse, discrimina esses Estados, está discriminando os brasileiros desses Estados que votaram e acreditaram também no discurso do Presidente Lula.

Para encerrar, Senador Mão Santa, para mostrar a forma de governar do Governador Simon Jatene, o vice-Presidente da Assembléia Legislativa do

Estado do Pará, Deputado José Megale, que estava conosco na comitiva ao Assentamento Angelim, no município de Baião, pelo caminho da Transcametá, face às dificuldades com os assentados, o ex-Secretário Wandenkolk, eu, enfim, todos solicitamos ao Governador Simão Jatene que fizesse um convênio com o Prefeito Cláudio Furman para ceder mil horas/máquina, para que os assentados pudessem também, assim como ele fez em Conceição do Araguaia, melhorar a trafegabilidade das vicinais, para que eles possam ter as mínimas condições de escoamento da produção. O Governador vai atender ao pedido. Na quinta-feira, vou pedir autorização ao Presidente da Casa, Senador Renan Calheiros, para estar com o Governador em Marabá e novamente em Tucuruí, levando novos benefícios a esses municípios que serão visitados.

Para encerrar, eu queria somente dizer que esta situação, que, lamentavelmente, não acontece somente no Pará, mas em todo o Brasil, não pode mais continuar. O Governo Lula não pode governar apenas por discursos. Chega! O povo do meu Estado não aguenta mais o desrespeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

AGENDA DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL

**5-4-2006
quarta-feira**

10:00 – Entrevista coletiva sobre a realização do I Censo do Legislativo

Sala de Audiências da Presidência do Senado Federal

10:00 – Ordem do Dia – Sessão Deliberativa – pauta sobrestada

Plenário do Senado Federal

19:30 – Cumprimento aos Ministros Raphael de Barros Monteiro Filho, no cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Ministro Francisco Peçanha Martins, Vice-Presidente, por ocasião da posse

Superior Tribunal de Justiça

20:00 – Conferência Internacional sobre o “I Censo do Legislativo Brasileiro”

Auditório Petrônio Portela

Martha Lyra Nascimento, Chefe de Gabinete
Presidência do Senado

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 287, DE 2006, ADOTADA EM 29 DE MARÇO DE 2006 E PUBLICADA NO MESMO DIA DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, NO VALOR DE R\$ 361.554.596,00 (TREZENTOS E SESSENTA E UM MILHÕES, QUINHENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS), PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.”

Índice de Emendas

MPV 287/2006 - EMENDA

Total por Parlamentar

AMAURI GASQUES	00013 e 00014	2
ANDRÉ FIGUEIREDO	00021	1
ANIVALDO VALE	00001 a 00003	3
CEZAR SILVESTRI	00024	1
COLBERT MARTINS	00025 a 00030	6
FERNANDO DE FABINHO	00006 e 00007	2
GERALDO RESENDE	00022 e 00023	2
JOÃO CALDAS	00017 a 00020	4
JOSÉ CARLOS ALELUIA	00004 e 00005	2
JOSÉ CARLOS MACHADO	00008 a 00010	3
SANDRO MABEL	00011 e 00012	2
	00015	1
WELLINGTON FAGUNDES	00016	1

Total de Emendas: 30

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00001**

Mensagem 0025/2006-CN

MPV 287/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MPV 287

PÁGINA
DE

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, a Medida Provisória nº 287/2006, no Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes, Unidade Orçamentária 39252 – DNIT, programa 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F71.XXXX

Subtítulo: Recuperação de Rodovias no Estado do Pará (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 100.000.000,00

Cancelar:

UO: 39252 - DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F71.0101

Subtítulo: Recuperação de rodovias - Nacional (Crédito Extraordinário) -

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 100.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego. As estradas paraenses, encontram-se atualmente em estado deplorável, em situação caótica e não oferecem nenhuma segurança de trafegabilidade.

CÓDIGO

3103-1

NOME DO PARLAMENTAR

Dep. Amivaldo Zibetti

UF

PA

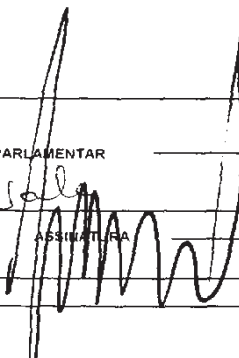
PARTIDO

PSDB

DATA

31/03/06

ASSINATURA



EMENDA - 00002

Mensagem 0025/2006-CN

MPV 287/2006

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MPV: 287

PÁGINA
DE

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, a Medida Provisória nº 287/2006, no Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes, Unidade Orçamentária 39252 – DNIT, programa 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F71.XXXX

Subtítulo: Recuperação e restauração de rodovias no Estado do Pará (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 50.000.000,00

Cancelar:

UO: 39252 - DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F71.0101

Subtítulo: Recuperação de rodovias - Nacional (Crédito Extraordinário) -

~~GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 100.000.000,00~~

JUSTIFICAÇÃO

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego. As estradas paraenses, encontram-se atualmente em estado deplorável, em situação caótica e não oferecem nenhuma segurança de trafegabilidade.

CÓDIGO

3103-1

NOME DO PARLAMENTAR

Dep. Arnivaldo Vale

UF

PA

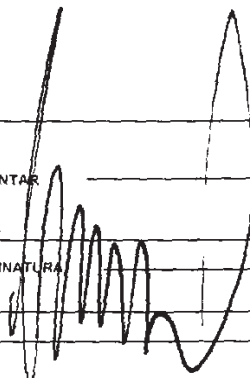
PARTIDO

PSDB

DATA

31/03/06

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00003**

Mensagem 0025/2006-CN

MPV 287/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MPV 287

PÁGINA
DE

TEXTO

Acrescentar a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, a Medida Provisória nº 287/2006, no Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes, Unidade Orçamentária 39252 – DNIT, programa 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes-DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F71.XXXX

Subtítulo: Recuperação de rodovias na BR-308/PA – trecho Bragança – Viseu (Crédito Extraordinário)

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 50.000.000,00

Cancelar:

UO: 39252 - DNIT

Programa: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

Funcional Programática: 26.782.0220.1F71.0101

Subtítulo: Recuperação de rodovias - Nacional (Crédito Extraordinário) -

GND: 4 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 100 / Valor: R\$ 50.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Manter a malha rodoviária federal em boas condições operacionais de tráfego.

As estradas paraenses, encontram-se atualmente em estado deplorável, em situação caótica e não oferecem nenhuma segurança de trafegabilidade.

CÓDIGO

3123-1

NOME DO PARLAMENTAR

Dep. Amivaldo Leite

UF

PA

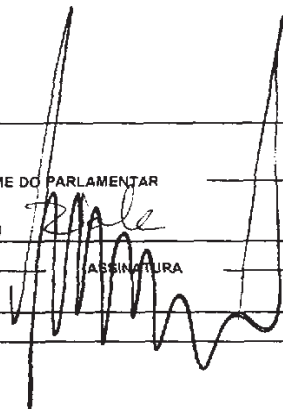
PARTIDO

PSDB

DATA

31/03/06

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00004**Mensagem 0025/2006-CN
MPV 287/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

287

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PÁGINA
DE

TEXTO

Cancelamento:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

Programática: 0220 1F71 0101

RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS – NACIONAL

Suplementação:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

Programática: 0220 1F71 xxxx

RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS - BR-110 NO TRECHO ENTRE ALAGOINHAS E PAULO AFONSO NO ESTADO DA BAHIA

Valor:

R\$ 8.600.000,00 (oito milhões e seiscentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O Estado da Bahia possui a segunda maior malha de rodovias federais do país, contando com aproximadamente 5.200 quilômetros. Mais da metade desses trechos, entretanto, está sem nenhuma condição de trafegabilidade. Além de comprometer a segurança da população que transita por essas estradas, as péssimas condições das rodovias federais prejudicam a integração com outros meios de transportes (em especial hidroviário e ferroviário), dificultando o escoamento da produção agrícola e industrial do Estado. Dessa forma, entendemos oportuno garantir a aplicação de uma parcela dos recursos previstos nessa MP para a Bahia, priorizando a BR 110, que demanda atenção urgente no trecho entre Alagoinhas e Paulo Afonso.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

José Carlos Aleluia

BA

PFL

DATA

31/03/2006

ASSINATURA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00005**

Mensagem 0025/2006-CN

MPV 287/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

287

MEDIDAS PROVISÓRIAS

PAGINA
DE

TEXTO

Cancelamento:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

Programática: 0220 1F71 0101

RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS – NACIONAL

Suplementação:

Órgão: 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

Programática: 0220 1F71 xxxx

RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS - BR-242 NO ENTRONCAMENTO ENTRE A BR-116 E
BARREIRAS NO ESTADO DA BAHIA**Valor:**

R\$ 8.600.000,00 (oito milhões e seiscentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O Estado da Bahia possui a segunda maior malha de rodovias federais do país, contando com aproximadamente 5.200 quilômetros. Mais da metade desses trechos, entretanto, está sem nenhuma condição de trafegabilidade. Além de comprometer a segurança da população que transita por essas estradas, as péssimas condições das rodovias federais prejudicam a integração com outros meios de transportes (em especial hidroviário e ferroviário), dificultando o escoamento da produção agrícola e industrial do Estado. Dessa forma, entendemos oportuno garantir a aplicação de uma parcela dos recursos previstos nessa MP para a Bahia, priorizando a BR 242, que demanda atenção urgente no entroncamento entre a BR-116 e a cidade de Barreiras.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

José Carlos Aleluia

BA

PFL

DATA

ASSINATURA

31/03/2006

EMENDA - 00006

Mensagem 0025/2006-CN

MPV 287/2006

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

MPV 287/2006

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se no Anexo I da Medida Provisória nº 287/2006 nova programação especificada a seguir:

Órgão: 39.000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT

Funcional Programática: 26.782.0220.2841.XXXX – Conservação Preventiva e Rotineira de Rodovias – Município de Feira de Santana – BA

GND: 4; **RP:** 2; **Mod:** 90; **IU:** 0; **Fonte:** 100; **Valor:** R\$20.000.000,00

Exclua-se do Anexo I da Medida Provisória nº 287/2006 a seguinte programação:

Órgão: 39.000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT

Funcional Programática: 26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias – Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 4; **RP:** 2; **Mod:** 90; **IU:** 0; **Fonte:** 100; **Valor:** R\$20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda tem por objetivo a destinação de recursos para conservação preventiva e rotineira de rodovias afetadas ao município de Feira de Santana no Estado da Bahia, para que não se eleve ainda mais o alto número de trechos em precário estado de conservação existentes no estado.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

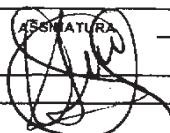
Deputado Fernando de Fabinho

BA

PFL

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00007

Mensagem 0025/2006-CN

MPV 287/2006

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

A

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

MPV 287/2006

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se no Anexo I da Medida Provisória nº 287/2006 nova programação especificada a seguir:

Órgão: 39.000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT

Funcional Programática: 26.782.0220.2834.XXXX - Restauração de Rodovias Federais – Município de Feira de Santana – BA

GND: 4; **RP:** 2; **Mod:** 90; **IU:** 0; **Fonte:** 100; **Valor:** R\$20.000.000,00

Exclua-se do Anexo I da Medida Provisória nº 287/2006 a seguinte programação:

Órgão: 39.000 – Ministério dos Transportes

Unidade: 39252 – Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT

Funcional Programática: 26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias – Nacional (Crédito Extraordinário)

GND: 4; **RP:** 2; **Mod:** 90; **IU:** 0; **Fonte:** 100; **Valor:** R\$20.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda tem por objetivo a destinação de recursos para restauração de rodovias federais afetadas ao município de Feira de Santana no Estado da Bahia, que se encontram em precário estado de conservação.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Fernando de Fabinho

BA

PFL

DATA

ASSINATURA

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

EMENDA - 00008Mensagem 0025/2006-CN
MPV 287/2006**INSTRUÇÕES NO VERSO**

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

287/2006**TEXTO**

Inclua-se no Anexo I da MP 287 de 28 de março de 2006, recursos na ordem de R\$ 30 000.000,00 (trinta milhões de reais) com as especificações que seguem:

ÓRGÃO: 39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

PROGRAMA: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2834.0028 – Restauração de Rodovias Federais / No Estado de Sergipe.

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	2	90	0	100	30.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento de idêntico valor no mesmo Anexo, nos seguintes termos:

ÓRGÃO: 39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

PROGRAMA: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias - Nacional.

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	2	90	0	100	30.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O estado de Sergipe vem sendo preterido na execução das dotações orçamentárias destinadas à infraestrutura de transportes, razão principal do caos nas rodovias federais.

Assim, como polo turístico promissor já em grande expansão, é imprescindível uma atenção especial à situação das rodovias

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

JOSÉ CARLOS MACHADO**SE****PFL**

DATA

04/04/2006

ASSINATURA



EMENDA - 00009

Mensagem 0025/2006-CN

MPV 287/2006

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****INSTRUÇÕES NO VERSO**

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

287/2006

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se no Anexo I da MP 287 de 28 de março de 2006, recursos na ordem de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com as especificações que seguem:

ÓRGÃO: 39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

PROGRAMA: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.2834.0058 – Restauração de Rodovias Federais / Restauração de Trechos Rodoviários – Ribeirópolis – Divisa SE/BA – na BR 235 – No Estado de Sergipe.

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	2	90	0	100	10.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento de idêntico valor no mesmo Anexo, nos seguintes termos:

ÓRGÃO: 39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

UNIDADE: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT

PROGRAMA: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220 1F71 0101 – Recuperação de Rodovias - Nacional.

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	2	90	0	100	10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Sergipe vem sendo preterido na execução das dotações orçamentárias destinadas à infraestrutura de transportes, razão principal do caos nas rodovias federais.

Assim, como polo turístico promissor já em grande expansão, é imprescindível uma atenção especial à situação das rodovias federais.

CODIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

JOSÉ CARLOS MACHADO**SE****PFL**

DATA

04/04/2006

ASSINATURA



EMENDA - 00010
Mensagem 0025/2006-CN
MPV 287/2006

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO
287/2006

PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Inclui-se no Anexo I da MP 287 de 28 de março de 2006, recursos na ordem de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com as especificações que seguem:

ÓRGÃO: 39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROGRAMA: 0229 – Corredor São Francisco
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0229.1212.0028 – Adequação de Trechos Rodoviários – Divisa SE/AL – Divisa SE/BA – Na BR-101 No Estado de Sergipe.

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	2	90	0	100	10.000.000,00

Como consequência, solicito o cancelamento de idêntico valor no mesmo Anexo, nos seguintes termos:

ÓRGÃO: 39000 – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
UNIDADE: 39252 – DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT
PROGRAMA: 0220 – Manutenção da Malha Rodoviária Federal
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias - Nacional.

ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
F	4	2	90	0	100	10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O Estado de Sergipe vem sendo preterido na execução das dotações orçamentárias destinadas à infraestrutura de transportes, razão principal do caos nas rodovias federais.

Assim, como polo turístico promissor já em grande expansão, é imprescindível uma atenção especial à situação das rodovias federais.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

JOSÉ CARLOS MACHADO

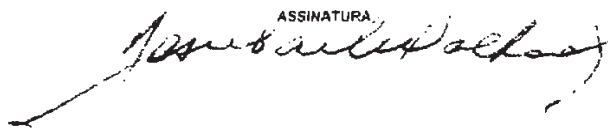
SE

PFL

DATA

04/04/2006

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00011**Mensagem 0025/2006-CN
MPV 287/2006

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória
287/06PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 287/06 - 39252 -
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT -
ANEXO I (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - O SEGUINTE
SUBPROJETO/SUBATIVIDADE:

SUPLEMENTAÇÃO:

ADEQUAÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO NO ESTADO DE GOIÁS NA BR-060-
153-CONTORNO NOROESTE DE GOIÂNIA- GO / GND 04 / FONTE 100 / MOD. APL.
90 / VALOR R\$ 50.000.000,00 (CINQUENTA MILHÕES DE REAIS)

CANCELAMENTO:

RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

GND 04/ MOD 90/ FONTE 100 / FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 26.782..0220.1F71 -
VALOR R\$ 50.000.000,00 (CINQUENTA MILHÕES DE REAIS)

JUSTIFICAÇÃO

**A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 287/06 que abre crédito
extraordinário em favor do Ministério dos Transportes, visa assegurar recursos
financeiros suficientes para a execução deste importante projeto para o Estado de
Goiás, que é construção do Contorno Noroeste de Goiânia.**

**Desnecessário se faz afirmar a real necessidade do atendimento a proposição ora
apresentada, por se tratar de projeto estrutural para a economia goiana, além de
proporcionar maior segurança e diminuição do tempo de trafegabilidade aos
milhares de usuários das rodovias envolvidas nesta importante obra.**

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PL

DATA

ASSINATURA

04/04/06

EMENDA - 00012Mensagem 0025/2006-CN
MPV 287/2006**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

Medida Provisória

287/06

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUA-SE NO TEXTO DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 287/06 - 39252 -
DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES-DNIT -
ANEXO I (CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO) - O SEGUINTE
SUBPROJETO/SUBATIVIDADE:

SUPLEMENTAÇÃO:

ADEQUAÇÃO DE CONTORNO RODOVIÁRIO NO ESTADO DE GOIÁS NA BR-060-
158-364-CONTORNO DE JATAÍ- GO / GND 04 / FONTE 100 / MOD. APL. 90 / VALOR
R\$ 25.000.000,00 (VINTE E CINCO MILHÕES DE REAIS)

CANCELAMENTO:

RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS

GND 04/ MOD 90/ FONTE 100 / FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 26.782..0220.1F71 -
VALOR R\$ 25.000.000,00 (VINTE E CINCO MILHÕES DE REAIS)

JUSTIFICAÇÃO

A Presente Proposta À Medida Provisória De Nº 287/06 que abre crédito extraordinário em favor do Ministério dos Transportes, via assegurar recursos financeiros suficientes para a execução pela deste importante projeto para o Estado de Goiás, que é construção do Contorno Rodoviário de Jataí. Desnecessário se faz afirmar a real necessidade do atendimento a proposição ora apresentada, por se tratar de projeto estrutural para a economia goiana, além de proporcionar maior segurança e diminuição do tempo de trafegabilidade aos milhares de usuários das rodovias envolvidas nesta importante obra.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

SANDRO MABEL

GO

PL

DATA

04/04/06

ASSINATURA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00013**

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP - 287

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INCLUSÃO

Órgão: 39000 - Ministério do Transportes

UO: 3925 - DNIT

Programa: Departamento Nacional de Infra- Estrutura de Transportes - DNIT

Funcional Programática: 26.783.0231.XXXX

Subtítulo: Construção de Contorno Ferroviário no Município de Catanduva - no Estado de São Paulo.

Esf: F

GND: 4

RP: 2

MOD: 99

IU: 0

Valor de R\$ 2.000,000 (Dois milhões de reais)

CANCELAMENTO

Órgão: 39000 - Ministério do Transportes

UO: 3925 - DNIT

Funcional Programática: 26.782.0220.1F71.0101 - Recuperação de Rodovias Nacional (Crédito Extraordinário).

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 287, de 28.03.06, abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Transportes. Venho através desta emenda solicitar uma especial atenção do nobre relator. O município de Catanduva - SP, é um importante Pólo Canavieiro e Usineiro do Estado de São Paulo. Foram feitos estudos ambientais e estudos de viabilidade técnico-econômico do desvio do trecho ferroviário da FERROBAN, no perímetro urbano deste município, com extensão prevista de aproximadamente, 15 Km. O remanejamento deste trecho se justifica tendo em vista o estrangulamento que ocorre na travessia da cidade onde a velocidade média é de 10 Km/h, além dos custos incorridos com vigilância, operação de cancela, e paralisações que ocorrem por inúmeros acidentes e outros eventos neste trecho urbano da ferrovia. A construção do contorno Ferroviário, trará diversos benefícios para o escoamento da produção desta região de São Paulo e para todos que por lá trafegam.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

AMAURI GASQUES

SP

PL

DATA

ASSINATURA

11

EMENDA - 00014

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP - 287

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

INCLUSÃO

Órgão: 39000 - Ministério do Transportes

UO: 3925 - DNIT

Programa: Departamento Nacional de Infra- Estrutura de Transportes - DNIT

Funcional Programática: 26.784.0231.XXXX

Subtítulo: Construção de Terminais Hidroviários na Hidrovia Tietê - Paraná no Município de Rosana - no Estado de São Paulo.

Esf: F

GND: 4

RP: 2

MOD: 90

IU: 0

Valor de R\$ 2.000,000 (Dois milhões de reais)

CANCELAMENTO

Órgão: 39000 - Ministério do Transportes

UO: 3925 - DNIT

Funcional Programática: 26.782.0220.1F71.0101 - Recuperação de Rodovias Nacional (Crédito Extraordinário).

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 287, de 28.03.06, abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Transportes. Venho através desta emenda solicitar uma especial atenção do nobre relator. O município de Rosana - SP, localiza-se no Pontal e a Oeste do Estado de São Paulo, respectivamente, na confluência dos Rios Paraná e Paranapanema, um à direita e o outro a sua esquerda, divisando com os Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul. Foi feito um levantamento estatístico realizado através de pesquisas de campo, detectamos que os produtos mais transportados ao longo da região são fertilizantes, grãos e líquidos, condição que privilegia a região, uma vez que com a conclusão da UHE Engenheiro Sérgio Mota, todo o escoamento via terrestre tem obrigatoriamente de passar na cidade, vindos inclusive pelo Mato Grosso do Sul e do Norte, Estado de São Paulo e Estado do Paraná, proporcionando assim duas situações de navegabilidade, a montante a servir-se de lagos, e a jusante com água leve e corrente até o remanso do Lago de Itaipu - no município de Guaira - Estado do Paraná, entrando no lago da Usina de Itaipu.

Diante do exposto, demostramos que a cidade de Rosana esta preparada para receber um Pólo Industrial, bem como Armazém com Silos para abastecimento e escoamento de produtos diversos, com destino Porto Primavera até Porto de Santos, através de Hidrovia Tietê- Paraná.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

AMAURI GASQUES

SP

PL

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00015**

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

287/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS

01 de 01

TEXTO

Acrescente-se :

Orgão: 39000 - Ministério dos Transportes

Unidade Orçamentária : 39207 – VALEC

Funcional-Programática : 26.783.0237.7136.0006 – Construção da Ferrovia Norte-Sul /
Nacional

Valor: R\$ 50.000.000,00

Fte : 100

Mod : 90

Cancelamento :

Orgão : 39000 – Ministério dos Transportes

Unidade Orçamentária : 39252 – DNIT

Funcional-Programática : 26.782.0220.1f71 .0101- Recuperação de Rodovias – Nacional

Valor : R\$ 50.000.000,00

Fte : 100 mod : 90

JUSTIFICAÇÃO

A obra é de vital importância para o Governo Federal em função do Desenvolvimento Regional/Nacional promovido pela interligação entre as diversas modalidades de Transportes necessárias a otimização do escoamento da produção, bem como a integração das Regiões Norte e Centro-Oeste do País.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DATA

ASSINATURA

EMENDA - 00016

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
287/06PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se;

Ao plano de trabalho do Ministério dos Transportes o seguinte sub-projeto;

- Órgão: 39000
- Unidade Orçamentária: 39252 – DNIT
- Adequação de Trechos Rodoviários no Estado de Mato Grosso
- Funcional Programática: 26.782.0236.1E70.0002
- Valor: R\$ 5.000.000,00
- GND: 04

Cancelamento;

- Órgão: 39000
- Unidade Orçamentária: 39252 – DNIT
- Adequação de Trecho Rodoviário – Divisa SC/RS-Osorio/RS – Na BR-101 – No Estado do Rio Grande do Sul
- Valor: R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Este recurso prevê a continuidade das seguintes obras já em andamento no Estado de Mato Grosso.

- BR-163/364 – Interação ao acesso de Barra do Bugres
- BR- 070/163/364 – Duplicação da Serra de São Vicente
- BR- 163/364 – Conclusão do Viaduto de Acesso a Av. Presidente Medici em Rondonópolis-MT
- BR-163 – Acesso ao Distrito de Ouro Branco em Itiquira-MT
- BR- 070 – Conclusão das obras de Travessia Urbana
- BR- 174 – Conclusão da Travessia Urbana de Comodoro
- BR-163- Construção da Travessia Urbana de Guaranta do Norte
- BR- 163 – Conclusão da Travessia urbana de Sinop

Ressaltamos Senhor Relator que todas estas obras estão iniciadas e paralisadas por falta de recursos.

CÓDIGO

1831

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Wellington Fagundes

UF

MT

PARTIDO

PL

DATA

04/4/2006

ASSINATURA

EMENDA - 00017

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

287/2006

PÁGINA

DE

TEXTO

Acrescente-se ao Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes – 39252 DNIT o seguinte subprojeto:
26.784.0235.7624.0001

Acrescentar:

UO: 39252

Título: Adequação de Trechos Rodoviários na BR-101 no Estado de Alagoas – Trecho Divisa AL/PE – Divisa AL/SE
- AL

Valor: R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões)

Modalidade: 90

GND: 4

Cancelar:

UO: 39252

Funcional Programática: 26.782.0233.3766.0105

Valor: R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões)

Modalidade: 90 GND: 4 – INV

JUSTIFICAÇÃO

A Rodovia BR 101 no Estado de Alagoas é de suma importância para Alagoas e para o Nordeste Brasileiro. Além de cruzar todo o Território Alagoano, é o elo de ligação dos Estados do Nordeste com localizados mais ao sul do Brasil. Com essa adequação, o Governo Federal incentivará o Turismo Alagoano, que é uma das principais fontes de renda do Estado; além de gerar vários empregos e aumentar a segurança nas Rodovias.

CÓDIGO

167

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado João Caldas

UF

AL

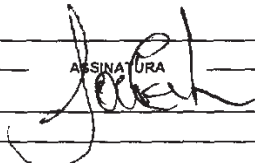
PARTIDO

PL

DATA

04/04/06

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00018**

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

287/2006

PÁGINA
DE

TEXTO

Suprime-se ao Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes – 39217 CODERN o seguinte subprojeto:
26.784.0235.1D15.0027

Suprimir:

UO: 39217

Título: Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) no Porto de Maceió – No Estado de Alagoas

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões)

Modalidade: 90

GND: 4 – INV

Cancelar:

UO: 39216

Funcional Programática: 26.784.0230.3E70.0033

Valor: R\$ 2.000.000,00 (dois milhões)

Modalidade: 90 GND: 4 – INV

UO: 39216

Funcional Programática: 26.784.0230.7376.0033

Valor: R\$ 3.000.000,00 (três milhões)

Modalidade: 90 GND: 4-INV

JUSTIFICAÇÃO

O Porto de Maceió não recebe recursos do Governo Federal há 06 (seis) anos. Por esse abandono, contata-se a precariedade do mesmo. A Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS-CODE) trará mais conforto aos trabalhadores e comerciantes, pois acarretará num monitoramento de pessoas que circulam no Porto, gerando mais segurança ao mesmo. Com isso os investidores estarão mais seguros em deixar a sua mercadoria e reduzirá o número de assaltos.

CÓDIGO

167

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado João Caldas

UF

AL

PARTIDO

PL

DATA

04/04/06

ASSINATURA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00019**

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

287/2006

PÁGINA
DE

TEXTOS

Suprime-se ao Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes – 39217 CODERN o seguinte subprojeto:
26.784.0235.5597.0027

Suprimir:

UO: 39217

Título: Construção de Cais para Contêineres no Porto de Maceió – No Estado de Alagoas

Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões)

Modalidade: 90

GND: 4 - INV

Cancelar:

UO: 39216

Funcional Programática: 26.784.0230.3E70.0033

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões)

Modalidade: 90 GND: 4 - INV

UO: 39216

Funcional Programática: 26.784.0230.7376.0033

Valor: R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões)

Modalidade: 90 GND: 4-INV

JUSTIFICAÇÃO

O Porto de Maceió não recebe recursos do Governo Federal há 06 (seis) anos. Por esse abandono, contata-se a precariedade do mesmo. A Construção de Cais para Contêineres vai alavancar a exportação, atrairá novos investidores, criará mais empregos, diminuirá as desigualdades sociais no Estado e, conseqüentemente, aquecerá a economia local.

CÓDIGO

167

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado João Caldas

UF

AL

PARTIDO

PL

DATA

04/04/06

ASSINATURA

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00020**

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

287/2006

PÁGINA
DE

TEXTO

Suprime-se ao Programa de Trabalho do Ministério dos Transportes – 39217 CODERN o seguinte subprojeto:
26.784.0235.1D33.0027

Suprimir:

UO: 39217

Título: Implantação do Sistema de Dutos com Bomba no Porto de Maceió – No Estado de Alagoas

Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões)

Modalidade: 90

GND: 4 – INV

Cancelar:

UO: 39252

Funcional Programática: 26.782.0233.3766.0105

Valor: R\$ 10.000.000,00 (dez milhões)

Modalidade: 90 GND: 4 – INV

JUSTIFICAÇÃO

O Porto de Maceió não recebe recursos do Governo Federal há 06 (seis) anos. Por esse abandono, contata-se a precariedade do mesmo. A Implantação do Sistema de Dutos com Bomba no Porto de Maceió vai melhorar a qualidade de funcionamento do Porto de Maceió. Com isso haverá um desenvolvimento generalizado no Sistema Portuário de Maceió, desde novos investidores ao aquecimento da economia alagoana.

CÓDIGO

167

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado João Caldas

UF

AL

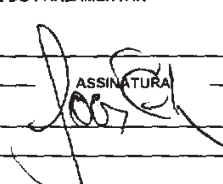
PARTIDO

PL

DATA

04/04/06

ASSINATURA



EMENDA - 00021

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

287/2006

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

PÁGINA

DE

TEXTO

Altera o Anexo I da Medida Provisória 287, de 2006.

Incluir a Funcional Programática 26.782.0220.3E27.0002 – "Recuperação de Trechos Rodoviários – Fortaleza – Divisa CE/PI, na BR 222/CE" o montante de R\$ 15.000.000,00.
FTE: 111; GND: 4; MOD: 90.

Cancelamento: 26.782.0220.1F71.0101 – "Recuperação de Rodovias – Nacional", o valor de R\$ 15.000.000,00.
FTE: 100; GND: 4; MOD: 90.

JUSTIFICAÇÃO

O acréscimo destina-se a implementar obras de recuperação restauração e melhoria das condições de trafegabilidade na Rodovia Federal BR 222, no Estado do Ceará, onde dispunha de recursos para sua execução na Lei Orçamentária para o ano de 2005, mas que não constam valores pagos para a referida obra.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. ANDRÉ FIGUEIREDO

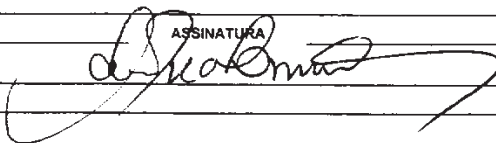
CE

PDT

DATA

04/04/2006

ASSINATURA



**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00022**

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

287/2006**01 DE 01**

TEXTO

Inclua-se na MP 287/2006 o seguinte subtítulo:

26.782.0220.XXXX.XXXX – Recuperação de trechos rodoviários no Estado de Mato Grosso do Sul

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

Cancelamento:

26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o DNIT de recursos suficientes para que sejam restaurados importantes trechos rodoviários no Estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que com o estrago causado pela estação das chuvas tais rodovias necessitam ser recuperadas urgentemente, caso contrário sofrerão mais desgastes em suas estruturas o que tornará suas restaurações cada vez mais onerosas.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Geraldo Resende**MS****PPS**

DATA

ASSINATURA

04/04/2006

EMENDA - 00023

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

287/2006

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se na MP 287/2006 o seguinte subtítulo:

26.782.0220.XXXX.XXXX – Recuperação de trechos rodoviários BR-163/MS

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

Cancelamento:

26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o DNIT de recursos suficientes para que sejam restaurados importantes trechos rodoviários na BR-163 no Estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que com o estrago causado pela estação das chuvas tais rodovias necessitam ser recuperadas urgentemente, caso contrário sofrerão mais desgastes em suas estruturas o que tornará suas restaurações cada vez mais onerosas.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Geraldo Resende**MS****PPS**

DATA

ASSINATURA

04/04/2006

EMENDA - 00024

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

287/2006

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se na MP 287/2005 o seguinte subtítulo:

26.782.0220.2834.0041 – Restauração de Rodovias Federais – No Estado do Paraná

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

Cancelamento:

26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o DNIT de recursos suficientes para que sejam restaurados trechos importantes de rodovias federais no Estado do Paraná, uma vez que com a aproximação da estação das chuvas tais rodovias necessitam ser recuperadas urgentemente, caso contrário sofrerão mais desgastes em suas estruturas o que tornará suas restaurações cada vez mais onerosas.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado CEZAR SILVESTRI**PR****PPS**

DATA

ASSINATURA

04/04/2006

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00025**

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO

287/2006

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Inclua-se na MP 287/2006 o seguinte subtítulo:

26.782.0220.XXXX.XXXX – Recuperação de trechos rodoviários no Estado da Bahia – BR-116/BA – Sul – Trecho Feira de Santana - Entroncamento da BR-242/BA

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

Cancelamento:

26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o DNIT de recursos suficientes para que seja restaurado o importante trecho supracitado, uma vez que com o estrago causado pela estação das chuvas tais rodovias necessitam ser recuperadas urgentemente, caso contrário sofrerão mais desgastes em suas estruturas o que tornará suas restaurações cada vez mais onerosas.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Colbert Martins**BA****PPS**

DATA

ASSINATURA

04/04/2006

EMENDA - 00026

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO**

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO		PÁGINA
INSTRUÇÕES NO VERSO	287/2006	01 DE 01
TEXTO		

Inclua-se na MP 287/2006 o seguinte subtítulo:

26.782.0220.XXXX.XXXX – Recuperação de trechos rodoviários no Estado da Bahia – BR-110/BA – Trecho Paulo Afonso – Ribeira do Pombal

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

Cancelamento:

26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o DNIT de recursos suficientes para que seja restaurado o importante trecho supracitado, uma vez que com o estrago causado pela estação das chuvas tais rodovias necessitam ser recuperadas urgentemente, caso contrário sofrerão mais desgastes em suas estruturas o que tornará suas restaurações cada vez mais onerosas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Colbert Martins	BA	PPS
DATA	ASSINATURA		
04/04/2006			

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00027**

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

E

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO		PÁGINA
INSTRUÇÕES NO VERSO	287/2006	01 DE 01
TEXTO		

Inclua-se na MP 287/2006 o seguinte subtítulo:

26.784.0229.10DX.0002 – Construção, Ampliação e Modernização de Infra-Estrutura Portuária no Estado da Bahia

Valor: R\$ 50.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

Cancelamento:

26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias – Nacional (Crédito Extraordinário)


Valor: R\$ 50.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar a CODEBA de recursos suficientes para que sejam implementados os serviços necessários ao pleno funcionamento dos portos do Estado da Bahia. Tais serviços encontram-se parados, haja vista a ausência de autorização legal para as execuções orçamentária e financeira.

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Colbert Martins	BA	PPS
DATA	ASSINATURA		
04/04/2006			

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00028**

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO		PÁGINA
INSTRUÇÕES NO VERSO	287/2006	01 DE 01
TEXTO		

Inclua-se na MP 287/2006 o seguinte subtítulo:

26.782.0220.XXXX.XXXX – Recuperação de trechos rodoviários no Estado da Bahia – BR-324/BA – Trecho Entroncamento da BR-116/BA – Norte- Riachão do Jacuípe

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

Cancelamento:

26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o DNIT de recursos suficientes para que seja restaurado o importante trecho supracitado, uma vez que com o estrago causado pela estação das chuvas tais rodovias necessitam ser recuperadas urgentemente, caso contrário sofrerão mais desgastes em suas estruturas o que tornará suas restaurações cada vez mais onerosas.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Colbert Martins**BA****PPS**

DATA

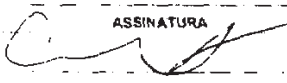
ASSINATURA

04/04/2006

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00029**

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO		PÁGINA
INSTRUÇÕES NO VERSO	287/2006	01 DE 01
TEXTO		
<p>Inclua-se na MP 287/2006 o seguinte subtítulo:</p> <p>26 782 0220 XXXX XXXX – Recuperação de trechos rodoviários no Estado da Bahia – BR-116/BA – Sul – Trecho Feira de Santana - Entroncamento da BR-242/BA</p> <p>Valor: R\$ 30.000.000,00 M.A.: 90 GND: 4</p> <p>Cancelamento:</p> <p>26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias – Nacional (Crédito Extraordinário)</p> <p>Valor: R\$ 30.000.000,00 M.A.: 90 GND: 4</p>		
JUSTIFICAÇÃO		
<p>A presente emenda visa dotar o DNIT de recursos suficientes para que seja restaurado o importante trecho supracitado, uma vez que com o estrago causado pela estação das chuvas tais rodovias necessitam ser recuperadas urgentemente, caso contrário sofrerão mais desgastes em suas estruturas o que tornará suas restaurações cada vez mais onerosas.</p>		
CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF PARTIDO
	Deputado Colbert Martins	BA PPS
DATA	ASSINATURA	
04/04/2006		

**EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS
CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO****EMENDA - 00030**

MPV 287/2006

Mensagem 0025/2006-CN

MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO		PÁGINA
INSTRUÇÕES NO VERSO	287/2006	01 DE 01
TEXTO		

Inclua-se na MP 287/2006 o seguinte subtítulo:

26.782.0220.XXXX.XXXX – Recuperação de trechos rodoviários no Estado da Bahia – BR-116/BA – Norte – Trecho Feira de Santana – Euclides da Cunha

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

Cancelamento:

26.782.0220.1F71.0101 – Recuperação de Rodovias – Nacional (Crédito Extraordinário)

Valor: R\$ 30.000.000,00

M.A.: 90

GND: 4

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa dotar o DNIT de recursos suficientes para que seja restaurado o importante trecho supracitado, uma vez que com o estrago causado pela estação das chuvas tais rodovias necessitam ser recuperadas urgentemente, caso contrário sofrerão mais desgastes em suas estruturas o que tornará suas restaurações cada vez mais onerosas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	Deputado Colbert Martins	BA	PPS
DATA	ASSINATURA		
04/04/2006			

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 081 , DE 2006

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Prorrogar, pelo prazo de 90 (noventa) dias, os trabalhos da Comissão Especial Permanente, de que trata a Portaria do Diretor-Geral nº 004, de 2006, do Diretor-Geral, incumbida promover a gestão dos contratos envolvendo prestadores de serviços de telefonia sob a responsabilidade da Secretaria de Telecomunicações e seus órgãos subordinados.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de Abril de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL**Nº 082 , DE 2006**

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o art. 320, da Resolução nº 09, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Prorrogar, pelo prazo de 90 (noventa) dias, os trabalhos da Subcomissão Técnica Especial de que trata a Portaria nº 003, de 2006, do Diretor-Geral, incumbida de apresentar proposta de regulamentação da Intranet do Senado Federal e Órgãos Supervisionados e, ainda, desenvolver e implantar projeto de acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais.

II – Designar para integrarem a presente Subcomissão, os servidores Liana Mara de Vasconcelos Rebouças, matrícula nº 195914, Julianna Rodrigues Silva, matrícula nº 196104, Raimundo Pontes Cunha Neto, matrícula nº 32922 e Valéria Ribeiro da Silva Franklin Almeida, matrícula nº 54980.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 de Abril de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 083 , DE 2006

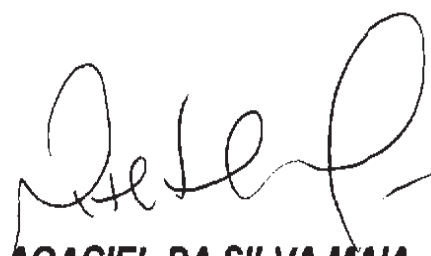
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares, e de acordo com o disposto no art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal,

RESOLVE:

I – Prorrogar pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir do dia 03/04/2006, os trabalhos da Comissão Especial, de que trata a Portaria nº 142, de 2005, do Diretor-Geral do Senado Federal, incumbida de implantar os trabalhos de conferência e correção dos dados atualmente existentes no Banco de Dados do Histórico Funcional e do Pagamento dos senhores Senadores e servidores ativos.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 05 deAbril de 2006



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

(*) **ATO DO DIRETOR-GERAL**
N.º 566, DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **004843/06-1**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CLARA CAROLINA DE SÁ** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-5, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Ideli Salvatti.

Senado Federal, em 31 de março de 2006.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

* Republicado por haver saído com incorreções.

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 619 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **JOSÉ VALDI ALVES TORRES**, matrícula **12418**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **TÉCNICO LEGISLATIVO**, Símbolo **FC-6**, da Diretoria-Geral, com lotação e exercício no Serviço Impressão Ofsete, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **22 de março de 2006**.

Senado Federal, 05 de Abril

de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 620 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar a servidora **JOANA D'ARC PEREIRA NASCIMENTO**, matrícula **37348**, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **TÉCNICO LEGISLATIVO**, Símbolo **FC-6**, da Diretoria-Geral, com lotação e exercício no Serviço de Programação Visual, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de **22 de março de 2006**.

Senado Federal, 05 de Abril

de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº 621 , de 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das competências regulamentares e, de acordo com o disposto no art. 15 das disposições finais, da Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, **RESOLVE:**

Designar o servidor **EUGENIO EMÍLIO LANNA VILAS BOAS**, matrícula **12418**, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Legislativo, para exercer a **FUNÇÃO COMISSIONADA** de **ASSISTENTE TÉCNICO INDUSTRIAL**, Símbolo **FC-6**, do Serviço de Impressão Tipográfica, da Subsecretaria Industrial, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, responsável pelo **primeiro turno**, com lotação e exercício no Serviço de Impressão Digital, a partir de **22 de março de 2006**.

Senado Federal, 05 de Abril

de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL**Nº. 622, DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE designar a servidora **DANUZA DE FÁTIMA DI CARLANTONIO VANDERLEI**, matrícula nº 32650, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Analista Legislativo, Símbolo FC-7, da Diretoria-Geral.

Senado Federal, 05 de Abril de 2006



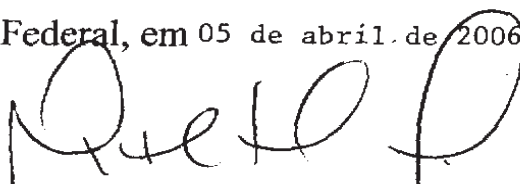
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 623 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005255/06-6**,

RESOLVE exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSANE CAETANO DE OLIVEIRA**, matrícula n.º 189628, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-8, do Gabinete do Senador Almeida Lima, a partir de 01 de abril de 2006.

Senado Federal, em 05 de abril de 2006.

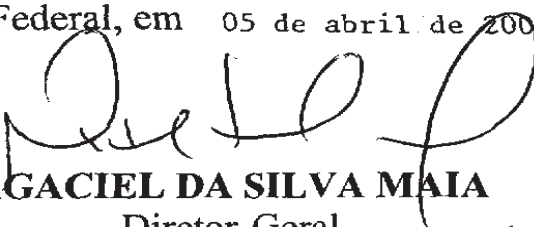

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 624 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005234/06-9**,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no Art. 35, inciso I, da Lei n.º 8.112, de 1990, **ROSIANE DO SOCORRO ANDRADE DE PAULA**, matrícula n.º 189215, do cargo, em comissão, de Assessor Técnico do Gabinete da Comissão de Assuntos Sociais.

Senado Federal, em 05 de abril de 2006.

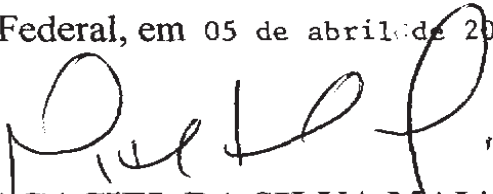

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 625 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005234/06-9**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **KÁTIA DE FARIAS FIGUEIREDO** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-1, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Assuntos Sociais.

Senado Federal, em 05 de abril de 2006.

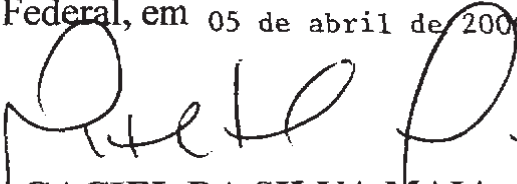

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
N.º 626 , DE 2006

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005248/06-0**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RAFAEL ANDRÉ ALVES TORRES** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Senado Federal, em 05 de abril de 2006.

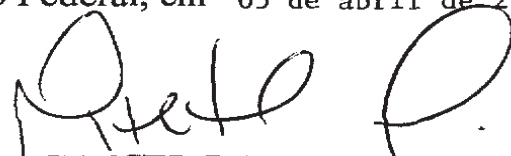

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 627 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005282/06-3**,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **CAROLINE NAZARÉ DOS SANTOS CHUCRE** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-6, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 05 de abril de 2006.



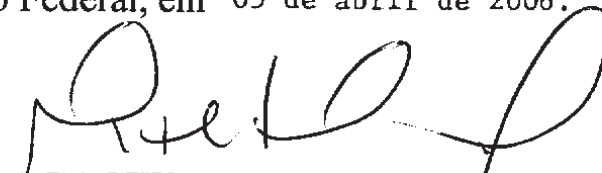
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 628 , DE 2006**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 10, § 3.º, da Resolução do Senado Federal n.º 7, de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo n.º **005283/06-0**,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no Inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JULIANO PUPP DEGRAZIA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-7, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, em 05 de abril de 2006.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 52ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Rodolpho Tourinho*^S
PFL – Antonio Carlos Magalhães**
PFL – César Borges**

Rio de Janeiro

BLOCO-PT – Roberto Saturnino*
PMR – Marcelo Crivella**
PMDB – Sérgio Cabral**

Maranhão

PMDB – João Alberto Souza*
PFL – Edison Lobão**
PFL – Roseana Sarney**

Pará

PMDB – Luiz Otávio*
BLOCO-PT – Ana Júlia Carepa**
PSDB – Flexa Ribeiro**^S

Pernambuco

PFL – José Jorge*
PFL – Marco Maciel**
PSDB – Sérgio Guerra**

São Paulo

BLOCO-PT – Eduardo Suplicy*
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante**
PFL – Romeu Tuma**

Minas Gerais

BLOCO-PL – Aelton Freitas*^S
PSDB – Eduardo Azeredo**
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira**^S

Goiás

PMDB – Maguito Vilela*
PFL – Demóstenes Torres**
PSDB – Lúcia Vânia**

Mato Grosso

PSDB – Antero Paes de Barros*
PFL – Jonas Pinheiro**
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko**

Rio Grande do Sul

PMDB – Pedro Simon*
BLOCO-PT – Paulo Paim**
PTB – Sérgio Zambiasi**

Ceará

PSDB – Reginaldo Duarte*^S
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes**
PSDB – Tasso Jereissati**

Paraíba

PMDB – Ney Suassuna*
PFL – Efraim Morais**
PMDB – José Maranhão**

Espírito Santo

PSDB – João Batista Motta*^S
PMDB – Gerson Camata**
BLOCO-PL – Magno Malta**

Piauí

PMDB – Alberto Silva*
PFL – Heráclito Fortes**
PMDB – Mão Santa**

Rio Grande do Norte

PTB – Fernando Bezerra*
PMDB – Garibaldi Alves Filho**
PFL – José Agripino**

Santa Catarina

PFL – Jorge Bornhausen*
BLOCO-PT – Ideli Salvatti**
PSDB – Leonel Pavan**

Alagoas

P-SOL – Heloísa Helena*
PMDB – Renan Calheiros**
PSDB – Teotônio Vilela Filho**

Sergipe

PFL – Maria do Carmo Alves*
PMDB – Almeida Lima**
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares**

Amazonas

PMDB – Gilberto Mestrinho*
PSDB – Arthur Virgílio**
PDT – Jefferson Péres**

Paraná

PSDB – Alvaro Dias*
BLOCO-PT – Flávio Arns**
PDT – Osmar Dias**

Acre

BLOCO-PT – Tião Viana*
Sem partido – Geraldo Mesquita Júnior**
BLOCO-PT – Sibá Machado**^S

Mato Grosso do Sul

PSDB – Juvêncio da Fonseca*
BLOCO-PT – Delcídio Amaral**
PMDB – Ramez Tebet**

Distrito Federal

PTB – Valmir Amaral*^S
PDT – Cristovam Buarque**
PFL – Paulo Octávio**

Tocantins

PSDB – Eduardo Siqueira Campos*
BLOCO-PL – João Ribeiro**
PC do B – Leomar Quintanilha**

Amapá

PMDB – José Sarney*
PMDB – Gilvam Borges**
PSDB – Papaléo Paes**

Rondônia

PMDB – Amir Lando*
BLOCO-PT – Fátima Cleide**
PMDB – Valdir Raupp**

Roraima

PTB – Mozarildo Cavalcanti*
PDT – Augusto Botelho**
PMDB – Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 1999/2007 ** : Período 2003/2011

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz		(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho	(Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo	(Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo	(Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares	(Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho	(Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares	(Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello	(Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente	(Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira	(Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela	(Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	7. João Batista Motta – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotonio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Almeida Lima
José Maranhão	8. Gilvam Borges
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Ana Júlia Carepa – PT	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Eduardo Suplicy – PT	4. Roberto Saturnino – PT
Fernando Bezerra – PTB	5. Flávio Arns – PT
João Ribeiro - PL	6. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	7. Serys Slhessarenko – PT
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

Vice-Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	4. Lúcia Vânia – PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	2. (vago) ⁽³⁾
Ney Suassuna ⁽¹⁾	3. Serys Slhessarenko ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Roberto Saturnino – PT
PDT	

⁽¹⁾ Vaga decidida em comum acordo entre o PMDB e o Bloco de Apoio ao Governo.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Sala nº 19 – Ala Sen. Alexandre Costa.

Telefones: 3311-3255, 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

Vice-Presidente: Senador Rodolpho Tourinho - PFL

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Rodolpho Tourinho - PFL	1. (vago)
Edison Lobão – PFL	2. Almeida Lima – PMDB ⁽⁴⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Luiz Otávio	1. (vago) ⁽³⁾
Sérgio Cabral	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago) ⁽¹⁾
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ Vago, em virtude de o Senador Cristovam Buarque não mais pertencer à Comissão de Assuntos Econômicos.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Hélio Costa afastou-se do exercício do mandato em 8.7.2005 para assumir o cargo de Ministro de Estado das Comunicações.

⁽⁴⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente: Senador César Borges - PFL
Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB
Relator: Senador Ney Suassuna - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. Jonas Pinheiro – PFL ⁽³⁾
Paulo Octávio – PFL	2. José Jorge – PFL
Sérgio Guerra – PSDB	3. Lúcia Vânia - PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valdir Raupp
Pedro Simon	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Eduardo Suplicy – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PTB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾
PDT	

Obs: em 19.11.2003 a Subcomissão aprovou o Relatório Final, que será submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 73, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Aelton Freitas - PL

Vice-Presidente: Senador Fernando Bezerra - PTB

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. César Borges – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Guerra – PSDB	3. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Romero Jucá	1. Ney Suassuna
Valdir Raupp	2. Maguito Vilela
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Ideli Salvatti – PT
Fernando Bezerra – PTB	2. Delcídio Amaral – PT
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Demóstenes Torres – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	5. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	6. Papaléo Paes
Lúcia Vânia – PSDB	7. Teotônio Vilela Filho – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Maguito Vilela
(vago) ⁽³⁾	6. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Antônio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Flávio Arns – PT	2. Magno Malta – PL
Ideli Salvatti – PT	3. Eduardo Suplicy – PT
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Fátima Cleide – PT
Paulo Paim – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	6. (vago) ⁽⁵⁾
PDT	
Augusto Botelho	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Leonel Pavan - PSDB
PMDB	
Mão Santa	1. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Marcelo Crivella – PMR ⁽²⁾	1. (vago) ⁽³⁾
Paulo Paim - PT	2. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PDT
Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Flexa Ribeiro - PSDB
	2. Romeu Tuma - PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Mão Santa	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim - PT
PDT	
Augusto Botelho	

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ⁽⁴⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
PMDB	
Papaléo Paes ⁽³⁾	1. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Paulo Paim – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	
PDT	
	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Papaléo Paes comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 1.9.2005

⁽⁴⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: (vago) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
João Batista Motta - PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB ⁽⁴⁾	9. Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁶⁾ (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Gilvam Borges
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Romero Jucá	4. Almeida Lima
Amir Lando	5. Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾ (cedida pelo PMDB)
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aloizio Mercadante – PT	1. Delcídio Amaral – PT
Eduardo Suplicy – PT	2. Paulo Paim – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Magno Malta – PL	4. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Ideli Salvatti – PT	5. Sibá Machado – PT
Antônio Carlos Valadares – PSB	6. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Serys Slhessarenko – PT	7. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Maguito Vilela encontrava-se licenciado do cargo durante o período de 17.8.2005 a 13.1.2006, tendo sido substituído pelo Senador Romero Jucá. O Senador retornou ao exercício do cargo em 16.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Juvêncio da Fonseca comunicou que passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 30.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. (vago)
César Borges – PFL	2. (vago)
Tasso Jereissati – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
PMDB	
Pedro Simon	1. (vago)
Garibaldi Alves Filho	2. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Sibá Machado – PT
(vago)	2. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Gerson Camata - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Roseana Sarney – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. César Borges – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Cristovam Buarque – PDT ⁽⁸⁾ (cedida pelo Bloco da Minoria)
Edison Lobão – PFL	5. Marco Maciel – PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾ (cedida pelo PFL) ⁽¹⁾	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽⁷⁾ (cedida pelo PSDB)	8. Sérgio Guerra – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Juvêncio da Fonseca – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Amir Lando
Ney Suassuna	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Gilvam Borges
Gerson Camata	4. (vago) ⁽⁴⁾
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Maguito Vilela	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago) ⁽⁶⁾
Paulo Paim – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Fátima Cleide – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Flávio Arns – PT	4. Delcídio Amaral – PT
Ideli Salvatti – PT	5. Antônio Carlos Valadares – PSB
Roberto Saturnino – PT	6. Magno Malta – PL
Mozarildo Cavalcanti – PTB	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽³⁾
Sérgio Zambiasi – PTB	8. João Ribeiro – PL
PDT	
Augusto Botelho	1. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT, que por sua vez cedeu ao PL, nos termos do Ofício nº 027/05-GLPFL, de 03.03.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Paulo Paim passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 273/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

⁽⁷⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁸⁾ O Senador Cristovam Buarque ocupa vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Minoria à Bancada do PDT, nos termos do Ofício nº 100/05-GLPDT, de 9.10.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO E COMUNICAÇÃO SOCIAL
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB

Vice-Presidente: Demóstenes Torres – PFL

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Maria do Carmo Alves - PFL
Marcelo Crivella – PMR ⁽¹⁾ ⁽⁵⁾	2. Romeu Tuma – PFL
Geraldo Mesquita Júnior – Sem partido ⁽²⁾ ⁽⁶⁾	3. Edison Lobão – PFL
Leonel Pavan - PSDB	4. Reginaldo Duarte - PSDB
PMDB	
Sérgio Cabral	1. (vago) ⁽⁴⁾
Valdir Raupp	2. Luiz Otávio
Wellington Salgado de Oliveira	3. (vago)
(vago) ⁽⁷⁾	4. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Paulo Paim – PT
(vago)	2. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	3. (vago)
Sérgio Zambiasi – PTB	4. (vago)

⁽¹⁾ Vaga cedida pelo PFL

⁽²⁾ Vaga cedida pelo PSDB

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Papaléo Paes deixou de integrar a comissão a partir de 26.10.2005, de acordo com o Ofício GLPMDB nº 405/2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ O Senador Geraldo Mesquita Júnior comunicou, da Tribuna, em 26.10.2005, que deixou de integrar o P-SOL.

⁽⁷⁾ A Senadora Íris de Araújo deixa o exercício do cargo em 15.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Flávio Arns - PT
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Marco Maciel – PFL	1. Reginaldo Duarte – PSDB
(vago) ⁽³⁾	2. Augusto Botelho – PDT (cedida pelo PFL)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Gilberto Mestrinho
Wellington Salgado de Oliveira	2. (vago) ⁽²⁾
Valdir Raupp	3. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Flávio Arns – PT	2. Antônio Carlos Valadares – PSB
Delcídio Amaral – PT	3. Aelton Freitas – PL

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3276 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
César Borges – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL ⁽²⁾	3. Roseana Sarney – PFL
Teotonio Vilela Filho - PSDB	4. Almeida Lima – PMDB ⁽³⁾
Arthur Virgílio – PSDB	5. Leonel Pavan – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Gilvam Borges	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. Sérgio Cabral
Valdir Raupp	4. Amir Lando
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	5. Mão Santa
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Ana Júlia Carepa – PT	2. Fátima Cleide – PT
Sibá Machado – PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
João Ribeiro - PL	4. Ideli Salvatti – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Flávio Arns – PT
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Jonas Pinheiro retornou ao exercício do cargo em 9.12.2005.

⁽³⁾ O Senador Almeida Lima comunicou que passou a integrar a bancada do PMDB a partir de 18.8.2005

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral – PTB ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. (vago)
PMDB	
Valmir Amaral - PTB ⁽¹⁾	1. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Aelton Freitas – PL
Delcídio Amaral – PT	2. (vago)
PDT	

⁽¹⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS
INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À
DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT
Vice-Presidente: Senador César Borges - PFL
Relator: Senador João Alberto Souza - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
(vago)	1. (vago)
Leonel Pavan – PSDB	2. João Ribeiro - PL ⁽¹⁾
PMDB	
(vago)	1. Luiz Otávio
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽²⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. Ideli Salvatti – PT
Aelton Freitas – PL	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)

⁽¹⁾ O Senador João Ribeiro desfilou-se do PFL e filiou-se ao PL, conforme comunicação de 29.03.2005

⁽²⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Paulo Paim - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
(vago) ⁽⁶⁾	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. (vago)
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Juvêncio da Fonseca – PSDB	6. Arthur Virgílio – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁵⁾	1. Luiz Otávio
Maguito Vilela	2. (vago) ⁽⁷⁾
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. (vago) ⁽²⁾
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Magno Malta - PL
Fátima Cleide – PT	2. Sibá Machado – PT
Ana Júlia Carepa - PT	3. Antônio Carlos Valadares – PSB
Marcelo Crivella – PMR ⁽⁴⁾	4. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Paulo Paim – PT	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁴⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

⁽⁶⁾ O Senador Gilberto Goellner deixa o exercício do cargo em 8.12.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽⁷⁾ O Senador Maguito Vilela passou a ocupar vaga de titular em 18/01/2006, nos termos do Of. GLPMDB nº 12/2005, da Liderança do PMDB.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO - IRI
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Mão Santa - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Heráclito Fortes – PFL
Reginaldo Duarte – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	1. Luiz Otávio
Mão Santa	2. José Maranhão
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Paulo Paim – PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽²⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO - IDO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Cabral – PMDB
Vice-Presidente: Senador Leomar Quintanilha – PC do B

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	2. Sérgio Guerra – PSDB
(vago)	3. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽³⁾	1. (vago) ⁽²⁾
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Aelton Freitas – PL	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. Paulo Paim – PT

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Wirlande da Luz deixa o exercício do cargo em 21.07.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽³⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Roberto Saturnino - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Ney Suassuna	1. Ramez Tebet
Pedro Simon	2. Valdir Raupp
Mão Santa	3. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	4. (vago) ⁽⁴⁾
Gerson Camata	5. (vago) ⁽¹⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽³⁾, PL)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Marcelo Crivella – PMR ⁽⁵⁾
Eduardo Suplicy – PT	2. (vago) ⁽⁶⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	3. Aelton Freitas – PL
Roberto Saturnino – PT	4. Ana Julia Carepa – PT
Sérgio Zambiasi – PTB	5. Fernando Bezerra – PTB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O Senador Mário Calixto deixa o exercício do cargo em 22.03.2005 em virtude de reassunção do titular.

⁽²⁾ O Senador Valmir Amaral comunicou que desfilou-se do PMDB, filiando-se ao PP, em 18.5.2005 e desfilou-se do PP, filiando-se ao PTB, em 30.09.2005.

⁽³⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽⁵⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁶⁾ A Senadora Serys Slhessarenko passou a integrar a Comissão, como membro titular, em substituição ao Senador Cristovam Buarque, nos termos do Ofício nº 274/2005-GLDPT, de 19.10.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. João Batista Motta ⁽²⁾
Mão Santa	2. Gerson Camata
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Roberto Saturnino – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾	2. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador João Batista Motta passou a integrar a bancada do PSDB a partir de 31.8.2005

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma - PFL	1. Marco Maciel - PFL
Arthur Virgílio – PSDB	2. Flexa Ribeiro - PSDB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. (vago) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa -PT	1. Cristovam Buarque – PDT ⁽³⁾
Mozarildo Cavalcanti – PTB	2. Aelton Freitas - PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Antônio Leite comunicou sua renúncia ao exercício da suplência a partir de 2.8.2005.

⁽³⁾ O Senador Cristovam Buarque comunicou que se desligou do PT em 7.9.2005 e filiou-se ao PDT em 23.9.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Demóstenes Torres – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Juvêncio da Fonseca – PSDB	8. Papaléo Paes – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Romero Jucá
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Ney Suassuna	4. Maguito Vilela
Gilberto Mestrinho	5. Wellington Salgado
Mão Santa	6. Valmir Amaral - PTB ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Delcídio Amaral – PT	1. (vago) ⁽²⁾
Magno Malta – PL	2. Paulo Paim – PT
Roberto Saturnino – PT	3. Fernando Bezerra – PTB
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Fátima Cleide – PT
Serys Slhessarenko – PT	5. Mozarildo Cavalcanti – PTB
Sibá Machado – PT	6. Flávio Arns – PT
Aelton Freitas – PL	7. João Ribeiro - PL
PDT	
Cristovam Buarque	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ O Senador Roberto Saturnino passou a integrar a Comissão como titular, em vaga existente, nos termos do Ofício nº 327/2005 de 15.12.2005.

⁽³⁾ Vaga cedida pelo PMDB ao Senador Valmir Amaral, nos termos do Ofício nº 24/06-GLPMDB, de 31.1.2006.

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho	1. Ney Suassuna
Sérgio Cabral	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Ana Júlia Carepa – PT	1. (vago) ⁽³⁾
Fátima Cleide – PT	2. Delcídio Amaral – PT
Fernando Bezerra – PTB	3. Sibá Machado – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	4. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB ⁽²⁾	5. Aelton Freitas – PL
PDT	
Jefferson Péres	1. Augusto Botelho

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽²⁾ A Senadora Patrícia Saboya Gomes comunicou que passou a integrar a bancada do PSB a partir de 29.9.2005.

⁽³⁾ O Senador João Capiberibe deixou de integrar o Senado Federal em 26.10.2005, nos termos do Ofício nº 1.236, de 21.10.2005, do Supremo Tribunal Federal, e retornou em 28.10.2005, nos termos do Ofício nº 5.025, de mesma data, do Supremo Tribunal Federal. O Senador deixou de integrar definitivamente o Senado Federal em 13.12.2005

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Sérgio Guerra - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Alvaro Dias – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Demóstenes Torres – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Heráclito Fortes – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Wellington Salgado de Oliveira
Pedro Simon	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha – PC do B ⁽⁴⁾	3. Amir Lando
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, ⁽¹⁾, PL)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko – PT
Aelton Freitas – PL	2. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	3. Magno Malta – PL
Ana Júlia Carepa – PT	4. Sérgio Zambiasi – PTB
João Ribeiro - PL	5. Marcelo Crivella – PMR ⁽³⁾
PDT	
Osmar Dias	1. Cristovam Buarque

⁽¹⁾ O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 8.6.2005.

⁽³⁾ O Senador Marcelo Crivella comunicou que se desligou do PL em 27.9.2005 e filiou-se ao PMR em 28.9.2005.

⁽⁴⁾ O Senador Leomar Quintanilha comunicou, em 3.10.2005, seu desligamento do PMDB e filiação ao PC do B.

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 23/11/2005)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

Presidente: Senador João Alberto Souza¹

Vice-Presidente: Senador Demóstenes Torres²

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Demóstenes Torres (PFL)	GO	2091	1. (Vago) ³		
Sérgio Guerra (PSDB)	PE	2382	2. César Borges (PFL)	BA	2212
Heráclito Fortes (PFL)	PI	2131	3. Mª do Carmo Alves(PFL)	SE	1306
(Vago) ⁶			4. (Vago) ⁴		
Paulo Octávio (PFL)	DF	2011	5. Teotônio Vilela Filho (PSDB)	AL	4093
Antero Paes de Barros(PSDB)	MT	4061	6. Arthur Virgílio (PSDB)	AM	1413
PMDB					
Ney Suassuna	PB	4345	1. Gerson Camata	ES	3204
João Alberto Souza	MA	1415	2. Alberto Silva	PI	3055
Ramez Tebet	MS	2222	3. Valdir Raupp	RO	2252
Luiz Otávio	PA	3050	4. (Vago) ⁵		
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB)					
Sibá Machado (PT)	AC	2184	1. (Vago)		
Ana Júlia Carepa (PT)	PA	2104	2. (Vago)		
Fátima Cleide (PT)	RO	2391	3. (Vago)		
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
Mozarildo Cavalcanti	RR	4078	1. Valmir Amaral	DF	1961
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 29.3.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

² Eleito em 13.12.2005, na 1ª Reunião, de 2005, do Conselho de Ética.

³ Vaga ocupada pelo Senador Gilberto Goellner que deixou o exercício do cargo em 8.12.2005, em virtude de reassunção do titular.

⁴ O Senador Álvaro Dias renunciou ao cargo de acordo com Ofício nº 1370/2005-SEM, publicado no DSF de 15.12.2005.

⁵ O Senador Pedro Simon renunciou ao cargo de acordo com OF nº 101/05 – GSPSIM, publicado no DSF de 14.12.2005.

⁶ O Senador Leonel Pavan renunciou ao cargo de acordo com OF. INT. GSLP nº 43/2006, publicado no DSF de 29.3.2006.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 14.09.2005

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

1ª Designação: 16.11.1995

2ª Designação: 30.06.1999

3ª Designação: 27.06.2001

4ª Designação: 25.09.2003

5ª Designação: 22.03.2005

6ª Designação: 20.04.2005

7ª Designação: 16.05.2005

8ª Designação: 16.05.2005

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998, aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PMDB
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 14.03.2006)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 311-4561 e 311-5258

sscop@senado.gov.br



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2002)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, Art. 4º	TITULARE	SUPLENTE
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO	EMANUEL SOARES CARNEIRO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	DANIEL KOSLOWSKY HERZ	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA	STEPAN NERCESSIAN
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHELIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: (61) 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs



CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA¹

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

¹ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO (PT) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ (PFL) Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	---

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)	
JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL)	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. (vago)
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2. (vago)
PDT	
(vago)	1. (vago)
PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)	
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	1. (vago)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PT	
DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)
PMDB	
EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
Bloco PFL/Prona	
GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP)
PSDB	
JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
PP	
LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANNO (PP/SP)
PTB	
FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
PL	
OLIVEIRA FILHO (PL/PR)	1. PAULO GOUVÊA (PL/RS)
PPS	
JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49

Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900

Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 234 PÁGINAS